



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES



Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO – PPDRU

MARIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA CORREIA

MEL E CIDADANIA: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PRODUÇÃO
COOPERADA DO MEL NO SEMIÁRIDO DA BAHIA E NORTE DE PORTUGAL

Salvador
2013

MARIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA CORREIA

**MEL E CIDADANIA: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PRODUÇÃO
COOPERADA DO MEL NO SEMIÁRIDO DA BAHIA E NORTE DE PORTUGAL**

Tese submetida ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof^a. Dra. Débora Nunes
Co-orientador: Prof. Dr. Manuel Carlos Silva

Salvador
2013

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS

Correia, Maria da Conceição Nogueira.

Mel e cidadania: estudo comparativo sobre a produção cooperada do mel no Semiárido da Bahia e Norte de Portugal / Maria da Conceição Nogueira Correia.- Salvador: UNIFACS, 2013.

314 p..il:

Tese (Doutorado) – Universidade Salvador, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano) - . Salvador, 2013.

Orientadora: Profª Dra. Débora Nunes

Co-orientador: Profª Dr. Manuel Carlos Silva

1. Modo de Produção Capitalista. 2. Modo de produção cooperada. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Gestão social. 3. Apicultura. I. Nunes, Débora, orient. II. Silva, Manuel Carlos, co-orient Título.

CDD.338.1

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA CORREIA

MEL E CIDADANIA: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PRODUÇÃO COOPERADA
DO MEL NO SEMIÁRIDO DA BAHIA E NORTE DE PORTUGAL

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador - Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Débora Nunes – Orientadora

Doutora em Urbanisme et Aménagement pelo Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne,
França

UNIFACS Universidade Salvador

Carolina de Andrade Spinola

Doutora em Geografia pelo Universitat de Barcelona, Espanha

UNIFACS Universidade Salvador

Nilton Vasconcelos

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil

Feliciano José Borralho de Mira

Doutor em Socio-Economie du Développement pela École des Hautes Etudes en Sciences
Sociales de Paris

Doutor em Sociologia Económica e das Organizações pelo Instituto Superior de Economia e
Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Alcides Caldas

Doutor em Geografia pela Universidade Santiago de Compostela

Universidade Salvador

Salvador, 31 de maio de 2013.

Dedico este trabalho a toda minha família. Aos meus pais

José Santana Correia e Judite Nogueira Correia,
que me ensinaram o valor do sonho e da conquista.

A minha filha Marla, pelo amor e carinho,
a minha tia-madrinha Edite Nogueira Rangel,
com quem aprendi muitas lições de vida,
aos meus queridos irmãos Antonio, Deraldo, Edison,
Eliene, Dalva, Rosa, Neide, Simone e José Reinaldo.

Ao tio Antonio, tia Zila e tia Terezinha,
às minhas 'primas-madrinhas' Valdeci Nogueira e Ana e
suas maravilhosas famílias.

A todos os meus sobrinhos e sobrinhas, primos e primas,
amigos e amigas que sempre
me honraram com suas amizades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me propiciar força e energia em todos os momentos da minha vida. E a toda minha família, pelo lastro de valores e amizade.

Agradeço à Universidade Estadual de Feira de Santana, na figura de seus gestores: o Reitor Prof. José Carlos Barreto e os vice-reitores Prof. Washington Moura e Prof. Genival Correia, por possibilitarem a realização deste projeto, com o apoio necessário. Aos colegas da Pós-Graduação, da ASPLAN, do Departamento de Biologia e PPBio.

À Professora Évila Oliveira Reis Santana, da UEFS, pelo carinho e colaboração de parte da revisão ortográfica deste trabalho e à Professora Ana Maria Giulietti Harley, da UEFS, pela inspiração para este tema. Ao Professor Luciano Paganucci, ex-coordenador do PPBio, Prof. Luis Fernando Pascholati Gusmão, atual Coordenador PPBio, Francisco de Assis, Paulino e Marcos (pesquisadores dos produtos das abelhas) e à Professora Gilcélia Santana Pires, pelo apoio no *abstract*.

À Professora Débora, por sua amizade e apoio na competente orientação desta tese.

Aos professores do Doutorado: Fernando Pedrão, Edivaldo Boaventura, Alba Regina, Carlos Alberto Costa Gomes, Jorge Antonio, Noélio Spinola, Alcides Caldas, Regina Celeste, bem como aos professores membros da Banca.

À Profa. Carolina Spinola, enquanto Coordenadora do curso, pela competência e apoio na minha ida a Portugal e ao Professor Laumar, atual Coordenador.

A todos os colegas do Programa de doutorado e do mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, com os quais convivi, pelo companheirismo durante esta jornada, desde o início de 2009, em especial a Ronaldo Pesente, Gilton Aragão, Fernando Aboin, André Coelho, Aline Fonseca, Ivonita Santos, Maria Arlinda, Rafaela, Vanessa, entre outros(as) colegas maravilhosos.

Aos funcionários da Pós-Graduação da UNIFACS pelo apoio ao longo do curso (Lucy, Iracema) e a todos os funcionários da UNIFACS que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste projeto incluindo os Professores Maria Leny, Arlindo Marques, Abiderman e Hélio Ponce, da Unifacs Feira e demais colegas desse campus.

À bibliotecária Roseli Andrade, da Unifacs, pela elaboração da ficha catalográfica.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para o doutorado sanduiche em Portugal, bem como aos seus técnicos, que sempre foram muito atenciosos.

Meu carinho e agradecimento especial ao Professor Dr. Manuel Carlos Silva, Diretor do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS), pela acolhida e especialmente pela sua competente orientação. Minha gratidão à Universidade do Minho, a Ângela, Secretária do CICS, Profa. Helena Machado e às professoras Ana Maria Serrano e Clara Coutinho, das disciplinas que cursei no Instituto de Educação e Professora Ana Paula Marques, no Instituto de Ciências Sociais, bem como a todos os funcionários que sempre me atenderam muito bem! Estar em Portugal, nessa Universidade e na linda cidade de Braga foi uma experiência maravilhosa e o apoio recebido foi fundamental para a qualidade desta tese. Considero que foi um salto qualitativo.

Agradeço aos gestores da Federação e das cooperativas e associações na Bahia e aos apicultores que participaram desta pesquisa, bem como aos técnicos da SUAF, EBDA, SEBRAE, UNICAFES, MOC e ao Professor Figueroa, da UNEB de Alagoinhas. Minha gratidão a todos que contribuíram de forma tão solidária e gentil.

Agradeço aos gestores da Federação e das três associações investigadas em Portugal, aos apicultores que responderam ao questionário e aos que gentilmente aceitaram ser entrevistados, disponibilizando o seu tempo e o seu conhecimento. Aprendi muito com tudo isso. Agradeço ao Coordenador da Direção Geral de Veterinária, que muito contribuiu, inclusive com orientações sobre os termos técnicos utilizados em Portugal.

Também agradeço a todos(as) os(as) colegas e amigos(as) brasileiros(as) com quem convivi em Braga, em especial a Ana Cláudia Dória, Herval Moura, Wilde, Isa Scarlati, Helen Lucena, Eliete Correia, Juliana Kleinubing (e família) e outros(as), Aurora e Petete e a Gilvanice Carneiro, que me honrou com sua visita. E também aos amigos portugueses Mário e Samy Costa e Carla Mota.

Sei que posso ter deixado de mencionar pessoas importantes. Minha gratidão a todos que contribuíram de alguma forma para esta construção.

Precisamos olhar para as coisas existentes, com um novo olhar, perscrutando novas possibilidades, novas conexões, novas respostas para as mesmas (velhas) perguntas ou criando novas perguntas para as mesmas (velhas) inquietações.

Devemos ser como a abelha, que enquanto colhe dá um pouco de si...

(Maria da Conceição Nogueira Correia)

RESUMO

O tema deste estudo é a produção cooperada do mel como instrumento para o desenvolvimento local sustentável e a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos apicultores. A apicultura é uma atividade que pode ser considerada estratégica, por atender aos três requisitos da sustentabilidade – o econômico, o social e o ecológico –, mas principalmente devido a sua capacidade de gerar ocupação e renda e se constituir em alternativa para a inclusão social e produtiva. Desta forma, tomando como pressuposto que a cooperação estimula o protagonismo de apicultores e apicultoras na construção coletiva de uma nova realidade, questionamos até que ponto a forma cooperada de produção poderá propiciar condições para que os processos de interação, articulação e gestão sejam emancipatórios, com enfoque na cidadania, no bem estar coletivo e no desenvolvimento local sustentável. O objetivo principal foi verificar a existência de formas de produção cooperada e analisar em que medida essa cooperação contribui para a transformação da realidade dos apicultores. Assim, estudamos a situação desse processo na região Nordeste da Bahia (Semiárido), tendo como referência o modelo desenvolvido na Central de Cooperativas de Apicultores e comparando com a realidade de três associações de apicultores do Norte de Portugal. O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa qualitativa e quantitativa e o método de estudo de casos múltiplos. Concluímos que nos dois países existem processos de trabalho cooperado, em diferentes níveis de evolução, nas diferentes associações e cooperativas, que possibilitam a geração de renda. Os apicultores pesquisados, em sua maioria são micro-produtores, produzindo quantidades abaixo do limite mínimo de viabilidade econômica, o que dificulta a cooperação. Os processos de produção cooperada contribuem para a sustentabilidade ambiental, mas, para a maioria dos apicultores ainda não propiciam a sustentabilidade econômica. As políticas públicas, na Bahia, estão sendo fundamentais para a criação de estrutura capaz de assegurar a qualidade do mel e existem investimentos feitos na perspectiva de inserir os apicultores na atividade. Entretanto, de início não oferece condições para a sustentabilidade econômica e esses apicultores não têm condição de reinvestir e ampliar o seu empreendimento, continuando como micro-produtores que exercem a atividade como complementar. Apontamos alternativas para mudanças significativas na realidade do setor apícola.

Palavras-Chave: Modo de produção capitalista. Cooperação. Economia Solidária. Cidadania. Desenvolvimento Local Sustentável.

ABSTRACT

The theme of this study is the cooperative production of honey as an instrument for sustainable local development and the consequent improvement of the quality of life of beekeepers. Beekeeping is an activity that can be considered strategic for meeting the three requirements of sustainability – the economic, the social and the ecological one-but mostly due to its ability to generate income and occupation and become an alternative to social and productive inclusion. In this way, considering it as presupposition that it stimulates the cooperation of beekeepers and beekeeping companies in the collective construction of a new reality, we reflect upon what extent a production cooperative form can provide conditions for the processes of interaction, coordination and management, with a focus on emancipative citizenship in collective well-being and sustainable local development. The main objective of this research was to verify the existence of forms of cooperative production and analyze to what extent such cooperation contributes to the transformation of reality of beekeepers. Thus, we have studied the situation of this process in the northeastern region of Bahia (Semi-arid), with reference to the model developed in the Cooperatives of beekeepers and comparing them with the reality of three associations of beekeepers in Northern Portugal. The study was carried out on the basis of qualitative and quantitative research and the case study method. We conclude that in both countries there are cooperative processes of work at different levels of development in different associations and cooperatives, which enable income generation. From the Beekeepers surveyed, most of them are micro-producers, who produce quantities below the minimum threshold of economic viability, what hinders cooperation. Production cooperative processes contribute to environmental sustainability, but, for most beekeepers this activity still does not provide economic sustainability. Public policies, in Bahia, have focused on the creation of structure capable of ensuring the quality of honey production and there are investments with a view to insert the beekeepers in such activity. However, they do not bring conditions for economic sustainability and these beekeepers have no way to reinvest and enlarge their undertaking, continuing as micro-producers carrying out the activity as a complementary one. We have pointed out some alternatives to significant changes in the reality of the apiculture sector.

Key Words: capitalist mode of production. Cooperation. Solidarity Economy. Citizenship. Sustainable Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Critérios de desempenho da gestão social	91
Figura 2 - Fluxograma da cadeia produtiva do mel.....	93
Figura 3 - Fluxograma das etapas da produção e processamento racional do mel.....	95
Figura 4 - Fluxograma de comercialização no atacado e varejo	97
Figura 5 - Apiário incubado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Alagoinhas.....	104
Figura 6 - Apiário fixo.....	106
Figura 7 - Detalhes da colmeia tipo <i>Langstroth</i> completa. (Adaptado de WIESE, 2000)	108
Figura 8 - Produtos da Apicultura	112
Figura 9 - Áreas fundamentais da estrutura do WebQDA.....	181
Figura 10 - Produtos da Associação de Apicultores do Parque Nacional de Montesinho	192
Figura 11- Varroa sobre uma larva de abelhas, sobre pupa e sobre abelha.....	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos apicultores (dados percentuais) na Bahia e Portugal.....	185
Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos apicultores.....	185
Gráfico 3 - Produção de mel por apicultor: Bahia e Portugal.....	193
Gráfico 4 - Apicultura fixa – quantidade de colméias por apicultor.....	194
Gráfico 5 - Produção do mel orgânico	196
Gráfico 6 - Produtividade média por colméia/ano	197
Gráfico 7 - Distância para a Unidade de Beneficiamento.....	204
Gráfico 8 - Mercado que atende.....	214
Gráfico 9 – Clientes para quem fornece o produto	215
Gráfico 10 - Tipo de acesso a políticas públicas.....	235
Gráfico 11 - Percentual da renda com o mel no rendimento familiar.....	242
Gráfico 12 - Organização que participa	260
Gráfico 13 - Razões para associar-se	261
Gráfico 14 - Está satisfeito com o trabalho cooperativo.....	262
Gráfico 15 - Aspectos que melhoraram com a cooperação	263
Gráfico 16 - Prefere estar associado ou trabalhar sozinho.....	264
Gráfico 17 - Sentimento de “pertencimento”	265
Gráfico 18 - O que realiza de forma associada	267
Gráfico 19 - Compras de equipamentos e materiais de produção.....	267

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Semi-Árido, com a nova delimitação, de 2005.....	118
Mapa 2 – Mapa da Bahia com seus 27 Territórios de Identidade	131
Mapa 3 – Mapa da Apicultura em Portugal – Zonas Controladas.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção macroeconômica do mel no Brasil – 2001 a 2009.....	127
Tabela 2 - Produção de mel em 2009, nas Grandes Regiões e Unidades da Federação	128
Tabela 3 - Produção de mel no Brasil por região geográfica (1999-2009).....	129
Tabela 4 - Evolução da produção nos Estados do Nordeste	129
Tabela 5 - Produção dos Territórios na Bahia.....	132
Tabela 6 - Situação da apicultura no Estado da Bahia em 2010.....	135
Tabela 7 - Distribuição da atividade apícola por classes de dimensão	144
Tabela 8 - Entidades pesquisadas na Bahia	168
Tabela 9 - Associações pesquisadas em Portugal	169
Tabela 10 - Viabilidade na produção do mel - Simulação	245

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEMEL	Associação Brasileira dos Exportadores de Mel
AANP	Associação dos Apicultores do Norte de Portugal
AAPIRA	Associação de Apicultores de Ribeira do Amparo
AAPIT	Associação de Apicultores de Tucano
AAPNM	Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho
ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ADAB	Agencia Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
ANIMAR	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
APIMIL	Associação de Apicultores de Entre Minho e Lima
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPF	Boas Práticas de Fabricação de Alimentos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Companhia de Ação e Desenvolvimento Rural
CASA	APIS - Central de Cooperativas Apícolas
CECOAPI	Central de Cooperativas de Apicultores
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEPLAC	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira
CICS	Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho
CJS	Comércio Justo e Solidário
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
COOAPI	Cooperativa de Apicultores de Inhambupe
COOAPIT	Cooperativa de Apicultores de Tucano
COOARP	Cooperativa de Apicultores de Ribeira do Pombal
COOPERAPIS	Cooperativa dos Apicultores Integrados do Sertão da Bahia
CTA	Câmara Técnica do Estado da Bahia
DGV	Direção Geral de Veterinária (Portugal)
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EFTA	European Fair Trade Association
EMES	Emergence des Enterprises Sociales en Europe
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEBAMEL	Federação Baiana de Apicultura e Meliponicultura

FEES	Fórum Estadual de Economia Solidária
FNAP	Federação Nacional dos Apicultores de Portugal
FTA	Fair Trade Association
FTF	Fair Trade Federation
IFAT	Internacional Federation on Alternative Trade
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária UNIFACS Universidade Salvador
UNISOL BRASIL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 QUESTÕES DA PESQUISA	23
1.2 HIPÓTESE	24
1.3 OBJETIVOS	24
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	25
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	27
2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO: DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	30
2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	30
2.2 ESTADO, TRABALHO E CAPITAL	35
2.3 DESIGUALDADES SOCIAIS	39
2.4 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	43
2.5 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	46
3 MODO DE PRODUÇÃO COOPERADA: ENTRE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO.....	49
3.1 MODO DE PRODUÇÃO COOPERADA: APRENDENDO COM AS ABELHAS	49
3.2 EMANCIPAÇÃO E TRABALHO COOPERATIVO	72
3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	74
3.4 ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	80
3.5 CAPITAL SOCIAL.....	83
3.6 GESTÃO SOCIAL: ÊNFASE NA EFETIVIDADE.....	86
4 A CADEIA PRODUTIVA DO MEL E O UNIVERSO DAS ABELHAS.....	92
4.1 A CADEIA PRODUTIVA DO MEL.....	92
4.2 O UNIVERSO DAS ABELHAS: ORGANIZAÇÃO E FORMA DE VIDA	98
4.3 APICULTURA E MELIPONICULTURA: CRIAÇÃO RACIONAL DE ABELHAS... ..	102
4.4 PRODUTOS DA COLMÉIA	111
5 BAHIA E PORTUGAL: CONTEXTO DA ATIVIDADE APÍCOLA E DO TRABALHO COOPERATIVO	118
5.1 BRASIL: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES DO SEMIÁRIDO	118
5.2 APICULTURA NA BAHIA: TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DA CECOAPI... ..	130
5.3 PORTUGAL: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES	141
6 METODOLOGIA.....	160
6.1 O MÉTODO SOCIOLÓGICO	163
6.2 PESQUISA QUALITATIVA.....	164
6.3 PESQUISA-AÇÃO	166
6.4 PESQUISA QUANTITATIVA.....	167
6.5 ESTUDO DE CASO	169
6.6 ANÁLISE DOS DADOS	175
6.7 ÉTICA NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.....	182

7 EVIDÊNCIAS DA PESQUISA EMPÍRICA: BAHIA E PORTUGAL	183
7.1 A CADEIA PRODUTIVA DO MEL: FATORES INTERNOS E EXTERNOS	183
7.2 INTERVENÇÕES NA CADEIA PRODUTIVA	217
7.3 COOPERAÇÃO: CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE	250
7.4 GESTÃO: PERSPECTIVA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	268
8 CONCLUSÕES	278
8.1 FATORES INTERNOS E EXTERNOS NA CADEIA PRODUTIVA DO MEL.....	279
8.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	282
8.3 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÕES NA APICULTURA.....	282
8.4 ORGANIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E GESTÃO	284
8.5 Cooperação e transformação da realidade	288
8.6 HIPÓTESE.....	290
8.7 PROPOSIÇÕES	291
REFERÊNCIAS	295
APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO TRABALHO EM MEIO ELETRÔNICO.....	305
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	306
APÊNDICE C – QUANTITATIVO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	307
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	308
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO – INQUÉRITO APICULTOR BAHIA	309
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO – INQUÉRITO APICULTOR PORTUGAL.....	311
APÊNDICE G - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA – ORGANIZAÇÕES DA BAHIA.....	313
APÊNDICE H - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA – ORGANIZAÇÕES DE PORTUGAL	314

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades vivenciadas pelas famílias do Semiárido da Bahia, especialmente na área rural, foram motivo de inquietações e reflexões quanto às condições de pobreza daquele povo, em contraste com as riquezas e potencialidades da região. Daí nasce o interesse em desenvolver estudos sobre a produção cooperativa do mel na região nordeste da Bahia (região semiárida), por entender a importância da apicultura e meliponicultura como instrumento para melhorar a qualidade de vida dessa população.

Este interesse inicial foi enriquecido pela possibilidade de uma comparação internacional com o Norte de Portugal, cujo estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) e apoiado pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS), em Braga, Portugal. Esta oportunidade surgiu já no andamento do trabalho e foi de grande valia, não somente pela oportunidade de conhecer a prática do trabalho cooperado na apicultura de Portugal, como também pela possibilidade de vivenciar outro ambiente acadêmico e ampliar os conhecimentos teóricos.

Assim, o presente trabalho teve como propósito desenvolver estudos sobre o modo de produção cooperada do mel, a partir da experiência da Central de Cooperativas de Apicultores (CECOAPI), situada no Nordeste da Bahia (Brasil) e de três associações do Norte de Portugal: Associação de Apicultores de Entre Minho e Lima (APIMIL), Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho (AAPNM) e Associação dos Apicultores do Norte de Portugal (AANP).

O homem do campo, especialmente na região semiárida, vivencia muitas dificuldades, lutando duramente para a sua sobrevivência, num ambiente que não oferece muitas alternativas. A apicultura apresenta-se como uma alternativa de geração de renda e mudança de vida.

O semiárido do Estado da Bahia sempre foi um espaço marcado pelas secas, estiagens e carência de todas as formas, sobretudo de recursos naturais, econômicos e sociais. Por toda vida, o sertanejo foi lembrado sempre pelo alto grau de pobreza e de indigência e utilizado, ao longo dos séculos, por setores políticos como elemento para justificar sua dominação. Apesar disso, o semi-árido nordestino é considerado a região mais povoada das regiões do mundo sujeitas historicamente à aridez e não conseguiu superar os indicadores de pobreza que persistem até os dias de hoje (PTDRS SISAL, 2008).

O Estado, ao invés de implementar políticas que pudessem compensar as deficiências naturais, alimentou toda uma história marcada pela cultura do assistencialismo e do clientelismo – características nominais do estado de pobreza latente da região; os representantes do Estado não apenas legitimaram toda a situação como se esforçaram para preservá-la, consolidando uma espécie de “sub-raça” ao longo dos tempos. Não há registro de qualquer medida de impacto voltada para combater a pobreza, o atraso e a ignorância no Nordeste por parte de governantes. (PTDRS SISAL, 2008, p. 15).

Em todo semiárido baiano foi desenvolvida a pecuária extensiva e com base latifundiária, como herança do sistema de Capitania Hereditárias e de Sesmarias implantado ainda na primeira metade do século XVI. Isso dificultou o surgimento de atividades econômicas de base familiar (PTDRS SISAL, 2008). Aliado a essas dificuldades, a área rural vivencia a falta de empregos formais e grande parte dessa população vende sua força de trabalho como diarista para trabalhos esporádicos, sem rendimento fixo, vivendo em condições de pobreza ou de extrema pobreza.

Atualmente o governo vem desenvolvendo ações para o combate à miséria, mas será preciso muito esforço para sanar o problema que se acumulou ao longo dos séculos. Veiga (2008, p. 34) ressalta que “o combate a tais problemas exige que a liberdade individual seja considerada um comprometimento social [...], o principal fim e o principal meio de desenvolvimento”. Ele salienta que é preciso eliminar tudo que limita as escolhas e oportunidades, promovendo serviços de educação, saúde, os direitos civis e a geração de renda.

Buscamos conhecer as ações que estão sendo desenvolvidas nessa região a partir das políticas públicas para a apicultura, para compreender se, no contexto apícola essas ações estão contribuindo, não somente para a inclusão produtiva, mas para a inclusão social desses apicultores, para que se percebam cidadãos e protagonistas da construção de sua história.

O Semiárido brasileiro apresenta condições plenamente favoráveis, suscetíveis de assegurar sustentabilidade à atividade apícola, devido ao clima quente e de poucas chuvas, essenciais para a sobrevivência e o trabalho das abelhas, condições essas que contribuem para abrigar a maior diversidade de abelhas do mundo; a flora nordestina, com grande diversidade de espécies e floradas bem distribuídas ao longo do ano; e a raça de abelha – africanizada – perfeitamente adaptada à região, com alta tolerância às pragas e doenças da apicultura praticada com abelhas europeias (FREITAS; SILVA, 2006).

Além do mel, o pólen que as abelhas coletam das flores também é um produto comercializável, mas sua produção em larga escala para fins comerciais ainda é incipiente (SANTOS *et al*, 2006b). Souza (2002 *apud* SANTOS *et al*, 2006b) ressalta que os produtos

oriundos das abelhas, como o mel, o pólen, a própolis e a geléia real, se constituem em alternativa econômica de grande importância, pois são ecologicamente sustentáveis, uma vez que a apicultura e a meliponicultura têm como principal requisito para a sua sustentabilidade a preservação da vegetação. Além disso, no Semiárido existem vastas extensões de terra com vegetação nativa para a produção do mel orgânico, livre de contaminação ambiental por agrotóxicos, podendo destacar-se como uma região capaz de se sobressair nesta atividade em âmbito nacional e internacional.

O apicultor, tanto na região do Semiárido baiano quanto no Norte de Portugal, em sua maioria, é agricultor familiar, com pequena propriedade, ou sem nenhuma propriedade, com poucas possibilidades e/ou conhecimentos para empreender e, apesar do pouco investimento necessário para iniciar o negócio, geralmente não possui condições financeiras para a infraestrutura necessária. A associação com outros apicultores propicia as condições necessárias para iniciar e desenvolver o negócio e comercializar adequadamente a sua produção, o que contribui, também, como uma possibilidade de melhoria das condições de vida e de transformação social. A convivência com as abelhas também tem se tornado uma aprendizagem para o trabalho em cooperação, de forma ecologicamente sustentável, pois incita ao debate e a ações de preservação e conservação da natureza.

Assim, buscamos analisar os processos envolvidos na apicultura e sua importância para a qualidade de vida dos apicultores e o desenvolvimento local sustentável; conhecer as políticas públicas e intervenções que estão sendo desenvolvidas no setor apícola, a estruturação, organização e gestão dos empreendimentos, as práticas adotadas nos processos de produção do mel e no trato com as abelhas, e sua relação com o desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento sustentável a que nos referimos neste trabalho, se baseia no conceito que Sachs definiu no prefácio do livro de Veiga (2008, p. 10): “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. Neste sentido, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos” (VEIGA, 2008, p. 34). Este autor afirma que a liberdade de entrar em mercados, incluindo o mercado de trabalho, pode ser uma grande contribuição para o desenvolvimento. E ressalta que o não acesso aos mercados de produtos é uma das privações enfrentadas por vários produtores e “a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social” (VEIGA, 2008, p. 35).

Diante do contexto apresentado e considerando que as organizações sociais criadas pelos apicultores estão inseridas no mercado capitalista, que possui suas regras e limitações, alguns questionamentos foram levantados para nortear esta pesquisa.

1.1 QUESTÕES DA PESQUISA

Ao longo da história do capitalismo e, em particular, das experiências ditas socialistas, o modo de produção cooperativo foi entendido como modo de transição ou base para formas socializantes de produção. Com efeito, as alternativas econômicas opostas ao capitalismo implicam mudanças fundamentais nas condições de vida de seus atores, tanto no nível individual, quanto no nível social. Neste sentido poder-se-á começar por questionar: até que ponto, quer no Brasil, quer em Portugal, se constatarem estas formas de cooperação produtiva? Se não existem ou em volume reduzido, quais as razões dessa relativa ausência de formas cooperativas? E, se existem até que ponto se constitui em formas de produção incorporadas no sistema dominante ou de que modo representam fontes alternativas de produção e de novas relações de produção?

Tomando como pressuposto que a cooperação estimula o protagonismo de apicultores e apicultoras na construção coletiva de uma nova realidade, questionamos: **Até que ponto a forma cooperada de produção poderá propiciar condições para que os processos de interação, articulação e gestão sejam emancipatórios, com enfoque na cidadania, no bem estar coletivo e no desenvolvimento local sustentável?**

No sentido de responder a estas questões de uma forma mais específica levantamos, também, as seguintes questões norteadoras:

- a) Quais as **etapas** seguidas pela cadeia produtiva do mel, desde sua coleta até o seu uso e comercialização e quais os **fatores**, internos e externos, envolvidos?
- b) Em que medida os processos de produção cooperada adotados na apicultura e na meliponicultura atendem aos princípios da responsabilidade socioambiental?
- c) Em que medida **as intervenções e as políticas públicas** que se desenvolvem junto aos apicultores contribuem para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável?
- d) Como se dá a organização dos produtores na cadeia produtiva e de que forma os processos de articulação cooperativa favorecem o planejamento, a gestão e a comercialização?

- e) Até que ponto a forma cooperada de produção contribui para a transformação da realidade social em que vivem os apicultores?

1.2 HIPÓTESE

Tendo em conta a investigação sobre a realidade dos apicultores, a principal hipótese que orienta esta investigação consiste em sustentar que a **dinâmica da autogestão, embora possa ser incorporada no modo de produção capitalista, pode também, com a presença de determinadas condições, estimular o protagonismo de apicultores e apicultoras na construção coletiva de um novo contexto, propício a contribuir para a construção da cidadania e integrar processos educacionais emancipatórios.**

1.3 OBJETIVOS

O presente trabalho atende ao propósito de realizar estudos sobre a produção cooperativa do mel, no sentido de **verificar a existência de formas de produção cooperada e em que medida essa cooperação contribui para o desenvolvimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável.**

Assim, definem-se como **objetivos específicos** deste estudo:

- a) Analisar o modelo de gestão adotado pelo setor apícola, verificando sua relação com os princípios da cidadania e da responsabilidade social;
- b) Analisar em que medida as intervenções e as políticas públicas para o setor apícola contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos apicultores e para o desenvolvimento local sustentável;
- c) Verificar como se dá a organização dos produtores na cadeia produtiva e de que forma os processos de cooperação contribuem para a transformação da realidade social em que vivem os apicultores;
- d) Verificar até que ponto o modo de produção cooperada do mel se constitui em formas de produção incorporadas no sistema dominante ou representam fontes alternativas de produção e de novas relações de produção.

Para investigar a cadeia produtiva do mel utilizamos pesquisa quantitativa e qualitativa, com base em estudos de caso múltiplos, em que realizamos inquérito por questionário e entrevistas semi-estruturadas.

Definimos como referência, na Bahia, Brasil, a Central de Cooperativas de Apicultores (CECOAPI), situada em Ribeira do Pombal. Esta Central de Cooperativas é formada por quatro cooperativas (denominadas ‘cooperativas singulares’), dos municípios de Ribeira do Pombal e Jeremoabo (Território Semi-Árido Nordeste II) e Tucano (Território Sisal) – inseridos no Semiárido – e Inhambupe (Território Litoral Norte e Agreste Baiano). Esses territórios possuem grande potencial melífero e a apicultura está estruturada com base no modo de produção cooperada. Em Portugal foi definida, como referência, tres associações da Região Norte.

Nas entidades pesquisadas, na Bahia, conseguimos realizar inquérito com uma média de 30,2% dos associados e em Portugal, com uma média de 10,18% dos associados, conforme Apêndice C. Nos dois países realizamos entrevistas com gestores das entidades, técnicos de órgãos públicos, pesquisadores, agentes envolvidos na cadeia produtiva e apicultores. Na Bahia, além das entrevistas, por solicitação de duas associações conduzimos encontros para construção de planejamento estratégico, em que se possibilitaram discussões mais aprofundadas das questões que envolvem suas dificuldades e potencialidades, ameaças e oportunidades, para definição de estratégias, objetivos e metas, possibilitando a construção de uma visão conjunta e definição de rumos para a organização, com ênfase na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento local sustentável. Esse processo permitiu uma interação maior com e entre os apicultores, parecendo reduzir a sensação de que estavam sendo “observados” e nos possibilitou a ampliação do conhecimento sobre esse universo e discussão com os apicultores, sobre o tema. Em Portugal fizemos apresentação do andamento da pesquisa, compartilhando com os apicultores a experiência da Bahia.

A pesquisa objetivou identificar as variáveis consideradas e, com base nos resultados apresentados, elaboramos as análises, conclusões e considerações finais.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A escolha pelo estudo da cadeia produtiva do mel foi motivada pelo entendimento de que a apicultura, realizada através de modo de produção cooperada, pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento da cidadania, numa região em que prevalecem as desigualdades sociais e dificuldades de toda ordem, e um instrumento para o desenvolvimento local sustentável.

A cadeia produtiva do mel no Semiárido é sempre citada em todas as propostas de desenvolvimento sustentado da região (FREITAS; SILVA, 2006; MACHADO; LOPES,

2006). Tal afirmação está justificada pelo multiuso do mel, seja para autoconsumo dos habitantes do Semiárido, seja para ser comercializado nos grandes centros ou exportado, devido às suas propriedades como adoçante natural e medicinal rico em proteínas e sais minerais.

O Brasil, juntamente com a China e a Argentina, é um dos maiores exportadores de mel e o Nordeste, pela sua flora e fauna específicas, destaca-se em relação a outras áreas do país (FREITAS; SILVA, 2006). É também um produto renovável que se presta a uma produção de forma orgânica e no Semiárido é trabalhado ao nível familiar de comunidades, permitindo avaliar as tecnologias já utilizadas e a introdução de outras, assim como a certificação dos méis através dos tipos de pólen ou a análise do seu poder antimicrobiano, agregando valor aos produtos do mel (BORGES *et al.*, 2006; LUCCHESI *et al.*, 2006). Os estudos relacionados com o mel, desenvolvidos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) apresentam delineamento do potencial econômico das plantas do Semiárido para a apicultura da região, bem como, a importância dos méis dessa região como agentes antibacterianos. De acordo com Giulietti e Queiroz (2006), certos produtos derivados do mel, devido a sua escassez, ainda têm pouca atratividade de mercado.

As universidades possuem condições para assumir um papel de grande importância para o avanço do conhecimento, no apoio ao desenvolvimento local sustentável junto às comunidades. Neste sentido, este estudo se propôs a entabular um diálogo com as comunidades de apicultores, visando à realização de um processo interativo e educativo que possibilitou a compreensão da realidade em que vivem e do modelo de produção cooperada e fundamentou a proposição de ações para a construção de um modelo de apoio ao desenvolvimento local sustentável, que poderão contribuir, também, para a definição de políticas públicas mais efetivas.

A interação e o diálogo com essas comunidades propiciaram a troca entre o conhecimento científico e os saberes locais e estimulou processos de reflexão que puderam fundamentar a construção de novas formas de pensar e de perceber a realidade para a criação de novos caminhos e novas formas de caminhar.

A relevância científica da proposta encontra-se fundamentada, também, na complementaridade do trabalho, acima mencionado, que vem sendo desenvolvido na UEFS com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os estudos desenvolvidos em Portugal foram de grande importância para o desenvolvimento do trabalho como um todo, pois nesse país existem experiências de trabalho associativo, diversas associações de apicultores, a Federação Nacional dos Apicultores de

Portugal (FNAP) e políticas públicas para a apicultura, o que propicia condições para a realização desta pesquisa. Assim, o contato com a realidade vivenciada pelas organizações sociais de apicultores de Portugal, juntamente com a aquisição e a construção de conhecimentos na Universidade escolhida, foi essencial para melhor fundamentação deste trabalho.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta tese está estruturada em oito partes. A primeira, de caráter introdutório, apresenta o problema motivador do estudo, explicitando seus objetivos e sua contribuição, a hipótese e um contexto geral simplificado sobre a questão em análise.

A segunda e terceira parte apresenta o enquadramento teórico – os fundamentos que embasam este estudo. A segunda parte apresenta um breve panorama do contexto econômico e social ao longo da história do capitalismo, com o propósito de entender como se articula o modo de produção capitalista com a economia solidária. Assim, consideramos importante saber a origem, o funcionamento do sistema capitalista e as concepções que o fundamentam, nomeadamente a acumulação de capital, a relação capital-trabalho, com as conseqüências para o trabalhador e a acentuação das desigualdades sociais. Neste contexto, destacamos o papel do Estado capitalista em defesa dos interesses do capital e os decorrentes processos históricos de desigualdade e exclusão social. Desta forma, lança um olhar para o papel dos movimentos sociais na defesa da cidadania e a importância da participação social para as mudanças necessárias para a sociedade, refletindo, também, sobre a educação como caminho para a transformação social.

Para abordar o modo de produção capitalista e a relação capital-trabalho estudamos Marx (1987, 2008a, 2009), Amin (1973), Castells (1979), Ianni (1988), Giddens (1972), Viveret (2006) e Mézaros (2002). Buscamos a contribuição de Poulantzas (1977), para tratar do papel do Estado e de Silva (2006), para refletir sobre ações efetivas para a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento local sustentável. Silva (2006) também discute a questão da cidadania, juntamente com Velho (2008), Freire (1981, 2001), Martins (2009), Chauí (2005) e Göhn (2000). A questão da educação é discutida mediante colaboração de Arroyo (2000), Freire (1981), Göhn (2000), Ferreira (2008), Fernandes (2005) e Moraes (2004).

A terceira parte busca entender o ‘modo de produção cooperada’ como um processo de mudança social que possibilita a geração de trabalho e renda e a construção da cidadania.

Desta forma, apresenta o seu contexto, os diversos ‘modos de produção’, entendidos por diferentes termos – terceiro setor, economia social, economia popular, empreendedorismo social, economia solidária – destacando o comércio justo como uma possibilidade para a justiça social e econômica. Apresenta o conceito de emancipação utilizado neste trabalho e o conceito de desenvolvimento, destacando as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento e a concepção de desenvolvimento local sustentável, bem como paradigmas atuais. Ainda nesta sessão apresenta estratégias para o fortalecimento da rede de cooperação. Neste sentido, traz reflexões sobre a indicação geográfica como uma das estratégias para o desenvolvimento local e a compreensão de capital social como uma estratégia para a construção da capacidade de cooperar e de confiar, entre os atores da rede de cooperação. E, finalmente, destaca a importância de uma gestão social orientada para a efetividade.

Para discutir as questões relacionadas ao modo de produção cooperada buscamos concepções de Singer (2000), França Filho (2002), Jesus e Tiriba (2009), Gaiger (2009), Parente e outros (2011), Icaza e Tiriba (2009), Nunes (2001, 2009), Caçado (2007), Lavile e Gaiger (2009), Souza e outros (2003) e Santos (2005b). Para abordar sobre Comércio Justo e Solidário trazemos concepções de Cotera e Ortiz (2009), Leão (2005), Monteiro (2006) e Alves (2012). As concepções de emancipação são abordadas a partir das contribuições de Cattani (2009), Marx (2008b), Adorno (1995) e Gaiger (2009).

As questões sobre desenvolvimento local sustentável são embasadas pelas idéias de Furtado (1988), Santos (2002), Veiga (2008), Soares Junior e Quintela (2008), Sachs (2009), Arruda (2012) e outros. Sobre as estratégias para o desenvolvimento local (Indicação Geográfica e Arranjos Produtivos Locais), buscamos a contribuição de Caldas e outros (2005), Cassiolato e Szapiro (2003) e Lastres (2004). O capital social é abordado a partir das concepções de Portes (2000) e Araújo (2010). Neste capítulo tomamos emprestadas as concepções de Sander (1995) sobre gestão da educação e adaptamos para a gestão de organizações sociais.

A quarta parte apresenta uma visão da cadeia produtiva do mel, desde o processo de produção, que envolve a coleta do néctar pelas abelhas, até a fase de processamento e comercialização. Propicia uma visão sobre o universo das abelhas, sua organização e forma de vida; a criação racional de abelhas e os produtos da colméia. Esta parte é mais descritiva e foi construída com base nas concepções de Pereira e outros (2003), Mance (2003), Pereira e Vilela (2003), Lira, Oliveira e Mendonça (2007), Almeida e Carvalho (2009), Pasin (2007), Mendonça e outros (2008), Both (2008), Almeida Neto e Paula Neto (2005) e Felipe (2010).

A quinta parte apresenta o contexto da atividade apícola e do trabalho cooperativo, na Bahia e em Portugal. Destaca as dificuldades e potencialidades e discorre sobre o panorama da apicultura e as políticas públicas para o setor, em ambos os países. Para desenvolver esta parte utilizamos os estudos de Giulietti e Queiroz (2006), Freitas e Silva (2006), Ribeiro (2007), Pereira e outros (2003), Santos e outros (2006b), Baptista (2001) e Moreira (2005). Aliado a isso, fizemos pesquisa direta e de *sites* institucionais e governamentais nos dois países.

A sexta parte descreve os procedimentos metodológicos desenvolvidos no estudo. A metodologia foi construída com base nas concepções de Yin (2005, 2010), Guerra (2005), Almeida e Pinto (1995), Bogdan e Biklen (1994), Triviños (2011), Durkheim (1998), Flick (2005), Thiollent (1997), Santos (2005c) e Costa; Souza; Souza (2012).

A sétima parte apresenta as evidências da pesquisa empírica, buscando responder às questões inicialmente propostas.

A oitava e última parte consiste nas principais considerações deste estudo e as conclusões a que chegamos após sua realização. A seguir, apresentamos as referências e os apêndices contendo os formulários utilizados e o roteiro das entrevistas.

A realização deste estudo foi um grande desafio e propiciou um aporte muito grande de conhecimento, ao tempo em que foi bastante prazeroso. A pesquisa em Portugal resultou em um salto qualitativo e propiciou a ampliação do horizonte e da percepção sobre o campo de estudo.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO: DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

As associações e cooperativas aqui estudadas objetivam caminhar por uma via diferenciada, oposta ao modelo de organização do sistema capitalista, já que dão ênfase aos processos de autogestão. Entretanto, estão inseridas no sistema capitalista e, por isso, é necessário entender como se articulam, nomeadamente as formas de economia solidária, se são relativamente autônomas ou dependem para a sua sobrevivência, do próprio modo de produção capitalista. Impõe-se, portanto, uma breve retrospectiva histórica e reflexão teórica sobre o capitalismo, sua origem, a estrutura do capital, o processo de acumulação e a relação capital-trabalho, passando pela divisão social do trabalho e as desigualdades sociais ao longo dos tempos. Do mesmo modo, abordamos os movimentos sociais na luta contra esse contexto e busca da cidadania e a participação social como instrumento de importantes mudanças, tendo a educação como base para mudanças efetivas.

2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O surgimento do capitalismo trouxe consigo uma massa de proletários, sem emprego e sem condições de uma vida digna, especialmente aqueles que durante o período feudal viviam nas zonas rurais e foram jogados no mercado de trabalho sem qualquer condição para assumir as novas funções provenientes desse novo modelo econômico. De acordo com Marx (2009, p. 831), “com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos [...]”.

Amin (1973) afirma que as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo são a proletarização e a acumulação do capital-dinheiro e que essa proletarização se caracteriza por um processo de exclusão de parte da população rural na Europa, quando da desagregação das relações feudais. Este autor ressalta que o capital se efetiva porque a desagregação das relações feudais libera e proletariza os camponeses, que se tornam assalariados dos proprietários e rendeiros capitalistas rurais e dos novos industriais. Os camponeses que fogem da tirania feudal, bem como aqueles que são descartados ou não se adequam ao modo de produção capitalista passam a fazer parte das cidades livres, como proletários que vivem do trabalho artesanal ou do trabalho assalariado, à disposição dos comerciantes que controlam esses centros (AMIN, 1973).

A pré-história do capitalismo foi marcada por processos de violência e expropriação de grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de produção e de seus

instrumentos de trabalho. A propriedade privada, do pequeno trabalhador, obtida com esforço pessoal, é suplantada pela propriedade capitalista, baseada na exploração do trabalho alheio (MARX, 2009). Assim, a sociedade registra em sua história grandes problemas relacionados com o modo de produção capitalista como, por exemplo, conforme Marx (2008a), a exploração da classe trabalhadora, especialmente de mulheres e crianças, as quais eram submetidas a 12 horas de trabalho, para assegurar ou aumentar o lucro líquido do capitalista.

Marx (2009) explica que, com o desenvolvimento da produção capitalista as nações não mediam esforços nem pudor para acumular capital. Cita como exemplo a concessão que a Inglaterra conseguiu, de fornecer anualmente 4.800 negros à América Espanhola, até o ano de 1743 e de utilizar a escravidão infantil na indústria algodoeira têxtil. A Inglaterra utilizou o tráfico negreiro para acumular capital e promover o crescimento. O tráfico era o seu método de acumulação primitiva. Foi com esse imenso custo que as “leis naturais” do modo capitalista de produção foram estabelecidas, bem como o processo de dissociação entre os trabalhadores e suas condições de trabalho e “os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num pólo, e, no pólo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em ‘pobres que trabalham’ [...]” (MARX, 2009, p. 873).

Com isso, podemos perceber o processo histórico em que está fundada a nossa sociedade. Lançar luz sobre isso nos permite ampliar a compreensão sobre as relações que permearam a sociedade, em que sempre prevaleceu a luta pelo poder e acumulação de riquezas por uma minoria. Esse é o paradigma com o qual convivemos.

2.1.1 Acumulação de capital e a relação capital-trabalho

O modo de produção capitalista se desenvolve através do processo de acumulação de capital, que consiste em um processo social de conversão do capital em mais-valia e novamente desta em capital, de maneira crescente (MARX, 2008a; CASTELLS, 1979).

Marx (2008a) diz que o capitalista tem o controle sobre o trabalhador e sobre o produto do seu trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e o trabalhador, enquanto possuidor da força de trabalho cede o valor-de-uso que vendeu. O produto, que pertence ao capitalista, é um valor-de-uso. O capitalista quer produzir, com este produto (matérias primas), um produto que tenha valor-de-uso e valor-de-troca, mas que tenha valor mais elevado que os materiais e mão-de-obra utilizada na produção, ou seja, um valor excedente (mais-valia). Para adquirir a mais-valia o capitalista utiliza do trabalhador tempo além dos limites do trabalho necessário, que Marx (2008a) chama de tempo de trabalho excedente.

Assim, o mecanismo que resulta na apropriação do produto pelos que não produzem define o modo de produção capitalista, o qual é caracterizado pela separação social entre os produtores e os meios de produção. Com o poder e o controle dos meios de produção, os que não produzem podem organizar a produção e apropriar-se da mais-valia, que é a diferença entre o valor produzido e o salário pago ao trabalhador. Nesse contexto a força de trabalho assume importância preponderante para o processo de acumulação do capital e o indivíduo sempre vai continuar na mesma condição de dependência.

Marx (1987) afirma que o capital só pode ser aumentado se for trocado por força de trabalho e a força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada por capital se multiplicar esse capital. Esse processo fortalece essa potência da qual o trabalhador é escravo. “O aumento do capital é, por conseguinte, o aumento do proletariado, isto é, da classe operária” (MARX, 1987, p. 34). Este autor afirma que o interesse do capitalista e do operário é o mesmo, pois o operário morre se ficar desempregado e o capital desaparece se não explorar a força de trabalho. “A condição imprescindível para que a situação do operário seja suportável é portanto *o aumento tão rápido quanto possível do capital produtivo*” (MARX, 1987, p. 34). Entretanto, esse aumento do capital produtivo significa o aumento do poder e do domínio da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Quando o trabalho assalariado produz a riqueza estranha que o domina, a força que é sua inimiga, o capital, deste capital sairão os seus meios de emprego, isto é, os seus meios de subsistência, mas para isso é necessário que o trabalho assalariado se transforme de novo numa parte do capital, a mola que impulsiona o seu crescimento a um ritmo acelerado. (MARX, 1987, p. 35).

A apropriação do valor produzido é a principal contradição no processo de acumulação do capital, porque a taxa de acumulação é determinada pela taxa de mais-valia. Enquanto o capital procura impor condições e formas de exploração para obtenção da mais-valia, o trabalho procura opor-se a essa exploração. Assim, as modalidades e ritmos dessa contradição determinam o processo de produção, o processo de circulação e a organização social (CASTELLS, 1979).

O modo capitalista mercantiliza a força de trabalho (MARX, 1985; AMIN, 1973; IANNI, 1988). De acordo com Amin (1973), o capital supõe o trabalho assalariado que consiste na venda da força de trabalho a um mercado de trabalho livre, em que “o produtor, separado dos meios de produção, se tornou um proletário” (AMIN, 1973, p. 48). Ianni (1988, p.18) destaca que o capitalismo, em essência, “é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas”.

O capital é uma relação social (MARX, 1985; AMIN, 1973; CASTELLS, 1979). Mediada pelo Estado, afeta fortemente a classe trabalhadora e nesta relação, segundo Marx (1998, p. 151), “o operário é reduzido à categoria de mercadoria e da mercadoria mais miserável [...]. A miséria do operário está em razão inversa do poder e da grandeza de sua produção”. Este autor ressalta que a relação do operário com o seu produto é a mesma que com um objeto estranho e distante, do qual ele não pode se apropriar, ou só pode se apropriar com o máximo de esforço. Afirma que o operário não se sente em casa quando trabalha e o seu trabalho é *forçado*, se constituindo apenas em um meio para satisfazer necessidades fora do trabalho. Aliado a isso, o autor acrescenta o caráter de alienação relativa ao vínculo com o ato de produção dentro do trabalho, que é de passividade e de não pertencimento, além da alienação do eu.

A relação capital-trabalho, enquanto relação de subordinação, em que o capital explora o trabalho e se apropria dele, é uma relação desigual e nessa relação o trabalhador estará sempre subordinado aos interesses do capital e das suas necessidades de acumulação permanente. Isso significa que o trabalhador não terá autonomia plena para a tomada de decisões e suas ações sempre estarão a serviço desse processo desenfreado de acumulação. Ele estará sempre vendendo a sua força de trabalho, submetendo-se aos valores estipulados pelo mercado e, no modo de produção capitalista, continuará nessa condição.

No modo de produção cooperada não existe relação de subordinação, nem de alienação; ao contrário, o trabalhador tem relativa autonomia e participa das decisões inerentes aos processos de gestão da organização à qual faz parte em relação de igualdade com os demais. Diante do paradigma dominante, este é um grande aprendizado. Na prática, o associado/cooperado precisa aprender a se posicionar, a participar.

Quanto ao capitalismo, Giddens (1972) destaca que este conseguiu promover um aumento bastante acentuado da capacidade produtiva da sociedade, mas à custa da maximização da alienação. Para este autor, o modo de produção capitalista não contribui para o bem estar social e, do ponto de vista histórico, a expropriação material do trabalhador dos seus meios de produção equivale à constituição do sistema de classes da sociedade burguesa e “é acompanhada da alienação do homem em relação à <<essência da espécie>>, ao exercício das capacidades e faculdades que a sua participação na sociedade poderia potencialmente oferecer.” (GIDDENS, 1972, p. 381).

Além da relação do capital com o trabalho, no sistema capitalista, a busca desenfreada pelo lucro gera uma relação de concorrência caracterizada por uma disputa em que os pequenos empresários esmagados ou engolidos pelos grandes, concorrem entre si, se

enfraquecendo ainda mais. Muitas das grandes empresas se organizam em processos de fusão, para se fortalecerem e conseguirem sobreviver, pois as disputas no mercado são ferrenhas. Segundo Viveret (2006, p. 84) o “reino da economia mercantil” está longe de ser um “comércio afável”.

[...] Constatamos que essa economia se inscreve, ao contrário, numa lógica de guerra econômica, que condena os perdedores desse jogo perigoso à exclusão, à miséria e, muitas vezes, à morte. E a prova de que realmente estamos na ordem passional, e não na ordem das necessidades e da racionalidade, é que essa guerra, que nos é apresentada como ligada a lógicas de escassez e de sobrevivência, situa-se num contexto em que as necessidades fundamentais dos seis bilhões de seres humanos poderiam ser satisfeitas com um mínimo de racionalidade na organização dos recursos. (VIVERET, 2006, p. 84).

Dentro desse modelo, em que prevalece a constante disputa, Viveret (2006) aponta para os gastos mundiais efetuados ao ano com publicidade e propaganda, os quais equivalem a dez vezes o valor que seria necessário para erradicar a fome e possibilitar o acesso de todos os seres humanos à água potável, habitação digna e saúde (VIVERET, 2006).

Com isso, percebemos o quão disputado é o mercado e a necessidade das organizações sociais buscarem conjuntamente estratégias para o fortalecimento de toda a rede.

No modo de produção cooperada as organizações sociais também precisam disputar no mercado, competindo com empresas capitalistas, mas, mesmo que estejam no mercado capitalista para garantirem sua sustentabilidade, o princípio de sua ação será fundamentado na cooperação e distribuição equitativa das riquezas produzidas. Essas organizações também buscam se unir para se fortalecer, conseguir competitividade e assegurar sua sobrevivência no mundo capitalista. Entretanto, essa união geralmente é estruturada em redes de cooperação, para que haja, também, a cooperação interorganizacional. Especialmente no caso dos apicultores, os grandes compradores exigem bastante quantidade e para isso eles precisam dessa união.

Entendemos que o sistema capitalista existe da forma como é porque de certa forma reproduz o mecanismo econômico de criação de mais valia, para o que contribuem o pensamento e as crenças arraigadas da sociedade sobre as relações sociais e a forma como devem ocorrer as transações. De um ponto de vista político, cultural e ideológico, o ser humano é estimulado à competição, a qual retrata uma situação de perde-ganha, em que alguém tem que perder para o outro ganhar. Uma mudança no modo de produção capitalista, num sistema que já está sedimentado, é algo muito complexo. Este trabalho, embora refira alguns aspectos desse processo, não tem a pretensão de discutir uma mudança tão profunda como essa. O que se pretende é conhecer as vias ou caminhos que trilham aqueles que vivem

em condição desigual, (e de que forma se organizam) e, conhecendo sua realidade propor soluções que contribuam para a diminuição da desigualdade e melhoria da condição de vida dos grupos estudados.

A partir desta reflexão podemos concluir a necessidade de uma mudança de paradigma da sociedade, para uma economia que privilegie o bem estar social das populações. A maior pobreza de uma sociedade não está somente na falta de recursos financeiros, mas também na sua forma de tratar os indivíduos, promovendo ou se acomodando com a desigualdade e a exclusão social, acentuando a estratificação e distribuindo desigualmente a riqueza, buscando o desenvolvimento econômico e preterindo o desenvolvimento social e o bem estar e qualidade de vida dos seus cidadãos.

2.2 ESTADO, TRABALHO E CAPITAL

Diante do contexto capitalista e da real situação de pobreza que existe entre os apicultores da Bahia, aqui estudados, qual o papel do Estado para solucionar esse problema?

De acordo com Poulantzas (1977), o Estado capitalista tem um traço distintivo fundamental, que difere dos outros tipos de Estado, que parece consistir no fato de não designar sujeitos enquanto agentes da produção, os quais são fixados neste Estado como “cidadãos”, “pessoas políticas”, “indivíduos”. Este Estado apresenta-se como Estado-popular-de-classe, suas instituições estão baseadas nos princípios de igualdade e liberdade dos indivíduos e sua legitimidade, “no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com seu povo” (POULANTZAS, 1977, p. 119). O “povo” é a massa de “indivíduos-cidadãos”. O sistema jurídico moderno reveste um caráter normativo, fundado em leis embasadas pelos princípios da liberdade e igualdade. “O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade como substancializando a vontade desse “corpo político” que seria a “nação”” (POULANTZAS, 1977, p. 119).

Poulantzas (1977) levanta questões sobre as características reais da economia que implicam nesse Estado capitalista e destaca uma invariante em todas as respostas: a referência ao conceito de “sociedade civil” e à sua separação em relação ao Estado.

A individualização dos agentes de produção, tomada precisamente como característica real das relações capitalistas de produção, constituiria o substrato das estruturas estatais modernas: o conjunto destes indivíduos-agentes constituiria a sociedade civil, quer dizer, de algum modo, o econômico nas relações sociais (POULANTZAS, 1977, p. 120).

Este autor ressalta a separação entre a sociedade civil e o Estado e o papel de uma superestrutura com relação a esses indivíduos econômicos, explicando com base no conceito importado de Hegel, que essa separação é moldada sobre o esquema da *alienação*. Diante disso, ele considera a impossibilidade de um exame científico do Estado capitalista, pois dificulta a compreensão da relação do Estado com a luta de classes, haja vista que os agentes da produção são concebidos como indivíduos-sujeitos. O autor entende que isso conduz a mascarar todos os problemas reais postos pelo Estado capitalista, pois oculta-os sob a problemática ideológica da separação entre o Estado e a sociedade civil.

No capitalismo, os produtores diretos estão totalmente despojados de seu objeto e meios de trabalho; e deles estão separados não somente na relação de propriedade econômica, como também na relação de posse. Vê-se o aparecimento dos trabalhadores livres, possuindo apenas sua força de trabalho e não podendo introduzir-se no processo de trabalho sem comprometimentos do proprietário, comprometimento representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho. É esta estrutura precisa das relações de produção capitalista que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia, e que dá lugar igualmente nas relações do Estado e da economia a uma separação relativa (acumulação do capital e produção da mais-valia), base da ossatura institucional própria ao Estado capitalista, pois traça os novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia. (POULANTZAS, 2000, p. 17).

Esses trabalhadores “livres” são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver e, na maioria das vezes sem esperança de uma vida digna devido aos baixos salários, se submetem a condições precárias de trabalho pela concepção de que “os direitos trabalhistas”, tipo recolhimento à previdência social, poderão lhe propiciar uma segurança que não teriam se fossem autônomos, vendedores ambulantes, por exemplo, pela incerteza de um rendimento adequado, até mesmo pela falta de capital para investir em qualquer negócio. Faltam incentivos/apoio do Estado para os profissionais autônomos (desempregados) e falta a grande parte desses trabalhadores o discernimento para buscarem alternativas pela via da economia solidária, por exemplo, por não compreenderem que as diversas formas de organização associativa podem se tornar uma alternativa para superar as dificuldades inerentes ao modelo capitalista, mesmo estando inseridos nesse sistema.

Mészáros (2002, p. 917) aponta a relação de antagonismo entre capital e trabalho e ressalta que o Estado deveria ter um papel mais firme e determinado na regulação das relações. Entretanto, parece não ter dado conta de tarefa tão complexa. Sobre isso Castells (1979, p. 92-93) explica que:

[...] Na medida em que o capital estrutura a sociedade, o Estado é utilizado cada vez mais como um mecanismo para absorver, amortecer e regular as contradições que surgem no processo de acumulação. No entanto, o Estado não é um simples aparelho regulador capitalista. Reflete as contradições da sociedade, e também desempenha

ao mesmo tempo as funções de legitimação dos interesses dominantes e da integração da classe dominada no sistema. A crescente intervenção do Estado em apoio à lógica capitalista, em todas as esferas da vida social e econômica, corrói as bases de sua legitimidade na condição de representante do interesse geral.

A atuação do Estado fortalece o sistema capitalista, mantém sua condição de distribuição desigual das riquezas que acentua as desigualdades sociais, dificultando ainda mais a vida do cidadão, trabalhador, que só tem a sua força de trabalho e tem que continuar se submetendo ao que determina o capital. E com o processo de globalização se acentuam uma série de dificuldades, principalmente para o pequeno empreendedor, que tem que competir com grandes organizações, não mais locais, porém em nível global.

O Estado poderia dar apoio maior à geração de trabalho e renda, incentivando o empreendedorismo social e fortalecendo a economia solidária, a fim de possibilitar a distribuição mais igualitária das riquezas e inclusão de mulheres e jovens, mediante políticas públicas que efetivamente possam contribuir para resolver esse tipo de situação, sem paternalismo ou clientelismo, visando à eliminação total da pobreza.

2.2.1 Perspectivas de novos paradigmas

Diante desse contexto, quais as alternativas? Como reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida e bem estar da maioria que vive em condições precárias? Essa é uma situação que parece não ser percebida por aqueles que vivem em boa situação, com renda definida e qualidade de vida. A pobreza teria que ser banida, não com soluções paternalistas, mas com ações efetivas que priorizem o *desenvolvimento local sustentável*. Ações que estimulem a capacidade empreendedora. Políticas públicas que promovam a inclusão social e produtiva de trabalhadores, mediante processos embasados no protagonismo social e na participação democrática desses atores no processo de construção dessas políticas.

Entretanto, o Estado não demonstrou ser capaz de resolver os problemas acima mencionados. Silva (2006) explica que, dadas as premissas neoliberais e a incapacidade de políticos reformistas em contrariar a lógica do capitalismo dominante, a perspectiva marxista e as teorias da dependência centro-periferia (FRANK, 1961; WALLERSTEIN, 1974; LACLAU, 1971; ARRIGHI, 1971) refutam os pressupostos neoliberais e respectivas teorias do crescimento e da modernização. Diante da falência da teoria neoliberal, das limitações da teoria neo-institucional e da utopia (pelo menos a curto-médio prazo) da perspectiva neomarxista, a abordagem territorialista, “centrada nas potencialidades do desenvolvimento regional e local com base nos recursos e nas sinergias endógenas e na capacidade de

negociação com instâncias e protagonistas externos (REIS, 1994; YRUELA *et al.*, 1994; HENRIQUES, 1990; CRISTÓVÃO, 1994; MARQUES; PORTELA, 1994)” (SILVA, 2006, p. 130), tem vindo a ganhar alguma credibilidade, podendo ser eficaz no combate a formas de exclusão social ou desequilíbrios regionais, mesmo estando inseridas no contexto de um modelo capitalista (SILVA, 2006).

Essa abordagem territorialista vem sendo utilizada no Brasil e a Bahia já vem desenvolvendo ações com base nas políticas territoriais. Em Agosto de 2010, através do Decreto nº 12.354, o Governo do Estado instituiu o Programa Territórios de Identidade, com a “finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal” (Pesquisa direta, 2012), bem como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), instituído, conforme Art. 3º, como “fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do Programa Territórios de Identidade” (PESQUISA DIRETA, 2012).

Em 2012, cada um dos 27 territórios de identidade da Bahia possui um Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CODES), formado por representantes do poder público (Prefeitos dos Municípios e outros órgãos públicos) e de representações da sociedade civil organizada (Sindicatos e Organizações Não Governamentais).

Como membro do Núcleo Técnico do CODES desde 2009, observamos nas suas reuniões maior participação da área rural. As reuniões sempre foram bastante participativas, se discutiam muitos problemas do território e podíamos perceber a conscientização política dos diversos representantes ali presentes. Entretanto, percebemos, também, que vários órgãos do governo até o momento ainda não estavam sintonizados com as políticas territoriais que o próprio governo instituiu. Isso fez parte das discussões da última reunião do CEDETER, em março/2013, da qual participamos e será pauta de discussões posteriores.

Esse processo, sendo efetivado com o apoio do Governo, seria um bom caminho para a construção coletiva de políticas territoriais que atendam às demandas sociais. Entretanto, sofre descontinuidade. Precisa ser retomado, avaliado e assumido pelo Governo, como prioridade. A CECOAPI não participa do CODES no seu Território e em reunião, em março/2013, disseram que esse processo no Território parece que teve uma parada.

Silva (2006) afirma que serão as forças dos movimentos sociais de vários tipos “que poderão impedir ou travar os efeitos mais nocivos da lógica implacável da globalização como

expressão máxima do capitalismo actual cada vez mais monopolista e hegemônico” (SILVA, 2006, p. 144).

Seria preciso mudanças fundamentais no modo de pensar da sociedade, bem como no modo de condução da gestão pública, em prol de modelos alternativos que convivam no sistema vigente, contudo, beneficiando as classes mais desfavorecidas.

Para Silva (2006, p. 145), cabe aos movimentos sociais

[...] O desenvolvimento de ações com estratégias que visem a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento ambientalmente sustentável e a melhoria das condições de vida do trabalho, com acesso ao trabalho, à segurança socioeconômica e com foco na emancipação de explorados e oprimidos a nível mundial [...].

O movimento social é importante para que esse povo reivindique trabalho e renda e melhores condições de vida. O Estado deveria atuar no fomento ao desenvolvimento local sustentável, ajudando essas populações, com apoio para que sejam verdadeiros protagonistas do processo de transformação que desejam, visando à redução das desigualdades sociais. Deveria ter como *prioridade* a promoção de ações para essas populações, no sentido de minimizar os problemas que vivenciam. Certamente que existem várias alternativas para solucionar esses problemas e este trabalho tem o propósito de lançar um olhar para o contexto e discutir sobre caminhos que possibilitem mudanças de perspectivas e construção de novos paradigmas. Neste sentido, os movimentos sociais historicamente vêm buscando construir novos caminhos e novas formas de caminhar. E na área rural essa busca por novas alternativas através da organização social já vem acontecendo, tanto na Bahia quanto em Portugal, no sentido de reduzir as desigualdades sociais, como será discutido a seguir.

2.3 DESIGUALDADES SOCIAIS

Perante algumas das questões inicialmente aqui colocadas, como a dificuldade de sobrevivência num mundo capitalista, em que se pratica a permanente acumulação de capital e se convive com problemas como o desemprego e as desigualdades sociais, cabe um olhar para o processo histórico que permeia o tema das desigualdades sociais no contexto do capitalismo e seu processo de acumulação.

Arendt (2005) ressalta que, desde os tempos de Platão o homem pobre não é senhor de si, a divisão social era culturalmente aceita como algo natural e os pobres sempre foram excluídos e alijados dos direitos de cidadão. Desde os primórdios que as relações entre os seres humanos são caracterizadas pela relação de poder, em que se destaca a desigualdade

entre os indivíduos, de acordo com a condição social, quantidade de bens ou de títulos de nobreza. Os menos favorecidos sempre estiveram em situação de inferioridade, à margem, tendo que se submeter ao que era imposto pelas classes poderosas. Mesmo neste novo milênio, com todos os avanços existentes, os pobres continuam excluídos, até mesmo de serviços básicos de saneamento, saúde, educação e outros, como no Brasil, em que a distância de determinados lugares para os centros dificulta o acesso dessas populações a serviços básicos.

Segundo Lenski (1966 *apud* SILVA, 2009a), os principais sistemas de estratificação social caracterizam-se conforme os diferentes tipos de sociedade, considerando o nível tecnológico e volume de bens excedentes. As sociedades capitalistas industriais, já com tecnologias mais avançadas produtoras de novas formas de energia emergem da revolução industrial nos séculos XVIII e XIX e caracterizam-se pela substituição de velhas formas de produção por nova relação de exploração da força de trabalho assalariada, por parte da classe burguesa. Nas sociedades capitalistas também se manifestam formas de desigualdade social e política (SILVA, 2009b).

Com o capitalismo o processo de estratificação é baseado na propriedade dos meios de produção e na divisão social do trabalho, estabelecendo-se a necessidade de se vender a força de trabalho em troca de um valor, para garantia da sobrevivência daqueles que dependem da sua força de trabalho. E prevalece o mesmo processo de desigualdade social.

Para Silva (2009b, p.14) “desigualdade social pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta”. Este autor traz o conceito de Weber (1978) de que, dentre os objetos desigualmente apropriados pelos atores sociais, estão os privilégios e oportunidades de vida. Essas oportunidades, segundo Bader e Benschop citados por Silva (2009b), se referem a oportunidades socialmente criadas, como prestígio, poder, condições de sobrevivência, entre outras. Ou seja, ‘objetos de apropriação’ (coisas, pessoas, qualificações, lugares sociais, posições organizacionais, idéias, relações sociais, entre outros), a fim de satisfazer necessidades físicas, psíquicas, espirituais e sociais. E ocorre que determinados atores sociais se apropriam ou monopolizam recursos e excluem outros atores. Portanto, pode haver exclusão também em nível micro, no seio de organizações onde haja luta pelo poder e não haja consciência de coletividade, de cooperação e solidariedade.

Silva (2009b, p. 15) ressalta que as questões da pobreza e exclusão social muitas vezes são colocadas de forma dicotômica, em que “os incluídos e mormente os ricos seriam representados como agentes todo-poderosos e exploradores”, enquanto “os pobres e excluídos

seriam apenas vistos como vítimas passivas, totalmente dominadas e/ou exploradas sem qualquer tipo de recurso, quando o numero e a organização destes cidadãos destituídos podem tornar-se recursos notáveis para a transformação social”. Ele traz essa questão como um alerta para não se ter sobre esses excluídos atitudes caritativas ou assistencialistas.

Não é o caso dos atores sociais aqui estudados, que buscam a inclusão produtiva. Entretanto, é importante tal alerta, porque esses atores sociais, organizados, podem assumir o poder de contribuir para transformar a sua realidade. Logicamente que esse movimento de organização depende de uma série de fatores, principalmente da percepção sobre sua própria força, como também do mínimo de informação. E isso é o que em geral falta ao povo que habita a área rural, especialmente no Semiárido baiano, região em que há alto índice de analfabetismo. O papel das associações se reveste de grande importância neste sentido.

Silva (2009a), avaliando o legado weberiano diz que este autor apresenta visão mais ampla das desigualdades sociais, entendendo-as como resultantes de diversas formas de desigualdade que se manifestam nas dimensões econômicas, sociais e políticas, concebendo Weber a sociedade como algo resultante da luta pelo poder entre classes, grupos ou categorias sociais em três planos interdependentes: econômico, social e político.

A luta pelo poder faz parte da história da humanidade, da luta pela sobrevivência e certamente pode ocorrer, tanto no sistema macro quanto dentro de organizações, capitalistas ou não. Esses processos podem derivar em exclusão social. Silva (2009a, p. 22) explica que, para Weber (1978), a exclusão social é

Resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora das relações fechadas próprias de certos círculos, cujos actores monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e estilos de vida, ora ainda da desigual atribuição de funções e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária.

O fechamento de grupos à entrada de outros pode ocorrer em espaços que envolvam disputas internas, se não houver consciência de coletividade na organização ou no caso de interesses político-partidários permearem os processos coletivos e influenciarem na dinâmica da gestão, podendo ocorrer situações de exclusão dentro do próprio grupo. Um fato semelhante foi observado em uma das associações estudadas, resultando em conflitos internos e dificuldades de um trabalho mais coeso.

No sistema capitalista a classe trabalhadora sempre foi historicamente excluída e subjugada aos ditames do capital, especialmente no Brasil em que, segundo Velho (2008), no seu processo de colonização, predominou um modelo hierarquizante, com o modo de

produção apoiado no trabalho escravo. As classes sociais eram distintas: de um lado, categorias sociais formadas por senhores de engenho, usineiros e, do outro, escravos negros e proletários rurais e urbanos.

[...] Embora não seja exclusivo, o modelo hierarquizante atua de forma decisiva na sociedade brasileira. Somando-se a onipresença do Estado, encontramos os limites do indivíduo enquanto sujeito moral e político. Essas são algumas das razões para a fragilidade da noção de cidadania no nosso país. Embora na lei tenhamos, de um modo geral, definidos direitos e liberdades extensivos a todos os membros da sociedade brasileira, na prática temos cidadãos de primeira, segunda e terceira classe e mesmo não-cidadãos, isto é, indivíduos sem voz, sem espaço e sem nenhum respaldo real nas instituições vigentes. Os exemplos são tantos que seria maçante enunciá-los. É importante chamar atenção de que não se trata de um problema que possa ser explicado apenas em função da pobreza, miséria, má distribuição de renda etc. Sem dúvida os membros das camadas de baixa renda vivenciam com mais constância e dramaticidade a ausência de direitos e garantias. Mas em termos de um sistema cultural, de um universo de representações, há que salientar que, a não ser nos exemplos mais óbvios e ostensivos de demonstração de poder, indivíduos de diferentes estratos estão sujeitos a serem violentados nos direitos definidos na letra da lei. (VELHO, 2008, p. 145).

Quanto mais baixo o grau de instrução e informação, mais o indivíduo tem dificuldade de perceber a sua plena condição de cidadão, podendo ser privado de seus direitos. É o poder exercido para reforçar a exclusão. “O autoritarismo se manifesta através do exercício de um poder não-legitimado em termos morais, religiosos e políticos. Esse é o nosso grande impasse e a violência é sua expressão mais flagrante.” (VELHO, 2008, p. 148). Aliado a isso, o longo processo ditatorial ocorrido no Brasil, principalmente no período da ditadura militar, certamente contribuiu para esmagar a vontade de indivíduos, que aprenderam a amortecer o seu desejo de gritar pelos seus direitos de cidadãos, e se transformaram em meros expectadores de si mesmos e da sua pobreza, numa aceitação passiva de uma situação de exclusão social. Dessa passividade ao protagonismo social é um longo caminho de conscientização sobre seus direitos e sua cidadania.

Diante disso consideramos a participação dos apicultores em associações e cooperativas como importantes processos emancipatórios em que, por meio da vivência de reflexões para a transformação de suas vidas, constroem novos caminhos, em cooperação. Esse processo se constitui no exercício da cidadania e no despertar da sua importância como ser humano capaz. E, como diz Freire (1981), ao se defrontar com uma dada situação, o indivíduo tem a condição concreta que o desafia.

2.4 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Os atores sociais na região pesquisada, na Bahia, convivem com a falta de acesso a saneamento, trabalho, moradia digna, etc. Diante disso, em muitas comunidades eles criam associações comunitárias para lutarem por esses direitos de cidadãos. Mas o que é cidadania? De acordo com Martins (2009, p. 55):

Cidadania é um constructo moral, político e jurídico ambivalente que aparece em sociedades históricas, complexas e abertas, nas quais o dilema entre indivíduo e sociedade é equacionado mediante o surgimento de esferas públicas que valorizam o “mundo comum”. Na Modernidade, tais esferas reduzem as influências do privado e realçam a importância da igualdade como conquista política e jurídica, ou seja, nelas, a propriedade individual é relativizada pela propriedade social. Do ponto de vista moral, o valor básico da cidadania é aquele da igualdade social que, nos casos das experiências democráticas, é pautada por um novo valor de liberdade, o qual não é mais aquele do tirano, mas do homem comum.

A construção da cidadania é um processo permanente que requer do indivíduo a consciência de si e do outro e da sua relação no mundo e com o mundo. Dentre os elementos que contribuem para a construção da cidadania, ou para dar um novo significado à cidadania, destacam-se a participação do cidadão em decisões que dizem respeito aos destinos da sua vida e do seu espaço territorial. O exercício pleno da cidadania passa pelo direito à saúde, educação, moradia digna, trabalho e inserção social, mas principalmente pelo protagonismo social do indivíduo na sociedade e sua atuação enquanto ator consciente de sua responsabilidade social.

A idéia da cidadania como um direito universal tem sido reforçada por outro princípio, o dos direitos humanos. Generalizou-se assim, no Ocidente, a crença de que a cidadania seria um valor democrático, universal e necessariamente fundado nos direitos humanos. Sendo um direito universal e um bem intangível do ser humano, a cidadania democrática moderna deveria, por conseguinte, ser tida como referência para toda organização política independentemente dos contextos culturais particulares. (MARTINS, 2009, p. 58).

O direito à cidadania plena, de forma igualitária a todos os indivíduos, independente de classe social, sempre foi uma busca dos movimentos sociais. Desde os primórdios o ser humano convive com as desigualdades sociais. De acordo com Chauí (2005, p. 376), o Estado liberal não concebia que um não-proprietário ocupasse um cargo de representante num dos três poderes. “Ao afirmar que os cidadãos eram os homens livres e independentes, os liberais queriam dizer com isso que eram dependentes e não-livres os que não possuíam propriedade privada”. Dessa forma, excluía a maioria da sociedade – as mulheres e os trabalhadores – do direito à cidadania e ao poder político.

A partir do século XVIII ocorrem intensas lutas populares no sentido de forçar o Estado a ampliar a cidadania política (CHAUI, 2005). Para Göhn (2000, p. 92), muitas mudanças que estão acontecendo no mundo são fenômenos que contêm processos sociais que se constituem em “caminhos para uma transformação social qualitativa, bases para uma realidade menos injusta socialmente, e perspectivas para o exercício de uma democratização radical nas relações de poder”. Dentre esses fenômenos, a autora destaca as novas formas de sociabilidade presentes nas redes e movimentos sociais e sua relevância pelo *empoderamento* que proporciona aos indivíduos nas comunidades, a exemplo das experiências de Orçamento Participativo, conselhos gestores que atuam junto a administrações públicas, campanhas de solidariedade promovidas pela sociedade civil, campanhas de alfabetização, construção de fóruns de debates sobre direitos humanos e cidadania, entre outros.

Nos anos 90 os movimentos sociais passaram por um período de mudanças, após o processo de redemocratização formal do sistema político na América Latina, que resultou nas organizações não-governamentais (ONGs). E no Brasil, após a Constituinte de 1988 foram abertos canais para a participação das ONGs e movimentos sociais nas decisões quanto a políticas públicas, a exemplo dos orçamentos participativos. Outras mudanças importantes foram a formação de redes entre ONGs, movimentos sociais e cidadãos com objetivos comuns e, em 1992, a formação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG, 2012).

O grito dos excluídos não consegue acordar a sociedade adormecida, ou anestesiada pela correria na busca da própria sobrevivência. É cada um cuidando de sua própria labuta diária, sem perceber o outro, que se debate, passa fome, frio e sofre no anonimato.

Às vezes, a violência dos opressores e sua dominação se fazem tão profundas que geram em grandes setores das classes populares a elas submetidas uma espécie de cansaço existencial que, por sua vez, está associado ou se alonga no que venho chamando de anestesia histórica, em que se perde a idéia do amanhã como projeto. O amanhã vira o hoje repetindo-se, o hoje violento e perverso de sempre. O hoje do ontem, dos bisavós, dos avós, dos pais, dos filhos e dos filhos destes que virão depois. Daí a necessidade de uma séria e rigorosa “leitura do mundo”, que não prescinde, pelo contrário, exige uma séria e rigorosa leitura de textos. Daí a necessidade de competência científica que não existe por ela e para ela, mas a serviço de algo e de alguém, portanto contra algo e contra alguém... Daí a necessidade da intervenção competente e democrática do educador nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido o seu endereço no mundo. Explorados e oprimidos a tal ponto que até a identidade lhes foi apropriada.¹ (FREIRE, 2001, p. 27).

¹ “É preciso deixar claro, mesmo correndo o risco de repetir-me, que a superação de uma tal forma de estar sendo por parte das classes populares se vai dando na práxis histórica e política, no engajamento crítico nos conflitos sociais. O papel, porém, do educador neste processo é de imensa importância”.

Diante de uma realidade ameaçadora, o ser humano, sem perspectiva de vida não faz projetos, não constrói seu caminho, sente-se desprotegido, excluído da sociedade; um ser que não percebe sua identidade, sua cidadania. A ignorância sobre os seus direitos o torna ainda mais vulnerável e a falta de instrução e de conhecimento torna-se arma contra si próprio. Essa realidade é mais comum do que parece, porque a sociedade em que vivemos, nomeadamente no Brasil, apresenta índices elevados de analfabetismo, bem como, de analfabetos funcionais, pessoas que não conseguem fazer uma leitura correta da realidade e vivem alienadas do mundo em que vivem, sem compreensão exata de seus processos, suas interrelações e até mesmo de seus próprios direitos e deveres, principalmente na área rural, onde até os direitos básicos dessas populações não são atendidos e mais ainda no Semiárido baiano, uma região no Brasil que sempre foi muito carente de políticas públicas e com os mais elevados índices de analfabetismo e os piores do país, em qualidade de vida.

Essa população, sem a educação básica, será marginalizada, dificilmente ingressará no mercado de trabalho, constituindo-se numa grande massa de desempregados que provavelmente fará parte do grande “exército industrial de reserva” desse mundo capitalista, se constituindo em uma população excedentária que jamais conseguirá emprego fixo, perambulando entre uma ocupação ou outra, ou até mesmo fazendo parte daquela camada que vegeta na miséria e no pauperismo.

Offe (1992), citado por Göhn (1997, p.154), afirma que, “talvez a História registre como um dos maiores saldos dos movimentos sociais contemporâneos, a sua contribuição para a construção da cidadania, particularmente entre as camadas populares no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo”. Entendemos que um dos grandes desafios para o processo de construção da cidadania é a responsabilidade pela participação em debates, fóruns, conferências e pelas decisões sobre a coisa pública, no exercício pleno da democracia. Esse processo estimula e instiga o indivíduo a ser protagonista de sua história e se movimentar na busca de novas alternativas que possibilitem o seu bem estar e qualidade de vida. E certamente essa busca passa pela compreensão e consciência de ser cidadão.

No Brasil, a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) desde sua fundação, em 1991, congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. Assume como papel a contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa

da ética na política para a consolidação da democracia (ABONG, 2012).

Em Portugal, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural (ANIMAR) representa um ícone visando agregar uma vasta rede de solidariedade para a construção de novos caminhos no desenvolvimento de indivíduos e respectivas comunidades locais (ANIMAR, 2012).

Na área rural, no Brasil, as associações e cooperativas assumem importante papel na busca de alternativas para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida das populações. Os trabalhos associativos são instrumentos para a mudança de vida, a construção da cidadania, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local sustentável. E, conscientes desse *movimento* em prol de uma mudança, os atores sociais poderão construir um capital social que possibilitará a consecução de objetivos sociais voltados para a transformação da sua realidade. Essa consciência, de certa maneira é estimulada pela participação social, mas torna-se necessário ressaltar o papel da educação nesse processo.

2.5 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Uma das associações pesquisadas na Bahia, aqui tomada como referência, vem exercendo um importante papel de transformação da sua realidade, mediante ações efetivas para a solução de problemas comuns. Com coragem e determinação eles registram na sua história processos de mudança resultante de decisões coletivas, conscientes, sobre o seu destino. Esses processos, motivados pela necessidade de melhoria na qualidade de vida, constituem-se em verdadeiro aprendizado para esses sujeitos, que se fortalecem ainda mais com o resultado de suas ações.

Sobre processos como esse Arroyo (2000) ressalta que são dignos do nosso pensar pedagógico e afirma que “há sujeitos humanos se construindo; sindicatos preocupados com esses sujeitos, que têm uma história insubstituível; que têm sido, junto com os movimentos sociais, os grandes sujeitos educadores dessas últimas décadas” (ARROYO, 2000, p. 260). Este autor, lembrando Caio Prado Júnior, alerta que “quando as instituições da sociedade não dão conta mais de que o ser humano viva com o mínimo de dignidade, estamos num processo revolucionário. E se estamos num processo revolucionário é possível que esse processo seja educativo, humanizador” (ARROYO, 2000, p. 267). Ele chama a atenção de que é preciso entender que nesses processos existem dimensões educativas.

Complementando esse pensamento, podemos concluir que esse processo educativo seja decorrente de um despertar para a consciência de cidadania. Assim, ao tempo em que a

educação contribui para o exercício da cidadania, a consciência de cidadania implica num processo educacional intrínseco.

Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é, um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específica e exclusivamente humano. É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres, como seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação, que implica em “tomar distância” do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres *com* o mundo. Sem esta objetivação, mediante a qual igualmente se objetivam, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmos nem do mundo. [...] Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, *consciência de e ação sobre* a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação. A prática consciente dos seres humanos, envolvendo reflexão, intencionalidade, temporalidade e transcendência, é diferente dos meros contactos dos animais com o mundo. (FREIRE, 1981, p. 53).

Deste modo, a educação (formal e não formal) poderá assumir grande importância, no sentido de contribuir para que o indivíduo aprenda a expressar suas demandas, a ter consciência de si e do outro. O investimento em educação é o principal caminho para a cidadania, porque contribui para desenvolver a consciência de ser cidadão, de ser pessoa, de pertencer à sociedade, de ter direitos e deveres, de aprender a viver em comunidade e ser o autor da sua própria história.

Entretanto, conforme Göhn (2000) é preciso uma prática educacional fundamentada em projeto político pedagógico pautado na preocupação com o conteúdo, mas também com o seu significado. O currículo escolar, organizado a partir da experiência dos alunos e do cenário da comunidade em que vivem, propicia elementos para que este aluno se perceba no mundo, compreenda sua inserção e adquira maior autoestima. “À escola, como à cidade, é atribuído o espaço para o exercício da democracia, e conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi o espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores” (GÖHN, 2000, p. 95).

Os processos educacionais, no campo, devem ser desenvolvidos com base na sua realidade. Morin (*apud* FERREIRA, 2008) ao definir os sete saberes essenciais para a educação do futuro, alerta que a educação que transmite o conhecimento não deve ser tão cega sobre o que é o conhecimento humano, os aspectos com ele relacionados e as tendências ao erro e à ilusão. Destaca que o conhecimento é pertinente, se for evidente e, neste aspecto, ressalta a inadequação entre o problema do conhecimento fragmentado e os problemas da realidade. Considera importante: reconhecer a unidade, a complexidade da condição humana e

a diversidade inerente; ensinar a desenvolver a identidade terrena; enfrentar as incertezas e a lidar com o imprevisto; e ensinar a compreensão e a ética.

Todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana, isto é à democracia e à cidadania terrestre. Esta ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral, mas formando as mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. (MORIN *apud* FERREIRA, 2008, p. 305).

Desta forma, o indivíduo terá maior capacidade de participar, de forma democrática e solidária, de processos para transformar a sua realidade,

[...] Pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda a partir de sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir do lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. [...] Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (FERNANDES, 2005, p. 141-142).

É preciso valorizar o seu espaço, suas relações, sua identidade; pensar o mundo a partir de uma perspectiva sistêmica, multidimensional, considerando que “os problemas atuais possuem uma natureza transdisciplinar. São problemas transversais, transnacionais, globais e planetários, implicando em grandes desafios como os da globalidade, da complexidade e da expansão incontrolada do saber” (MORIN, 2000, *apud* MORAES, 2004, p. 275).

Nos processos educacionais está envolvida uma dinâmica complexa constituída de diferentes subsistemas, ou seja, pelos subsistemas biológico, mental ou psicológico, cultural e social. Cada um atua de determinada maneira em função de uma dinâmica não-linear que lhe é própria. O pensamento complexo que fundamenta o paradigma eco-sistêmico nos leva a aprender a religar, a contextualizar e a problematizar. Ensina também a reconhecer o outro em seu legítimo outro, a aprender a incluir a unidade na diversidade, levando-nos a aprender a aprender, a aprender a ser e a aprender a amar. (MORAES, 2004, p. 192).

Esses processos educacionais possibilitam a transformação social a partir da mudança individual e, neste sentido, o envolvimento desses atores sociais no processo de construção coletiva de estratégias orientadas para o desenvolvimento local sustentável. Não bastam políticas públicas de inclusão produtiva e social, sem um projeto político para uma pedagogia transformadora.

3 MODO DE PRODUÇÃO COOPERADA: ENTRE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO

A partir da tentativa feita no capítulo anterior, de compreensão do modo de produção capitalista, cabe lançar um olhar para o ‘modo de produção’ aqui abordado, através da produção cooperativa do mel, que deve ser entendido como o oposto ao modo de produção capitalista. Enquanto o modo de produção capitalista separa o produtor daquilo que produz, acentua as desigualdades sociais e estimula a acumulação de capital com os lucros nas mãos de poucos – dos donos do capital –, esse outro modo de produção é inclusivo, emancipatório e prioriza a coletividade, a distribuição equitativa dos resultados, o bem estar social e o desenvolvimento local sustentável. O modo de produção cooperativa deve ser entendido, neste trabalho, como um processo de auto-gestão que estimula o sentimento de pertencimento, de solidariedade, a construção de um capital social e de um novo caminho; a *produção* da cidadania.

Assim, vamos entender melhor esse outro modo de produção, desvendando suas concepções conceituais, a fim de possibilitar melhor compreensão sobre o processo desenvolvido pelas associações e cooperativas de apicultores aqui estudadas. Dissertaremos, também, nesta sessão, sobre emancipação, capital social, desenvolvimento local sustentável, estratégias para o desenvolvimento sustentável e sobre gestão de organizações sociais orientada para o desenvolvimento local sustentável.

3.1 MODO DE PRODUÇÃO COOPERADA: APRENDENDO COM AS ABELHAS

A história mostra-nos que, junto com o modo de produção capitalista, o crescimento desordenado das cidades trouxe consigo diversos problemas sociais, como as favelas, ‘meninos de rua’ e enorme quantidade de desempregados. A grande maioria dessas favelas, certamente é proveniente do êxodo rural. Os agricultores, sem terra, ou os pequenos agricultores, especialmente aqueles que vivem em lugares como o semiárido, castigado pela seca, sem qualquer condição de tornar sua propriedade produtiva e sobreviver ou prosperar com ela, se viam na necessidade de buscar trabalho nas grandes cidades, nas indústrias. Sem instrução e nenhum preparo para disputar o mercado de trabalho, eles se viam com subempregos ou na fila dos desempregados, passando fome e toda sorte de privações.

Para superar as desigualdades sociais e os problemas próprios do modo de produção capitalista, surgem diversos modos alternativos de produção.

O sistema capitalista engloba diversos modos de produção além do capitalista. Nele atuam, lado a lado, trabalhadores por conta própria que formam a produção simples de mercadorias, empresas públicas e privadas sem fins de lucro, produção para auto-subsistência nos lares e cooperativas autogestionárias, que constituem um embrião ou “implante” socialista. O sistema é capitalista porque o modo de produção capitalista é econômica e socialmente predominante. Os outros modos de produção se submetem e se adaptam à supra-estrutura legal e política que fundamenta a hegemonia capitalista. (SINGER, 2000, p.47).

Esses novos modos de produção surgem através do trabalho em cooperação, denominados: associativismo, cooperativismo, economia do terceiro setor, economia popular, economia social, economia solidária ou empreendedorismo social. Todas essas expressões designam “um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 9) e são formas de trabalho em cooperação.

O termo cooperação está dicionarizado como o ato de cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto. Está associado às idéias de ajuda mútua, de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade. No sentido amplo, indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social. Também é entendido como processo social em que pessoas, grupos, instituições e/ou países atuam de forma combinada para atingir objetivos comuns ou afins (v. Cooperação internacional). No sentido restrito, a cooperação é entendida como a base das relações econômico-sociais que os trabalhadores associados pretendem estabelecer no processo de trabalho (v. Cooperativismo). Denota um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas. (JESUS; TIRIBA, 2009, p. 80).

Esse valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano faz toda a diferença nas relações entre os indivíduos que formam um empreendimento coletivo. Esses autores, a partir do conceito marxiano de cooperação, explicam:

Podemos inferir que, ao contrário da competição, em que um trabalhador ou um grupo de trabalhadores tenta maximizar suas vantagens em detrimento dos demais, a cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para se atingirem objetivos comuns. Fundada na divisão do trabalho e sendo a forma como os homens, trabalhando lado a lado, completam-se mutuamente, Marx sinaliza que a cooperação manifesta-se desde o início das civilizações, estando presente nos modos de produção anteriores ao capitalismo. (JESUS; TIRIBA, 2009, p. 81).

Um empreendimento econômico solidário é formado pela livre associação de trabalhadores, tendo como base de sua eficiência e viabilidade, a cooperação e valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual está inserido,

visando à qualidade de vida e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais (GAIGER, 2009). “Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas.” (GAIGER, 2009, p.181).

A cooperação está presente nos diversos ‘modos de produção’, entendido por diferentes termos, explicados a seguir: terceiro setor, economia social, economia popular, empreendedorismo social, economia solidária, comércio justo. A diferença entre esses termos está relacionada aos respectivos contextos em suas realidades específicas. “Importa, assim, entender em que lugar sócio-histórico se constrói essas categorias e qual o significado particular que acompanha a origem dessas formulações/conceitos/noções.” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 9).

3.1.1 Terceiro Setor

França Filho (2002) ressalta a confusão que ocorre em torno do termo “terceiro setor”, devido a sua vulgarização na mídia e em diversos fóruns, e explica que a compreensão deste termo pode abranger um amplo conjunto de organizações que não pertencem ao setor privado mercantil, nem ao setor público estatal. Esse termo é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica e está relacionada à idéia de filantropia e ao universo das organizações sem fins lucrativos, sob um ângulo de visão funcionalista. “Tal como consideram Salomon e Anheier (1992), no interior desse campo (*non-profit sector*) as organizações apresentam as seguintes características: são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 10). Este autor acrescenta outros dois traços: as organizações não devem ser políticas (partidárias), nem confessionais (religiosas). Na perspectiva liberal

o terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, vis-à-vis do Estado e do mercado. Ele é portanto considerado como um setor à parte, que visa se ajustar funcionalmente às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado. É, portanto, nessa perspectiva de interpretação que o termo terceiro setor aparece, em alguns casos, como justificção ideológica do desengajamento do Estado em termos de ação política. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 11).

A European Research Network (EMES²), em pesquisa realizada desde os anos 90 do século XX sobre novas dinâmicas dentro do terceiro setor europeu (DEFOURNY & NYSSSENS, 2010 *apud* PARENTE, 2011), apresenta nove critérios que refletem as dimensões empreendedoras e sociais de um tipo ideal de organização social (DEFOURNY, 2001; DEFOURNY; NYSSSENS, 2010 *apud* PARENTE *et al.*, 2011), abrangendo a dimensão econômica e social. EMES é uma rede de pesquisa de centros universitários de pesquisa e de pesquisadores individuais, cujo objetivo é construir gradualmente um corpo europeu de conhecimento teórico e empírico, pluralista em disciplinas e metodologia, em torno do "Terceiro Setor" (SOCIAL ECONOMY EUROPE, 2012).

As organizações sociais, para a EMES, são

Organizações privadas, autônomas e empreendedoras que providenciam produtos ou serviços com o objectivo explícito de beneficiar a comunidade. São detidas e geridas por um grupo de cidadãos e o interesse material dos investidores é sujeito a limites [...], estando ora proibidas legalmente de distribuir lucros ora estruturadas de forma a excluir o lucro como objectivo principal. (BORZAGA; GALERA; NOGALES, 2008, p. 5 *apud* PARENTE *et al.*, 2011, p. 11).

No âmbito da dimensão econômica a organização social deve produzir produtos e serviços, com elevado grau de autonomia, mas com dependência da capacidade de seus membros e trabalhadores para assegurar sua viabilidade financeira e com um mínimo de trabalhadores profissionais assalariados. No que tange a dimensão social, deve ter sido criada voluntariamente por um grupo de cidadãos, com um objetivo específico de atendimento a demandas da comunidade ou de determinado grupo, com gestão democrática e participação equitativa de todos nas decisões e distribuição limitada de lucros, orientada pelos objetivos sociais.

Neste trabalho estamos utilizando o termo 'organização social' para nos referirmos às associações e cooperativas aqui discutidas e para diferir de 'organização capitalista'.

3.1.2 Economia Social

Em contraste com a noção de terceiro setor, tipicamente norte-americana, a noção de economia solidária e economia social inscrevem-se num contexto europeu mais geral, e

² EMES significa 'Emergence des Entreprises Sociales en Europe', o título de um projecto francês conduzido por uma rede de pesquisa e que decorreu entre 1996 e 2000. A sigla EMES foi mantida quando a rede se tornou uma associação formal internacional e continuou a liderar outros projetos de pesquisa sobre empresas sociais e, de forma mais abrangente, sobre o terceiro setor.

francês, em particular. Na Europa, a relação com o Estado social é constitutiva das experiências associativistas, conforme Lavile (2000), citado por França Filho (2002).

Foram exatamente as experiências associativistas da primeira metade do século XIX, na Europa – em particular, as chamadas sociedades de socorro mútuo – que primeiro conceberam a idéia de uma proteção social. Ou seja, o embrião, em termos de idéia, da concepção moderna de solidariedade via a função redistributiva do Estado, conforme exprime o sistema previdenciário estatal, encontra-se exatamente em algumas práticas de economia social iniciadas na primeira metade do século XIX na Europa, que foram, entretanto, mais tarde, apropriadas pelo Estado. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 11).

França Filho (2002) afirma que as noções de terceiro setor, economia social e economia solidária são oriundas de uma tradição histórica comum, relacionada com o movimento associativista operário da Europa na primeira metade do século XIX.

As iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 12).

Este autor explica que foi chamada de socialismo utópico, por simbolizar um ideal de transformação que passava pela possibilidade de multiplicação das experiências, sem implicar na tomada de poder político via aparelho do Estado e “colocando o horizonte de construção de uma hegemonia no próprio modo como se operava a economia, isto é, no modo como se reproduziam as condições de produção.” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 12). O direito ao trabalho era o principal aspecto da dimensão política da economia social, tendo em vista que as experiências desenvolvidas aparecem como alternativas, em termo de organização do trabalho, à proposta praticada pela empresa capitalista nascente (FRANÇA FILHO, 2002).

Essas experiências abrangem a dimensão econômica e social, sob um fundo de luta política e aos poucos vão mudando sua fisionomia ao longo da história, em decorrência da forte especialização e profissionalização gestada com bases em lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos e similares à da esfera mercantil. Essa mudança chega aos quadros jurídicos e aparecem os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. Essa fragmentação da economia social em estatutos jurídicos específicos reflete a tendência de isolamento dessas organizações e integração ao sistema econômico dominante. As cooperativas inserem-se na economia mercantil e as mutualistas são quase integralmente incorporadas à economia não-mercantil praticada pelo Estado (FRANÇA FILHO, 2002).

Essa dinâmica organizacional reflete, portanto, do ponto de vista interno, a própria mudança no perfil dos quadros que a constituem: os militantes políticos, embalados pelos ideais de um vigoroso movimento operário, pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemônica nessas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sobre seu projeto político. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 12).

Assim, desaparece a perspectiva de uma economia solidária e desponta a economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX, desempenhando o papel de apêndice do Estado e, como na França, por exemplo, despontam como grandes organizações cooperativas ou mutualistas – bancos, hospitais – que representam grandes estruturas tecnoburocráticas similares a uma empresa privada ou pública (FRANÇA FILHO, 2002). Este autor destaca que o termo economia social serve para designar organizações de grande porte, de quatro tipos: cooperativas, mutualistas, fundações e algumas associações de grande porte.

A economia social agrega diferentes tipologias organizativas, como associações, cooperativas, etc, mas congrega princípios comuns, como o propósito de servir à comunidade e privilegia os interesses sociais, democratização nos processos de gestão e distribuição equitativa do rendimento (PARENTE *et al.*, 2011).

3.1.3 Economia Popular

Para França Filho (2002) a noção de economia popular é utilizada geralmente para identificar um processo social que pode ser traduzido pela “aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina” (RAZETO, 1991 *apud* FRANÇA FILHO, 2002, p. 16), a exemplo das ocupações autônomas, pequenas empresas familiares, empresas associativas ou organizações econômicas populares (OEP). Trata-se, portanto:

Da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. Tal dimensão comunitária na ação comunitária, ou essa economia popular, articula-se em alguns casos com o plano institucional. Isso acontece, particularmente, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, muitas vezes acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 16).

A economia informal, segundo França Filho (2002, p. 16) “assume, na maioria dos casos, a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais e não apresentando, desse modo, uma articulação com uma

base social local precisa ou com um saber ancestral”. Corresponde a grande diversidade de iniciativas socioeconômicas, podendo se constituir em modos de organização democráticos (abertos sobre o espaço público), como é o caso de algumas experiências de associação e de “cooperativização” ou como forma de sobrevivência dos mais pobres, (com certo grau de precariedade institucional). É vista como uma estratégia de sobrevivência (FRANÇA FILHO, 2002).

Icaza e Tiriba (2009, p. 150) entendem como economia popular:

O conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos. O conceito remete ao significado etimológico da palavra economia, originada do grego *oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro). Assim como *Oikonomia* diz respeito ao “cuidado da casa” (entendida como morada do ser humano), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, homens e mulheres que não vivam da exploração da força de trabalho alheio tentam garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais.

Como forma de amenizar as dificuldades advindas do desemprego, os indivíduos criam estratégias de trabalho visando à sua sobrevivência. Icaza e Tiriba (2009) explicam que, além das práticas econômico-sociais para a obtenção de ganhos monetários, a economia popular consiste, também, em ações de solidariedade entre familiares e amigos ou no âmbito da comunidade, visando à melhoria da qualidade de vida.

3.1.4 Empreendedorismo social

As populações, na busca de respostas para os problemas socioeconômicos criam alternativas diversas para sua sobrevivência e melhores condições de vida nas comunidades e, neste sentido, as formas associativas despontam como uma solução para fortalecimento dos grupos e alcance de objetivos comuns, por meio do empreendedorismo social.

O empreendedorismo social perfila-se como um constructo teórico-prático novo, com características, princípios e valores próprios, mobilizado na Europa em contexto de crise econômica e social. A investigação académica encontra-se em Portugal numa fase inicial, onde a indefinição de fronteiras conceptuais, a falta de verificação empírica ou a disparidade de estatutos organizacionais incluídos constituem alguns dos desafios mais prementes para a sua análise. (PARENTE *et al*, 2011, p. 1).

A ausência de políticas públicas para solucionar os problemas sociais tem estimulado a sociedade civil a buscar práticas alternativas que respondam às demandas sociais não atendidas pelo Estado. Segundo Parente e outros (2011, p. 2):

Embora estas respostas se ancorassem tradicionalmente no designado sector não lucrativo anglo-saxónico ou na economia social europeia, o processo e as práticas de empreendedorismo social, tal como vem sendo construído teórica e empiricamente na actualidade, procura incorporar neste sector conceitos e idéias de negócio como veículo de inovação a fim de superar os desafios sociais. Nesta dinâmica, as fronteiras entre actividades não lucrativas e comerciais orientadas para o mercado diluem-se de forma a criar abordagens mais eficazes (Dees, 2001; 2009; Mair & Marti, 2006) em que as segundas sustentam as primeiras. O termo “empreendedor social” transmite essa mistura de orientações caracterizada pela combinação do objectivo social, associado às instituições sem-fins lucrativos, com uma vertente empreendedora, aliada ao carácter dinâmico e inovador do negócio. (MARTIN; OSBERG, 2007).

Parente e outros (2011) ressaltam que, a partir do contributo de Dees (2009), as raízes do empreendedorismo social remontam a meados do século XIX, período que representou uma mudança no significado de caridade, designando-a como a caridade capaz de contribuir para uma mudança duradoura e sistêmica (caridade científica), em substituição ao ato de dar esmolas aos pobres. E esse é o princípio fundamental do empreendedorismo social hoje.

A escola europeia que procura apreender as práticas do empreendedorismo social parte também de uma matriz histórica, social e económica previamente estabelecida, o campo teórico-prático da economia social (Defourny & Nyssens, 2010b). Se a economia social nasce no século XIX a partir da criação do movimento associativo como partidos operários, sindicatos e cooperativas, de forma a garantir a dignidade das condições de vida de populações mais desprotegidas, no século posterior constitui-se enquanto resposta à incapacidade quer do Estado quer do mercado na garantia do pleno emprego e na satisfação das necessidades sociais (Defourny, 2001) de franjas específicas da população como crianças, idosos e desempregados de longa duração. (PARENTE *et al*, 2011, p. 9).

As diversas formas de trabalho cooperado são alternativas ao modo de produção capitalista e visam à geração de trabalho e renda, à redução das desigualdades e à melhoria da qualidade de vida. As associações de apicultores aqui estudadas trabalham neste sentido e se enquadram nessa filosofia de cooperação. Têm características da economia social e podem ser consideradas na linha do ‘empreendedorismo social’, na medida em que, de acordo com Parente e outros (2011, p. 2), “o termo “empreendedor social” transmite essa mistura de orientações caracterizada pela combinação do objectivo social, associado às instituições sem-fins lucrativos, com uma vertente empreendedora, aliada ao carácter dinâmico e inovador do negócio (MARTIN; OSBERG, 2007)”.

3.1.5 Economia Solidária

A noção de economia solidária aponta para um novo relacionamento entre economia e sociedade, notadamente no que se refere ao aspecto democrático da organização do trabalho. Para França Filho (2002, p. 13), “[...] a noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Isso, em função precisamente da dimensão histórica desse fenômeno e das suas características fundamentais”. Para Nunes (2001, p. 39), “as iniciativas de Economia Solidária articulam a dimensão econômica, social e política em uma só ação coletiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas”.

Na prática, pois, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade³. O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14).

O termo “economia solidária” indica as noções de iniciativa e solidariedade, historicamente dissociadas, sugerindo a solidariedade no centro da elaboração coletiva de atividades econômicas (FRANÇA FILHO, 2002). A noção de economia solidária é marcada pela afirmação da dimensão política na sua ação, orientada para o desenvolvimento de atividades econômicas que visam à realização de objetivos sociais embasadas por ideais de cidadania. “Para Laville (1999), isso implica um processo de “democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos”. A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social” (FRANÇA

³ Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois essas experiências não parecem se orientar segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou, ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece se identificar com o registro de um comunitarismo herdado (como consideram A.Caillé e J.L.Laville): “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (prefácio a *Don et économie solidaire*, França e Dzimir, 2000). Além disso, o caráter inédito dessas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade em que as relações se caracterizam primeiro por uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou pela *Gesellschaft* (sociedade), pelo princípio societário (Tönnies), ou, ainda, pela socialidade societária (Weber). Dito de outro modo, se tais experiências se abrem sobre o espaço público ao elaborarem-se atividades econômicas que visam afrontar problemas públicos, mesmo comportando uma dinâmica comunitária, dificilmente tais iniciativas podem, portanto, serem associadas a formas tradicionais de organização. Não estariam elas, assim, constituindo uma espécie de “espaço público de proximidade”? Vale ressaltar ainda, e em todo caso, que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências no domínio das novas formas de solidariedade.

FILHO, 2002, p. 13) e encontra-se “na vanguarda das discussões sobre outras possibilidades humanas, outros mundos possíveis, que não inviabilizem o planeta.” (NUNES, 2009, p. 54).

O principal elemento que caracteriza uma economia solidária é o princípio da autogestão (FRANÇA FILHO (2002), JUSTINO (2002), SINGER (2002), FRANÇA FILHO; LAVILLE (2004) *apud* CANÇADO (2007)). Este é um princípio fundamental, pois assegura a participação e a autonomia, potencializa a autoestima e estimula o exercício da cidadania. A economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica uma reversão da lógica capitalista na medida em que se opõe à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Laville e Gaiger (2009) explicam que, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado, a economia solidária abrange princípios de cooperação e solidariedade. A solidariedade é estimulada entre os participantes, por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum, o que cria proximidade e contribui para “sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta.” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

A Economia Solidária tem os mesmos fundamentos éticos de organização social, a mesma orientação igualitária e democrática e vai além do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica. É o caso dos Clubes de Troca, que tiveram início nos anos 80, no Canadá e hoje existem em vários países. Consistem basicamente numa comunidade em que as pessoas oferecem serviços ou bens de consumo, que são trocados através do uso de uma moeda de circulação local (SOUZA *et al.*, 2003). Possui a lógica do trabalho coletivo, compartilhando os resultados, sem separar o saber intelectual do manual, buscando superar a segmentação da produção – consumo – distribuição. É um jeito diferente de produzir e comercializar. Baseia-se numa filosofia de respeito ao ambiente, de cooperação, trabalho de grupo visando ao bem comum e ao próprio bem. Abrange as atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, geridas com base na cooperação – em que se privilegiam interesses e objetivos comuns, responsabilidade solidária, propriedade coletiva de bens e partilha dos resultados; na autogestão – práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho e da coordenação das ações, com enfoque no

protagonismo dos atores envolvidos; e na solidariedade – traduzida pela distribuição justa dos resultados conseguidos, equidade e justiça na promoção de oportunidades que possibilitam melhoria da qualidade de vida para todos e responsabilidade social. Nesse processo, a dimensão econômica é um fator de motivação para a realização das atividades, mas deve ser considerada em consonância com aspectos sociais, culturais e ambientais e com base nos critérios de eficácia e efetividade (BRASIL, 2011a).

A economia solidária é uma resposta dos trabalhadores ao constante desemprego nos tempos atuais. É uma alternativa de geração de trabalho e renda, que implica na inclusão social e no exercício da cidadania, mediante práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, redes de cooperação, etc, que produzem bens e serviços realizando trocas, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário (BRASIL, 2011a).

O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. [...] A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

No seu histórico, o fenômeno da economia solidária está ligado à crise do trabalho, bem como à questão da exclusão social, devido à falência dos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade (FRANÇA FILHO, 2002). Seu surgimento está atrelado a situações de extrema exploração da classe trabalhadora no capitalismo industrial. No início do século XIX os trabalhadores, na Grã-Bretanha, sofreram na pele a exploração; baixos salários e o desemprego em massa com o avanço tecnológico e a introdução de máquinas fabris. Como reação a tamanhas dificuldades, Robert Owen formou várias aldeias cooperativas na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas que não duraram muito, porque ele estimulou a formação de cooperativas industriais baseadas nos sindicatos e estes passaram a ser reprimidos violentamente (SOUZA *et al*, 2003).

Souza e outros (2003) citam a criação de uma cooperativa de **consumo** em 1844 por um grupo de operários do setor têxtil, na Inglaterra, com o objetivo de reduzir o custo e melhorar a qualidade do alimento que consumiam. Eles estabeleceram os princípios internacionais de cooperativismo, que em essência prevalecem até hoje e serviu de exemplo para outras cooperativas em diversos países. Meio século depois, em 1895, organizou-se a Aliança Cooperativa Internacional, que até hoje congrega cooperativas de todos os países do mundo.

No século XX as cooperativas assumem as formas de produção, comercialização e crédito e desenvolvem-se. Com o fim da II Guerra Mundial, o crescimento econômico e as conquistas da classe trabalhadora contribuíram para esvaziar a proposta de cooperativismo e muitas sucumbiram na concorrência com as empresas capitalistas, a exemplo das cooperativas de consumo que perderam espaço para os super e hipermercados (SINGER, 1999 *apud* SOUZA *et al*, 2003).

Santos (2005b) aborda o ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias e cita quatro razões para tal, as quais estão relacionadas à sua importância como alternativas de produção emancipadoras. Em primeiro lugar, mesmo as cooperativas sendo estruturadas por princípios não capitalistas, elas são capazes de competir no mercado, pois consideram que o mercado promove “a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados.” (SANTOS, 2005a, p.36). Em segundo, as cooperativas têm características e potencial para respostas eficientes às condições do mercado global contemporâneo, pois tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas e parecem ser adequadas para competir no mercado global fragmentado e volátil. Em terceiro, o fato de os trabalhadores (cooperados) serem os proprietários das cooperativas, tem efeito direto sobre a distribuição da propriedade na economia que, ao tempo em que é igualitário, também estimula o crescimento econômico e diminui os níveis de desigualdade. Em quarto lugar, as cooperativas geram outros benefícios, não econômicos, tanto para seus membros quanto para a comunidade, que contrariam os efeitos desiguais da economia capitalista (SANTOS, 2005a).

Esse potencial das cooperativas em se constituir alternativa emancipadora envolve outras questões e é preciso considerar a competência gestora em saber agregar os recursos, definir estratégias e perseguir os objetivos, nesse modelo capitalista, enquanto atua de acordo com a filosofia e o modelo de autogestão.

As cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio da cidadania à gestão das empresas. Semelhante ampliação da democracia tem efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa da eliminação da divisão que impera hoje entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico (isto é, o império do proprietário sobre os trabalhadores no interior da empresa), do outro. (SANTOS, 2005a, p. 37).

Dessa forma, “as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas são propícias ao ressurgimento do pensamento associativo e das práticas cooperativas” (SANTOS, 2005a, p. 41). Este autor cita exemplo do complexo cooperativo de Mondragón (Espanha), que integra cooperativas de produção, consumo, crédito e educação, em mútua

interdependência e cujo êxito está relacionado com a sua inserção numa rede de apoio e esforço para tornar as cooperativas competitivas no mercado global. Nesse modelo, ele destaca os processos educacionais através de uma universidade tecnológica que visa à educação dos trabalhadores e administradores das cooperativas, assegurando a produção e a socialização de conhecimentos, bem como ao fortalecimento da rede de apoio, por meio da cooperação entre o Estado e os grupos de Mondragón em todos os aspectos.

A CECOAPI poderia desenvolver estratégias neste sentido, buscando o apoio do governo e parceria das universidades. As redes se constituem em importante estratégia para o fortalecimento da Economia Solidária. Exemplo disso é a Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS):

Um conjunto de redes que congrega mais de 60 grupos e redes em todo o mundo. Tem como temas prioritários as finanças solidárias, o incentivo à economia social e solidária, a criação de alternativas populares às privatizações e a promoção do desenvolvimento local, do comércio ético e solidário, da equidade de gênero e do diálogo entre o Estado e a sociedade civil. (NUNES, 2009, p. 87).

Esta seria uma importante estratégia para o setor apícola. Entretanto, os apicultores aqui estudados ainda não estão trabalhando plenamente dentro da filosofia de rede, apesar de terem iniciado a formação de uma rede de cooperativas. As associações e cooperativas pesquisadas na Bahia também não estão cadastradas na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) como Empreendimento da Economia Solidária. A cooperação é uma necessidade para o setor apícola. De acordo com Pedrão (informação verbal)⁴.

O movimento geral de acumulação de capital é conduzido pelo movimento de concentração dos grandes capitais que exploram grandes massas de recursos e operam mediante grandes contratos. Os grandes capitais retornam ao meio rural com mais força, com projetos que restringem as alternativas de diversificação da produção rural, como são os de celulose e de etanol. A ofensiva do grande capital no meio rural fecha novo ciclo, em que o controle de tecnologias permite acesso garantido a novas etapas do desenvolvimento da economia rural. O desenvolvimento do mercado, isto é, do espaço de transações, está regulado por esses movimentos dos grandes capitais, que deixam apenas espaços secundários para pequenos e médios capitais. A pequena empresa tem poucas chances nesse ambiente.

As cooperativas apícolas, no meio rural, estão operando nesses “espaços secundários”, disputando mercado para os produtos por eles próprios produzidos; pela agricultura familiar. E esses produtores, se não tiverem um caminho alternativo para alçarem vôo na busca da

⁴ Aula ministrada pelo Professor Fernando Pedrão no Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, 2009

comercialização, ficarão à mercê de atravessadores, que pagarão o preço que lhe convier. Neste contexto, são necessárias políticas públicas que ajudem a fortalecer a agricultura familiar. Como individualmente o agricultor familiar é ‘uma gota d’água num oceano’, a melhor alternativa é a união e a organização dos mesmos através de empreendimentos solidários.

O olhar que lançamos sobre o trabalho solidário, neste estudo, é aquele que perscruta um novo mundo de possibilidades para os trabalhadores que vivem sem muitas alternativas de competir num mundo globalizado, se não buscarem a via da cooperação. Não se pretende aqui, aprofundar a discussão da Economia Solidária como uma alternativa de transformação da lógica do capital. A lógica do capital é a lógica da acumulação individual e da competição, enquanto a lógica da Economia Solidária vai por outro caminho, na perspectiva da cooperação.

As mobilizações de grupos sociais (associações, cooperativas, ou outras formas de organização) visam a atender as necessidades de suas comunidades, principalmente no sentido de combater a pobreza e conquistar melhores condições de vida para a população, através da adoção de novas formas de produção, diferenciadas da economia capitalista. Em geral esses grupos buscam a inserção produtiva e social, mediante a geração de trabalho e renda e, mesmo visando o modo de produção cooperada, em regra precisam conviver com o sistema capitalista, principalmente no processo de comercialização. A diferença é que, nesse modo de produção os trabalhadores possuem relativa autonomia, participam das decisões sobre os processos produtivos e de gestão e partilham resultados.

3.1.5.1 Economia solidária no Brasil

No Brasil, a expansão da economia solidária se deu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Hoje, além do FBES, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional (BRASIL, 2011a).

A articulação e a organização que estão acontecendo com os empreendimentos solidários que se estruturam compondo redes de ajuda mútua e representação política têm contribuído para a criação de políticas públicas específicas para a Economia Solidária.

Em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Neste sentido, afirma ter assumido “o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária.” (BRASIL, 2011b, p. 1).

O apoio do governo federal para esse segmento é crucial. Entretanto, a prática mostra que existem muitos obstáculos a serem vencidos e nem sempre o governo está preparado para atender as demandas. Os apicultores na Bahia ainda não têm se inserido nesse processo, na forma plena da sua filosofia. A SENAES aponta como desafio fortalecer o trabalho da Rede Abelha no Nordeste, ampliando-a para outras regiões do País, além de apoiar outras redes que atuam nesse setor. O setor apícola não tem se articulado em Rede e, na região estudada, não conhecem a Rede Abelha.

3.1.5.2 Economia solidária em Portugal

Na área rural, em Portugal, já se vem trabalhando em rede de cooperação, a exemplo das Associações de Desenvolvimento Local (ADL), surgidas a partir das necessidades territoriais levantadas, visando definir e desenvolver estratégias e implementar ações que tenham impacto positivo e sustentável sobre as populações de núcleos mais desfavorecidos (PESSOAS; LUGARES, 2003).

Em 1993 foi constituída a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), de dimensão nacional. Dentre os seus objetivos destacam-se a promoção da igualdade de oportunidades com vistas ao desenvolvimento da qualidade de vida e redução das assimetrias e o apoio ao desenvolvimento local, em rede, numa lógica territorial, de organizações, grupos e indivíduos. Seus princípios estão pautados na gestão democrática, participativa e transparente e visam a consolidar sua posição estratégica enquanto diapasão da Rede e voz do Movimento de Desenvolvimento Local, com ênfase no desenvolvimento assente na sustentabilidade, justiça social, igualdade de oportunidades, coesão social e

territorial, reforço das economias locais, da participação cívica e democrática e solidariedade. A atual e principal preocupação é o acompanhamento crítico e a busca de soluções e alternativas à situação econômica, política e social que se vive em Portugal. A Rede ANIMAR atua em todo o território, com 69 associados coletivos e mais de uma centena de individuais (colaboradores, centros de investigação e universidades) e apresenta como linhas estratégicas de ação o Desenvolvimento Local, a Economia Solidária e a defesa do Mundo Rural, entre outras (ANIMAR, 2012). Entretanto, entre as associações e cooperativas que participam da Rede não estão incluídas as associações de apicultores portugueses.

Como vimos, nos dois países existem pessoas e redes se mobilizando visando a reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida. As dificuldades para se empreender nesse mundo capitalista são inúmeras e inviabilizam os pequenos negócios. Aliado a isso, os pequenos agricultores nem teriam condições de iniciar sozinhos qualquer empreendimento e a união pode fazer a diferença, pois fortalece e possibilita a caminhada. Com a economia solidária o trabalhador deixa de estar subordinado a regras e salários fixos e indignos, para ser dono do seu próprio negócio, assumindo a gestão e os controles, planejando e decidindo, analisando, avaliando e discutindo estratégias com seus parceiros, de forma autônoma. O trabalhador, que antes se subordinava e desenvolvia tarefas em que o fazer se distanciava do pensar, passa a criar sua própria fonte de produção como mentor e gestor. Esta mudança de paradigma com certeza propicia ao indivíduo uma melhoria na autoestima, o que, por si só, já consiste em bem-estar e auto-realização.

Entretanto, essas organizações sociais estão inseridas no sistema capitalista e no momento da comercialização têm que se submeter aos interesses do mercado. Diante disso, é importante a busca de alternativas, como por exemplo, através do Comércio Justo, que discutiremos a seguir.

3.1.6 Comércio Justo

A economia solidária aponta para um novo jeito de comercializar, por meio do comércio justo e solidário e esta seria uma importante estratégia para os apicultores.

Cotera e Ortiz (2009, p. 60) definem o Comércio justo como:

O processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável. Esse desenvolvimento procura beneficiar sobretudo os produtores excluídos ou empobrecidos, possibilitando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas em todos os níveis desse processo, tais como o preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos e todas, respeitando os direitos

humanos e o meio ambiente de forma integral. O comércio justo traduz-se no encontro fundamental entre produtores responsáveis e consumidores éticos.

O Comércio Justo é definido pela Network of European World Shops (News!) – a Rede Europeia de Lojas de Comércio Justo – como um processo que, mediante parceria entre produtores e consumidores, visa

Ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentado. [...] A sua missão é a de promover a equidade social, a protecção do ambiente e a segurança económica através do comércio e da promoção de campanhas de consciencialização. (CORES DO GLOBO, 2012, p.1).

Comércio Justo e Solidário (CJS) é o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulte na participação ativa dos Empreendimentos Económicos Solidários por meio de sua autonomia. Tem como característica relações comerciais mais justas, solidárias, duradouras e transparentes e como objetivos: promover o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a soberania e a segurança alimentar e nutricional; promover a cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores e suas respectivas organizações para aumentar a viabilidade destas, reduzindo riscos e dependência económica e assegurando seus direitos; estimular relações de solidariedade a partir do comprometimento permanente com a justa distribuição dos resultados e com a melhoria das condições de vida dos participantes; garantir a remuneração justa do trabalho; e valorizar as práticas de preservação e de recuperação do meio-ambiente, com ênfase na produção de produtos de base agro-ecológica e nas atividades de extrativismo sustentável (BRASIL, 2011c).

Comércio Justo (*Fair Trade*) é um dos pilares da sustentabilidade económica e ecológica (ou *econológica*) e consiste em um movimento social e uma modalidade de comércio internacional que visa ao estabelecimento de preços justos com ênfase em padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas; é o comércio onde o produtor recebe remuneração justa pelo seu trabalho (LEÃO, 2005).

A evolução do Comércio Justo tem demonstrado que um conjunto de práticas socioeconómicas éticas, com base na parceria entre produtores e importadores e construídas com visão de longo prazo, são essenciais para o planejamento da produção, estabilidade orçamentária e autonomia das comunidades e grupos de produtores envolvidos. O crescente esforço de ligação entre os que produzem e os que consomem, através de um processo de sensibilização realizado pelas lojas de comércio justo tem sido fundamental na

conscientização do consumidor para os desequilíbrios gerados nos países mais pobres. Conhecer a origem dos produtos e as condições em que foram produzidos confere ao consumidor o direito e o dever como cidadão, de influenciar práticas éticas de produção e consumo (LEÃO, 2005).

O comércio justo constitui-se em uma das alternativas solidárias de resposta às profundas desigualdades socioeconômicas entre os países ricos e pobres, respectivamente do Norte e Sul geopolítico. É um movimento que estimula a constituição de instituições sem fins lucrativos, democraticamente geridas e, cujos benefícios devem ser partilhados por todos os que participam de um projeto comum. Fomenta a responsabilidade das organizações de produtores para a criação de projetos em benefício do coletivo, em detrimento da concentração individual dos excedentes (lucros). Dessa forma, é mais um modelo organizativo que visa promover a justiça e equidade social e por isso é de fundamental importância a articulação do comércio justo com as diversas redes de economia solidária (LEÃO, 2005).

Todas as organizações envolvidas no circuito do Comércio Justo devem obedecer aos seguintes princípios:

O respeito e preocupação pelas pessoas e o meio ambiente; Existência de boas condições de trabalho e o pagamento de um preço justo aos produtores, que cubra os custos de produção, possibilite um rendimento digno e permita a proteção ambiental e de segurança econômica; A abertura e transparência da estrutura das organizações e de todos os aspectos da sua actividade; A informação mútua entre todos os intervenientes na cadeia comercial sobre os produtos e métodos de comercialização; O envolvimento dos produtores, voluntários e empregados nas tomadas de decisão que os afectam; A protecção e a promoção dos direitos humanos, nomeadamente os das mulheres, crianças e povos indígenas; A protecção do ambiente e a promoção de um desenvolvimento sustentável; O estabelecimento de relações comerciais estáveis e de longo prazo; A promoção de actividades de informação, educação e de campanhas de sensibilização; A produção tão completa quanto possível dos produtos nos países de origem. (CORES DO GLOBO, 2012, p. 1).

Dessa forma, o Comércio Justo e Solidário (CJS) surge como uma possibilidade de parceria comercial com base no diálogo, transparência e respeito, e poderá contribuir para promover a justiça social e econômica, por meio do comércio, da sensibilização de consumidores, de uma relação paritária entre todos os participantes na cadeia de comercialização - produtores, trabalhadores, importadores, Lojas do Comércio Justo e consumidores.

Os produtores geralmente são grupos de comunidades pobres, de países subdesenvolvidos, onde os agricultores ou artesãos se organizam democraticamente em cooperativa ou em associação, alcançando uma capacidade de produção que isoladamente não

teriam. As organizações importadoras compram os produtos agrícolas e/ou artesanais às organizações de produtores no sul do Globo, a preços justos, para vendê-los em canais de distribuição no Norte. Essas organizações importadoras oferecem outros tipos de serviços, como o pré-financiamento e empréstimos, formação técnica dos trabalhadores e até mesmo o desenvolvimento do produto e da sua imagem (CORES DO GLOBO, 2012).

As lojas compram os produtos às importadoras ou diretamente aos produtores (tentando eliminar instâncias intermediárias) e vendem ao consumidor fornecendo, também, informações e realizando campanhas sobre as práticas de comércio correntes no mundo. Elas operam em nível local, regional, nacional e internacional, com apoio de associações nacionais de lojas do mundo e são unidas e coordenadas em nível europeu pela NEWS! (CORES DO GLOBO, 2012).

A primeira loja formal de Comércio Justo (CJ) no mundo surgiu nos Estados Unidos, em 1958 e em 1969 foi inaugurada a primeira loja européia, na Holanda, a importadora *Fair Trade Organisatie*. Em 1964, a Oxfam britânica criou a primeira Organização de Comércio Justo e durante a década de 60 e 70 cresceu a quantidade de ONGs e indivíduos socialmente atentos da Ásia, África, e América Latina, à consciência da necessidade de instituições para apoio e assistência aos pequenos produtores (CORES DO GLOBO, 2012).

Em 1973 foi importado o ‘café justo’ pela primeira vez, pela *Fair Trade Organisatie* holandesa e este produto veio a se tornar um ícone do movimento, pois a partir do café o mercado foi aberto a outros produtos alimentares, incluindo entre eles o mel. Nos anos 80 foi introduzido um sistema de certificação e rotulagem, que eliminou a desvantagem de divulgação e escoamento que os produtos do CJ tinham nos mercados do Norte em relação aos produtos convencionais. A idéia de um rótulo de *Fair Trade* surgiu com o objetivo de permitir o reconhecimento e a venda de produtos do CJ noutros canais de distribuição (CORES DO GLOBO, 2012).

Assim foi criada em 1988, na Holanda, a organização e etiqueta de certificação Max Havelaar, ainda hoje corrente, e a partir dela outras organizações foram sendo estabelecidas com o mesmo fim, significativamente as diversas Transfair com sede em diferentes países. Em 2001, estimavam-se existirem na Europa, América do Norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia, cerca de 43000 supermercados e 70000 outros pontos de venda convencionais com produtos de Comércio Justo. Hoje em dia, uma fatia importante do volume de trocas justas é operada por organizações com fins lucrativos: na América do Norte, cerca de 70% das organizações de Comércio Justo, e pelo menos 45% das vendas de produtos justos, têm fins lucrativos. No entanto, os princípios de justiça e equidade na participação e compensação dos pequenos produtores no comércio internacional, assim como a preocupação social e ambiental, não são comprometidos, como o garantem as entidades certificadoras. (CORES DO GLOBO, 2012, p. 1).

Atualmente existem selos de comércio justo para sete tipos de produtos: café, cacau, chá, mel, açúcar, bananas e sumo de laranja. O mel está entre esses produtos com selo, o que consiste em uma grande oportunidade para os apicultores. Em janeiro de 2004 foi criado um certificado de “*Fair Trade Organization*” concedido pela IFAT aos membros da federação que cumpriram todos os requisitos por ela definidos para uma organização de comércio justo. A IFAT coordena cerca de 150 organizações de CJ do Norte e Sul do globo e promove a comunicação e cooperação entre as associações importadoras e as produtoras (CORES DO GLOBO, 2012).

Para além da assistência aos produtores e a distribuição dos produtos, estas organizações empenham-se em sensibilizar o consumidor e em exercer pressão sobre as instâncias reguladoras do comércio internacional no sentido de mudar as suas regras e práticas convencionais. Estas iniciativas são também apoiadas e coordenadas a nível europeu pela EFTA – European Fair Trade Association (não confundir com o seu homónimo antagónico EFTA – European Free Trade Association), na América do Norte, pela FTF – Fair Trade Federation (que reúne as importadoras americanas e canadianas com associações de produtores de todo o Sul do globo, aproximando a sua acção do tipo de acção da IFAT), e na Austrália e Nova Zelândia pela FTA – Fair Trade Association. (CORES DO GLOBO, 2012, p. 1).

Os diferentes organismos – FLO, IFAT, NEWS! e EFTA – criados nos anos 80 para estreitar os laços, permitir o diálogo, e harmonizar a acção das diversas organizações que trabalham com CJ começaram a reunir-se no final dos anos 90. São designados no seu trabalho conjunto como FINE (a partir das iniciais de cada um). Eles atuam na definição dos critérios de CJ; nas atividades de fiscalização; nas iniciativas e campanhas de pressão sobre governos e órgãos reguladores; e na otimização da rede de informação e comunicação do Comércio Justo (CORES DO GLOBO, 2012, p. 1).

O selo oficial do “comércio justo”, o *Fairtrade*, certificação fornecida aos produtores organizados em cooperativas, que se inscrevem no site da FLO (Fairtrade Labelling Organizations International) - tem que cumprir alguns critérios, como preço mínimo para o produto, que possibilite cobrir a produção e um bom pagamento para os produtores. Estes critérios encarecem a produção e por isso o valor final é mais caro (ÉPOCA, 2009).

As associações e cooperativas de apicultores, aqui estudadas, não participam do Comércio Justo e esta pode ser uma acção essencial para garantir um preço justo pelos produtos e alternativa para minimizar os problemas que os mesmos vivenciam com a comercialização no mercado capitalista.

3.1.6.1 Comércio Justo no Brasil

Em 2010 o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e sua Comissão Gestora Nacional, para coordenar as ações do Governo Federal voltadas ao reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário e à sua promoção. O SCJS é um sistema ordenado de parâmetros que visa promover relações comerciais mais justas e solidárias, articulando e integrando os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus parceiros colaboradores em todo o território brasileiro (BRASIL, 2011c).

Em março de 2011 foi eleita pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) a Comissão Gestora Nacional do SCJS, a qual é formada por representantes do governo, duas entidades do segmento dos empreendimentos econômicos solidários, duas entidades do segmento de apoio e fomento ao comércio justo e solidário e duas entidades do segmento de redes de economia solidária. “A gestão do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário cabe à Comissão Gestora Nacional e as Comissões Gestoras Estaduais, instâncias de organização, participação e controle social.” (FACES DO BRASIL, 2012, p.1).

O Brasil tem participado do Comércio Justo, principalmente como fornecedor de produtos agrícolas para países do Hemisfério Norte, tais como suco de laranja, banana, café e frutas desidratadas. “O mercado interno do comércio justo está apenas começando e necessita de algumas normatizações para funcionar com maior efetividade (MUNDARÉU, 2011, p. 1).

Na Bahia foi lançado o selo Comércio Justo, em uma iniciativa do Sebrae e da Associação Baiana de Supermercados (ABASE), na Feira do Empreendedor 2011, em Salvador. “Os itens que levam o selo são produzidos com base em critérios internacionais de sustentabilidade como preservação da saúde e do meio ambiente, eliminação da intermediação comercial especulativa e garantia de preços justos aos pequenos produtores” (SEBRAE, 2012, p. 1). A partir de melhor organização dos produtores pode ser possível fortalecer esse tipo de comércio, beneficiando pequenos produtores e reduzindo os impactos da concorrência no mercado capitalista.

3.1.6.2 Comércio Justo em Portugal

Em Portugal, as organizações ligadas ao Comércio Justo (CJ) juntam-se e trocam experiências através da Coordenação Portuguesa para o Comércio Justo (CPCJ) e nesta organização é designado o representante português na NEWS! (CORES DO GLOBO, 2012). Nesta cadeia existem também as organizações de certificação e rotulagem, que fiscalizam a

cadeia para garantir que os princípios do comércio justo sejam cumpridos nas diversas fases da produção e certificam os produtos em conformidade. Isso possibilita garantir a autenticidade dos produtos e a sua entrada em canais convencionais do mercado, como os supermercados, o que os torna acessíveis a um público muito mais vasto. Essas organizações, coordenadas e harmonizadas em nível internacional pela *Fairtrade Labelling Organizations Internacional* (FLO) definem os requisitos a serem cumpridos pelos produtores e importadoras para que o produto seja certificado como proveniente do CJ. A fiscalização abrange, não somente o processo de produção e distribuição do produto, mas as próprias organizações de comércio justo, do Norte e do Sul do globo, sendo feita pela federação internacional que as reúne e coordena – *Internacional Federation on Alternative Trade* (IFAT) –, o que aumenta a sua legitimidade e credibilidade junto aos órgãos reguladores do comércio, comerciantes, e consumidores (CORES DO GLOBO, 2012).

O mel, por ser um produto alimentar, requer certificação que assegure os padrões de qualidade. Além disso, é produzido, em sua maioria, por pequenos agricultores ou pequenos empreendedores, com possibilidades de inserção de jovens e mulheres e poderia estar inserido nesse contexto, melhorando de forma substancial as condições de vida dos produtores.

Algumas organizações sociais em Portugal trabalham com o propósito de apoiar o Comércio Justo e Solidário, a exemplo da *Mó de Vida*, que é uma cooperativa de consumidores, laica e apartidária, que visa contribuir para a criação de uma consciência crítica ao modelo de desenvolvimento vigente. Defende os princípios de equidade e solidariedade e os valores do cooperativismo, que assentam na associação de pessoas para a criação de uma propriedade comum e democraticamente gerida. É a primeira cooperativa de consumidores de Portugal, criada em 2002 para desenvolver a atividade do Comércio Justo e Solidário. Considera que, apesar do Comércio Justo ter sido o ponto de partida, não era um fim em si próprio, pois os critérios de justiça e equidade social, presentes nas relações de parceria comercial Norte/Sul não são, isoladamente, uma solução para reverter o quadro de pobreza em nível mundial e tem se dedicado a estudar outros modelos de desenvolvimento, nomeadamente as experiências de economia solidária desenvolvida na América Latina (MÓ DE VIDA, 2012).

Estas iniciativas têm revelado a importância de se planejar a Economia antes do Comércio, tendo em conta a valorização das capacidades humanas e da cooperação; a criação e gestão renovada de organizações cooperativas e associativas, com base em instrumentos e metodologias próprias, que não reproduzam os métodos e estruturas do modelo capitalista; a produção e o consumo de proximidade; a utilização das tecnologias em favor das pessoas e não para substituí-las, bem como as novas formas de organização do trabalho. É a Economia a funcionar em benefício das pessoas e não ao contrário! (MÓ DE VIDA, 2012, p. 1).

A MÓ de Vida (2012) afirma valorizar a soberania alimentar dos povos e o equilíbrio entre a produção e o consumo, considerando as necessidades locais, regionais e nacionais, com base em redes de cooperação.

A conscientização de consumidores é um elemento importante na cadeia produtiva do mel e foi um dos pontos fracos apontados pelos apicultores, nos dois países, nas áreas estudadas. O movimento da Economia Solidária pode promover discussões e estimular a mobilização de consumidores no sentido de assegurar e valorizar a soberania alimentar.

O Comércio Justo, mais do que uma ação comercial é uma cadeia de solidariedade, pessoas, idéias, igualdade, direitos e transparência. A MÓ de Vida faz parte da rede internacional "Espaço por um Comércio Justo" (ECJ), criada em 2006 e reúne cerca de 30 organizações do Estado Espanhol, ilhas e Portugal, com o propósito de afirmar uma visão de Comércio Justo (CJ) embasada na Economia Social e Solidária, para além da perspectiva Norte/Sul comumente defendida pelo movimento (MÓ DE VIDA, 2012). A ECJ é formada pelas organizações signatárias do Manifesto "Abrindo Espaço por um Comércio Justo",

Aprovado em 12 de Maio de 2006, em Barcelona, que entendem o comércio internacional como um complemento do comércio local e não como um motor de desenvolvimento prioritário, centrado na exportação Sul/Norte. Procura, assim, diminuir a dependência dos produtores do Sul do mercado internacional, ainda que justo. (MO DE VIDA, 2012, p. 2).

A ECJ propõe reflexões e estratégias transformadoras mais alargadas em nível mundial no âmbito da produção, transformação, distribuição, comércio e consumo, já que num mundo globalizado as repercussões do modelo agroalimentar dominante afetam aos atores de toda a cadeia comercial, dos produtores aos consumidores, e os ecossistemas, tanto no Sul quanto no Norte geopolítico. Assenta sua luta na Soberania Alimentar dos povos e na consolidação de modelos de certificação participativa como alternativa à agroindústria e às certificadoras tipo FLO (Fair Labelling Organization), criada principalmente para favorecer a venda dos produtos do CJ na grande distribuição alimentar (MÓ DE VIDA, 2012).

Na Europa existem cerca de 3.000 lojas do Comércio Justo, que contam com o apoio de cerca de 100 mil voluntários e 4000 profissionais. Esse fato possibilitou o crescimento percentual de 20% entre 1984 e 1994 e significou o envolvimento de mais de 1 milhão de trabalhadores diretos e 5 milhões indiretos do Sul do Mundo que entraram na esfera do Comércio Justo, se beneficiando do pré-financiamento de 50% no momento do contrato, em um preço de compra tal que lhes permitisse uma vida digna e se comprometendo a destinar

uma quota do lucro à comunidade onde estão inseridos (projetos na área escolar, sanitária, etc.) (MONTEIRO, 2006).

Em Portugal existe uma dezena de lojas do Comércio Justo e associações de Comércio Justo, para atuar como entidade importadora e distribuidora e em atividades de certificação de produtores, nomeadamente daqueles oriundos de países de expressão portuguesa (MONTEIRO, 2006).

Em 2006 foi criada a Equação, Cooperativa de Comércio Justo, Crl, a primeira importadora e distribuidora portuguesa de Comércio Justo, formada por diversas organizações de base, sem fins lucrativos, que promovem este movimento em Portugal. Tem ênfase em uma parceria comercial baseada no diálogo, respeito e transparência e junta pequenos agricultores e artesãos, em especial do Sul do Mundo, com organizações e consumidores do Norte.

A primeira loja de comércio justo, em Portugal, foi inaugurada em 1999, em Amarante. A loja tem como principal função a promoção do Comércio Justo, através da venda de produtos de modo justo, da informação e da participação em campanhas de sensibilização. Reinveste os seus lucros no circuito do Comércio Justo, nomeadamente no fortalecimento das estruturas de importação e produção e na melhoria das infra-estruturas e serviços acessíveis aos produtores. Sua grande prioridade é a divulgação do movimento junto à opinião pública e a sensibilização para os problemas que afetam o sul do Mundo na lógica da relação de dependência e exploração Norte-Sul. (ALVES, 2012).

Constatamos que tudo isso caminha à parte, pois o setor apícola – nas regiões estudadas, nos dois países –, se mantém fora desse movimento e não participa do Comércio Justo e Solidário. Entendemos que esta seria uma oportunidade para a melhoria das condições de geração de renda para os apicultores.

3.2 EMANCIPAÇÃO E TRABALHO COOPERATIVO

O conceito de emancipação utilizado neste trabalho deve ser entendido de forma ampla, como emancipação humana de modo geral, ultrapassando o conceito de emancipação jurídico-política (igualdade jurídica, direito a voto, etc.).

Cattani (2009) diz que o verbo emancipar é proveniente do termo latino *emancipare*, de *ex* (fora de, não mais) e de *mancipium* (escravo, indivíduo dependente), que remetia à liberdade concedida, adquirida ou conquistada, mas naquela época não havia a conotação atual, pois não se falava em soberania popular, livre arbítrio ou emancipação social.

Marx (2008b) afirma que a emancipação humana é um processo social que implica a consciencialização crítica da alienação do homem, sendo o único caminho para a superação da estrutura social vigente, ou seja, a libertação do sistema capitalista. Ele entende que este objetivo só pode ser alcançado através de um processo coletivo e que a emancipação só será possível “[...] se se adoptar o ponto de vista da teoria, segundo a qual o homem é para o homem o ser supremo” (MARX, 2008b, p. 21).

Na perspectiva de Adorno (1995), a emancipação é pressuposto da democracia e é a formação para a autonomia. Ele também entende que ela será bem sucedida se for um processo coletivo, pois assim promoverá uma mudança social.

Na Filosofia, a idéia de emancipação associa-se à ampliação do verdadeiro entendimento que permitiria uma liberação abstrata na esfera da política. Esse é o caso da percepção kantiana dos processos éticos e históricos, segundo a qual a emancipação permite a utilização livre e pública da razão, fundamentando princípios morais válidos para o indivíduo e para sua relação com a sociedade. Conforme outros pensadores sociais, a exemplo de Fourier, a emancipação está associada à criação de um novo homem e de uma nova sociedade. (CATTANI, 2009, p.178).

Este autor considera que a fragmentação e especialização das tarefas e a separação entre os que pensam e os que executam asseguravam o controle estrito do trabalho humano em que o trabalhador era explorado, reduzindo a situações de dependência e vulnerabilidade que o levavam a acreditar que não haveria nada além do trabalho repetitivo e sem sentido. Ele ressalta que a inserção laboral esporádica, incerta e precária se constitui em uma forma de dominação (CATTANI, 2009).

A alienação é uma situação em que o ser humano não se percebe enquanto cidadão e não tem plena consciência dos seus direitos e deveres. A educação é um importante instrumento para a superação desse problema e a condição em que se encontra a educação no Brasil, principalmente em regiões como o Semiárido baiano, ainda com percentual muito elevado de analfabetos, certamente é um dos fatores que contribuem para que os indivíduos tenham dificuldade em se perceberem enquanto cidadãos.

Enquanto o capitalismo fundamenta uma relação social em que os indivíduos são desigualmente posicionados com relação aos meios de produção e às condições de valorização de sua capacidade de trabalho (GAIGER, 2009), os processos cooperativos são fundamentados por uma relação de igualdade, em que todos são donos dos meios de produção e participam igualmente dos processos decisórios, em regime de paridade de direitos, através de uma gestão participativa em que os próprios trabalhadores organizam o processo

produtivo, definem e executam as estratégias econômicas e decidem sobre o destino do que produzem e do excedente.

Pudemos observar que, nas associações de apicultores que pesquisamos, os processos cooperativos propiciam oportunidade aos associados de desenvolverem sua capacidade argumentativa, na medida em que expõem seus pensamentos, problematizando e participando da construção de normas e de caminhos para a solução de problemas da coletividade. Eles se sentem e se percebem construindo a sua própria história e se orgulham disso e de si próprios (PESQUISA DIRETA, 2012).

Os processos cooperativos favorecem aprendizagens, possibilitando o desenvolvimento de reflexões e novas percepções, principalmente quanto às questões da cidadania, participação política e solidariedade. A participação igualitária de todos no processo de discussão certamente contribui para decisões sempre favoráveis à emancipação. Os processos desenvolvidos nas associações podem constituir-se emancipatórios na medida em que, permanentemente, são exercitados processos democráticos para tomada de decisão. O indivíduo se percebe enquanto ser social, com autonomia e capacidade para tomar decisões sobre o seu trabalho. Desta forma, os processos de produção cooperada contribuem para que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia e exercitem a cooperação, reduzindo os efeitos provocados pela sociedade capitalista, de estímulo à competição. Isso promove uma mudança de mentalidade e de atitude. O indivíduo aprende a pensar e a tomar decisões conjuntamente e a se preocupar com o coletivo ao invés do individual.

As cooperativas, mesmo convivendo em um sistema capitalista e precisando adequar-se às suas regras para sobreviver nesse mercado altamente competitivo, trabalham de acordo com valores que priorizam a auto-gestão e, neste sentido, entendemos que desenvolvem processos educacionais emancipatórios e de valorização da cidadania. Entretanto, esse desenvolvimento defere entre as diversas associações, a depender do perfil e atitude dos gestores eleitos.

3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O modo de produção cooperada é uma alternativa para os trabalhadores que, em conjunto, buscam ou promovem a geração de trabalho e renda no próprio local onde se encontram e, com isso, visam à melhoria das condições de vida. Entretanto, é preciso entender se essas ações são orientadas para o desenvolvimento local sustentável.

Para compreensão do conceito de desenvolvimento que se quer abordar neste trabalho, apresentaremos reflexões de alguns autores como Furtado (1988), Santos (2002), Veiga (2008), Soares Junior e Quintela (2008), Sachs (2009), Arruda (2012) e outros. Começaremos pela distinção entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, sua transição para um novo paradigma; o desenvolvimento socialmente incluyente, com enfoque na sustentabilidade econômica e ambiental.

3.3.1 Crescimento e desenvolvimento: transição do paradigma dominante

O conceito de desenvolvimento foi originado na área da ciência econômica e se diferencia do conceito de crescimento, pois enquanto este dá ênfase aos seus aspectos quantitativos, o conceito de desenvolvimento ultrapassa essa perspectiva e perpassa outras disciplinas da ciência social, de forma interdisciplinar, atingindo maior amplitude (FURTADO, 1988). Este autor afirma que os modelos de crescimento abordados pelos teóricos economistas em décadas anteriores foram baseados na abordagem keynesiana e são incapazes de explicar transformações estruturais que envolvem o “econômico” e o “não-econômico” e as relações com outros sistemas econômicos e com o ecossistema, pois se mantêm distantes da realidade multidimensional da sociedade e dificulta a percepção do impacto das mudanças sobre os sistemas nacionais.

Para Furtado (1988), a noção de desenvolvimento ignora aspectos relacionados à utilização de recursos não-renováveis, que acarreta custos elevados para a sociedade e, neste sentido, tem aumentado a preocupação central das ciências sociais com o conceito de desenvolvimento, no que diz respeito aos problemas relacionados às desigualdades internacionais. Ele ressalta que o desenvolvimento tem sido mensurado pelos níveis de consumo, bem como, pelos índices de natureza social, como o grau de alfabetização, mortalidade infantil, etc., ampliando a confusão entre os conceitos de desenvolvimento, bem estar social, progresso e modernização (FURTADO, 1988).

Arruda (2012) também questiona os indicadores do desenvolvimento, pois entende que eles não são capazes de mensurar “a qualidade dos investimentos nem o grau de satisfação das necessidades que a atividade econômica gerou, nem capta como foram distribuídos os ganhos e os custos deste crescimento.” (ARRUDA, 2012, p.26). Ele diz que estão sendo desenvolvidos outros índices, que buscam superar essas limitações, com ênfase no bem estar social, qualidade de vida, etc.

A confusão em torno dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento e a noção de desenvolvimento que ignora aspectos relativos à qualidade de vida, aliados à ausência de indicadores que possam mensurar o bem-estar, resultaram no direcionamento de ações estratégicas voltadas para o progresso econômico, em que deixavam de lado as questões da sustentabilidade social e ambiental.

O paradigma baseado numa economia que visa o lucro acima de tudo, sem a devida preocupação com o planeta ou com o ser humano que vive na pobreza, principalmente os que vivem passando fome e sede em regiões afastadas dos grandes centros, resultou na ausência de políticas orientadas para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. Essa ausência de políticas se reflete na área rural no Nordeste do Brasil, especialmente no Semiárido, onde a seca terrível sempre expulsou milhares de famílias ou pais de família para outras regiões em busca de sobrevivência. E isso certamente consistiu na transferência de problemas para os grandes centros urbanos, prejudicando também a área rural e, neste contexto a agricultura familiar. Atualmente, o desafio da área rural, entre os apicultores pesquisados na Bahia é a geração de trabalho e renda, para melhorar sua qualidade de vida, no local onde vivem.

Silva e Cardoso (2005) afirmam que o fosso entre países e regiões se manteve durante os séculos XIX e XX, com problemas como atraso, exclusão social, desemprego, entre outros. Veiga (2008, p. 19) ressalta que

O intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil), não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorreria nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação.

Essa situação não condiz com o que a ONU define como desenvolvimento:

Um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante melhoramento do bem viver de toda a população e de todos os indivíduos com base na sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios que dele resultam. (ARRUDA, 2012, p.20).

Na década de 80, segundo Soares Junior e Quintella (2008), apesar dos holofotes sobre as questões financeiras, devido às práticas neoliberais de valorização do mercado e redução do Estado, já havia discussões sobre o conceito de ‘sustentabilidade do desenvolvimento’, o qual abrange as questões da preservação dos recursos naturais, visando ao atendimento das necessidades atuais e das gerações futuras. O conceito de desenvolvimento sustentável, definido nessa década, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland”, foi aceito mundialmente:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras[...]é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (BECKER, 1993, p. 49 *apud* SOARES JUNIOR; QUINTELA, 2008, p. 65).

O desenvolvimento está relacionado com qualidade e sustentabilidade da vida, indo além da economia e dos bens materiais, para abranger a totalidade da existência atual e potencial do ser humano e da sociedade (ARRUDA, 2012).

A Declaração de Cocoyoc identificou o termo com a necessidade de ajudar as populações a educar-se e organizar-se para valorizar os recursos específicos de cada ecossistema a fim de satisfazer suas necessidades fundamentais. A ênfase em “educar-se”, “organizar-se”, “recursos próprios dos seus ecossistemas” e “satisfação das suas necessidades fundamentais” toma como referência os potenciais da população local e do ecossistema, e exclui agentes e projetos externos de qualquer protagonismo no Ecodesenvolvimento. (ARRUDA, 2012, p.28).

Sachs (2009, p.257) diz que “fazer ecodesenvolvimento é, em grande medida, saber aproveitar os recursos potenciais do meio, é dar provas de *resourcefulness* na adaptação ecologicamente prudente do meio às necessidades do homem”. Este autor entende que, sem se ater a detalhes do pensamento de Gandhi, ele hoje “aparece como precursor importante de nosso modo de conceber o desenvolvimento” no que consiste ao embasamento ético e ao seu objetivo de “restabelecer a confiança dos aldeãos em si mesmos, restituir-lhes a dignidade, inculcar o gosto pela ação cívica, cotidiana, modesta mas eficaz, ensinar-lhes a se servirem dos meios à mão”. Gandhi pregava o autocontrole das necessidades.

“Centrar a economia no ser humano, em suas necessidades, capacidades, saber e criatividade significa focalizar com objetivo maior o desenvolvimento do ser humano.” (ARRUDA, 2012, p.28). Neste sentido, o papel do Estado é fundamental. Nunes (2009, p. 87) ressalta que uma das ações da RIPESS foi mostrar “o quanto a Economia solidária pode melhorar o desenvolvimento sustentável e equitativo se for fomentada pelo Estado, tanto em termos de investimento como de marco legal adequado”.

O termo desenvolvimento é abrangente e transdisciplinar, se faz presente em todas as esferas humanas e se refere ao “processo de desabrochar dos potenciais inerentes a um organismo ou sociedade na esfera da natureza, e ao indivíduo, coletividades e espécie na esfera do humano.” (ARRUDA, 2006 *apud* ARRUDA, 2012, p.24). Na perspectiva solidária, desenvolvimento econômico “é o processo de melhoramento das condições de vida de uma população, realizado mediante o planejamento e a gestão participativos, a fim de prover as

condições materiais para o desenvolvimento dos potenciais e atributos superiores do ser humano.” (ARRUDA, 2012, p.26).

A humanidade avança e demora muito a perceber a necessidade de quebrar os velhos paradigmas, principalmente os paradigmas das diferenças sociais. Os interesses econômicos sobrepõem com a maior facilidade os interesses sociais. A questão do desenvolvimento local sustentável requer uma mudança de paradigma em todos os níveis da sociedade, partindo dos atores sociais locais, que precisam desenvolver as faculdades da consciência de cidadania e solidariedade, para serem protagonistas na transformação da sua realidade, bem como o poder público, que precisa pensar e agir visando ao bem estar e à qualidade da vida.

3.3.2 Novo paradigma: “um outro” desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento passou a ser bastante discutido no mundo, depois da metade do século XX, com intensa difusão internacional de conceitos e políticas de desenvolvimento, reflexão, em âmbito mundial, sobre os problemas da desigualdade e a necessidade de desenvolvimento do terceiro mundo. Essas discussões foram de suma importância para despertar, na sociedade, o interesse para as questões ambientais, o tema da sustentabilidade e para considerar o caráter multidimensional do desenvolvimento.

O mundo passou a questionar o paradigma dominante – do desenvolvimento sendo confundido com o crescimento econômico, obtido a todo custo, sem as devidas preocupações com o ecossistema – e passou a se preocupar com a preservação dos recursos naturais, pensando nas gerações futuras. Essa preocupação ainda não se reflete plenamente na prática, mas é um caminho para uma mudança.

Furtado, citado por Sachs no prefácio do livro de Veiga (2008, p. 9), afirma que “só haverá desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente”. Sachs, nesse prefácio (VEIGA, 2008, p. 9-10), ressalta:

O desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não se pode limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o provir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas especiais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *inclusiva*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo.

Concordamos com este conceito e é neste sentido que utilizamos este termo na pesquisa sobre a produção cooperada; com enfoque na questão social e na sustentabilidade econômica e ambiental. Sobre este novo paradigma, Veiga (2008, p. 33) salienta que “o século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo preeminente de organização política”, mas que, problemas como a persistência da pobreza e de necessidades básicas não satisfeitas, a fome, a violação de liberdades políticas e formais podem ser encontradas em países pobres ou ricos.

O combate a tais problemas exige que a liberdade individual seja considerada um comprometimento social. Ou seja, a expansão da liberdade é vista por Amartya Sen como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento. Consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. (VEIGA, 2008, p. 34).

E para promover essa liberdade, este autor destaca o desenvolvimento econômico, os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração dos esforços de análise nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. [...] A liberdade de entrar em mercados – a começar pelo mercado de trabalho – pode ser, ela própria, uma contribuição importantíssima para o desenvolvimento [...]. (VEIGA, 2008, p. 34).

Este autor ressalta que o não acesso aos mercados de produtos é uma das privações enfrentadas por vários produtores e “a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social.” (VEIGA, 2008, p. 35).

Considerando essas reflexões, entendemos como um grande valor para as comunidades estudadas na Bahia, a participação dos atores sociais em associações comunitárias, na busca por acesso a serviços básicos de saúde, comunicação (telefone público), etc. Esses processos se constituem ‘pedagógicos’ na medida em que, a partir da prática, esses atores vão tomando consciência dos seus direitos e exercitando sua cidadania, conquistando espaço e voz. Nessa região, o acesso à educação ainda deve ser uma bandeira das lideranças locais – pois sempre foi uma região com altos índices de analfabetismo –, aliado à busca de redução da pobreza e das desigualdades sociais. Veiga (2008, p. 46) alerta:

A pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. [...] Apesar de a pobreza ser uma idéia essencialmente econômica, ela não pode ser devidamente entendida sem sua dimensão cultural. E foi o próprio Adam Smith quem primeiro estabeleceu essa estreita ligação entre

privação cultural e pobreza econômica. Não disse apenas que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir das dificuldades que alguns segmentos encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. A lista de mercadorias que contam como “necessidades” não são independentes, segundo Smith, das exigências da cultura local. Para ele, os chamados “bens de primeira necessidade” não são apenas aqueles indispensáveis para o sustento, mas todos os que o país considera indigno que alguém não possua. Quando o hábito fez com que, na Inglaterra, os sapatos de couro se tornassem uma necessidade, qualquer pessoa digna passou a ter vergonha de aparecer sem eles em público. A cultura estabelece uma importante relação entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas, afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004.

Dessa forma, Veiga (2008) atribui grande importância à cultura no processo de desenvolvimento, assim como à qualidade das instituições de cada sociedade, considerando que “tais instituições são a síntese das crenças de seu povo. Ou ainda: a expressão concreta da mentalidade das pessoas.” (VEIGA, 2008, p. 47). Ele ressalta que o processo de desenvolvimento exige criatividade, pois as coisas por si mesmas, não são suficientes para promover o desenvolvimento e ainda cria falsas expectativas, evitando providências que poderiam direcionar para o objetivo.

Este enfoque do desenvolvimento sustentável é o que queremos aqui abordar. Lançar o olhar para o projeto dos apicultores, especialmente na Bahia, e perceber que as ações estratégicas desenvolvidas não são para curto prazo. Envolve reflexões, com a participação coletiva, mobilizando a todos na construção conjunta de uma nova realidade, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Um desenvolvimento que, para privilegiar a sustentabilidade ambiental, deve envolver outros atores, como os agricultores familiares do entorno, para uma agricultura ecológica, entre outras ações com as comunidades, com base na responsabilidade social.

3.4 ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O Semiárido da Bahia possui grande potencialidade para a produção de mel, a qual pode ser explorada no sentido de se obter a indicação geográfica e, futuramente, a Denominação de Origem (DO), que é uma importante estratégia para o fortalecimento da apicultura, com base no desenvolvimento local sustentável. Em Portugal existem nove méis com Denominação de Origem Protegida. A região estudada, na Bahia, possui características excepcionais para isso, especialmente em áreas como, por exemplo, o Raso da Catarina, que é propícia à produção do mel orgânico e, mediante organização dos apicultores, essa importante estratégia de desenvolvimento local poderia ser adotada para o setor apícola.

As indicações geográficas protegidas são formas de organizações territoriais, que visam a valorização das potencialidades locais, sua organização e gestão territorial. Trata-se de um instrumento de desenvolvimento local. Pode-se considerar que na organização do território e de sua cadeia produtiva o primeiro estágio de desenvolvimento é a identificação e organização do Arranjo Produtivo e sua qualificação. O segundo estágio é a Indicação de Procedência, para assim chegar ao terceiro estágio de organização, que é a Denominação de Origem, a qual qualifica e agrega valor a produção agrícola local, tornando a região produtora competitiva, articulada com os circuitos nacionais e internacionais de comércio. Uma região demarcada com o selo de uma denominação de origem é um reconhecimento de distinção que organiza o território a partir da região produtora, e que rompe com as fronteiras municipais, construindo uma nova configuração territorial, a partir do processo produtivo local. (CALDAS *et al.*, 2005, p.5).

Esta se constitui em importante estratégia para o fortalecimento do setor apícola, principalmente porque a segurança alimentar é uma questão debatida no mundo, os consumidores, no âmbito global, passaram a ter como exigência o conhecimento da procedência do produto e, em vista disso, “a organização dos produtores, a uniformização da produção, sob critérios de qualidade, a forma de elaboração do processo produtivo, o marketing local/ regional e a articulação dos processos de comercialização são atividades que devem ser implementadas.” (CALDAS *et al.*, 2005, p. 6-7).

É preciso se adequar a essa realidade. As organizações que comercializam produtos alimentares devem definir estratégias relacionadas com a procedência dos produtos para consumo, como o mel, por exemplo, informando ao consumidor sobre o modo de produção e distribuição, buscando agregar valor à produção e definir estratégias para obter a certificação sob os critérios de denominação de origem, pois esta é uma forma, segundo Caldas e outros (2005), de enfrentar as barreiras não tarifárias estabelecidas no comércio internacional. “Este é um quesito fundamental para se atingir: o rastreamento alimentar, uma das principais reivindicações do consumo alimentar mundial.” (CALDAS *et al.* 2005, p. 6). Para atender às exigências que possibilitem obter a DO:

Regiões e localidades passam por processo de reestruturação/estruturação em sua base local de produção, revisitando o seu território, identificando as suas potencialidades e descobrindo novas formas produtivas, através do uso da criatividade, visando a adequar-se às novas exigências do mundo globalizado e inserir-se neste contexto. (CALDAS *et al.*, 2005, p. 6).

O propósito é que os produtos da região tenham direito a usar um selo com a indicação geográfica. O governo brasileiro tem adotado medidas neste sentido.

O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de

recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire). (BRASIL, 2013b, p. 1).

Esse registro é concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que emite o certificado e o Ministério da Agricultura é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários e de suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG. De acordo com o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2013b, p. 1):

Existem duas espécies ou modalidades de Indicação Geográfica: “indicação de procedência (IP)” e “denominação de origem (DO)”. No Brasil, sete produtos agropecuários receberam selos de IG na espécie "indicação de procedência" e um produto recebeu na espécie "denominação de origem". Entre eles, estão os vinhos da IP Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul; o café produzido na Região do Cerrado Mineiro; e a cachaça de Paraty.

Como afirma Caldas e outros (2005), o primeiro estágio para se conseguir a Indicação Geográfica, é a identificação e organização do Arranjo Produtivo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (BRASIL, 2013a, p. 1).

Conforme Cassiolato e Szapiro (2003), houve mudança na idéia de aglomeração, que passou a estar ligada com a de “redes”, especialmente no contexto de cadeias de fornecimento e ao redor de empresas “âncora”. Estes autores explicam que a cooperação entre agentes ao longo da cadeia produtiva passa a ser cada vez mais considerada como fundamental para a competitividade e, consensualmente, a capacidade de gerar inovações tem sido identificada como fator chave do sucesso de empresas e nações. Entendemos que a inovação é fundamental para qualquer organização, seja empresa ou cooperativa, pois ambas precisam melhorar permanentemente os seus processos, seus produtos e forma de gestão.

De acordo com Cassiolato e outros (2003 *apud* LASTRES, 2004, p. 8), “[...] o desenvolvimento local é condicionado e subordinado também por sistemas exógenos que podem ter dimensão e controle nacional ou internacional”. A partir dessa constatação Lastres (2004, p. 8) afirma que a proposição conceitual da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) é que “a capacidade de gerar inovações coloca-se como fator chave na competitividade sustentada de empresas e nações, diversa da competitividade espúria baseada em baixos salários e exploração intensiva e predatória de recursos naturais”.

O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL) é voltado para as microempresas, no sentido de estimular a cooperação entre elas. Sabe-se que as microempresas possuem uma realidade diferenciada das cooperativas, mas o espírito de cooperação e alguns princípios e estratégias empregados para a articulação na aglomeração podem ser utilizados e adaptados para a realidade das cooperativas, sem ferir os princípios cooperativistas, a exemplo da idéia de governança, que é utilizada no APL. Essa idéia, aplicada na Central de Cooperativas, possibilitaria um conjunto de parcerias apoiando os empreendimentos solidários, a exemplo de universidades e órgãos governamentais diversos, que poderiam contribuir para o fortalecimento do setor.

O governo federal, para atender à necessidade de articular as ações governamentais para apoio integrado a arranjos produtivos locais, instituiu através da Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), envolvendo instituições governamentais e não-governamentais. Esse Grupo tem como atribuição elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a Arranjos Produtivos Locais em todo o território nacional (BRASIL, 2013a). Assim, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior é responsável pela sua coordenação, através da Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial desse Ministério, que também se constitui como Secretaria Técnica do GTP APL (BRASIL, 2013a).

O setor apícola da região nordeste da Bahia poderá se organizar para a obtenção da Denominação de Origem. Para isso, precisa se estruturar no que diz respeito aos processos de cooperação e de criação de um capital social que possibilite a construção de todo esse processo.

3.5 CAPITAL SOCIAL

O caso da CECOAPI, aqui estudado, consiste em um conjunto de cooperativas que se organizaram e criaram a Cooperativa Central com fins de comercialização, objetivando o escoamento da produção. No entanto, ainda não se consolidou plenamente em termos de coesão social. O que falta para que as cooperativas funcionem em rede, com total comprometimento dos seus cooperados? Entendemos que ainda falta, neste processo, a construção de um capital social necessário para solidificar as relações sociais e consolidar um clima de confiança entre os participantes. Desta forma, procuramos trazer para esta discussão, o conceito de capital social.

A primeira análise sistemática contemporânea do capital social foi produzida por Pierre Bourdieu, que o definiu como “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985, p. 284 *apud* PORTES, 2000, p. 134). Este autor centra-se nos benefícios angariados pelos indivíduos em decorrência da participação e da solidariedade por meio da criação de capital social, o qual é formado pelas relações sociais que possibilitam aos indivíduos a busca de atendimento a suas demandas. (PORTES, 2000).

Para a aquisição do capital social é necessário investimento deliberado de recursos econômicos e culturais, pois através do capital social os atores podem ter acesso a recursos econômicos e aumentar seu capital cultural. Portes (2000, p. 135) ressalta:

Apesar de Bourdieu insistir na idéia de que os resultados da posse de capital social e cultural são sempre redutíveis a capital económico, os processos que produzem estas diferentes formas de capital não o são: cada uma possui a sua própria dinâmica e, em relação à troca económica, caracterizam-se por menor transparência e maior incerteza. Por exemplo, as transacções que envolvem capital social tendem a ser caracterizadas por obrigações tácitas, por horizontes temporais incertos, e pela possibilidade de violação das expectativas de reciprocidade. Contudo, pela própria falta de clareza de que se revestem, estas transacções podem ajudar a disfarçar aquilo que, de outra forma, seriam puras e simples transacções de mercado. (BOURDIEU, 1979, 1980).

Glen Loury (1997; 1981), teórico contemporâneo, tece críticas às teorias neoclássicas da desigualdade racial e alerta que as teorias econômicas ortodoxas eram extremamente individualistas ao focarem exclusivamente no capital humano individual e na concepção de um campo nivelado para a competição com bases nessas competências. Outro autor, Coleman, desenvolve análise mais refinada do mesmo processo estudado por Loury, com base no papel do capital social para a criação do capital humano. Seus estudos têm o mérito de dar visibilidade ao conceito na sociologia americana e identificar alguns dos mecanismos através dos quais é gerado (PORTES, 2000).

A idéia de capital social tem a ver com “a capacidade de cooperar e de confiar para a produção do bem público” (ARAÚJO, 2010, p. 11). Esta autora afirma que o conceito de capital social ganhou notoriedade a partir da obra de Robert Putnam, em 1993, a qual foi produto de uma pesquisa multidisciplinar de 20 anos, na Itália, para acompanhar o pioneiro processo de implantação da descentralização administrativa.

Com base nesse estudo foi possível perceber que uma região soube aproveitar melhor as vantagens da descentralização do que a outra. Foram analisadas as diversas variáveis para justificar os resultados encontrados, como: o peso das ideologias políticas, a composição dos conselhos regionais, a influencia dos partidos políticos, satisfação da população para com o

governo local, etc. Foi constatado que em algumas regiões mais atrasadas nada mudou com relação ao tempo em que havia centralização. Continuavam os mesmos problemas de impasses políticos, corrupção, clientelismo, inércia dos burocratas sem qualificação adequada, etc. A partir dessa constatação recorre a outras variáveis para compreensão da diferença de desempenho institucional, acabando por valorizar a cultura cívica, a cultura política e fatores importantes para a existência de capital social. Assim, conclui que não basta a instituição ser bem concebida e bem planejada, para produzir a boa sociedade, é preciso que hajam boas sociedades para produzir boas instituições (ARAÚJO, 2010). “Isso contrariava uma importante corrente nas ciências sociais, o institucionalismo, que defende a tese de que as instituições são os principais instrumentos para a mudança e a transformação social” (ARAÚJO, 2010, p. 15).

Putman defendia que a cultura cívica podia atuar de forma positiva sobre as instituições e sua ausência seria um obstáculo ao desempenho institucional. “A cultura cívica, associada à confiança interpessoal, traduz-se em um recurso fundamental de poder para os indivíduos e para as sociedades, em um capital – capital social – cujos benefícios são comuns a todo o grupo ou a toda a sociedade” (ARAÚJO, 2010, p. 15). No caso da Itália, a capacidade de associativismo na região que mais avançou (Norte), é muito maior que na outra (Sul) e demonstrou maior capacidade das pessoas cooperarem, confiarem no governo e em seus vizinhos e estabelecerem laços horizontais de participação.

Uma sociedade cuja cultura pratica e valoriza a confiança interpessoal é mais propícia a produzir o bem comum, a prosperar. A cooperação voluntária, assentada na confiança, por sua vez, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica. Em sociedades que tenham capital social, que, a exemplo de outras formas de capital, é produtivo possibilita a realização de certos objetivos que sem ele seriam inatingíveis. (ARAÚJO, 2010, p. 17).

A cultura cívica está relacionada à consciência cívica – consciência cívica de cidadania, direitos e deveres. Os sistemas de participação cívica remetem à atuação de associações de vários tipos, voluntárias ou não, como clubes de esportes, grupos de arte, partidos políticos, sindicatos, associações comunitárias de bairro, entre outras, com participações em que haja um grau de pertencimento e que promovem regras de reciprocidade e de confiança (ARAÚJO, 2010). Assim, “capital social está definido aqui por três fatores interrelacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica – sistemas que permitem às pessoas cooperar, ajudar-se mutuamente [...]” (ARAÚJO, 2010, p. 19).

Essa cooperação e ajuda mútua poderá ser a base para a construção de ações voltadas ao desenvolvimento local sustentável. Os apicultores, em sua maioria, afirmam que “aprendem com as abelhas”, as quais trabalham em cooperação e convivem em comunidade, com regras e distribuição de tarefas. Dessa forma, é preciso que haja regras na cooperação.

Com relação aos aspectos que implicam na construção de um capital social, podemos analisar o caso da Bahia. Em algumas organizações parece haver a **confiança** na gestão, enquanto em outras, efetivamente não há confiança. Por outro lado, observamos a falta de **reciprocidade**; os apicultores se beneficiam das vantagens, mas não entregam o mel na sua organização. Diversos agentes dizem que isso é decorrente das necessidades/dificuldades financeiras do apicultor, que precisa do dinheiro de imediato. Entretanto, observamos que esta falta de reciprocidade está atrelada, não somente à questão financeira, mas, também, à falta de confiança na gestão. Constatamos isso em um grupo de apicultores, com relação à sua cooperativa.

Como obter confiança e reciprocidade? A confiança é obtida mediante ações transparentes, sempre embasadas por princípios éticos de honestidade e equidade. A reciprocidade é consequência da confiança, o que dá segurança ao apicultor de que está havendo a noção de equidade, o respeito para com os recursos geridos.

Tanto em Portugal quanto na Bahia percebemos o receio dos apicultores com relação às cooperativas. Por que há cooperativas em que ocorrem desvios de recurso? Por que há cooperativas em que há privilégios para pequenos grupos? Entendemos que esta questão está atrelada à falta de critérios justos e igualitários na gestão da organização. Falta à gestão a capacidade de demonstrar, de forma transparente, como está gerindo os recursos e falta aos participantes exercitar, de fato, a co-gestão. O gestor deve exercer uma liderança participativa, democrática, justa, transparentes e que conquiste a confiança dos associados/cooperados.

3.6 GESTÃO SOCIAL: ÊNFASE NA EFETIVIDADE

A gestão de organizações sociais torna-se um imenso desafio, devido às suas especificidades e à importância do seu papel no contexto da comunidade. É fundamental implementar sistemas de gestão que sejam realmente relevantes e por isso tomamos emprestado o estudo desenvolvido por Sander (1995) sobre gestão da educação e suas dimensões econômica, pedagógica, política e cultural, por entender que estes podem ser adaptados e oferecer contribuição significativa para a gestão social.

Assim, além dos tradicionais critérios de eficiência e eficácia, trazemos os critérios de efetividade e relevância, que são essenciais na gestão social, pois, segundo Sander (1995) o critério *político* de **efetividade** consiste em se preocupar, predominantemente, com a responsabilidade social e com a capacidade de responder, efetivamente, às demandas e necessidades da cidadania. O critério da **relevância** é outro importante orientador na prática da gestão, na qual os demais critérios passam a ser analisados e utilizados com base no conceito de relevância como critério cultural.

Pela sua importância e dimensão, estas concepções, descritas a seguir, são consideradas neste trabalho quanto à possibilidade de serem utilizadas na gestão de organizações sociais, em geral, mas especialmente no caso dos apicultores aqui estudados.

Para Sander (1995), a administração eficiente deriva da concepção da escola clássica, que caracteriza a organização como um sistema fechado, mecânico e racional, com ênfase na produtividade, isto é, na capacidade de produzir o máximo de resultados, com o mínimo de recursos, energia e tempo. Já a administração eficaz tem inspiração na abordagem de sistema aberto, caracteriza o enfoque decisório e consiste em critério de desempenho pedagógico, orientado para o alcance de objetivos e metas sociais. Aplicado à gestão da educação, a eficácia consiste na capacidade administrativa para atingir os objetivos da prática educacional que, na ótica das organizações sociais podemos considerar “emancipatórios”, com ênfase na cidadania. Os critérios de eficiência e eficácia conseguem mensurar a produtividade e racionalidade.

A administração **efetiva**, segundo Sander (1995), diz respeito à capacidade administrativa para produzir respostas para os problemas sociais identificados, atendendo as demandas políticas da comunidade externa. Seu conceito está atrelado ao de responsabilidade social, e sua construção deriva de teorias contemporâneas de administração, com fortes contribuições da teoria da contingência, da ecologia administrativa e outras perspectivas mais recentes. Para este autor, faz parte da missão da educação o atendimento às demandas da comunidade, mas esta visão pode ser perfeitamente utilizada na gestão social, dentro de uma abordagem holística em que a organização tem responsabilidade social, também, de transformar o seu contexto.

Enquanto a eficácia se caracteriza pela consecução dos objetivos de natureza intrínseca, tais como os objetivos pedagógicos, a **efetividade** consiste em ações estratégicas voltadas para a consecução dos objetivos extrínsecos, eminentemente políticos. No caso das organizações sociais, consiste na sua capacidade de contribuição para o desenvolvimento local sustentável. A busca desses objetivos extrínsecos pressupõe interação permanente com a

comunidade e formação e fortalecimento de redes, fundamentada por um modelo de gestão participativa.

A administração relevante fundamenta-se nos ideais de desenvolvimento humano e qualidade de vida, nos valores éticos e perspectiva cultural. Consiste em desempenho administrativo que tenha significação, pertinência e valor:

É uma derivação conceitual de formulações interacionistas recentes e atuais no campo da teoria organizacional e administrativa preocupadas com as características culturais e os valores éticos que definem o desenvolvimento humano sustentável e a qualidade de vida na educação e na sociedade. (SANDER, 1995, p. 50).

Neste sentido, uma administração relevante será possível, se construída a partir de um modelo de gestão compartilhada, que assegure a participação cidadã de todos no seu processo, até mesmo, para a definição de sua relevância e segundo seus próprios valores culturais.

Assim, o desempenho político e cultural é medido pelos critérios de efetividade e relevância. Sander (1995, p. 52), salienta que “a mediação entre efetividade e relevância implica uma perspectiva política de gestão da educação que seja culturalmente pertinente e eticamente significativa para os participantes do sistema educacional e de sua comunidade”.

A partir das reflexões de Sander (1995) consideramos a aplicação desses fundamentos na gestão de organizações sociais comprometidas com a qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável. Este autor, com ênfase na administração da educação, explica que o paradigma multidimensional de administração é constituído por quatro dimensões dialeticamente articuladas (dimensão econômica, pedagógica, política e cultural) e que “a cada dimensão analítica corresponde seu respectivo critério de desempenho administrativo: eficiência, eficácia, efetividade e relevância.” (SANDER, 1995, p. 55).

O autor enfatiza que no sistema educacional existem preocupações substantivas ou ideológicas, instrumentais ou técnicas, de caráter pedagógico e econômico, além daquelas internas, de caráter antropológico e pedagógico, e de outras, externas, relacionadas com a economia e a sociedade, e da sua principal perspectiva: o ser humano, como sujeito histórico, e responsável pela construção da sociedade. Essas preocupações do sistema educacional, também devem ser o enfoque do sistema de trabalho em cooperação, seja associativismo, ou cooperativismo e outros, especialmente se pretendem criar um capital social.

Tomando emprestada a análise de Sander (1995), podemos complementá-la com reflexões sobre a complexidade da gestão de organizações sociais. Neste sentido, ressalta-se o alto grau de responsabilidade, especialmente dos gestores, enquanto lideranças, em articular mecanismos que possibilitem a consecução de objetivos sociais, voltados para o

desenvolvimento local sustentável, a cidadania e a responsabilidade pela construção de uma sociedade mais digna, ética e auto-sustentável.

A compreensão das dimensões, aqui descritas, torna-se essencial nos processos de gestão. A dimensão econômica é consequência da necessidade de se gerenciar os recursos financeiros e materiais e, nessa dimensão, a instituição utiliza-se do critério da eficiência, que permeia todas as atividades organizacionais e administrativas. Está relacionada, também, aos aspectos relativos à definição da estrutura organizacional, além de diretrizes, normas burocráticas, definição de papéis, formas de aplicação de recursos etc.

Neste sentido, a gestão de qualquer tipo de organização, deve atentar para a eficiência, na utilização de seus recursos, pois todas elas necessitam planejar suas ações, cuidar da preparação e da execução orçamentária, organizar e controlar seus recursos e melhor utilizar seus potenciais. Entretanto, essas preocupações não devem estar sobrepostas aos principais objetivos estratégicos da instituição, nem às demais dimensões, tampouco o critério da eficiência deve ser parâmetro para mensurar os objetivos pedagógicos/sociais.

A dimensão pedagógica refere-se, portanto, aos princípios e filosofias que embasam as ações pedagógicas que fundamentam o processo educacional, e que estejam comprometidas com o propósito maior da instituição. Aplicando essa concepção na gestão de organizações sociais, destacamos, também, a necessidade dessas organizações na consecução de objetivos orientados para processos emancipatórios, que se constituem educacionais, como base para a construção de um novo caminho e um novo modo de caminhar e a produção de novas tecnologias sociais, respeitando os saberes locais.

A dimensão política abrange as estratégias e ações que estão voltadas para a sociedade. Nesse aspecto, as variáveis externas exercem forte influência sobre o contexto da instituição, devendo, portanto, ser adequadamente compreendidas e trabalhadas, para que se alcance efetividade no atendimento às necessidades sociais e demandas políticas da comunidade. Diante disso, torna-se essencial para uma gestão fundamentada em um pensamento estratégico e com base nos aspectos sociais, buscar a compreensão do contexto externo, para a construção da sua capacidade interna em atender às demandas sociais e políticas da comunidade, com vistas a ocupar o seu espaço político, com ênfase no desenvolvimento local sustentável.

A dimensão cultural, de acordo com Sander (1995), abrange os valores e aspectos filosóficos, antropológicos, biopsíquicos e sociais dos indivíduos que fazem parte do sistema educacional e de sua comunidade, a partir do critério de relevância cultural. Na gestão social, o enfoque nessa dimensão permitirá que a gestão seja significativa e relevante para seus

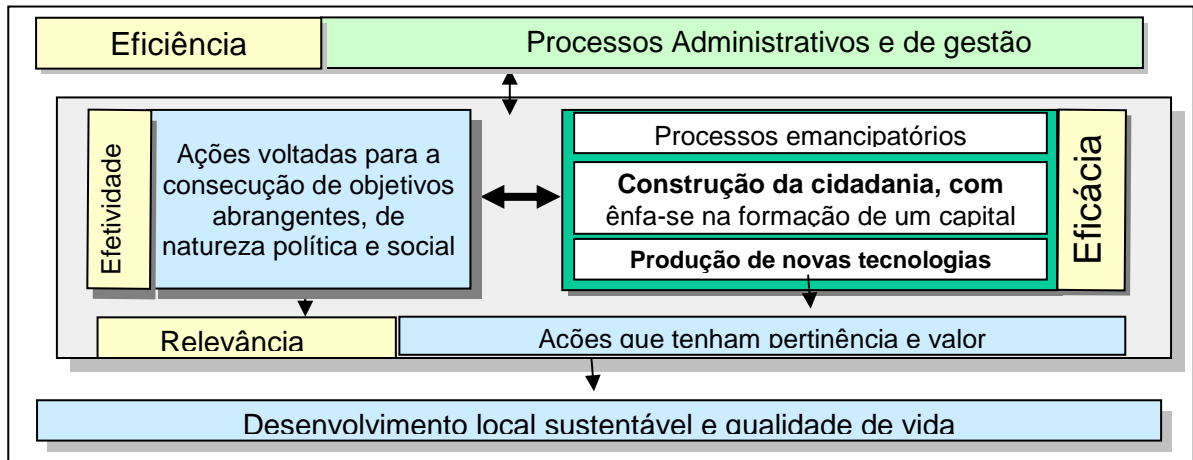
membros internos, como também para a sua comunidade, na medida em que tenha capacidade de refletir suas crenças e valores, bem como suas características sociais e políticas e promover a qualidade de vida humana. Tal dimensão requer uma visão sistêmica e integrada, ao lado de ações voltadas para o desenvolvimento humano e a qualidade da vida.

É necessário compreender a importância da eficiência econômica para o processo de gestão e para a realização dos objetivos sociais, e o significado da eficácia na consecução de objetivos estratégicos e de responsabilidade social de uma gestão comprometida com a qualidade de vida e construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso, por conseguinte, ser eficiente e eficaz, para conseguir obter efetividade e relevância. Dessa forma, a gestão de uma organização social consiste em processo com certa complexidade, dirigido por e com as pessoas, requerendo atitudes e ações embasadas por conhecimentos de diversas ciências e uma permanente articulação e interação entre suas quatro dimensões.

Analisando essas quatro dimensões em relação ao gestor, a competência econômica consiste na capacidade de maximizar a utilização dos recursos econômicos, financeiros, materiais e técnicos na consecução dos objetivos sociais. A competência pedagógica diz respeito à sua habilidade de estabelecer objetivos orientados para processos e intervenções educacionais – que se tornam emancipatórias – e prover, com eficácia, os meios necessários à sua consecução. A competência política consiste na sua capacidade de percepção ampla do cenário externo e sua influência nos fatores do sistema interno, bem como na habilidade de implementar ações estratégicas, efetivas, no sentido de atender às demandas sociais e políticas da comunidade. A competência cultural refere-se à capacidade de implementar soluções, ao mesmo tempo, pertinentes e relevantes, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento humano na comunidade.

É importante observar que estes critérios, e suas respectivas dimensões, complementam-se e, portanto, devem ser percebidos de forma integrada, com intervenções orientadas para processos emancipatórios, de desenvolvimento humano e a qualidade de vida de uma sociedade auto-sustentável. A Figura 1 apresenta, de forma sintetizada, essa concepção.

Figura 1 - Critérios de desempenho da gestão social



Fonte: Adaptado de Sander (1995).

Enfatizamos o gestor porque, mesmo sendo processo de autogestão, é quem assume a liderança. Percebemos, nos casos estudados, no que diz respeito aos processos de intervenção, o comportamento de esperar que alguém puxe e assuma as rédeas do processo.

As organizações sociais precisam desenvolver uma base de competência com condições de intervir na realidade social, através do desenvolvimento de uma filosofia orientada para a cidadania, estimulando seus cidadãos no sentido de se sentirem capazes de construir a sociedade que desejam: mais digna, justa, ética e com mais qualidade de vida. Esse objetivo deve ser alcançado a partir de um conjunto de ações que conduzam a esse patamar de responsabilidade social, mediante ações que sejam pertinentes e tenham valor para a sociedade.

O conceito de qualidade de vida humana está relacionado com o de desenvolvimento humano sustentável, refletindo valores éticos para a construção de um mundo melhor, a partir do progresso econômico e social aliado à preservação ecológica e ao direito de oportunidades iguais de acesso à educação, à cultura e ao trabalho. Para alcançar essa qualidade desejada, a estratégia é a participação cidadã em processos que tenham caráter emancipatório, objetivando a construção de uma sociedade auto-sustentável, fundamentada em valores primordiais ao desenvolvimento local sustentável.

Para adentrar o campo de estudo propriamente dito, o capítulo seguinte abordará a cadeia produtiva do mel o universo das abelhas, sua organização e forma de vida; e os fatores envolvidos no processo da apicultura e meliponicultura.

4 A CADEIA PRODUTIVA DO MEL E O UNIVERSO DAS ABELHAS

Para entender o contexto da apicultura é importante compreender a cadeia produtiva do mel, que engloba, desde a coleta do néctar, pelas abelhas, até a comercialização e aquisição do produto, pelo consumidor. As abelhas propiciam o valioso produto que o apicultor utiliza para sua subsistência e para comercialização. Assim, procuramos desvendar um pouco do universo das abelhas, sua forma de vida, como se organizam e seus produtos, bem como o processo de criação racional de abelhas, que tem como propósito estabelecer uma convivência respeitosa com estes insetos e com a natureza, em benefício do homem e de todos. Para o trabalho de produção cooperada do mel essa compreensão é fundamental e propiciará condições para melhorar a produtividade, a qualidade do produto e, conseqüentemente, as possibilidades de geração de renda.

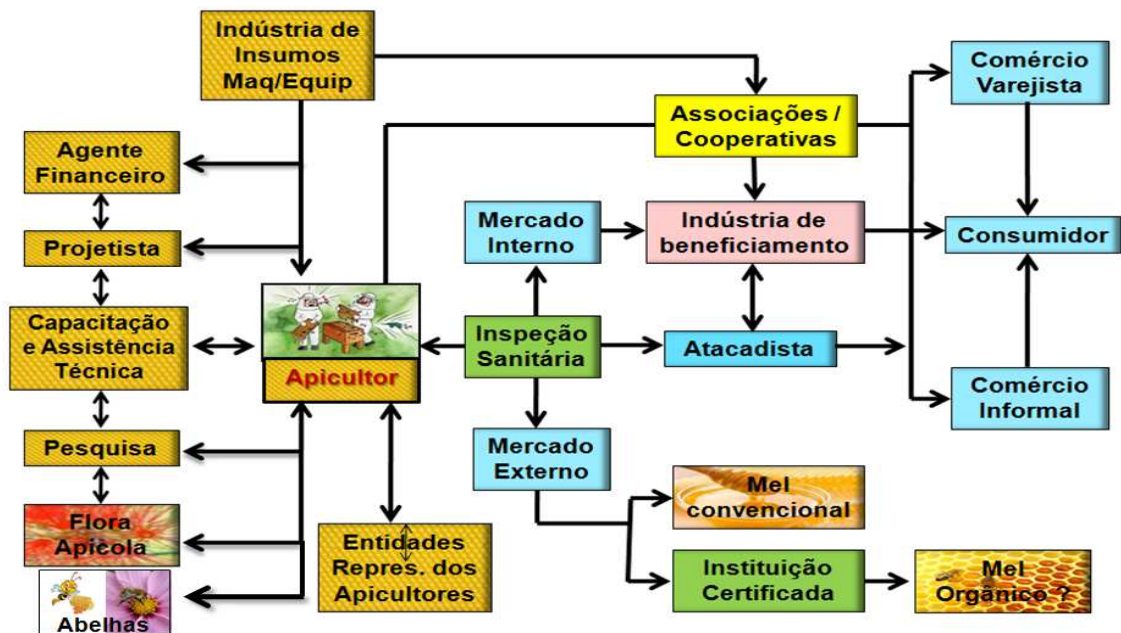
4.1 A CADEIA PRODUTIVA DO MEL

No contexto da cadeia produtiva do mel registram-se, como atores mais importantes, numa ponta o apicultor (e as abelhas) e na outra, o consumidor. Outros atores interferem na relação produção-consumo, mediante o desenvolvimento de diversas atividades, dentre as quais se destacam: o crédito, o fornecimento de insumos e equipamentos, assistência técnica, tecnologia, processamento agroindustrial, inspeção sanitária, transporte, distribuição e comercialização, o governo, com a manutenção ou aperfeiçoamento da infra-estrutura pública (estradas e energia elétrica) e política tributária e fiscal (PEREIRA *et al*, 2003).

As cadeias produtivas compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até seu consumo final. [...] A reorganização solidária das cadeias produtivas, sob a lógica da abundância, amplia os benefícios sociais dos empreendimentos em função da distribuição de riqueza que operam, visando a sustentar o consumo nas próprias redes. (MANCE, 2003, p. 26).

O entendimento do conceito de cadeia produtiva propicia uma visão sistêmica e integrada da cadeia como um todo, possibilitando sua análise e contribuindo para a identificação de fragilidades e potencialidades e a busca de soluções de melhoria (PEREIRA; VILELA, 2003). Como exemplo, a figura 2, a seguir, apresenta fluxograma da cadeia produtiva do mel.

Figura 2 - Fluxograma da cadeia produtiva do mel



Fonte: Adaptado de Pereira e Vilela (2003).

O apicultor, como importante elemento desta cadeia, é responsável pela qualidade do produto. O mel pode ter sua qualidade comprometida, não somente pela qualidade da flora, mas também devido à falta de profissionalização no processo produtivo, desde a sua obtenção e manipulação, etapas de colheita, acondicionamento e transporte, anteriores à centrifugação, até o envase e distribuição (LIRA; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2007).

Na cadeia produtiva o apicultor poderá desenvolver melhor o seu trabalho se houver apoio do governo mediante políticas públicas que propiciem assistência técnica e capacitação, pesquisa científica sobre a flora apícola e as abelhas e apoios em forma de crédito para investimento no negócio. No processo de produção cooperada o apicultor se relaciona com as associações e no processo de comercialização, com as cooperativas ou Agrupamentos de Produtores (no caso de Portugal), ficando na dependência do mercado e das regras vigentes.

As abelhas foram acrescentadas na figura por entendermos que é o elemento essencial desse processo e deve ser ressaltada sua importância e a necessidade de que sejam tratadas com o respeito e os cuidados necessários para que tenham, também, qualidade de vida.

A indústria de beneficiamento é um importante elo nessa cadeia. Os apicultores no Brasil a denominam “Casa do Mel” e em Portugal, “Melaria” e é o espaço onde se faz todo o processamento do mel. Almeida e Carvalho (2009, p. 16) explicam que esse espaço – Unidade de Extração dos Produtos das Abelhas (UEPA) – é o “estabelecimento destinado à extração

do mel das melgueiras que vêm do campo, decantação, acondicionamento, rotulagem, estocagem, envase do mel (em baldes ou tambores)” e sua localização e construção devem atender as determinações estabelecidas pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da portaria 368/97 e portaria 006/85. Deve possuir certificação sanitária e a garantia da aplicação das Boas Práticas Apícolas (BPA) pelo apicultor, de forma a assegurar a rastreabilidade do produto, pois são os procedimentos adotados na produção, coleta e extração, que irão permitir identificar a origem do mel que chega ao entreposto.

4.1.1 Processo de produção do mel

Aqui, fazemos um recorte, descrevendo o processo de produção do mel e todas as suas etapas, as quais abrangem a coleta do mel pelas abelhas e o processamento, pelo apicultor.

A primeira etapa do processo de produção do mel começa pela coleta do néctar pelas abelhas. Ao ser colhido, o néctar contém açúcar, minerais em cerca de 80% de água, mas em menos de 30 minutos parte da água em excesso já se evaporou. As abelhas domésticas colocam o néctar nos alvéolos da colmeia, onde continua o processo de evaporação. Quando, ao final de três dias, o mel contido nos alvéolos já está com cerca de 20% de água, as abelhas cobrem os alvéolos com tampas feitas de cera. Esse é o processo de operculação, que indica que o mel já está maduro, pronto para ser colhido.

O mel é um produto que requer cuidados especiais, de forma a se manter a qualidade e as características intrínsecas do produto, devendo seguir normas sanitárias rigorosas em todo seu processo, com especial atenção em relação às vestimentas, equipamentos, instalações, transporte, higiene do pessoal envolvido e procedimentos de manipulação. A fase de processamento consta de várias etapas: recepção dos quadros para classificação, desoperculação, centrifugação, filtragem e decantação do mel, estocagem e processamento (industrialização) do mel e dos demais produtos das abelhas (PESQUISA DIRETA, 2010):

a) Recepção dos quadros e colheita do Mel – Etapa em que se colhe o mel, já operculado;

b) Desoperculação – consiste na operação de abertura dos alvéolos fechados dos favos, ou remoção do opérculo (selo ou tampa de cera), com o uso de garfo ou faca desoperculadora. O mel que resulta desse processo não pode ser vendido porque tem impurezas. Ele pode ser utilizado para alimento das abelhas. Em seguida, os quadros passam pela centrifugação;

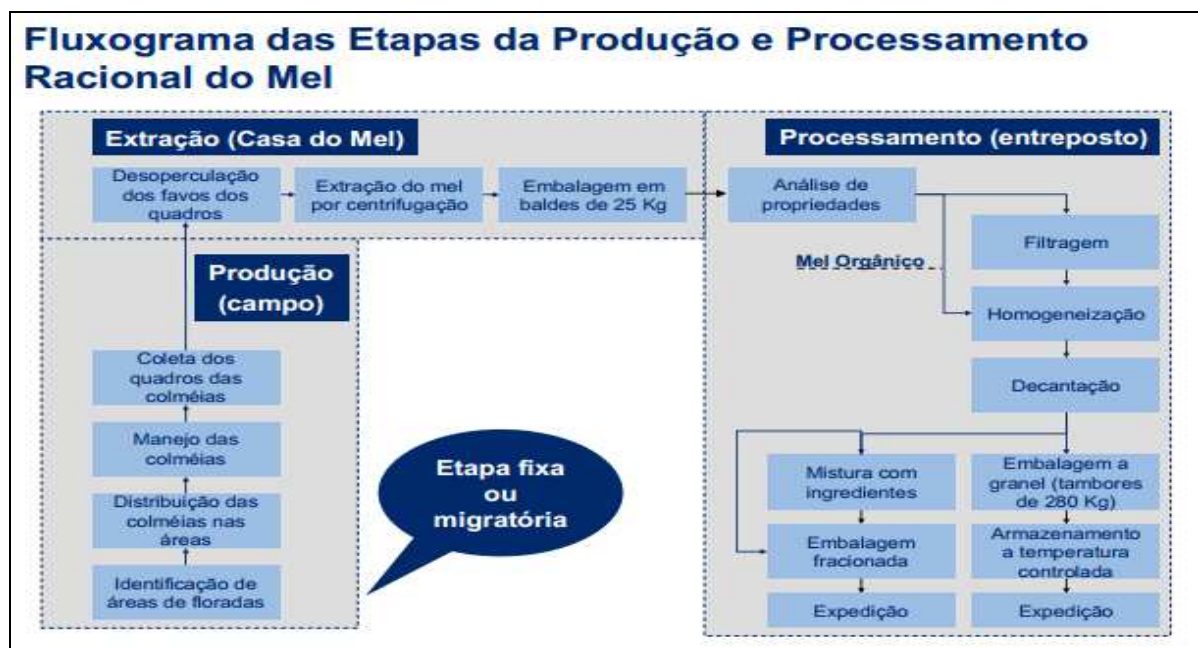
c) Extração do mel (centrifugação) e decantação – Esta etapa consiste na extração do mel pela centrífuga. A seguir, o mel passará pelo processo de filtragem e depois é colocado no decantador. Para a homogeneização do mel, após a decantação este segue para o homogenizador (PESQUISA DIRETA, 2010). Para obtenção de um produto final de qualidade, torna-se necessária a utilização de equipamentos adequados e certificação sanitária, bem como um local adequado para o manuseio e extração de mel (Casa do Mel), com base na adoção de boas práticas de higiene (PASIN, 2007);

d) Envasamento – O mel absorve odores com facilidade e isso exige cuidados especiais e muita higiene na área de trabalho. Os vasilhames devem ser sempre novos e os tambores para acondicionamento do tipo utilizado para alimento, protegido internamente por verniz sanitário. Devem ser retiradas amostras de cada lote, para controle de qualidade (PESQUISA DIRETA, 2011);

e) Armazenamento - No armazenamento especiais cuidados devem ser tomados em relação à higiene do ambiente e principalmente em relação ao controle da temperatura. Altas temperaturas durante todo o processamento e na estocagem são altamente prejudiciais à qualidade do produto final, uma vez que o efeito nocivo causado ao mel é acumulativo e irreversível.

A figura 3, a seguir, apresenta fluxograma das etapas de produção e processamento racional do mel.

Figura 3 - Fluxograma das etapas da produção e processamento racional do mel



4.1.2 Comercialização do mel

Para comercializar o mel o apicultor deve atender a exigências presentes na legislação para produtos desta natureza.

O apicultor enfrenta, no mercado brasileiro, um grande desafio, devido à comercialização de produtos falsificados, adulterados e não inspecionados, que apresentam contaminações. Esse tipo de produto coloca em risco a saúde do consumidor e consiste em um problema para o apicultor, que concorre com produtos sem certificações e enfrenta a falta de credibilidade em relação aos produtos de mel que são ofertados no mercado (PASIN, 2007).

O consumo de mel no Brasil ainda é muito baixo, em comparação com outros países. Almeida e Carvalho (2009) entendem que esse baixo consumo é afetado pelo preço do produto e pela falta de hábito da população em utilizá-lo, não somente de forma medicinal, mas também como produto alimentício. Isso leva a concluir que existe um mercado potencial a ser explorado no próprio país. Esses autores afirmam que o setor tem uma grande carência de divulgação a respeito das qualidades do mel, o que contribui de forma decisiva para o baixo consumo no Brasil. Segundo o Sebrae (2011), o setor já vem desenvolvendo ações neste sentido, voltadas para estimular o aumento do consumo de mel no mercado interno.

O mercado internacional avalia o mel pela sua cor, o qual quanto mais claro mais valorizado. A umidade do mel também é outro importante fator, utilizado para determinar a qualidade do mel, juntamente com o HMF⁵.

De acordo com Almeida e Carvalho (2009), o mercado apícola está em franco crescimento e apresenta várias oportunidades, a saber: mercado consumidor final; mercado de negócios e revenda; mercado atacadista; mercados industriais (alimento, farmacêutico, laticínio, cosmético); mercados governamentais e do terceiro setor; e mercados internacionais.

O empreendedor apícola pode utilizar diversos canais de comercialização/intermediários, a depender do tipo de empreendimento, da sua forma de produção individual ou coletiva, do volume de produção, da certificação do produto, dentre outros aspectos. “Na cadeia produtiva agroindustrial apícola, o fluxo de mercadorias e transações, do produtor até o consumidor final, é realizada pelos intermediários, formado pelos atacadistas, varejistas, distribuidores, representantes, etc.” (ALMEIDA; CARVAHO, 2009, p. 23).

Esses intermediários estão se tornando cada vez mais atuantes, tanto em nível nacional quanto internacional, devido ao crescimento do mercado e aumento da demanda. A figura 4

⁵ Hidroximetilfurfural é uma substância produzida pela decomposição de hexoses como a glicose e frutose na presença de um ácido. A produção de HMF é desencadeada conforme aumenta a temperatura que o mel é exposto.

ilustra os vários tipos de intermediação, de acordo com a estratégia de comercialização adotada. O apicultor pode comercializar diretamente com o consumidor final, com o atravessador, ou os intermediários primários (entrepósitos estaduais e entidades associativas), que apresentam característica comum, pois ambos comercializam no varejo e no atacado.

Figura 4 - Fluxograma de comercialização no atacado e varejo



Fonte: Pesquisa Direta, SEBRAE (2011).

Os entrepostos nacionais estão sujeitos à inspeção e certificação federal, para estarem aptos a comercializar seus produtos. Por possuírem estrutura logística, assumem o papel de comercializar o mel para os revendedores, para as indústrias e para exportação, funcionando como grandes distribuidores para o mercado interno e externo. O grande volume a ser comercializado possibilita maior poder nas negociações. Já o atravessador geralmente é um intermediário local, autônomo, sem vínculo empregatício, que compra o mel dos apicultores daquele município e vizinhança, a serviço dos entrepostos, com o objetivo de ganhar comissões. É considerado um elo importante da cadeia produtiva, pois possui uma grande capilaridade e estabelece relacionamento comercial com apicultores e entidades associativas locais (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

O grande volume exigido para a comercialização com grandes compradores é um fator com que as cooperativas têm que lidar, no Brasil e em Portugal e dificulta a participação das pequenas organizações que possuem pouco volume. Daí a importância da organização e união dos apicultores.

O revendedor, aqui colocado, é caracterizado como pessoa jurídica que comercializa no varejo para o consumidor final, podendo ser produtor ou não. Podem ser considerados revendedores, as farmácias, empresas de produtos apícolas e/ou produtos naturais, mercearias, pequenos mercadinhos, supermercados, dentre outros (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

A escolha do canal de comercialização dependerá das características do mercado, do produto e da estrutura da empresa, sua capacidade produtiva, logística, etc., bem como, da frequência de entrega, disponibilidade de estoques, confiabilidade na entrega e regularidade fiscal (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

O Entrepasto dos Produtos das Abelhas (EPA) possibilita o beneficiamento dos produtos da colmeia e, de acordo com Almeida e Carvalho (2009, p. 15), “é o estabelecimento destinado ao recebimento, extração, seleção, classificação, beneficiamento, manipulação, industrialização, conservação, estoque, embalagem, acondicionamento, fracionamento, rotulagem, expedição e comercialização de produtos das abelhas e/ou fabricação de derivados”. Poderá estar localizado em área rural ou urbana, mas sendo na área urbana, não poderá realizar o processo de extração, devendo atender as exigências das autoridades de saúde pública e as normas urbanísticas e de defesa do meio ambiente.

O empreendimento deverá ser registrado nos serviços de inspeção municipal, estadual ou federal, no Ministério da Agricultura (Lei Nº 7.889 de 23/02/1989), de acordo com o seu interesse de comercialização e deve atender a vários requisitos, referentes à localização do terreno, tipo de construção, área de circulação, etc. A instalação deverá possuir diversas dependências específicas, conforme as exigências da legislação em vigor, compatível com a capacidade do estabelecimento e tipo de equipamentos, os quais devem ser em aço inox. Os procedimentos devem ser conforme regras de higiene e limpeza, realizados por pessoas devidamente capacitadas em Boas Práticas de Manipulação (BPF), com indumentária adequada (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

A apicultura exerce papel preponderante na economia e deve ser desenvolvida com competência, a partir do conhecimento sobre a importância dos produtos apícolas e sobre as abelhas e sua forma de vida, para respeitá-las mediante manejo adequado, considerando que o mel é um alimento e que precisa estar de acordo com padrões de qualidade. E, principalmente, que as abelhas precisam ser bem cuidadas. O manejo foi um problema detectado nesta pesquisa, o qual está relacionado com a produtividade e qualidade do produto.

4.2 O UNIVERSO DAS ABELHAS: ORGANIZAÇÃO E FORMA DE VIDA

As abelhas são de fundamental importância para a natureza. Nos ecossistemas naturais elas desempenham importante papel, especialmente na manutenção das comunidades de plantas e animais, contribuindo de forma significativa para a preservação da flora, através da polinização (SCHEREN, 1983 *apud* MENDONÇA *et al*, 2008).

De acordo com Pereira e outros (2003), há mais de 20 milhões de anos, antes do surgimento do homem na Terra, as abelhas sociais já produziam e estocavam mel. Muitas civilizações as consideravam sagradas e, com o tempo, dada sua importância econômica eram consideradas um símbolo de poder para a nobreza, papas e cardeais, fazendo parte de brasões, coroas, moedas e outros. Na Idade Média, em algumas regiões da Europa, os enxames eram propriedades registradas em cartório e deixadas de herança. Seu roubo era considerado crime imperdoável, com pena de morte.

As abelhas são insetos sociais que possuem um sistema de extraordinária organização e na colméia cada qual exerce determinada função, a qual deve ser executada em benefício da coletividade, sempre visando à manutenção e sobrevivência do enxame. As três castas existentes – rainha, zangão e operária – se distinguem pelas características morfológicas e funcionais de seus membros, o que leva à divisão de trabalho. Uma colônia em condições normais possui uma rainha, cerca de 5 a 100 mil operárias e 0 a 400 zangões. Elas vivem em sociedade, com divisão de castas e de tarefas, formas específicas de comunicação e arquitetura bem específica para facilitar o seu trabalho (PEREIRA *et al*, 2003), descritos a seguir

4.2.1 As castas existentes na colméia: rainha, zangões e operárias

A rainha é quase duas vezes maior que as operárias e por ser alimentada com geléia real se torna diferente das demais, vivendo até cinco anos. É a única abelha com capacidade de reprodução e sua função é a postura de ovos e a manutenção da ordem social na colmeia. Geneticamente a rainha é idêntica à operária, pois ambas se desenvolvem a partir de ovos fertilizados, mas se tornam fisiológica e morfológicamente diferentes devido à alimentação diferenciada que recebem enquanto larvas. Além da alimentação, a estrutura onde a larva da rainha é criada (realeira) influencia fortemente em seu desenvolvimento, pois é maior que o alvéolo de operária e permite que seja posicionada de cabeça para baixo, para deixar o abdome livre para possibilitar a plena formação e desenvolvimento dos órgãos reprodutores (PEREIRA *et al*, 2003).

A vida reprodutiva da rainha começa 5 a 7 dias depois de seu nascimento, com o seu único vôo nupcial, momento em que é fecundada por até 17 zangões. O sêmen é armazenado em um reservatório especial (espermoteca), cujo estoque será utilizado para a fecundação de óvulos, durante toda sua vida, que inicia 3 a 7 dias após o acasalamento. Ela tem capacidade de postura de até 3000 ovos por dia, em condições de abundância de alimento. Os ovos

fertilizados dão origem às fêmeas (operárias ou novas rainhas) e os não fertilizados dão origem aos zangões. A rainha pode viver e se reproduzir por até mais de três anos. Entretanto, em climas tropicais esse tempo de vida reprodutiva dura cerca de um ano (PEREIRA *et al*, 2003).

A rainha tem a tarefa de manutenção populacional da colônia, que pode alcançar um total de 100 mil indivíduos. Como a vida útil de uma operária gira em torno de 45 dias, a rainha tem a necessidade de constante reposição dessa população. Ela consegue manter a ordem social na colmeia mediante liberação de uma substância chamada feromônio, que tem função atrativa e serve para marcar sua presença e informar que existe uma rainha presente e em atividade na colmeia. Além disso, inibe a produção de outras rainhas, a enxameação⁶ e a postura de ovos pelas operárias e serve para auxiliar na orientação das operárias e no reconhecimento da colméia (PEREIRA *et al*, 2003).

A rainha, permanentemente tem a companhia de 5 a 10 operárias que são encarregadas de sua alimentação e limpeza e pelo recebimento dos feromônios, para repasse aos demais membros da colmeia. Quando o enxame está muito populoso, sem espaço na colmeia, ou quando a rainha morre, deixa de produzir feromônios, ou de realizar posturas, por motivo da idade avançada, as operárias escolhem ovos depositados até 3 dias e transportam para as realeiras, para a produção de novas rainhas. A primeira rainha a nascer destrói as demais realeiras e rainhas que tenham nascido ao mesmo tempo. A rainha velha enxameia com cerca de metade da população antes do nascimento da princesa, ou pode permanecer na colmeia com a nova rainha, por algumas semanas, até sua morte natural. Em outros casos pode ocorrer da nova rainha também eliminar a rainha velha logo após seu nascimento (PEREIRA *et al*, 2003).

Os zangões são quase duas vezes maiores que as operárias e sua única função é fecundar a rainha. Não possuem ferrão, vivem em média 80 dias e são alimentados pelas operárias, dependendo delas para sobreviver. As larvas de zangões são criadas em alvéolos maiores e levam 24 dias para completarem seu desenvolvimento de ovo a adulto. São maiores e mais fortes do que as operárias, mas não possuem ferrão nem órgãos para trabalho. Eles apresentam o sistema ocular mais desenvolvido, antenas com maior capacidade olfativa, asas e musculatura de voo mais desenvolvida, o que lhes permitem maior orientação, percepção e rapidez para a localização de rainhas virgens durante o voo nupcial, através dos feromônios

⁶ Fenômeno natural de migração das abelhas, que pode ocorrer com parte dos indivíduos e a rainha (divisão da colmeia) ou todo o enxame (abandono da colmeia). A enxameação objetiva a preservação da espécie, ocorrendo em função do instinto de reprodução e condições ambientais adversas (PEREIRA *et al*, 2003).

liberados por esta. Durante o acasalamento, o seu órgão genital (endófalo) fica preso no corpo da rainha e se rompe, ocasionando sua morte. Se houver escassez de alimentos as operárias costumam expulsar ou eliminar os zangões (PEREIRA *et al*, 2003).

As operárias realizam todo o trabalho para a manutenção da colmeia, se encarregando da higiene, alimento e defesa da rainha, dos zangões e das larvas por nascer, cuidando da defesa da família, da temperatura estável no interior da colmeia e de toda a produção do mel e seus subprodutos. Elas possuem os órgãos reprodutores atrofiados, não sendo capazes de se reproduzirem, devido ao alimento recebido na fase de larva, menos nutritivo e em menor quantidade que o da rainha (PEREIRA *et al*, 2003).

As operárias realizam atividades distintas, de acordo com a idade, desenvolvimento glandular e necessidade da colônia. Do 1º ao 5º dia, fazem a limpeza dos alvéolos e de abelhas recém-nascidas. Do 5º ao 10º dia, assumem o papel de abelhas nutrizes, cuidando da alimentação das larvas em desenvolvimento e apresentando, neste estágio, desenvolvimento acentuado das glândulas hipofaríngeas e mandibulares, produtoras de geleia real. Do 11º ao 20º dia, produzem cera para construção de favos, quando há necessidade, pois nessa idade apresentam grande desenvolvimento das glândulas ceríferas. Além disso, recebem e desidratam o néctar trazido pelas campeiras, elaborando o mel, e estocando o pólen nos favos. Do 18º ao 21º dia cuidam da defesa e do controle da temperatura da colmeia. Nesta fase, os órgãos de defesa são bem desenvolvidos, com grande acúmulo de veneno. A partir do 22º dia até a morte, fazem a coleta de néctar, pólen, resinas e água, e são denominadas campeiras. Essas atividades podem ser redistribuídas. Se for necessário, uma abelha mais nova pode sair para a coleta no campo enquanto a abelha mais velha se encarrega de alimentar a cria (PEREIRA *et al*, 2003).

As abelhas-operárias são as principais responsáveis na natureza pelo processo de polinização. Algumas trabalham como batedoras ou mensageiras e exercem a função de encontrar uma fonte de néctar e informar à colmeia onde ela se situa (PEREIRA *et al*, 2003).

4.2.2 Comunicação entre as abelhas

As abelhas possuem uma forma especial de comunicação. Entre as abelhas *Apis mellifera* a comunicação pode ser feita através de substâncias químicas, tato, danças, sons ou estímulos eletromagnéticos. Dentre as mais importantes formas de comunicação, destaca-se a transferência direta de alimento, pois, durante as transferências, também ocorrem trocas de algumas secreções glandulares, o que permite informar, através desse gesto, a necessidade de

néctar e água, o odor e sabor da fonte de alimento, bem como, as mudanças na qualidade e quantidade de néctar coletado, afetando outras atividades, dentre as quais, a postura, criação da prole, secreção de cera e armazenamento do mel (PEREIRA *et al*, 2003).

Outro meio de comunicação importante é a dança, através da qual as operárias passam informação sobre a necessidade de ajuda em sua higiene, a distância e localização exata de uma fonte de alimento ou um novo local para instalação do enxame (PEREIRA *et al*, 2003).

4.2.3 A colméia: estrutura e termorregulação

O ninho das abelhas é constituído de favos, os quais são formados por alvéolos de formato hexagonal (com seis lados), que possibilita maior aproveitamento do espaço e menor uso de material. Os alvéolos são construídos com uma inclinação para cima de 4 a 9°, para evitar que a larva e o mel escorram, e em dois tamanhos: o maior, a rainha utiliza para a postura de ovos de zangão e os menores, para a criação de operárias, bem como, para estocagem de alimento (PEREIRA *et al*, 2003).

A área de cria da colmeia é mantida na temperatura ideal para o seu desenvolvimento, entre 34 e 35° C, pois se estiver fora dessa faixa pode provocar mortalidade na colônia, ou nascer operárias com defeitos físicos. Para manter a temperatura, as abelhas ficam na entrada movimentando suas asas para direcionar uma corrente de ar para o interior da colmeia, o que também auxilia na evaporação da umidade do néctar, transformando-o em mel. Outras espalham pequenas gotas de água pela colmeia e/ou regurgitam pequena quantidade abaixo da língua. A água será evaporada pela corrente de ar, contribuindo para o resfriamento da colônia. Dessa mesma forma, elas cuidam para manter a umidade relativa da colmeia em torno de 40%. Em períodos frios elas conseguem aumentar a temperatura do interior do ninho, se aglomerando em cachos e fazendo revezamento de posição entre as que estão no centro e extremidade, ou até mesmo provocando vibrações dos músculos torácicos, para gerar calor (PEREIRA *et al*, 2003).

4.3 APICULTURA E MELIPONICULTURA: CRIAÇÃO RACIONAL DE ABELHAS

A apicultura é o processo de criação racional de abelhas. “É o ramo da agricultura que estuda as abelhas produtoras de mel e as técnicas para explorá-las convenientemente em benefício do homem.” (WIESE, 2000 *apud* BOTH, 2008, p. 28). “Inclui técnicas de criação de abelhas, e extração e comercialização de mel, cera, geleia real e própolis.” (BOTH, 2008, p. 28).

Enquanto a criação de abelhas com ferrão é chamada apicultura, a criação de abelhas sem ferrão (as indígenas ou nativas) é chamada meliponicultura. Daremos maior ênfase, neste trabalho, à apicultura.

De acordo com Almeida Neto e Paula Neto (2005, p. 3), “a apicultura é uma das únicas atividades agropecuárias que atende os três requisitos da sustentabilidade: o econômico, o social e o ecológico”. Além de fornecer oportunidade de renda para o apicultor, ainda contribui para a preservação da flora nativa, mediante o processo de polinização. É uma atividade eminentemente familiar e “o grande forte dessa atividade é a presença de associações e cooperativas, tanto para a compra de insumo e equipamentos de beneficiamento para a casa do mel, quanto para a comercialização do produto nos mercados externo e interno.” (ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005, p. 6).

A eficiência no desempenho dessa atividade está condicionada aos conhecimentos básicos sobre as abelhas, equipamentos utilizados no processo, escolha da área e dos elementos essenciais para a instalação de apiários, processo de extração, higiene, etc. É uma atividade que demanda diversas habilidades como: concentração, poder de observação, delicadeza nos movimentos e força física para atividades gerais dentro do apiário. Existe predominância da ocupação masculina na atividade, mas as mulheres também exercem grande atuação no setor, em trabalhos paralelos, tais como na confecção de macacões para os trabalhadores de campo que lidam diretamente com as abelhas, preparo da cera e demais atividades desenvolvidas na casa do mel (ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005).

A criação racional de abelhas, exercida com os devidos cuidados com as abelhas e procedimentos criteriosos de higiene propiciam ao apicultor maior produtividade e qualidade. Constatamos, entre os entrevistados, que os apicultores que se dedicam a esse trabalho praticando um manejo adequado, conseguem obter maior produtividade.

A apicultura é “[...] uma alternativa inteligente em si mesma ou como atividade complementar, pois contribui para a preservação das espécies vegetais, distribui renda e promove a inclusão social”. Assegurar a qualidade dos produtos apícolas é uma estratégia importante para a inserção dos apicultores familiares no mercado (PREZOTTO, 2002, *apud* BOTH, 2008, p.45).

Na meliponicultura, as abelhas nativas constroem pequenos recipientes de cera no interior da colméia, onde depositam o mel. Sua coleta, pelo homem, se dá de forma mais simples, pois este é retirado com uma espécie de seringa que suga o produto, o qual já vem sem impurezas (PESQUISA DIRETA, 2010).

As colméias das abelhas indígenas são construídas com dois ou três andares (compartimentos), na vertical, sendo que no térreo fica o ninho e no andar de cima, a melgueira. O alimento para as abelhas é colocado em um recipiente conectado na colméia e consiste em mel e água. A figura 5, a seguir, apresenta apiário incubado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Alagoinhas (PESQUISA DIRETA, 2010).

Figura 5 - Apiário incubado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Alagoinhas



Fonte: Pesquisa direta (2010).

Os egípcios são considerados pioneiros na criação de abelhas, pois há aproximadamente 2.400 anos a.C. já realizavam esse processo, ainda que de forma rudimentar, colocando as abelhas em potes de barro. Os gregos colocavam o enxame em recipientes com forma de sino feitos de palha trançada chamada de colmo, de onde originou a palavra colméia. Para não ter que matar as abelhas para coletar o mel, já naquela época vários estudos foram desenvolvidos neste sentido. As primeiras tentativas foram o uso de recipientes horizontais com comprimento maior que o braço do produtor.

Para coletar o mel nestas 'colmeias', o apicultor jogava fumaça na entrada fazendo com que todas as abelhas, incluindo a rainha, fossem para o fundo da caixa e assim ele retirava os favos da frente, deixando uma reserva para as abelhas (PEREIRA *et al*, 2003). A partir daí surgiram os recipientes sobrepostos, que possibilitava a remoção da parte superior, deixando reserva para as abelhas na parte inferior. Isso facilitava a colheita do mel, mas ainda impossibilitava um manejo mais racional dos enxames, pois o produtor não tinha acesso à área de cria sem destruí-la. Na tentativa de resolver essa questão, os produtores colocavam barras horizontais no topo dos recipientes, equidistantes dos favos construídos. As abelhas construíam os favos nessas barras, mas estes ainda ficavam com as laterais presas nas paredes da colméia (PEREIRA *et al*, 2003).

Em 1851, o Reverendo Lorenzo Lorraine Langstroth verificou que as abelhas depositavam própolis em qualquer espaço inferior a 4,7 mm e construíam favos em espaços superiores a 9,5 mm. A medida entre estes dois espaços Langstroth chamou de "espaço abelha", que é o menor espaço livre que existe no interior da colmeia e

por onde podem passar duas abelhas ao mesmo tempo. Essa descoberta simples foi uma das chaves para o desenvolvimento da apicultura racional. Inspirado no modelo de colmeia usado por Francis Huber, que prendia cada favo em quadros presos pelas laterais e os movimentava como as páginas de um livro, Langstroth resolveu estender as barras superiores já usadas e fechar o quadro nas laterais e abaixo, mantendo sempre o espaço abelha entre cada peça da caixa, criando, assim, os quadros móveis que poderiam ser retirados das colmeias pelo topo e serem movidos lateralmente dentro da caixa. A colmeia de quadros móveis deu o toque racional à criação de abelhas, permitindo o avanço tecnológico da atividade como a conhecemos hoje. (PEREIRA *et al* 2003, p. 4).

O modelo *Langstroth* é bastante utilizado, tanto na Bahia quanto em Portugal, pois apresenta condições para um manejo adequado. A produção do mel, pelas abelhas, requer um cuidado especial com as colmeias, que devem ser construídas de acordo com padrões que possibilitem o trabalho e a qualidade de vida das abelhas, bem como a qualidade do produto.

Para um manejo adequado é muito importante total atenção aos seguintes aspectos: o apiário, a alimentação das abelhas, a estrutura das colméias, os equipamentos essenciais para a prática apícola e a higienização, os quais serão descritos a seguir.

4.3.1 O Apiário

O apicultor precisa se preocupar com o processo de produção do mel, desde a construção do apiário até a coleta do mel, quando tem que se precaver contra o ataque das abelhas, pois elas, na defesa da sua colméia, atacam qualquer invasor e seu veneno, chamado apitoxina, pode ser fatal. “Ao se estabelecer o apiário, cinco pontos fundamentais devem ser observados: as fontes de néctar (pastagem apícola); a presença de água; as correntes de vento; a facilidade de transporte e a segurança de pessoas e animais.” (BOTH, 2008, p. 30).

Esses critérios são essenciais tanto para a apicultura, quanto para a meliponicultura. Entretanto, as diferenças entre esses dois processos vão desde o tipo de colmeia até a extração do mel, pois as abelhas possuem características diferenciadas. Os apiários podem ser fixos ou migratórios. O apiário fixo é aquele que se estabelece durante todo o ano em um local onde as abelhas possam explorar as fontes florais disponíveis em um raio de 3 km. O local deve ser cercado. Já o apiário migratório se caracteriza pelo deslocamento frequente devido à necessidade de busca de recursos florais abundantes, devendo obedecer às mesmas especificações técnicas e normas de segurança (BOTH, 2008). A figura a seguir mostra apiário fixo, devidamente cercado.

Figura 6 - Apiário fixo



Fonte: Pereira e outros (2003).

A localização, com boa disponibilidade de recursos florais, é um dos pontos mais importantes para a instalação de um apiário e assegura o sucesso na criação de abelhas. A flora apícola deve ser abundante de espécies vegetais e, de preferência, com grande diversidade, para que possam fornecer néctar e/ou pólen, essenciais para a manutenção das colônias e para a produção de mel, em períodos diferenciados de floração. É essencial identificar as espécies melíferas, bem como, os períodos de floração, para que se faça o planejamento dos períodos de produção e dos cuidados a serem tomados na época de entressafra, em que se tem pouca disponibilidade de recursos florais. O mapeamento do potencial florístico é uma atividade que poderia ser desenvolvida por pesquisadores das universidades e seria uma valiosa contribuição para o setor apícola na região.

O pasto apícola, formado a partir de culturas agrícolas ou reflorestamento de madeira gera uma dependência que é desaconselhável, pois só fornecem néctar e pólen em determinadas épocas do ano e oferecem risco de contaminar os enxames em decorrência de agroquímicos. O número de colmeias a serem colocadas em uma determinada área dependerá do potencial florístico dessa área a ser explorada pelas abelhas, de forma que ofereça uma boa capacidade de suporte, para que não ocorra competição pelos recursos disponíveis e possibilite maior capacidade de produção (PEREIRA *et al*, 2003).

Esses autores explicam que, para assegurar a otimização da produção, qualidade e facilidade no manejo, outros fatores devem ser considerados: o acesso; a topografia, que deve ser plana e limpa; a proteção contra os ventos, para evitar o desgaste energético das operárias; um perímetro de segurança, 400 m distante de currais, casas, escolas, estradas, aviários e 3 km em relação a engenhos, sorveterias, aterros sanitários, matadouros, etc, para evitar contaminação do mel; identificação / sinalização; água pura em abundância com um mínimo

de 100 m de distância, pois auxilia na termorregulação da colmeia e uma colmeia chega a consumir 20 litros de água por semana; sombreamento, para assegurar conforto e qualidade do mel e das crias; suporte das colmeias, tipo cavaletes, para evitar o contato direto com o solo; a disposição das colmeias, voltada para o nascente, a fim de estimular as abelhas a iniciarem suas atividades mais cedo, e instaladas com uma distância mínima de 2 metros entre colmeias, a fim de evitar brigas e mortandade das abelhas por ocasião do manejo e facilitar o movimento das abelhas.

4.3.2 Alimentação das abelhas

As abelhas precisam de reservas de alimento para atender sua alimentação e das crias em desenvolvimento. Sua alimentação deve conter os seguintes nutrientes: água, carboidratos (açúcares), proteínas, vitaminas, sais minerais e lipídeos (gorduras). Tais nutrientes são retirados da água, mel (néctar) e pólen das flores, bem como, do caldo da cana-de-açúcar, sumo de caju, xarope de açúcar, goma de mandioca, vagem de algaroba, farelo de soja, entre outros.

A falta de uma boa alimentação pode provocar migração da colônia ou seu enfraquecimento, que começa quando a rainha diminui sua postura, reduzindo a quantidade de cria e abelhas na colônia. Além disso, pode fazer com que as operárias tenham que buscar alimento cada vez mais distante, desgastando-se e reduzindo seu tempo de vida. A desnutrição da abelha jovem afeta o desenvolvimento do tecido muscular das asas e prejudica a glândula hipofaríngea, que produz a geléia real, afetando a produção do alimento da rainha e reduzindo, conseqüentemente, sua capacidade de postura e a sobrevivência da cria. A falta de alimento, além de provocar desnutrição e estresse, deixa os enxames fracos e facilitam o surgimento de doenças, o ataque de inimigos naturais, como traças, formigas e o ácaro *Varroa*, prejudicando a produção de rainha, de mel, pólen, cera, própolis e apitoxina (PESQUISA DIRETA, 2010).

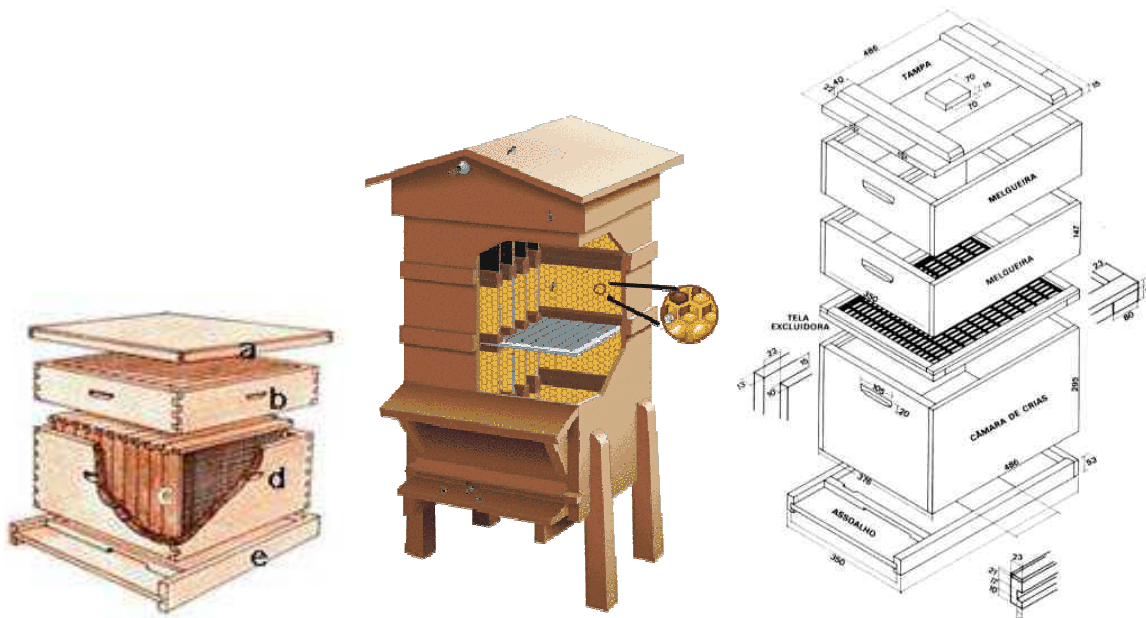
É preciso, portanto, cuidados especiais com a alimentação das abelhas, especialmente em período de entressafra. Almeida e outros (2009) sugerem o uso de alimentação energética, que consiste em xarope feito de açúcar e água, ou misturado com mel e alimentação proteica, à base de farelo de soja ou de trigo, farinha de milho e mel, de preferência acrescentado com pólen seco moído. Muitos apicultores preferem deixar sempre um pouco de mel para as abelhas, mas muitos ainda não se preocupam com a alimentação das abelhas.

4.3.3 Estrutura das colméias

Pereira e outros (2003) ressaltam que as colméias são peças-chave para a prática de uma apicultura racional. A sua construção com peças móveis (tampas, fundos, quadros, etc.) permitem uma exploração contínua e racional dos produtos apícolas, sem dano para as abelhas. Existem vários modelos de colmeias, mas o apicultor deve adotar um único modelo em seu apiário, seguindo as medidas padrões. Uma colmeia racional é subdividida em: sobrecaixa (melgueira ou sobreninho), tampa, ninho e fundo, e quadros (caixilhos) e devem ser construídas de acordo com o modelo padrão, indicado pela Confederação Brasileira de Apicultura, que é o *Langstroth*, com madeira de boa qualidade (cedro, aroeira, pau d'arco, etc.), para assegurar maior vida útil para a caixa e pintadas externamente com cores claras e tinta de boa qualidade (látex). A madeira deve estar bem seca, em perfeitas condições, para evitar posterior deformação e sua espessura pode variar, contanto que sejam respeitadas as medidas internas das colmeias e externas dos quadros.

A figura 7, a seguir, apresenta o tipo *Langstroth* completa, em que se percebem os detalhes de sua estrutura: a. Tampa; b. sobre-ninho ou melgueira; c. quadros; d. ninho; e. fundo.

Figura 7 - Detalhes da colmeia tipo *Langstroth* completa



Fonte: Both (2008, p. 3) e Google (2013).

Nota: Adaptado de Wiese (2000).

Nesse modelo é respeitado o espaço abelha. Pereira e outros (2003) apresentam alguns acessórios que possibilitam a prática racional: a Tela Excludora, para evitar o acesso da rainha na parte destinada à produção de mel; a Tela Excludora de Alvado, que deve ser encaixada no alvado e é utilizada para evitar a saída da rainha (enxameação); a Tela de Transporte, para favorecer a ventilação e é utilizada para o transporte da colmeia, podendo ser encaixada no alvado ou na tampa; os alimentadores, que servem para a alimentação artificial de abelhas; e o Redutor de Alvado, que é utilizado quando o enxame é pequeno ou no período de entressafra, para evitar o saque de outras abelhas, bem como, para favorecer a termorregulação do ninho em épocas mais frias.

Na apicultura, os ninhos são separados das melgueiras. Nestas são colocados quadros com uma base de cera, onde as abelhas constroem os favos e depositam o mel. Para obter maior produtividade e qualidade, é indispensável que o apicultor substitua os quadros do ninho e das melgueiras sempre que a cera estiver velha (CRANE, 1987 *apud* PEREIRA *et al*, 2003).

Na retirada dos quadros o apicultor usa o artifício de colocar fumaça, tendo o cuidado para esta fumaça não ser produzida com material tóxico e deve retirar os quadros com os favos maduros. A função do apicultor é cuidar das abelhas e proporcionar condições favoráveis para que elas possam obter néctar e pólen em abundância e assim produzir o mel além do necessário para sua própria subsistência. É o excesso desse mel que o apicultor deve recolher para comercializar, garantindo o alimento para as abelhas, mediante estoque de mel necessário para alimentação da colmeia em períodos que não houver flores (PESQUISA DIRETA, 2010).

O povoamento da colmeia depende da aceitação das abelhas à nova caixa. O sucesso na atividade apícola depende de um manejo eficiente. Neste sentido, alguns fatores devem ser observados: revisão permanente para assegurar as condições gerais da colmeia; a quantidade de alimento disponível; a presença e qualidade da postura da rainha; o desenvolvimento das crias; a ocorrência de doenças ou pragas, etc.

4.3.4 Equipamentos essenciais para a prática apícola

Pereira e outros (2003) explicam que a prática apícola requer o emprego correto de alguns utensílios especiais, tanto para o preparo das colmeias, quanto para o manejo em si, a fim de garantir a segurança de quem está manejando as colmeias e das próprias abelhas, bem como, a produção racional dos diversos produtos apícolas.

O Fumigador é essencial para um manejo seguro e tem a função de produzir fumaça. A Vestimenta é fundamental para uma prática segura. É composta de macacão, máscara, luva e bota e deve ser de cores claras. O macacão deve ser de material sintético ou brim grosso, com elástico nos braços e pernas e bem folgado, para evitar o contato do tecido com a pele. A luva deve ser em couro, napa ou borracha, de forma a evitar a inserção do ferrão na pele. A bota deve ser de cano alto, em borracha ou couro.

Para assegurar que o mel seja extraído dos favos, com eficiência e qualidade, os equipamentos e utensílios utilizados nas várias etapas de manipulação devem ser especiais e específicos para essa atividade, todos em aço inox, adequados para produtos alimentícios. Cada equipamento está relacionado a uma fase do processamento (PEREIRA *et al*, 2003):

Mesa Desoperculadora, que serve para dar suporte ao processo de desoperculação dos favos de mel; Aparelho Automático de Desoperculação, equipamento para grandes produções, que funciona através de sistema de guilhotina com filamentos de metal, para a desoperculação automática dos quadros; Centrífuga, que retira o mel dos alvéolos, de quadros já desoperculados, mediante força centrípeta; Decantador, para a decantação do mel centrifugado; Homogenizadores – tanques providos de pás rotatórias, que servem para homogenizar o mel, visando a padronizar grandes quantidades, em relação a cor, aroma e sabor. Alguns homogenizadores são providos de sistemas de aquecimento controlado, evitando o processo de cristalização; Mesa Coletora, destinada ao recebimento do mel já centrifugado e decantado.

4.3.5 Higienização

Para que se possa garantir ao consumidor a qualidade do produto final, no caso dos produtos alimentícios, os mesmos devem ser processados seguindo normas rigorosas de higiene, tanto das instalações, quanto do pessoal envolvido e dos equipamentos utilizados. Essas normas estão contidas no que é denominado de "Boas Práticas de Fabricação de Alimentos" – BPF, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). A higiene do ambiente e dos equipamentos consiste basicamente da limpeza (remoção dos resíduos orgânicos e minerais presentes nas superfícies do ambiente e equipamentos) e Sanificação (remoção da carga microbiana dos equipamentos, reduzindo-a a níveis satisfatórios). Para isso, é fundamental que a água utilizada no processo esteja dentro dos padrões de qualidade.

Essas duas etapas (limpeza e sanificação) estão subdivididas em: (1) Pré-Lavagem; (2) Lavagem; (3) Enxágue; e (4) Sanificação, que deve ocorrer imediatamente antes do uso dos equipamentos, mas esse procedimento não corrige eventuais falhas dos passos anteriores (PEREIRA *et al*, 2003).

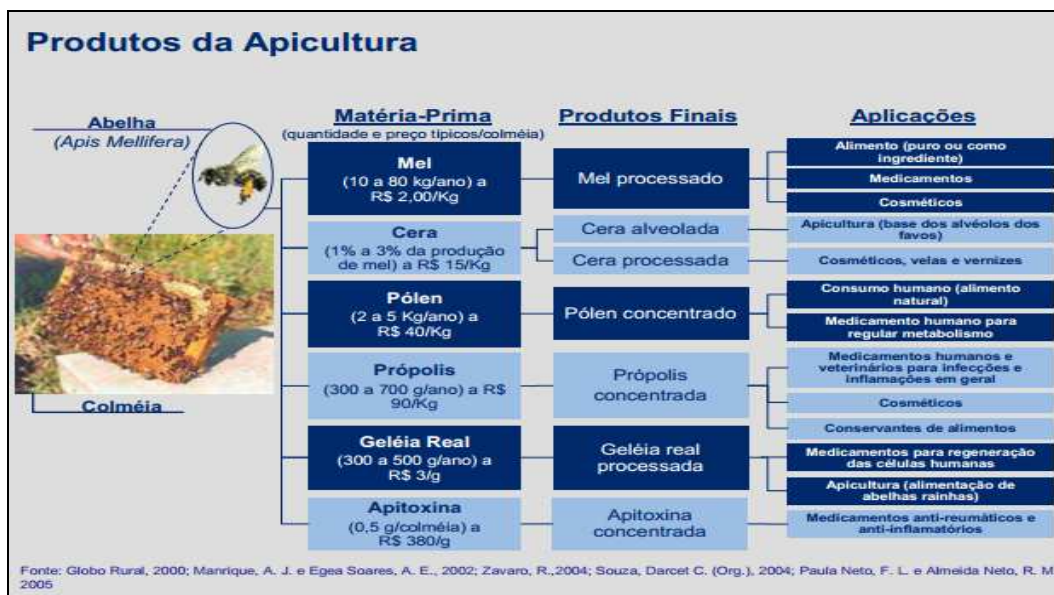
Como podemos perceber, a necessidade de equipamentos e utensílios de alta qualidade eleva os custos para qualquer apicultor iniciar o seu apiário, com uma Casa do Mel, o que é inviável para os apicultores aqui estudados, que não possuem condições financeiras para tal. Aliado a isso, os processos de manejo, com rigorosos critérios de higiene exigem capacitação técnica específica. Em vista disto, a estratégia das Casas do Mel serem administradas pelas associações permite a democratização do acesso de apicultores a essa infraestrutura, com as condições de atender a exigências para a comercialização dos seus produtos, com menor custo.

4.4 PRODUTOS DA COLMÉIA

As abelhas, além do mel, geléia real, própolis e pólen apícola, que são muito importantes e podem complementar a alimentação humana, produzem cera e apitoxina, bem como, realiza serviços de polinização. Em termos comerciais o mel é o produto principal. É um “produto alimentício produzido pelas abelhas melíferas, a partir do néctar das flores ou das secreções procedentes de partes vivas das plantas, que as abelhas recolhem, transformam, combinam com substâncias específicas próprias, armazenam e deixam madurar nos favos da colmeia” (ALMEIDA; CARVAHO, 2009, p. 13) e pode ser comercializado também para a fabricação de medicamentos e cosméticos.

A cera pode ser usada para fabricação de cosméticos, velas e vernizes e na apicultura, como base dos alvéolos dos favos. O pólen pode ser utilizado como alimento e como medicamento, a própolis, na fabricação de medicamentos humanos e veterinários, de cosméticos e conservantes de alimentos, a geléia real, como medicamento e na alimentação de abelhas rainhas e a apitoxina, como medicamento. Vide Figura 8.

Figura 8 - Produtos da Apicultura



Fonte: DAI Brasil (2006).

4.4.1 O mel

O mel possui propriedades medicinais, destacando-se por suas qualidades antissépticas e cicatrizantes, além de ser utilizado pela indústria de higiene e cosmético, como base para produtos diversos, como xampus, sabonetes, cremes e óleos e na indústria alimentícia, como ingrediente de produtos como iogurte, biscoitos e outros (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

A origem floral do mel exerce influência determinante na sua cor, aroma e sabor. Outro dos fatores responsáveis pela cor do mel é a riqueza em minerais. A cor também está relacionada ao sabor; geralmente os sabores mais suaves são de méis mais claros, enquanto sabores mais fortes são de méis escuros (ALMEIDA; CARVAHO, 2009). Wiese (2000 *apud* ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005) alerta que as características do mel podem ser alteradas de acordo com a manipulação pelo apicultor.

A qualidade do mel está diretamente associada à fonte de néctar utilizada pelas abelhas, mas pode ser seriamente comprometida pela contaminação macroscópica (pedaços de insetos, poeira, tecido vegetal, etc.), bem como, pela contaminação por resíduos oriundos de defensivos agrícolas, fumaça, metais pesados e produtos de caráter terapêutico. Para assegurar a qualidade do produto, alguns cuidados devem ser observados, pois “diante de temperaturas superiores a 37° C, o mel passa a sofrer transformações químicas que resultam no surgimento de uma substância denominada Hidroximetilfurfural (HMF), que indica a degradação do mel.

O índice máximo aceitável é de 40 µg/kg de mel” (ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005, p. 9-10).

Com relação à contaminação macroscópica do mel, os cuidados referentes ao manejo e a colheita são essenciais, assim como o peneiramento eficiente do produto na casa do mel. Uma das grandes preocupações do mercado mundial é a eliminação total de resíduos antibióticos e defensivos agrícolas no mel, estando nesse mister um grande diferencial do Nordeste, dada a saúde apresentada pelas abelhas e as vastas áreas apícolas livres de defensivos agrícolas. A presença de antibióticos no mel não traz apenas risco para a perda de colméias, mas também para a imagem do país com um todo, dado que o Brasil tem se apresentado no mercado internacional com um mel de sabor diferenciado e sem a presença de tais contaminantes (ALMEIDA NETO; PAULA NETO).

Almeida Neto e Paula Neto (2005, p. 10) alertam: “outro ponto preocupante é a presença indevida de metais pesados no mel. Segundo Silva (2003) o Ministério da Agricultura, no Brasil, tem uma legislação bastante rigorosa com relação a isso, aceitando apenas o equivalente a uma parte por milhão de contaminantes”. Os apicultores devem estar atentos à gravidade desse problema, que provoca o acúmulo de substâncias nocivas no organismo humano, podendo provocar no futuro sérias complicações para a saúde. Para evitar esse tipo de contaminação do mel, o apicultor deverá seguir as normas em todas as etapas do processo.

Considera-se mel o produto originário do tratamento dado pelas abelhas ao néctar coletado de plantas, logo, o mel proveniente de açúcar, ou qualquer outro produto que não seja néctar não pode ser comercializado como mel de abelha.

Os produtos orgânicos são bastante valorizados no mercado e a fabricação de mel orgânico seria uma excelente alternativa de renda para os apicultores familiares. Os produtos apícolas somente podem ser certificados como orgânicos para venda com o selo de qualidade, basicamente quando as atividades ocorrerem em áreas de mata nativa, distantes de propriedades convencionais (INSTITUTO BIODINÂMICO, 2008 *apud* BOTH, 2008). “O mel orgânico deve ser produzido com cera que tenha sido produzida em condições de manejo orgânico das colmeias” (BRASIL, 2000, *apud* BOTH, 2008, p. 45) e sem a utilização de agrotóxicos ou de qualquer substância química industrializada.

A certificação orgânica é realizada por cinco certificadoras nacionais e outras 13 internacionais, em menor escala (INSTITUTO BIODINÂMICO, 2008). Dentre as certificadoras nacionais destacam-se o Instituto Biodinâmico (IBD), a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a Organização Internacional Agropecuária (OIA) e a Fundação Mokiti Okada (MAO). O credenciamento é realizado junto à Federação

Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (INFOAM). (BOTH, 2008, p. 45).

A certificação e o controle são essenciais para assegurar a qualidade e idoneidade do produto. É um processo que requer a profissionalização e conscientização do apicultor.

4.4.2 A cera

O uso da cera de abelha pelo homem ocorre desde a pré-história, quando povos primitivos a utilizavam para a mumificação de cadáveres (WIESE, 1995; CRIAR E PLANTAR, 2004 *apud* ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005).

A cera é utilizada pela indústria de cosmético, na produção de cremes e loções; pela indústria apícola; indústria de velas; indústria farmacêutica, para revestimento de pílulas, fabricação de pomadas, etc.; e na indústria de armazenamento, por ser ótimo isolante elétrico.

Na colméia, a cera é utilizada para a construção dos favos e fechamento dos alvéolos (opérculo); de toda a estrutura de armazenamento de alimento e reprodução. A atividade apícola utiliza a cera de abelhas como insumo, sob a forma de lâminas alveoladas, que são utilizadas nas melgueiras com o propósito de aperfeiçoar o trabalho das abelhas na elaboração da cera e, conseqüentemente, aumentar a produção de mel (ALMEIDA; CARVALHO, 2009).

Atualmente um dos riscos na utilização da cera decorre da presença de antibióticos e acaricidas (especialmente aqueles contra *Varroa spp.*), utilizados pelos tratamentos terapêuticos nas colônias. Essas substâncias prejudicam a qualidade do mel e da cera utilizada, e pode vir a contaminar o mel armazenado pelas abelhas (ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005).

4.4.3 O pólen apícola

O pólen apícola, elemento fecundante das flores e composto basicamente de proteínas, açúcares, lipídios, sais minerais, fibras, aminoácidos e vitaminas, é um complexo alimentar utilizado pelo ser humano para fins alimentícios e medicinais. Seu consumo diário auxilia nas debilidades físicas e mentais e no combate ao stress. Também é a matéria prima para a produção de geléia real e é utilizado em épocas de escassez de alimentos ou para o fortalecimento de colmeias fracas (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

“O pólen é coletado pelas abelhas e transportado para a colmeia, onde é armazenado nos alvéolos para posterior utilização no preparo de alimento para larvas jovens” (WIESE, 1995, *apud* ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005). Exerce grande importância para a

colônia, porque se constitui no suprimento de proteínas, sais minerais e produtos biológicos especiais necessários à alimentação das abelhas. A produção do mel, cera e geléia real está relacionada à quantidade necessária de pólen destinada à alimentação das colmeias (MARCHINI; REIS; MORETI, 2006). Caso não disponham do pólen, as abelhas, mediante utilização de sua própria fonte de reserva, metabolizam tecidos de seus corpos para prolongar sua vida, podendo manifestar sintomas de deficiência. Elas poderão reintegrar-se à normalidade assim que assimilarem do pólen, os nutrientes que haviam perdido. (HAYDAK, 1934, 1970 *apud* MARCHINI; REIS; MORETI, 2006). De acordo com Stanley e Linskens (1974, *apud* MARCHINI; REIS; MORETI, 2006), para que uma abelha operária complete seu ciclo de vida ela precisa em média de 145 mg de pólen. Assim, uma colônia com 10.000 operárias consome 1,5 kg de pólen, o qual deve ser adequadamente armazenado, para manter o seu valor nutritivo.

4.4.4 A Própolis

Própolis é uma palavra de origem grega e quer dizer pró (em prol de, a favor de) e polis (cidade ou povoado). O seu processo de fabricação consiste na transformação da resina coletada de algumas plantas, brotos, botões, folhas e cascas para utilização como um cimento para recobrir os favos e as colmeias internamente. Funciona como proteção para as abelhas, contra qualquer ataque de insetos ou micro-organismos, incluindo fungos e bactérias que podem matar as larvas ou até mesmo as abelhas adultas e visa também a manter a umidade e a temperatura interna em torno de 36°C (FELIPPE, 2010).

Existem algumas variedades de própolis. Na medicina, ela se destaca pelas propriedades antimicrobianas e terapêuticas, com ações anticancerígena, antioxidante, anestésica, pela atuação no sistema imunológico e pelos efeitos cicatrizantes e recuperadores do tecido humano, sendo utilizada pelas indústrias farmacêutica e alimentícia (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

4.4.5 A geléia real

A geléia real “é uma substância produzida pelas operárias pela ação das glândulas hipofaríngeas e mandibulares, usada como alimento das larvas e da rainha” (LOPES *et al.*, 2001 *apud* ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005, p. 6). Wiese (1995 *apud* ALMEIDA NETO; PAULA NETO, 2005, p. 6) explica que a geléia real “apresenta ação biocatalizadora nos processos de regeneração de células no corpo humano dada sua composição e quantidades

de proteínas, carboidratos, vitaminas, hormônios, enzimas e substâncias minerais” e tem sido utilizada como alimento e medicamento para o tratamento de arteriosclerose, estimulante do apetite e ativação das funções cerebrais, dentre outros (ALMEIDA; CARVAHO, 2009).

4.4.6 A apitoxina

A apitoxina é o veneno produzido pelas abelhas *Apis mellíferas*. É um produto valioso, devido à comprovação científica dos seus efeitos, porém pouco explorado, pela dificuldade de comercialização porque, em razão da sua ação tóxica, deve ser comercializado para farmácias de manipulação e indústrias de processamento químico. A tolerância do homem à dosagem do veneno é muito variada. Algumas pessoas podem levar mais de 100 ferroadas e não apresentar sintomas graves, enquanto outras, que sejam extremamente alérgicas, com uma única ferroadada podem apresentar choque anafilático e falecer (ALMEIDA; CARVALHO, 2009).

4.4.7 Enxames

A venda de enxames é mais um produto da colmeia. Consiste em obter enxames e situá-los em colmeias racionais, para exploração de seus produtos. A aquisição de enxames faculta ao apicultor maior dinamismo no processo de implantação do apiário, escolha da qualidade do enxame e controle da produtividade da família, mediante o conhecimento da colmeia que a originou. Não existem registros sobre a produção e comercialização mundial desse produto.

A rainha selecionada, assim como os enxames, passou a ser um produto comercializado como insumo da atividade apícola. A rainha assume papel de destaque na colmeia e é peça chave para a melhoria do desempenho produtivo da colônia e a boa produtividade da colmeia, sendo responsável por metade das informações genéticas de toda a família.

Além dos produtos acima citados, na apicultura ainda se pode fazer o serviço de polinização, pois as abelhas são os mais eficientes agentes polinizadores da maioria das espécies vegetais cultivadas (PEREIRA *et al*, 2003). Estes autores ressaltam sua importância, especialmente em locais com alto índice de desmatamento e devastação ou com predominância da monocultura. Segundo eles, a polinização pode aumentar a produção entre 5 a 500%, a depender do manejo, da cultura, local de produção e devastação da região, gerando grande benefício econômico. A polinização nas culturas agrícolas, realizada pelas abelhas melíferas, consiste em ganhos significativos de qualidade e de produtividade para os

produtos desses cultivos, além de contribuir para a preservação de plantas que estejam em processo de extinção.

Grande parte das espécies de plantas com flores depende de polinizadores para se reproduzir, especialmente insetos. A polinização, para a produção e obtenção de frutos comerciais em algumas culturas agrícolas como a maçã e o melão, é um dos produtos da colmeia que melhor remunera o empreendedor rural (ALMEIDA; CARVALHO, 2009).

O próximo capítulo abordará o contexto do trabalho cooperativo na Bahia e em Portugal, suas dificuldades e potencialidades.

5 BAHIA E PORTUGAL: CONTEXTO DA ATIVIDADE APÍCOLA E DO TRABALHO COOPERATIVO

Este capítulo apresenta uma visão geral das regiões aqui estudadas, nos dois países, suas dificuldades e potencialidades, as políticas públicas e o panorama da apicultura.

5.1 BRASIL: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES DO SEMIÁRIDO

A região do Semiárido brasileiro, com 969.589,4km², corresponde a mais da metade da área do Nordeste e quase 10% do país, abrangendo um total de 1133 municípios. Após a nova delimitação do Semiárido, em 2005, pelo Ministério da Integração Nacional, a área classificada oficialmente como semiárido brasileiro aumentou de 892.309,4 km para 969.589,4 km, com um acréscimo de 8,66% e a região passou de 1031 para 1.133 municípios. Na Bahia 08 novos municípios foram inseridos, passando de 257 para 265 municípios, conforme Mapa 1 (BRASIL, 2011d).

Mapa 1 - Mapa do Semi-Árido, com a nova delimitação, de 2005



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2005).

O Semi-Árido brasileiro compreende parte dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. A região, com seu clima semiárido, possui sérios problemas com os recursos hídricos. A região Semi-Árida do Brasil é ocupada por diferentes tipos de vegetação, mas a caatinga, caracterizada por árvores caducifólias e plantas xerofíticas, especialmente Cactáceas e Bromeliáceas é o tipo de vegetação predominante. É considerada como a área semi-árida mais populosa do mundo, com mais de 20 milhões de habitantes, representando em torno de 19% do total do país. Possui a menor expectativa de vida, a menor renda per capita do país, a maior taxa de analfabetismo e os piores índices de qualidade de vida. (GIULIETTI; QUEIROZ, 2006).

Registra-se no Semiárido, segundo Giulietti e Queiroz (2006), uma degradação ambiental proveniente do uso inadequado e descontrolado da terra, resultante da falta de conhecimento científico sobre a caracterização e funcionamento da biota e dos recursos hídricos da Região. Isso demonstra a importância de um trabalho que vise à conscientização das populações sobre as questões da agroecologia e o trabalho com os apicultores é um bom caminho neste sentido.

O Sertanejo, especialmente na região semiárida, vivencia muitas dificuldades, lutando duramente para a sua sobrevivência. Em decorrência disso, ele usa os recursos que tem, com base nos conhecimentos que possui, desenvolvendo, por vezes, processos que poderão trazer prejuízos para o meio ambiente e comprometer suas próprias necessidades futuras.

O Semiárido brasileiro apresenta condições plenamente favoráveis para assegurar sustentabilidade à atividade apícola, devido aos seguintes fatores: o clima quente e de poucas chuvas, essencial para a sobrevivência e o trabalho das abelhas; a flora nordestina, com grande diversidade de espécies e floradas bem distribuídas ao longo do ano e a raça de abelha – africanizada – perfeitamente adaptada à região, com alta tolerância às pragas e doenças da apicultura praticada com abelhas européias (FREITAS; SILVA, 2006).

Devido a fatores, fundamentais para a apicultura, esses autores destacam que o semiárido abriga a maior diversidade de abelhas do mundo. Como fatores negativos eles citam a ação do homem sobre a vegetação, tais como os desmatamentos e as queimadas, com efeitos drásticos para a apicultura e para o desenvolvimento sustentável da região. Essas práticas fazem parte da cultura, devido à falta de conhecimento sobre suas conseqüências. Diante disso, ações educacionais são essenciais para transformar essa realidade. Entretanto, somente a conscientização não eliminaria a motivação do homem em continuar com esse tipo de prática. É preciso oferecer alternativas, mediante políticas públicas específicas que contribuam para a sobrevivência das famílias, ao tempo em que se assegure, também, o

desenvolvimento local sustentável. Neste sentido, a apicultura se configura como uma excelente alternativa, pelo que já foi apresentado.

O potencial do Semiárido, para a apicultura, precisa ser explorado de forma planejada. A produção do mel é uma atividade realizada, em geral, por pequenos(as) agricultores(as), que precisam de políticas públicas que possibilitem a sua inserção no mercado, com um produto de qualidade. O Semiárido tem grande potencial apícola e as abelhas que ali habitam possuem características que contribuem para o convívio com as adversidades climáticas da região e para propiciarem uma boa produtividade ao setor.

5.1.1 As abelhas no Semiárido: partilhando riquezas

Nas Américas não havia abelhas com ferrão, apenas as nativas, abelhas silvestres, sem ferrão, a exemplo da mandassaia, jandaíra, cupira, arapuá, urucu, jataí, mosquito, tugi, mundurí, entre outras, que são pouco produtivas de mel (RIBEIRO, 2007).

Somente no século XIX, através do Decreto nº 72 de 12 de Julho de 1839, o Imperador Dom Pedro II autorizou a importação de abelhas melíferas. Assim, foi trazida de Portugal para o Rio de Janeiro, a *Apis mellifera Ibérica* e da Itália para Olinda, a *Apis mellifera ligustica*, as quais se adaptaram ao clima temperado, desenvolvendo-se bem nas áreas da Mata Atlântica, de Pernambuco ao Rio Grande do Sul, mas permaneceram longe da aridez do Nordeste (RIBEIRO, 2007). Em 1845 foi trazida pelos imigrantes alemães, para o sul do país, a abelha *Apis mellifera mellifera* e entre 1870 a 1880 as abelhas italianas *Apis mellifera ligustica* foram introduzidas no Sul e na Bahia (PEREIRA *et al*, 2003).

O *habitat* natural das abelhas *Apis mellifera* é muito diversificado, incluindo savana, deserto, florestas tropicais, regiões litorâneas e montanhosas. A imensa variedade de clima e vegetação no Brasil contribuiu para originar diversas subespécies ou raças de abelhas, com características diferenciadas e adaptadas às diferentes condições ambientais. Pereira e outros (2003) destacam algumas características das diversas raças introduzidas no Brasil, quais sejam: *Apis mellifera mellifera* (abelha real, alemã, comum ou negra), originárias do norte da Europa e centro-oeste da Rússia, são produtivas e se adaptam facilmente a qualquer ambiente, mas propolizam com abundância em regiões úmidas; *Apis mellifera ligustica* (abelha italiana), originárias da Itália, são muito mansas e as mais populares do mundo; *Apis mellifera caucásica*, originárias do Vale do Cáucaso, na Rússia, são bastante produtivas e enxameiam⁷

⁷ Deixam a colméia para instituir outra colônia

com facilidade, sendo consideradas as mais mansas; *Apis mellifera carnica* (abelha carnica), originárias do sudeste dos Alpes da Áustria, nordeste da Iugoslávia e vale do Danúbio, são mansas e bastante produtivas, resistentes a doenças, se adaptando com facilidade a diferentes climas; *Apis mellifera scutellata* (abelha aficana), originárias do leste da África, são agressivas e bastante produtivas, mas migram com facilidade se as condições ambientais não forem favoráveis (RIBEIRO, 2007).

Este autor ressalta que, em 1950, graves problemas com a sanidade das abelhas dizimou 80% das colmeias do país, afetando drasticamente a produção apícola. Esse fato tornou evidente a necessidade de aumentar a resistência das abelhas, o que levou o Ministério da Agricultura em 1956, a enviar o professor Warwick Estevan Kerr para a África, com o objetivo de trazer rainhas produtivas e resistentes a doenças, para realização de estudos. Assim, em 1957 foi iniciado experimento com 49 rainhas africanas em apiário experimental de Rio Claro, para testar e comparar com as italianas e outras. Os estudos não foram concluídos, pois, devido a um acidente 26 das colmeias enxamearam (PEREIRA *et al*, 2003). As abelhas escaparam para campo aberto, cruzaram com a *Apis mellifera ibérica*, originando uma terceira família, de raça híbrida, chamada *africanizada*, denominada *Apis brasilienses*, adentraram por todo o Brasil e em 10 anos chegaram ao Semiárido e se espalharam rapidamente, alcançando a Venezuela em 1977 e o México em 1987 (RIBEIRO, 2007).

Assim, a *Abelha Africanizada*, um híbrido da abelha africana *Apis mellifera scutellata* com as abelhas européias (*Apis mellifera mellifera*, *Apis mellifera ligustica*, *Apis mellifera caucasica* e *Apis mellifera carnica*), possuem comportamento bastante semelhante ao da *Apis Mellifera scutellata*, devido à adaptabilidade destas às condições de clima do país. São menos agressivas que as africanas, têm facilidade de enxamear, alta produtividade e resistência a doenças, se adaptam também a climas mais frios e, diferentemente das européias, continuam o trabalho em temperaturas baixas. As africanizadas se adaptaram muito bem ao clima do semiárido, por ser similar ao de sua origem, sendo alvo de uma nova e promissora vertente econômica para essa região (RIBEIRO, 2007).

Essas abelhas, muito produtivas, mas extremamente agressivas acabaram se transformando em um grande problema para o Brasil, pois foi espalhado o pânico através de notícias sensacionalistas e as “abelhas assassinas” ou “abelhas brasileiras” passaram a ser consideradas pragas da apicultura, o que provocou o abandono de muitos apicultores e gerou uma queda na produção de mel do país. Entretanto, o que realmente acontecia era consequência de um manejo inadequado para esse novo tipo de abelha, que exigia técnicas diferenciadas daquelas utilizadas com as abelhas europeias, como vestimentas mais

apropriadas, com maior proteção, fumigadores mais potentes, colmeias mais distantes de residências, escolas, estradas e de outros animais, para evitar o ataque e os acidentes (PEREIRA *et al*, 2003).

Dessa forma, para controlar a agressividade das abelhas os produtores tiveram que se adequar às novas técnicas e manejo. Para solução foram distribuídas rainhas italianas virgens que acasalavam com zangões africanos, resultando em uma prole mais produtiva e menos agressiva. Aliado a isso, foram promovidos eventos visando a uma maior apropriação do conhecimento sobre o manejo, interação entre produtores e pesquisadores, incentivo com a liberação de créditos para a atividade, investimento em pesquisas e a valorização progressiva dos produtos apícolas (PEREIRA *et al*, 2003).

Atualmente, as abelhas africanizadas são responsáveis pelo desenvolvimento apícola do país, que saiu da 28ª posição como produtor mundial, para a 5ª posição. A agressividade passou a ser um aliado do apicultor para se evitar roubo e essas abelhas possuem a vantagem de serem mais resistentes a várias pragas e doenças comuns em todo o mundo (PEREIRA *et al*, 2003).

Santos e outros (2006b, p. 61) afirmam:

O Brasil, depois da China e da Argentina, figura como o terceiro maior exportador de mel do mundo. Segundo informações obtidas durante o período de 2001 a 2003, a destacada presença do Nordeste na exportação de mel foi resultado especialmente do incremento da produção familiar com apoio institucional (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e CNPq), fato que tem mudado a realidade sócio-econômica da população das regiões produtoras – em grande parte, localizadas em área de pobreza destacada. (IEA, 2005).

A atividade apícola pode ser desenvolvida por agricultores familiares, mediante capacitação específica que possibilite um manejo adequado e um produto de qualidade. Na Bahia esse trabalho vem sendo desenvolvido, com apoio do Governo do Estado, com base no associativismo e cooperativismo.

5.1.2 Políticas públicas para a Agricultura Familiar e a Apicultura no Brasil

O Semiárido, devido a suas características recebe incentivos especiais do governo federal e seus municípios são beneficiados com bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), em contraposição ao restante da Região Nordeste, cujo percentual é de 15%. Além disso, pelo menos 50% dos recursos deste Fundo são aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do Semiárido,

o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região. Os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Semiárido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e três anos de carência (BRASIL, 2010b). Os apicultores que se enquadram nos critérios de Agricultor Familiar, também são beneficiados com esse Programa.

Em 2006 foi feito, pela primeira vez, o Censo Demográfico do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que quantificou a participação da agricultura familiar na geração de empregos e renda para o País. O Censo identificou:

4.367.902 estabelecimentos com estas características, onde vivem e trabalham 12,3 milhões de pessoas, representando 84% do total de empreendimentos rurais do País. Embora ocupe apenas 24,3% da área total, a agricultura familiar responde por 38% da renda gerada e emprega 74,4% da mão de obra do campo. (BRASIL, 2010b, p.104).

A atividade apícola é desenvolvida basicamente pela agricultura familiar. O perfil da agricultura familiar, definido pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece que a área do estabelecimento ou empreendimento rural não pode exceder 04 módulos fiscais, deve ser dirigido pela família, com mão de obra predominantemente da própria família e a renda familiar originada das atividades vinculadas ao estabelecimento.

Apesar de ocupar uma área menor de plantio e pastagens, “a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, como feijão (70%), leite (58%), mandioca (87%), milho (46%), aves 50%) e suínos (59%)” (BRASIL, 2010b, p.105). Comparando com a agricultura patronal, a agricultura familiar ocupa 15,3 trabalhadores a cada 100 hectares, contra apenas 1,7 da patronal. Além disso, é 89% mais produtiva. Enquanto a patronal gera a cada ano R\$ 358,00 por hectare, a agricultura familiar alcança R\$ 677,00 por hectare. As cadeias da agricultura familiar, hoje, respondem por quase 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (BRASIL, 2010b).

Durante muito tempo o investimento público, para a área rural, foi direcionado basicamente ao agronegócio, com ações muito tímidas à agricultura familiar. Esse cenário, de estrutura agrária concentrada e políticas agrícolas excludentes resultou no empobrecimento – e na manutenção da pobreza – de milhares de famílias, conduzindo-as aos bolsões de miséria nas periferias urbanas e agravando os problemas sociais do País. Aliado a isso, registram-se prejuízos também para o meio ambiente e produção de alimentos com uso intensivo de agrotóxicos (BRASIL, 2010b).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2010b, p. 10) vem

desenvolvendo políticas públicas para a agricultura familiar e define como princípio básico de suas ações “o reconhecimento da agricultura familiar como força econômica fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros e para o desenvolvimento do país”, em contraposição à idéia de que o meio rural seja um lugar de atraso e pobreza, em que a agricultura produtiva responsável por divisas e alimentos seja proveniente das grandes propriedades mecanizadas e da monocultura de exportação. Este Ministério afirma adotar um novo modelo.

Modelo de desenvolvimento sustentável que articula políticas agrárias, agrícolas e de cidadania, capazes de tornar o campo brasileiro um espaço de paz, produção e justiça social. Desde 2003, mais de meio milhão de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais foram assentados em todas as regiões do País. (BRASIL, 2010b, p.10).

Assim, “para apoiar a agricultura familiar, o governo federal construiu uma rede de políticas públicas permanentes e simultâneas que engloba crédito, assistência técnica, seguro agrícola, política de preços e de compras governamentais.” (BRASIL, 2010b, p.11).

Para assegurar a condição de comercialização dos produtos da agricultura familiar, em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que faz parte do Programa Fome Zero e garante a aquisição de produtos da agricultura familiar para atender a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja Lei, aprovada em 2009:

Determina que Estados e Municípios utilizem no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar à compra de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2010b, p. 14).

Esses Programas beneficiam a cadeia do mel e as cooperativas estão produzindo mel em sachês para fornecer para a alimentação escolar. Entretanto, ainda não é possível abranger a todos os apicultores, porque há exigências burocráticas que dificultam o acesso.

Pudemos constatar que ainda falta à Agricultura Familiar uma melhor organização para um acesso mais democrático às políticas públicas. No PAA, por exemplo, é preciso estrutura para fornecimento de grandes quantidades de produtos, que o pequeno agricultor, isolado, não pode atender. Assim, o acesso às políticas públicas se constitui em um desafio, porque o homem do campo nem sempre tem a informação sobre seus direitos.

Ao tempo em que abriu linhas de crédito, o governo federal investiu em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para proporcionar ao agricultor, também o acesso ao conhecimento. Instituiu a Lei Geral de ATER, de 12.188/2010, a qual no seu Art. 2º,

Parágrafo I, diz que ATER deve ser um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.” (BRASIL, 2010a, p. 1).

O MDA vem desenvolvendo políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, através de contrato com organizações sociais (associações, cooperativas, ONGs), com base na nova lei de ATER, visando a assegurar atendimento adequado às diversas realidades de cada região. A ATER possibilita a assistência técnica para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, direcionada para as principais cadeias produtivas e para a recuperação e preservação de recursos naturais nos Territórios da Cidadania (BRASIL, 2010a).

Esta Lei representou uma conquista para os(as) agricultores(as) familiares, podendo ser de grande importância para esse seguimento. Entretanto, na sua execução, no Estado da Bahia, registramos vários problemas. Em 2011 foram contratadas, pelo MDA, 17 organizações, as quais montaram equipes multidisciplinares (cerca de 200 técnicos) e iniciaram o trabalho para atender mais de 20 mil famílias em diversos territórios. Entretanto, na execução dos contratos ocorreram muitas dificuldades, devido a atrasos no pagamento dos serviços, por parte do MDA, o que gerou sérios problemas para as entidades contratadas. Em encontro com as entidades contratadas de todo o Estado da Bahia, o representante do MDA justificou que os entraves foram devido a dificuldades burocráticas internas no MDA e do sistema de informação. Isso mostra que o Brasil está precisando se estruturar melhor, em todos os sentidos, para dar conta de todas as demandas acumuladas ao longo do tempo (PESQUISA DIRETA, 2011).

De acordo com Carvalho e outros (2010), o modelo tecnológico hegemônico na agricultura tem contribuído à degradação ambiental. Para que agricultores possam vir a prestar serviços ambientais, mudanças tecnológicas terão que ser implementadas e os grupos sociais, que vivem e desfrutam de um estilo de vida rural, fortalecidos. Esses grupos atuam como barreira para a ocupação urbana desordenada, causa importante da degradação dos recursos hídricos (CARVALHO *et al*, 2010, p. 141) e o seu fortalecimento poderá estimular o desenvolvimento de ações que visem a contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

A Lei de ATER tem esse enfoque, de fortalecimento dos grupos sociais, no Art. 4º, que define como um dos objetivos “IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural.” (BRASIL, 2010a, p. 2).

O MDA afirma que: “é necessário transformar o meio rural em um lugar com gente, que tenha segurança para trabalhar, com acesso à saúde, educação e cultura, e que seja cada vez mais participante do desenvolvimento sustentável da nação.” (BRASIL, 2010b, p.19).

O desenvolvimento das políticas territoriais e a execução de políticas públicas efetivas poderão contribuir neste sentido, mas ainda está em fase muito inicial e ainda não se pode avaliar sua efetividade e relevância. Aliás, esse é um fator primordial – a avaliação – que o governo deveria priorizar: avaliar o andamento e a eficácia, efetividade e relevância das políticas públicas que estão sendo implementadas.

A Bahia também criou a sua Lei de ATER Estadual, com base na Lei Federal e em 2012 lançou edital para contratação de organizações sociais para prestar serviços de ATER, beneficiando também o setor apícola. Essa assistência é fundamental para esses atores, principalmente pelo seu cunho educacional e base na agroecologia, mas também registramos problemas no repasse, o que gera impacto negativo nas organizações contratadas.

Na região estudada a CECOAPI está realizando o serviço de ATER para 2.500 apicultores. Para isso, dispõe de 2 técnicos de nível superior, 2 técnicos de nível médio e 46 Agentes Comunitários. Através desse convênio, a CECOAPI adquiriu mais 14 motos, 01 veículo e equipamentos. Atualmente, a CECOAPI está com 44 motos, 02 veículos Estrada e um Fiat Uno para a Coordenação do Projeto. Também dispõe de 10 GPS para efetuar o georreferenciamento. Para isso foi feita capacitação, através do apoio da SUAF/SEBRAE. Até março de 2013 esse serviço já foi realizado em 23 municípios e tem se constituído em ferramenta importantíssima, segundo o gestor da CECOAPI (PESQUISA DIRETA, 2013).

5.1.3 Panorama da apicultura no Brasil e na Bahia

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 2011a), de 1945 para 1958 a produção do mel de abelha no Brasil variou de 4.585 para 6.779 toneladas, registrando um crescimento de 47,85%. Nesse período não há registro de valores, apenas das quantidades produzidas. Já no período compreendido entre 1959 a 1973 não há registro de produção do mel. De 1974 para 1987 a produção do mel subiu de 4.129,24 para 14.063,30 toneladas, atingindo um crescimento de 240,58% e de 1987 para 2000 a produção cresceu 55,48%, atingindo 21.865,14 toneladas.

No período compreendido entre 2001 a 2009 constata-se um aumento gradativo na produção do mel, com destaque para o período de 2001 a 2003. Vide Tabela 1.

Tabela 1 - Produção macroeconômica do mel no Brasil – 2001 a 2009

Data	Produção do mel de abelha - qtde. (ton)	% crescimento	Produção do mel de abelha R\$ (mil)	% crescimento
2001	22.219,68	-	85.922,00	-
2002	24.028,65	8,14	108.325,00	26,07
2003	30.022,40	24,94	161.674,00	49,25
2004	32.290,46	7,55	172.735,00	6,84
2005	33.749,67	4,52	169.543,00	- 1,85
2006	36.193,87	7,24	187.757,00	10,74
2007	34.747,12	- 4,00	182.903,00	- 2,59
2008	37.791,91	8,76	199.555,00	9,10
2009	38.764,23	2,57	220.896,00	10,69

Fonte: IBGE e SEBRAE (2011).

O volume total da produção de mel no Brasil quase dobrou entre 1999 e 2009, passando de 19.751.097 kg para 38.764.231 kg, figurando entre os dez maiores do mundo (SEBRAE, 2011).

Entre 2000 e 2010 os estados do Norte e Nordeste passaram a liderar o crescimento da produção. Em 2007 o Nordeste contribuiu com 24% da produção brasileira do mel e em 2009 já ocupava a 2ª posição. Dentre os estados brasileiros, em 2009 a Bahia ocupava o 8º lugar e na Região Nordeste, era o 3º colocado, conforme demonstrado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Produção de mel em 2009, nas Grandes Regiões e Unidades da Federação

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QTDE (ton.)	VALOR (1.000 R\$)	% Quant.	% Valor
Brasil	38.765	220.917		
Norte	821	7.109	2%	3%
Pará	355	2.690		
Rondônia	168	1.788		
Tocantins	130	1.275		
Roraima	133	865		
Amazonas	21	324		
Acre	6	90		
Amapá	8	77		
Nordeste	14.963	64.266	39%	29%
Ceará	4.735	17.044		
Piauí	4.278	13.896		
Bahia	1.922	10.440	5	5
Pernambuco	1.595	8.711		
Rio Grande do Norte	1.107	7.332		
Maranhão	748	3.886		
Paraíba	273	1.442		
Sergipe	137	784		
Alagoas	169	730		
Sudeste	5.395	49.712	14%	23%
São Paulo	2.104	23.373		
Minas Gerais	2.606	18.202		
Rio de Janeiro	318	4.650		
Espírito Santo	367	3.487		
Sul	16.501	88.487	43%	40%
Rio Grande do Sul	7.155	44.099		
Paraná	4.831	24.133		
Santa Catarina	4.515	20.255		
Centro-Oeste	1.085	11.343	3%	5%
Goiás	301	4.235		
Mato Grosso	315	3.473		
Mato Grosso do Sul	430	3.104		
Distrito Federal	38	530		

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal (2009).

Nota: Adaptado pela pesquisadora (IBGE, 2011b).

Em todas as regiões do País registra-se uma expansão na produção do mel, no período de 1999 a 2009, com aumentos expressivos no Norte e Nordeste com 343% e 435%, respectivamente. A Região Sul se destaca como maior produtora, com 16.501 toneladas de mel (SEBRAE, 2011). Já em 2010, a produção foi de 38.017 mil toneladas, apresentando uma queda de 2,5% em relação a 2009. O principal Estado produtor foi o Rio Grande do Sul, com 18,7% de participação no total nacional. A seguir vem os Estados do Paraná, com 14,4%, e de Santa Catarina, com 10,4% (SEBRAE, 2011). Comparando com o total produzido no país, o Nordeste representava 14% em 1999, aumentando para 39% em 2009. Vide Tabela 3.

Tabela 3 - Produção de mel no Brasil por região geográfica (1999-2009)

Brasil e regiões	Produção de mel 1999 (t)	Produção de mel 2009 (t)	Participação na produção nacional 2009	Taxa de crescimento da produção em 10 anos 1999-2009
Brasil	19.751	38.764	2,12 %	96,26
Norte	185	821	38,60 %	343,27
Nordeste	2.795	14.963	13,91 %	435,36
Sudeste	4.291	5.393	42,57 %	25,68
Sul	11.869	16.501	2,80 %	39,02
Centro-Oeste	609	1.084	-	77,84

Fonte: SEBRAE (2011).

Na análise por Estados do Nordeste, o Ceará ocupa a liderança no quadro regional com 4.735 toneladas de mel em 2009. O Piauí vem logo atrás e a Bahia na 3ª posição, com um expressivo crescimento de 443%, no período de 1999 a 2009. Vide Tabela 4.

Tabela 4 - Evolução da produção nos Estados do Nordeste

Posição 2009	Estados	Evolução da produção (t)		Taxa de crescimento 1999 a 2009
		1999	2009	
1º	Ceará	521	4.735	809 %
2º	Piauí	1.586	4.278	170 %
3º	Bahia	354	1.922	443 %
4º	Pernambuco	101	1.594	1.478 %
5º	Rio Grande do Norte	158	1.107	601 %
6º	Maranhão	21	747	3.457 %
7º	Paraíba	17,1	272	1.491 %
8º	Alagoas	17,2	169	883 %
9º	Sergipe	17,0	136	700 %

Fonte: SEBRAE (2011).

A FEBAMEL (2012) afirma que, de acordo com o IBGE, de 2010 a 2011 a produção brasileira de mel cresceu 9,3% e o Estado da Bahia, 10%, passando a ocupar o 7º lugar no *ranking* da produção brasileira.

Em 2010 o Brasil passou a ser o 5º maior exportador de mel e chegou à 11ª posição no *ranking* dos produtores mundiais, com uma produção de 50 mil toneladas, o que representa um crescimento de 30% em relação ao exercício de 2009 (PORTAL BRASIL, 2011). No período entre 2002 a 2011 houve um acréscimo significativo na quantidade exportada, passando de US\$ 23.172.952, em 2002, para US\$ 70.868.550, em 2011, o que representa uma variação de 205,82%. De janeiro a novembro de 2011, o país enviou ao exterior 20,6 mil toneladas de mel, com receita de US\$ 65,2 milhões, registrando um aumento de 24,1% em

valor e 17,8% em peso, em relação ao mesmo período de 2010. O principal destino foi Estados Unidos, seguido da Alemanha (IPECE, 2012).

O Ministério da Agricultura afirma que o crescimento do setor apícola é devido aos programas de incentivo à produção apícola e a capacitação de agricultores envolvidos com a cadeia produtiva (PORTAL BRASIL, 2011).

O Brasil, conforme visto anteriormente, tem grande vantagem em relação aos demais países, uma vez que possui uma abelha bastante resistente a doenças, o que torna desnecessária a utilização de defensivos, antibióticos e acaricidas. Isso agrada ao mercado que tem preferência pelo mel orgânico. Entretanto, a produtividade na apicultura brasileira precisa melhorar. As colmeias argentinas e chinesas, por exemplo, fornecem até 35 kg/ano e 100 kg/ano, respectivamente, enquanto no Brasil este volume fica em torno de uma média de 15 kg/ano (SEBRAE, 2011). Entendemos, pelo que constatamos na pesquisa empírica, que essa baixa produtividade seja em decorrência de um manejo inadequado, incluindo o tratamento dado às abelhas, como alimentação, etc. e cuidados com a saúde da colméia.

5.2 APICULTURA NA BAHIA: TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DA CECOAPI

A área de atuação da CECOAPI compreende três Territórios de Identidade, no Estado da Bahia, com uma população total de 1.618.493 habitantes. O Território Semi-árido Nordeste II, possui 18 municípios, com um total de 407.928 habitantes e com 115.427 pessoas (28,3%) em situação de *extrema pobreza*; o Território do Sisal, com 20 municípios e uma população total de 582.329 habitantes, possui 160.648 (27,6%) em situação de *extrema pobreza* (BRASIL, 2013c); e o Território Litoral Norte e Agreste Baiano, com 22 municípios e uma população total de 628.236 habitantes, registra incidência de pobreza em 43,96% da população (IBGE, 2011b), destacados no Mapa 2, no qual visualizamos os 27 Territórios do Estado.

Mapa 2 – Mapa da Bahia com seus 27 Territórios de Identidade



Fonte: CEDETER – Pesquisa Direta (2011).

Segundo dados da Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF), o Estado da Bahia possui 8.850 apicultores (até 2010), com uma produção total de 4.262.892 kg de mel por ano. Os três territórios aqui estudados possuem 2.348 apicultores, que representa 26,53% do total de apicultores de todo o Estado e produzem 1.088.497 kg de mel por ano – 25,53% de todo o mel do Estado. A média de produtividade dos apicultores é de 15 kg por colméia (PESQUISA DIRETA, 2011). Vide Tabela 5.

Tabela 5 - Produção dos Territórios na Bahia

Território	Total de Apicultores	Média de colméias/apicultor	Produtividade (Kg/colméia/ano)	Produção atual (Kg)	% de Colméias (atual)
Semi-árido NE II	1.170	37,34	15,36	671.087	15,74 %
Sisal	944	23,96	12,73	287.933	6,75 %
Litoral Norte	234	36,00	15,37	129.477	3,04 %
SUB-TOTAL	2.348	32,43	14,49	1.088.497	8,51 %
Demais territórios	6.502	28,80	16,70	3.174.395	74,47 %
TOTAIS	8.850	31,53	15,04	4.262.892	100 %

Fonte: SUAF (Plano Estadual de Apicultura da Bahia) (2010).

No Estado da Bahia, Ribeira do Pombal e Jeremoabo (Território Semiárido Nordeste II) estão entre os três maiores produtores e Tucano (Território Sisal) é o 5º colocado. O Território Litoral Norte e Agreste Baiano ocupa a 11ª posição. Esse é também um dos motivos pelo qual escolhemos esses territórios para desenvolver este trabalho, aliado à experiência pioneira que vêm desenvolvendo com a Central de Cooperativas.

Em termos de preço o mel do Brasil tem uma média de R\$5,96/kg, com algumas regiões alcançando R\$8,66/kg. Já na Bahia o preço só chega a R\$ 3,90/kg. “Reflexo do fato de que 80-90% do Mel desta região é exportado via empresas exportadoras do Sul e Sudeste, a preço de *comodity*” (FEBAMEL, 2012, p. 1).

Esses números demonstram a falta de um trabalho de organização da produção para agregação de valor ao produto. Com a estruturação do setor este problema poderá ser resolvido, mas esse parece ser um processo muito lento.

5.2.1 Políticas públicas para a Apicultura na Bahia

O Programa de Fortalecimento da Apicultura no Estado da Bahia está sendo desenvolvido sob coordenação da SUAF, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado (SEAGRI), em parceria com outros órgãos, os quais estão discriminados no Quadro 1, com suas respectivas funções no Programa:

Quadro 1 – Órgãos que atuam no Programa de Fortalecimento da Apicultura da Bahia

ÓRGÃO	FUNÇÃO
Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF)	Responsável pela coordenação das políticas para a apicultura do Estado e pela condução dos Planos Territoriais de Desenvolvimento da Apicultura. Cuida da liberação de recursos para construção/adequação de Unidades de Beneficiamento/Entrepósitos de Mel, após suas visitas técnicas e da ADAB e atua nos três eixos: assistência técnica, fomento, implantação de agroindústria, gestão e comercialização, com os diversos parceiros
Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	Responsável pelas inspeções e liberação do S.I.E. (Serviço de Inspeção do Estado) e Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA);
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA)	Responsável pela Assistência técnica e Extensão Rural, bem como pela execução do Programa Nacional de Georreferenciamento (PNGEO) junto com a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA). O PNGEO tem como objetivos principais promover o georreferenciamento, rastreabilidade e modernização da produção apícola no Brasil
Federação Baiana de Mel (FEBAMEL)	Coordena as atividades das Associações
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Desenvolve o Projeto APIS, que funciona na Bahia em três regiões (Nordeste, Oeste e Sul), incentiva o Associativismo/Cooperativismo, realiza diagnósticos mercadológicos, consultorias para desenvolvimento de rótulos e embalagens, apoia Missões técnicas etc.
Companhia de Ação e Desenvolvimento Rural (CAR)	Em parceria com a SEAGRI está construindo as Casas de Mel e executando a Assistência Técnica. A SEAGRI repassa o recurso para a CAR, que firma convênio e acompanha as entidades que vão executar. Para apoiar a apicultura, apoia sete cooperativas de apicultores, no Estado, desenvolvendo ATER para um total de 5.100 apicultores.
Câmara Setorial das Cadeias Produtivas da Apicultura e Meliponicultura do Estado da Bahia (CSAM)	Composta por todas as entidades envolvidas na Apicultura e por representantes dos Produtores, busca resolver problemas referentes ao Setor Apícola (licenciamento ambiental, ICMS e atendimento à legislação do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) etc.).

Fonte: SUAF (2013).

A SUAF vem conduzindo o processo de construção do Plano Estadual para o Desenvolvimento da Apicultura na Bahia e, de acordo com esse Plano (BAHIA, 2011a), a apicultura e meliponicultura despontam como uma das atividades mais promissoras para a dinamização da agricultura familiar no Estado da Bahia em função dos seguintes fatores:

a) ampla e diversificada disponibilidade de floradas de plantas cultivadas e nativas - principal meio de produção dos produtos das abelhas - em praticamente todo o Estado, inclusive nas regiões mais secas onde existem restrições para a implantação de outras atividades econômicas; b) possibilidade de inserção de famílias de baixa renda e com pouca área de terra ou até mesmo sem terra, tendo em vista a utilização de pouco espaço para a implantação dos apiários e da mobilidade e independência das abelhas em busca de alimento e água; c) possibilidade de obter mel de qualidade diferenciada em função das condições climáticas e da diversidade de floradas utilizada como pasto apícola; d) crescente domínio das tecnologias de produção e beneficiamento do mel, com necessidade de investimentos relativamente pequenos; e) recente ampliação do mercado com maior inserção dos produtos das abelhas nos mercados local, estadual, nacional e internacional, com a instalação de empresas de compra no Estado e crescimento das compras institucionais (CONAB, PNAE, EBAL); f) previsão de investimentos, ainda que desarticulados, nos vários órgãos de governo, tanto na esfera federal, quanto estadual; g) inserção de jovens rurais que tem procurado alternativas locais de desenvolvimento de sistemas produtivos intensivos que demandam pouco uso da terra e baixo investimento; h) ocupação dos membros da família ao longo da cadeia produtiva e; i) diversidade de abelhas nativas sem ferrão existentes no Estado. (BAHIA, 2011a, p. 1).

Toda essa potencialidade pode ser bastante aproveitada na apicultura, apesar das dificuldades de convivência dos apicultores com a seca do Semiárido.

A construção participativa do Plano de Desenvolvimento da Apicultura é um instrumento que possibilita a busca de soluções para os problemas específicos dos territórios, pois visa a suplantar as dificuldades provenientes da insuficiência e desarticulação na aplicação de investimento, que, entre outras coisas, poderia resultar na perda da oportunidade da real integração de novos produtores, especialmente os jovens rurais (BAHIA, 2011a). Com esse Plano, o Governo pretende:

Interferir nos principais elos da cadeia produtiva com investimentos públicos consistentes e integrados, desde a oferta sistemática de assistência técnica, extensão rural e crédito, até o mercado consumidor, passando pelos estabelecimentos de beneficiamento (casas do mel e entrepostos). (BAHIA, 2011a, p.2).

O diagnóstico realizado para esse Plano detectou que, em 2010, a Bahia tinha 8.850 apicultores, 33 Casas do Mel registradas, 03 Entrepostos registrados e um número médio de 30 colméias por apicultor. O Governo define como previsão que em 2015 haverá um quantitativo de 11.000 apicultores, 220 Casas do Mel e 21 Entrepostos registrados e uma média de 50 colméias por apicultor. A Tabela 6 apresenta, em linhas gerais, um conjunto de indicadores da situação da atividade (nesse período) no Estado e a projeção da situação futura a ser atingida até o ano de 2015, a partir dos investimentos propostos.

Tabela 6 - Situação da apicultura no Estado da Bahia em 2010

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	PLANEJAMENTO PARA 2015
MEL		
Nº de produtores na atividade	8.850	11.000
Nº de Casas do Mel registradas	33	220
Nº de Entrepostos de mel registrados	03	21
Nº médio de colméias por apicultor	30	50
Percentual de jovens na atividade	21 %	30%
Percentual de mulheres na atividade	8%	12%
Produtividade média das colméias/ano (Mel) kg	17,1	40,0
Renda média mensal bruta dos apicultores (Mel) R\$	255	1.000
Produção estadual por ano (Mel) ton	4.400	22.000
Valor da produção estadual por ano (Mel)	+26 milhões	132 milhões
Arrecadação estadual anual de ICMS (Mel)	-	9,2 milhões
POLEN		
Nº de produtores na atividade	15	150
Nº de Unidades de Beneficiamento (Pólen)	01	03
Nº médio de colméias por apicultor (Pólen)	50	100
Produtividade média das colméias/ano (Mel) kg	25	33
Produção estadual por ano (Pólen) kg	18.750	495.000
Valor da produção estadual por ano (Pólen)	562.500	1.485.000
Arrecadação estadual anual de ICMS do Pólen	-	103.950

Fonte: SUAF, Plano de Desenvolvimento Territorial da Apicultura (2010).

Observamos que, se todos os apicultores utilizassem Casas do Mel, seriam 268 apicultores disputando 01 Casa do Mel. O setor necessita que as ações sejam efetivadas urgentemente, para melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos apicultores.

Estes dados foram fornecidos em 2011 e em março de 2013 procuramos a SUAF para atualizar, mas a técnica entrevistada informou que ainda não havia sistematizado os novos dados porque ainda não concluiu o trabalho com todos os territórios. Acreditamos que a equipe seja muito pequena para o tamanho da demanda. Sobre as mudanças ocorridas nos territórios aqui estudados, nesse período, segundo esta técnica, em 2012 foram adequadas 04 Casas do Mel, para atender à nova legislação, que exige os sanitários do lado de fora. Em 2013 já iniciou a construção de 02 Casas do Mel e deverá concluir 01 Casa do Mel e o Entreposto, na COOAPIT, que vai ter condições de receber toda a produção dessas Casas do Mel do Território Sisal. Tres dessas Casas do Mel já estão com o SIE e duas, aguardando liberação.

Para assegurar a infraestrutura necessária para o processamento do mel, a SUAF elaborou um projeto para buscar recursos junto ao Ministério da Integração, para implantação de 30 unidades de Beneficiamento de Mel, 03 Entrepostos, aquisição de 04 caminhões, motos

e 3 mil kit de produção. A CAR firma os convênios e a SUAF faz todo acompanhamento (TÉCNICA SUAF, 2013).

O governo investe vislumbrando, também, aumento na arrecadação. Projeta a inclusão de 2.400 novos produtores, preferencialmente jovens rurais e mulheres na atividade econômica, além dos mais de 1.900 empregos diretos a serem gerados nos estabelecimentos de beneficiamento (Unidades de Beneficiamento e Entrepostos) e nos serviços de assistência técnica. Destaca a meliponicultura como atividade viável, de baixo custo e de grande importância para a inserção de jovens, mulheres e idosos, por se tratar de abelhas sem ferrão. Ressalta a importância da Agricultura Familiar e a necessidade de ações para promover o acesso e permanência do(a) produtor(a) no campo, tais como serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e linhas de crédito rural. Salienta que mais da metade das famílias de produtores do Estado possuem cerca 10 tarefas de terra (4 hectares) e padecem das dificuldades provenientes da seca. Nesse contexto, a apicultura e meliponicultura são importantes elementos para a diversificação da atividade como sobrevivência das unidades produtivas, possibilitando o aumento da renda familiar. A existência de empreendimentos solidários visa a contribuir para o processo de fortalecimento da agricultura familiar (BAHIA, 2011b).

Na execução das políticas públicas para a apicultura na Bahia, a CSAM tem um importante papel. Cabe a ela promover debates sobre as questões da apicultura, identificar demandas e buscar soluções para os problemas do setor apícola. É formada por órgãos públicos estaduais e federais, federação e representantes dos apicultores, dos quais participam: SEAGRI/SUAF, EBDA, ADAB, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), CAR, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Centro de Estudos Territoriais (CET), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), BANCO DO BRASIL, BANCO DO NORDESTE, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), SEBRAE, FEBAMEL, União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), duas cooperativas de apicultores – CECOAPI, COOARP – e representantes dos apicultores, dos grupos gestores de apicultura dos territórios (atualmente 14) (TÉCNICA SUAF, 2013). Assim, todos esses órgãos apoiam o setor apícola e, segundo a técnica da SUAF, esse trabalho vem sendo feito em parceria.

A CSAM tem como visão:

Tornar o Estado da Bahia o maior produtor de produtos apícolas e meliponícolas, com excelência de qualidade e respeito ao meio ambiente, promovendo e apoiando o crescente consumo interno e garantindo a sustentabilidade da atividade, pautada na organização produtiva de base familiar. (BAHIA, 2010, p. 7).

Seu enfoque é o estímulo ao associativismo, a promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural de forma sistêmica e o apoio para ampliação do mercado, incluindo a Certificação, apoio a exportação, parcerias e divulgação dos produtos, além de apoio à criação de infraestrutura para a apicultura e meliponicultura e de ações para a defesa agropecuária da apicultura e meliponicultura (implantação de laboratório de sanidade apícola). A criação dessa câmara é um avanço para o setor apícola e cabe ao setor fortalecer e estimular sua atuação, mediante participação ativa de todos no processo.

Pudemos observar a participação de um dos territórios na construção do Plano, em que os apicultores discutiram suas necessidades e apontaram soluções, de forma bastante participativa. Entendemos que esse é um passo crucial dessa estratégia do governo, pois está envolvendo efetivamente os apicultores no processo e valorizando a atuação das organizações sociais como entidades representativas.

5.2.2 Organização dos apicultores na Bahia

Um dos objetivos aqui propostos foi o de entender como se dá a organização dos produtores na cadeia produtiva. A produção cooperada do mel se dá mediante a organização de apicultores em instituições sociais (associações e cooperativas) que se articulam com organizações governamentais e não governamentais para buscarem o fortalecimento do setor. As associações são entidades locais, de base, que discutem e buscam solução para os problemas dos apicultores nas suas comunidades e os apoiam na fase de processamento do mel, enquanto as cooperativas são entidades criadas pelos apicultores associados, para resolver os problemas da comercialização.

Em geral as associações e cooperativas são constituídas por Assembléia Geral, Direção e Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos em Assembléia Geral, por maioria absoluta de votos dos associados presentes, mediante processo eleitoral, de acordo com as regras definidas em estatuto.

A Assembléia Geral é composta por todos os associados/cooperados em pleno gozo de seus direitos e é o órgão soberano da instituição, tendo a finalidade de resolver, com base na

lei e no dispositivo estatutário, todos os assuntos concernentes às atividades fins da instituição. A Direção é composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro e tem a responsabilidade pela gestão da instituição. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes e é o órgão fiscalizador da administração contábil e financeira da instituição.

Na Bahia, tanto as associações quanto as cooperativas possuem essa estrutura organizacional, mas cada uma atua de acordo com o seu estatuto. Estão, em grande parte, filiadas à Federação Baiana de Apicultura e Meliponicultura (FEBAMEL), que foi fundada em 2007. Segundo o seu Presidente entrevistado:

As associações e cooperativas, em sua maioria estão associadas a esta Federação, que atua junto aos apicultores apoiando em visitas técnicas, intercâmbios, participação em congressos, etc. e promovendo capacitações em parceria com órgãos como o SEBRAE. Propõe-se a acompanhar e fortalecer o setor apícola, interferindo na elaboração de políticas públicas, visando a contribuir para a melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida da classe. Acredita na força da união e da organização dos apicultores e esta é uma das suas metas. (PRESIDENTE FEBAMEL, 2011).

Segundo seu Presidente, a FEBAMEL vivencia dificuldades financeiras, o que a impossibilita de atuar plenamente da forma como deveria. É filiada à Confederação Brasileira de Apicultura (CBA) e busca fazer parcerias com outros órgãos.

Este gestor entrevistado ressalta, dentre as conquistas, a isenção do ICMS do mel para dentro do Estado. A FEBAMEL possui bom relacionamento com outras cooperativas, mas considera a cultura não cooperativista uma dificuldade. Salienta que existem atualmente (2011), 40 organizações filiadas à FEBAMEL, no Estado da Bahia, e ainda existe uma quantidade muito grande de organizações apícolas que não é filiada (a informação sobre esse total ele não tem). A comunicação com os filiados é feita através de blog, email e telefone, mas há dificuldades com algumas operadoras que em cidades pequenas não possui sinal.

Os dados sobre a quantidade de associações de apicultura, na Bahia, a SUAF ainda não tem, deverá ter após o trabalho que vem sendo realizado (TÉCNICA SUAF, 2013).

5.2.2.1 As organizações pesquisadas

Na Bahia, nos três territórios objeto desta tese, pesquisamos quatro cooperativas, que foram formadas por apicultores de diversas associações desses territórios: Cooperativa de Apicultores de Tucano (COOAPIT), no Território Sisal; Cooperativa de Apicultores de Ribeira do Pombal (COOARP) e Cooperativa dos Apicultores Integrados do Sertão da Bahia

(COOPERAPIS), no Território Semiárido Nordeste II; e Cooperativa de Apicultores de Inhambupe (COOAPI), no Território Litoral Norte e Agreste Baiano. Essas quatro cooperativas criaram a Central de Cooperativas de Apicultores da Bahia (CECOAPI), com o objetivo de fortalecer o setor apícola na região e possibilitar melhores condições para a comercialização do mel. A CECOAPI pode atuar no Estado da Bahia, mas atualmente atua nos três territórios. Tem como filiados, atualmente, essas quatro cooperativas, que eles denominam “singulares”, as quais possuem cooperados de diversas associações.

Pesquisamos, também, 04 associações: Associação de Apicultores de Tucano (AAPIT), Território Sisal; Associação de Apicultores do Município de Jeremoabo (AAMJ), Associação de Apicultores do Assentamento de Carité (AAAC) e Associação de Apicultores de Ribeira do Amparo (AAPIRA), Território Semi-Árido Nordeste II.

Dentre as associações destacamos a AAPIT e a COOAPIT como referência em associativismo e trabalho cooperado, pelo seu histórico e sua atuação na produção cooperada.

A AAPIT foi criada em 1996, a partir da necessidade de apicultores da região de Tucano. Juntaram-se, em 1997, fizeram financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil e conseguiram construir sua sede e uma Casa do Mel e compraram um caminhão pequeno. Ficou caro e, pela falta de experiência e de apoio técnico, muitos compraram colméia de má qualidade. Tiveram dificuldade para pagar, precisaram renegociar a dívida e todo ano os associados pagam entre 17 a 18 mil reais. A associação cresceu um pouco, mais apicultores se associaram, aumentou a produção e devido à dificuldade de comercialização sentiram a necessidade de criar uma cooperativa. Assim, fundaram a Cooperativa de Apicultores de Tucano (COOAPIT) em 05 de setembro de 2004. Dessa forma, eles lidam com duas entidades: a AAPIT e a COOAPIT. E definiram uma estratégia para que as duas funcionassem bem. A associação fica responsável pela organização e gestão da produção (Casa do Mel) no município e repassa o mel processado para que a Cooperativa se responsabilize pela comercialização.

Atualmente a COOAPIT só possui cooperados da AAPIT, com grande maioria de Tucano, pois, pelo estatuto eles só podem atuar em seis Municípios: Tucano, Euclides da Cunha, Araci, Teofilândia, Quijingue e Canudos. Todavia, estão se organizando para ampliar sua área de atuação para todo o Território do Sisal.

A AAPIT firmou convênio com a SUAF para ampliação da sua Casa do Mel e vai passar para a COOAPIT, em comodato.

A Casa do Mel ainda não possui o SIF e a previsão é transformar em Entreposto, registrado com SIF. Todos centrifugam na Casa do Mel. Levam as melgueiras,

desoperculam, colocam para centrifugar e decantar, identificando o apicultor e o tipo de mel pela cor, porque este é um critério para a determinação do preço. Também não possui ponto próprio para comercialização, mas tem uma parceria com a Central de Associações do Município, para distribuição dos produtos a granel, onde também vende outros produtos. (GESTOR AAPIT, 2011).

A COOAPIT utiliza a estrutura da Associação e funciona nesse espaço, em comodato. Não possui funcionários não cooperados e o serviço de vigilância do espaço é feito a partir de revezamento entre eles. Os colaboradores que trabalham são temporários, na fase da safra. Possui 61 cooperados e, dentre estes, somente uma mulher. “A estrutura da Cooperativa é formada por um Conselho Administrativo com 07 associados, que compõem a diretoria: presidente, vice-presidente, Diretor Financeiro e Secretário; e um Conselho Fiscal, com 03 titulares e 03 suplentes” (GESTOR COOAPIT, 2011).

De acordo com os gestores entrevistados, os associados pagam uma taxa de R\$ 10,00 por mês, para a Associação, que cobre as despesas com energia, água e ajuda de custo para vigilância. Já para participar da Cooperativa é necessário adquirir a cota-parte, que é de R\$ 260,00, que o apicultor paga quando se associa. Quando ele sai, também recebe o crédito.

Os principais objetivos da AAPIT e COOAPIT estão relacionados com a necessidade de se adequarem para conseguir o Entrepasto, a fim de atender as demandas, principalmente de mel fracionado, pois, com o Entrepasto vão ter possibilidade de agregar mais valor aos produtos, para fazer um diferencial e, então, mediante parceria, usar a marca da CECOAPI (PESQUISA DIRETA, 2011).

Em março de 2013 estivemos visitando novamente estas entidades e verificamos grandes modificações. Eles estão construindo o Entrepasto e a construção está bastante avançada, com previsão de concluir em maio e estão bastante esperançosos de mudanças positivas para o Território.

Na Bahia, o técnico da EBDA entrevistado diz que no Território do Sisal, a referência em produção cooperada de mel é Tucano (AAPIT e COOAPIT) e em termos de organização de apicultores a referência é a região de Ribeira do Pombal, que possui uma Central de Cooperativas com 4 cooperativas filiadas, de vários municípios. A técnica da SUAF entrevistada também aponta a AAPIT e COOAPIT como referência em trabalho cooperado. Ela diz que “a AAPIT e COOAPIT são exemplos de trabalho em ooperação. O problema das associações está nas pessoas, no individualismo. Mas se há um trabalho correto todo mundo vai.” (TÉCNICA SUAF, 2011).

5.3 PORTUGAL: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

Esta sessão apresenta contexto da apicultura de Portugal, suas dificuldades e potencialidades. Tanto em Portugal quando no resto da União Européia, a apicultura é considerada uma atividade tradicionalmente ligada à agricultura. É exercida como um complemento ao rendimento das explorações, com uma pequena minoria que a utiliza como base das receitas de exploração e não deve ser avaliado somente com base em indicadores econômicos diretos, mas considerando a sua importância no aproveitamento integrado e economicamente sustentável do espaço rural – produtividade agrícola, manutenção dos ecossistemas e espaços naturais, equilíbrio ecológico da flora e preservação da biodiversidade (PORTUGAL, 2012b).

Neste sentido, vale um olhar para o rural nesse país. Baptista (2001), sobre as quatro regiões de Portugal, explica que em Lisboa e na parte estremenha de Setúbal a parte rural é muito débil, enquanto nas demais regiões há uma forte sociedade rural, sendo que o litoral da região Norte apresenta uma interpenetração da agricultura com outras atividades econômicas e o outro Norte é visivelmente rural e agrícola, com maior presença da pequena propriedade e da agricultura familiar. Dessa forma, percebemos que a região Norte possui características similares com a região estudada na Bahia, com relação à predominância da agricultura familiar, ressalvadas as diferenças culturais.

Em 1986 Portugal se integrou ao contexto da União Europeia (UE) e está submetido às diretivas da Política Agrícola Comum (PAC) para todas as agriculturas da União (BAPTISTA, 2001). Moreira (2005) destaca um quadro de limitações estruturais que marcaram a economia e a sociedade agrária portuguesa e explica que, no momento da adesão à União Europeia a agricultura apresentava um conjunto de fragilidades. Nessa época a população agrícola era muito mal preparada tecnicamente, estava em processo de envelhecimento sustentado, apresentava uma situação estrutural rígida e extremamente desfavorável. Ele ressalta a importância da adesão, especialmente devido aos problemas de produção, escoamento e comercialização e à ausência de uma rede que tivesse a capacidade de suprir essas falhas e promover a modernização no escoamento da produção.

Entre os problemas do país, Moreira (2005) destaca o êxodo agrícola, o desemprego crônico e a falta de esperança para aqueles que não possuem qualificação para competir no mercado. Essa situação certamente se agravou nesses tempos de crise e o autor aponta para a

necessidade de políticas públicas (ou subsídios, como dizem os portugueses) para a geração de trabalho e renda, notadamente na área rural.

Moreira (2005) ressalta que o nível de instrução dos produtores agrícolas continua muito pobre, com envelhecimento acentuado dessa população e a falta de jovens para substituir os produtores idosos, apesar de políticas públicas de apoio para a instalação de jovens agricultores. Ao lado disso, a agricultura se encontra ainda pouco especializada e registrando pouca eficiência, mesmo aquelas especializadas e de maior dimensão.

Nesse contexto a apicultura também se ressentir e passa por dificuldades, com problemas específicos ligados à sanidade das abelhas, falta de profissionalização do apicultor e dificuldades no trabalho associado (PESQUISA DIRETA, 2012).

Portugal possui um Programa Apícola Nacional (PAN), com o objetivo de melhorar as condições de produção e comercialização do mel e dos produtos apícolas. O PAN (2011-2013) foi elaborado pelo Grupo Acompanhamento do Plano Apícola (GAPA), em conjunto com as entidades oficiais e Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP) (PORTUGAL, 2012a).

Para a construção do PAN foi realizado um diagnóstico do setor apícola a fim de obter informações precisas sobre as condições da produção e comercialização apícola, bem como uma perspectiva sobre o entendimento dos apicultores e seus agrupamentos quanto aos principais problemas e fragilidades da apicultura nacional e aos efeitos da atuação do Programa Apícola anterior (2008-2010). Este diagnóstico também apresenta sugestões sobre as medidas consideradas fundamentais para implementação no âmbito do próximo Programa Apícola (PORTUGAL, 2012a). Foi feito por meio de inquérito dirigido às entidades coletivas representativas do setor, aos apicultores profissionais com mais de 150 colônias (enviado a 350 apicultores e recebidas 130 respostas); e às cinco Direções Regionais de Agricultura do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e aos serviços competentes das Regiões Autônomas (PORTUGAL, 2012a).

Com base nesse diagnóstico foi delineada uma estratégia de intervenção e definição de uma missão para o Programa de 2011-2013, a qual embasou a construção dos vetores de atuação e respectivos objetivos estratégicos. Para a operacionalização das estratégias e ações foi criado, por imperativo jurídico, o Regulamento (CE) n.º 1234/07, do Conselho, de 22 de Outubro e pelo Regulamento (CE) n.º 917/2004, da Comissão, de 29 de Abril (PORTUGAL, 2012a).

A apicultura é uma actividade exercível “sem terra” e com um papel a não desprezar

na animação do nosso tecido rural e na ligação do homem urbano àquele meio, que não pode, como tal, ser avaliada exclusivamente com base numa relação custo/benefício que tenha por base os factores de produção envolvidos e o valor dos produtos directos da actividade, como o mel, a cera, o pólen, a própolis, a geleia real e as abelhas (PORTUGAL, 2012a, p. 5).

Esse Programa considera também os benefícios indirectos da produção apícola, resultantes da acção da abelha na polinização e fertilização das plantas entomófilas, bem como o relevante papel do apicultor para um adequado manejo que assegure esses benefícios. Considera o mel como um produto estratégico do ponto de vista de um aproveitamento integrado do espaço rural.

5.3.1 A apicultura em Portugal

Em Portugal existiam aproximadamente 17 mil apicultores registados, em 2010, correspondendo a um universo de, quase 38 mil apiários e 562 mil colónias. O número de apicultores teve um crescimento de 13,3% com relação a 2007, o número de apiários, um crescimento de 17% e o número de colónias, 1,4% (PORTUGAL, 2012a).

Com relação à distribuição regional dos apicultores registados, constata-se uma forte dispersão da atividade pelo território nacional, se destacando o Centro com 6.684 apicultores, que representa o maior percentual de apicultores (38% do total), seguido da região Norte, com 4.854 apicultores, que representa 28% do total (PORTUGAL, 2012a).

Os apicultores portugueses detêm, em média, 2,21 apiários, com o Alentejo e o Algarve acima da média nacional. No Norte predomina o pequeno apicultor, com uma média de 1,7 apiários e 29,4 colónias por apicultor. A média é de 32,5 colónias por apicultor, exceto Alentejo e Algarve, com 59,8 e 108,5, respectivamente. Esses dados do Norte convergem com os da Bahia, que registra essa mesma média de colméias por apicultor.

O PAN 2011-2013 considera apicultores profissionais aqueles que possuem um efetivo⁸ superior a 150 colónias. Abaixo de 25 colónias são identificados como autoconsumo. Conclui-se que os apicultores portugueses são majoritariamente pequenos e muito pequenos e que a taxa de profissionalização do setor é extremamente reduzida. Ou seja, os apicultores não profissionais representam 96,65% do total e possuem média de 61,7% do total de colónias, com dimensão média de 21 colónias por apicultor (PORTUGAL, 2012a).

Na região estudada, nesse país, a apicultura é feita por pequenos apicultores, como atividade complementar. O Coordenador da Divisão Geral de Veterinária (DGV) entrevistado

⁸ Quantitativo de colméias

diz que “há muita gente e a apicultura sempre foi uma atividade de fim de semana, não há apicultores profissionais. Aqueles que têm mais de 150 colméias já têm que ter certa dedicação para cuidar de seu apiário”. Ele diz que o governo possui uma base de dados nacional que permite saber quantos apicultores e quantas colméias existem em cada região, o que facilita um estudo comparado entre o número de apiários existentes em determinada região ao longo do tempo.

Em Portugal há um número muito grande de apicultores com quantidades muito pequenas de colméias e um número muito reduzido de produtores com grande número de colméias. Por exemplo, as explorações, no país, com menos de 25 colônias são detidas por 70,4% dos apicultores (12.179 apicultores) e representam apenas 20% do total de colônias (dimensão média de 9 colônias por apicultor). Estes números encontram equivalência no Norte, onde 73% de apicultores desta região (3.544 apicultores) possuem uma média de 9,17 colônias por apicultor. As explorações com uma dimensão entre 150 a 499 colônias são detidas, no país, por 2,84% dos apicultores e representam 22,76% do total de colônias (dimensão média de 250 colônias por apicultor). No Norte, 2,86% dos apicultores (139 apicultores) possuem 24,07% do total de colônias da região (dimensão de 240,69 colônias por apicultor). E nesta região, 11,74% do total de colônias pertence a 0,39% de apicultores (19), com 836 colônias por apicultor (PAN, 2012). Vide tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Distribuição da atividade apícola por classes de dimensão

GRUPOS (em colônias/ cortiços)	Apicultores		Total de apiários		Total de colônias		Total de apiários por apicultor	Total de colônias por apicultor
	Vetor absoluto	% total da região	Vetor absoluto	em % da região	Vetor absoluto	em % da região		
1-24	3544	73,01	4307	51,12	32.482	22,42	1,22	9,17
25-49	683	14,07	1253	14,87	23.040	15,79	1,83	33,73
50-99	353	7,27	912	10,83	24.070	16,36	2,58	68,19
100-149	116	2,39	439	5,21	13.696	9,62	3,78	118,07
150-499	139	2,86	953	11,31	33.456	24,07	6,86	240,69
> 500	19	0,39	561	6,66	15.884	11,74	29,53	836
	4.854	100	8.425	100	142.628	100	1,74	29,38

Fonte: PAN 2011 (2013).

O responsável pela DGV entrevistado salienta que o custo fixo para 300 colônias é de 48 euros, ao passo que se tiver 600 colônias, baixa pra 30 euros. Então, os pequenos produtores têm um custo de produção muito mais elevado do que os grandes produtores.

Esses dados são muito importantes e devem fazer parte do processo de gestão dos apiários, por parte dos apicultores, nos dois países.

Uma situação ainda se apresenta em Portugal: a exploração da atividade apícola por meio de cortiços e núcleos, existindo quase 60 mil, o que representa 10,6% do número total de colméias. O cortiço é um tipo de exploração rudimentar, sem a utilização de caixas padronizadas e sem o manejo racional. Não há dados para discriminar o quantitativo de cortiços e de núcleos. Na Bahia não há registro desse tipo de exploração entre os apicultores.

De acordo com o Estudo “Eficácia Actual do Apistan e do Apivar na Luta contra a Varroose em Portugal”, os principais modelos de colônias utilizados pelos apicultores em Portugal correspondem ao modelo Lusitana (sobretudo no norte do país), Reversível (sobretudo no Sul do País) e Langstroth (sobretudo no centro e em Bragança). (PORTUGAL, 2012a, p. 16).

A atividade apícola é exercida majoritariamente por pequenos apicultores, como atividade complementar, com a produção orientada para resultados de curto prazo, resultando em baixa produtividade. Falta mão de obra especializada, o nível de escolaridade é baixo e a formação técnica específica é insuficiente, registrando carência de manejo adequado e inadequação nas instalações dos apiários (PORTUGAL, 2012a).

No País há 55 entidades coletivas representativas do setor, sendo 36 associações, 14 cooperativas e 3 Agrupamentos de produtores. No Norte, em 2010, existiam 07 cooperativas, 09 associações e 02 agrupamentos de produtores. A Federação Nacional de Apicultores de Portugal (FNAP) agrega 55 entidades, que corresponde a 20% do total de apicultores nacionais (3458 apicultores). Essas entidades têm como principal objetivo a prestação de serviços aos associados, sobretudo de assistência técnica (PORTUGAL, 2012a).

O PAN 2011-2013 apresenta resultado de diagnóstico efetuado, destacando os pontos fracos e os pontos fortes da apicultura, oportunidades e ameaças. Quanto aos pontos fracos destacam-se:

Idade elevada do apicultor, baixo nível de escolaridade, formação técnica insuficiente e deficientes técnicas de manejo; uma percentagem muito elevada de pequenos apicultores concentra uma percentagem muito pequena do efectivo; baixa taxa de profissionalização do sector; percentagem de 11% de cortiços e núcleos; quase inexistência de manejo sanitário profilático e deficiente manejo terapêutico, com desajuste e incorrecção dos tratamentos aplicados; custos de produção da actividade apícola elevados em Portugal (medicamentos, embalagens, gasoleo); organizações representativas do sector fora do circuito de comercialização. (PORTUGAL, 2012a, p. 33).

Como pontos fortes, destacam-se:

Percentagem muito elevada de efectivo concentrada num reduzido número de apicultores; forte implantação regional das organizações de apicultores, existencia de técnicos com formação, com vontade de intervir no circuito de comercialização; existencia de uma raça autóctone, com eventual possibilidade de ecotipos, com uma elevada rusticidade e adaptação as nossas condições edafo-climáticas (embora com necessidade de melhoramento genético). (PORTUGAL, 2012a, p. 33).

Como oportunidades destacam-se a diversidade climática propícia à prática da transumância (apicultura migratória). Como ameaças, destacam-se:

Incêndios florestais (em 2003, estima-se um total de 30 mil colónias afectadas directa e indirectamente, entre ardidas e sobreviventes mas localizadas em áreas ardidas, logo improdutivas); aparecimento (a nível global) de novas doenças das abelhas; custos de produção superiores ao nível dos principais países produtores da UE e, concretamente, da Espanha (nosso principal mercado fornecedor). (PORTUGAL, 2012a, p. 33).

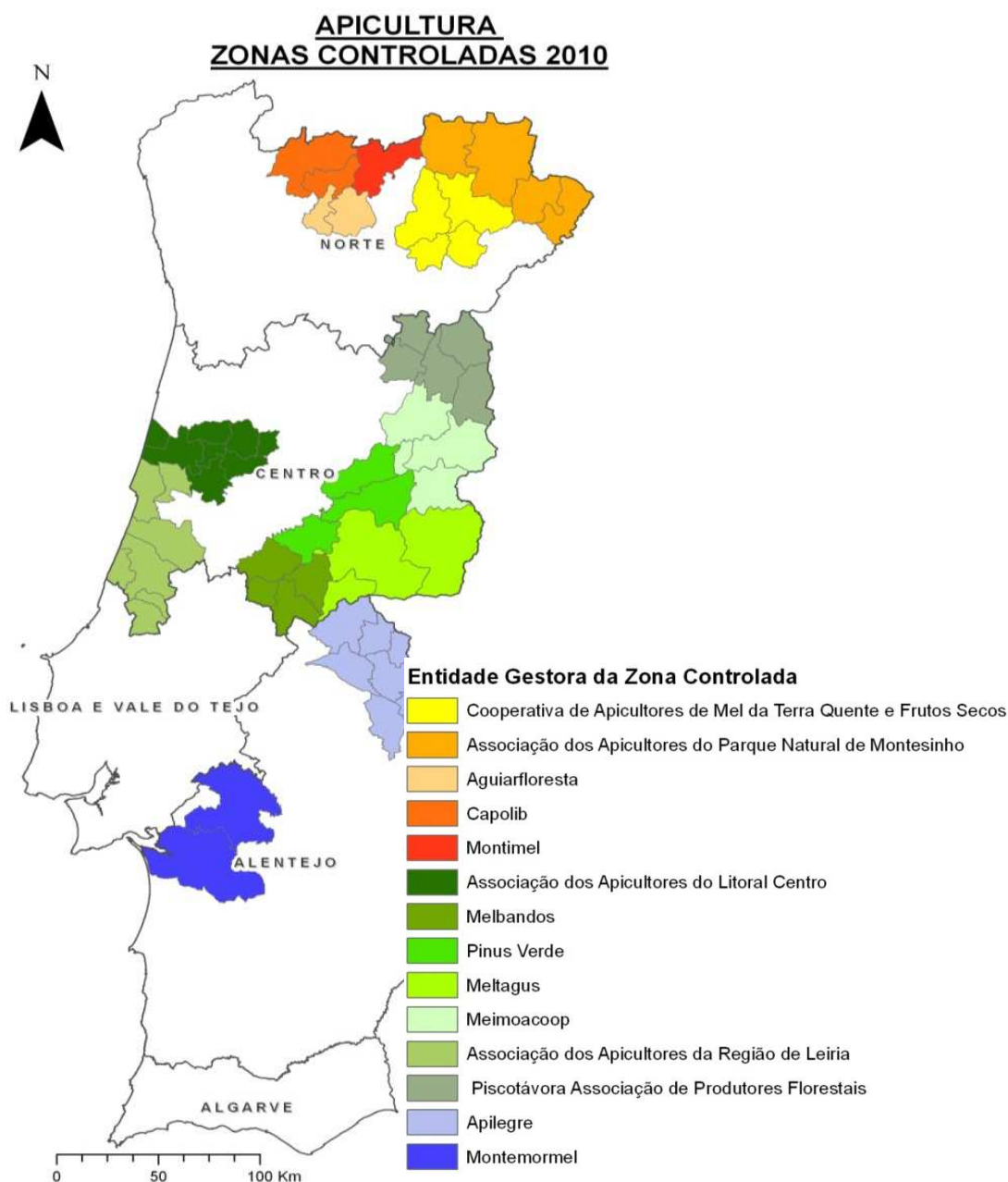
A criação de Zonas Controladas foi indispensável para o controle e erradicação das doenças das abelhas. São zonas geográficas onde é feito controle sistemático das doenças e a introdução de abelhas, colónias ou seus produtos, ou qualquer material ou substância destinados à apicultura carece de autorização prévia da autoridade sanitária nacional (PORTUGAL, 2012a).

O Estatuto da zona controlada é concedido, a seu pedido, a organizações de produtores legalmente constituídas e que sejam integradas por um número de apicultores que: seja igual ou superior a 60% dos apicultores registados na sua área geográfica de actuação, ou represente, pelo menos, 60% do total das colónias existentes nessa área. (PORTUGAL, 2012a, p. 20).

As organizações de apicultores que são designadas entidades gestoras da Zona Controlada são responsáveis pelo desenvolvimento de ações de profilaxia sanitária, de acordo com o Programa Apícola homologado pela Direção Geral de Veterinária (PORTUGAL, 2012a).

As Zonas Controladas recebem ajudas específicas diferenciadas, o que fomenta a sua criação em nível nacional, já chegando a 14 zonas controladas no continente, com um total de 150.000 colónias (PORTUGAL, 2012a). A seguir, mapa das Zonas Controladas e respectivas entidades gestoras.

Mapa 3 – Mapa da Apicultura em Portugal – Zonas Controladas



Fonte: Programa Apícola Nacional 2011-2013 (PORTUGAL, 2012a).

Nos dados do PAN 2011-2013 destacamos uma informação que chama a atenção: o fato do Estatuto da zona controlada ser concedido a organizações de produtores integradas por um mínimo de 60% dos apicultores da sua região. Isso faz com que as associações busquem agregar uma quantidade muito grande de associados.

As despesas com o controle das doenças é a rubrica de maior peso para o apicultor, seguido das despesas com embalagens. Em terceiro lugar, vem a reposição de quadros, despesas com transporte e reposição de ceras (PORTUGAL, 2012a).

5.3.1.1 A apicultura no Norte de Portugal

No norte de Portugal estão reconhecidas quatro Denominações de Origem Protegida de mel (DOP), o que demonstra interesse crescente por parte dos apicultores numa aposta na qualidade, com consequências não só em nível da dinamização econômica das zonas rurais em que se inserem, mas também da própria comercialização do mel.

O uso da Denominação de Origem (DO) obrigatoriamente implica que o mel seja produzido de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, as condições de produção, extração, embalagem e conservação do produto. O mel só pode se beneficiar da DO se atender aos critérios exigidos. Deve estar em embalagens de origem, o rótulo deve obedecer aos requisitos da legislação em vigor, especificando a Denominação de Origem e a embalagem deve conter a marca de certificação da respectiva entidade certificadora.

O Relatório “Dinamização de Redes de Cooperação”, elaborado pelo projeto COOPETIR - Cooperação para a Competitividade Empresarial, apresenta dados sobre a produção do mel e um diagnóstico em que detalha as oportunidades e ameaças, pontos fortes e pontos fracos do setor (COOPETIR, 2011).

Apesar das dificuldades em face das condições climáticas, a produção nacional do mel em 2008 foi de 6.654 toneladas e com um aumento progressivo na produção de méis DOP, mas ainda com peso reduzido no cômputo geral da produção nacional. Nessa produção de méis com nomes protegidos destaca-se o mel de Barroso (38%), o mel do Parque de Montesinho, com 35% e o da Terra Quente, com 3% (COOPETIR, 2011). A comercialização desse tipo de mel ocorre principalmente em feiras, associações e venda direta ao consumidor.

O mel do Parque de Montesinho, por exemplo, é produzido pela Abelha *Apis mellífera*, a partir do néctar das flores de urze (*ericáceas*), rosmaninho (*Lavandula pedunculata*) e castanheiro (*Castanea sativa*). É produzido em altitudes desde os 500 aos 1470 m, não se praticando a transumância (apicultura migratória), não havendo alimentação de abelhas nem introdução de raças de abelhas estranhas à região (PESQUISA DIRETA, 2012).

Portugal apresenta condições edafo-climáticas para méis monoflorais e a classificação de 25% do território com um estatuto ambiental reconhecido e protegido, ideal para a prática apícola. A Espanha é o principal mercado fornecedor e o principal mercado de destino do comércio externo de mel, com um saldo negativo para Portugal (COOPETIR, 2011).

Segundo gestores de associações no Norte, o mel de Portugal é vendido para a Espanha e esta comercializa com outros países, principalmente a Alemanha. As associações de Portugal sentem necessidade de melhorar a sua capacidade, a fim de, elas próprias exportarem o mel.

A Coopetir (2011) apresenta os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e as ameaças existentes na indústria do mel na região Norte. Foram apontados como **pontos fortes**:

Uma percentagem muito elevada de efectivo concentrada num reduzido número de apicultores; Forte implantação regional das organizações de apicultores, existência de técnicos com formação, com vontade de intervir no circuito de comercialização; Excelente potencial natural da subespécie autóctone (*Apis mellifera iberiensis*), embora com necessidade de melhoramento; Localização das principais explorações apícolas no interior do país, em áreas pouco sujeitas a pressão humana; Existência de centrais meleiras dedicadas a extracção, embalagem e distribuição de mel; Acréscimo significativo da área de culturas e pastagens em méis de qualidade; Flora melífera diversificada e abundante; Produto estável e seguro, fácil de enquadrar num sistema de rastreabilidade; Imagem forte do mel junto do consumidor, como alimento de grande riqueza e pureza. (COOPETIR, 2011, p. 86).

Foi apontado como ponto forte o elevado percentual de efetivo concentrado nas mãos de um reduzido número de apicultores. Entretanto, este não pode ser um ponto forte se olharmos pela perspectiva da economia solidária. Também quanto à existência de centrais meleiras, ainda existe associação sem qualquer infraestrutura e grande número de apicultores sem acesso.

Como pontos fracos foram destacados aspectos relacionados a agregação de valor, divulgação, entidades gestoras, organização da produção, comercialização, custos, etc, conforme segue:

Oferta nacional de produtos apícolas que não mel muito reduzida e fraca rentabilização da exploração por esta via (recurso da industria nacional a produtos importados); Consumo relativamente incipiente de méis DOPs devido a factores como uma falta de estratégia de divulgação e dificuldades de acesso nos locais de grande consumo; Baixo dinamismo de algumas entidades gestoras das DOPs ; Deficiente organização das estruturas de produção e de estruturação do sector de transformação; Reduzida expressão das organizações do sector ao nível da comercialização e pouca interferência em termos de capacidade negocial; Falta de informação generalizada sobre os processos de criação, registo e reconhecimento de um nome protegido; Elevados custos de contexto inerentes aos mecanismos de acompanhamento, garantia, certificação e controlo de DOPs; Reduzida expressão das organizações do sector ao nível da comercialização e pouca interferência em termos de capacidade negocial (fraca concentração da oferta); Escassa implementação de marcas que permitam uma maior visibilidade comercial ao mel como produto tradicional e de qualidade; Ausência de mecanismos objectivos de formação de preço e falta de dimensão/capacidade para acesso a mercados de exportação; Venda a granel como forma mais frequente de transacção, com a consequente perda de mais valia por parte dos apicultores e das suas organizações (mais valias recolhidas directamente por redes de embaladores intermediários, exteriores ao sector). (COOPETIR, 2011, p. 86).

Nessa análise foram apontadas oportunidades e ameaças, as quais se referem às condições do ambiente externo, que não podem ser modificadas pelo setor. Com relação às oportunidades destacaram-se aspectos ligados ao clima, flora, apiterapia, União Européia:

Condições edafo-climáticas para méis monoflorais e flora silvestre melífera de qualidade e abundante; Existência de culturas permanentes com interesse apícola, a nível regional; Classificação de 25 % do território com um estatuto ambiental reconhecido e protegido, ideal para a prática apícola (áreas protegidas e/ou Rede Natura 2000); Crescente interesse do consumidor e da indústria ocidental pelos produtos da Apiterapia; A aplicação do HACCP⁹ permite uma razoável flexibilidade relativamente a utilização de métodos tradicionais e respectivos requisitos estruturais; Potencialidades da UE [União Européia], maior importador mundial de mel, como parceiro comercial de Portugal; Imagem forte do mel junto do consumidor, como alimento de grande riqueza e pureza. (COOPETIR, 2011, p. 87).

As ameaças detectadas para o setor de mel da região Norte abrangem a concorrência, imagem do produto, doenças das abelhas, custos de produção, preço do mel, conforme segue:

Tendência para um aumento da área florestal (florestação de terras agrícolas); Concorrência com mel importado; Imagem do produto posta em causa pela detecção de resíduo em méis importados; Aparecimento (a nível global) de novas doenças das abelhas; Custos de produção superiores ao nível dos principais países produtores da UE e, concretamente, da Espanha (nosso principal mercado fornecedor); Preço do mel na União Europeia depende directamente das flutuações do preço mundial. (COOPETIR, 2011, p. 87).

Podemos perceber a potencialidade da apicultura de Portugal e quando comparamos os dados dos dois países é visível o grande potencial ainda não explorado da Bahia. Enquanto a Bahia possui um total de 8.850 apicultores, Portugal possui 17 mil (quase o dobro) e enquanto a Bahia registra 258 mil colméias, Portugal atinge 555 mil. Considerando que a Bahia possui uma dimensão territorial quase seis vezes maior do que a de Portugal podemos concluir que ainda há imenso potencial para o desenvolvimento da apicultura na Bahia.

5.3.2 Organização dos apicultores em Portugal

Em Portugal os apicultores se organizam em associações e afirmam não ter interesse em formar cooperativa, devido ao histórico de problemas que vivenciaram ou viram acontecer com diversas cooperativas. Em vista disso, preferem se relacionar com um Agrupamento de

⁹ HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Points – (Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle)

Produtores, que tem as características de empresa. A estrutura organizacional das associações é a mesma aqui apresentada.

Em geral as associações são constituídas por Assembléia Geral, Direção e Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos em Assembléia Geral, por maioria absoluta de votos dos associados presentes, mediante processo eleitoral, de acordo com as regras definidas em estatuto. A constituição é semelhante à praticada na Bahia.

Neste estudo pesquisamos: a Federação Nacional de Apicultores de Portugal (FNAP), em Lisboa, a Associação de Apicultores do Norte de Portugal (AANP), no Porto; a Associação de Apicultores de Entre-Minho e Lima (APIMIL), em Vila Nova de Cerveira e a Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho (AAPNM), em Bragança.

A FNAP foi fundada em 10 de Julho de 1996, a partir da vontade das seguintes organizações de apicultores: a Sociedade dos Apicultores de Portugal - SAP, a Associação de Apicultores da Região de Leiria, a Associação dos Apicultores do Norte de Portugal, a Associação de Apicultores do Centro de Portugal e a Associação dos Apicultores do Parque Natural de Montesinho. Atualmente há 31 organizações associadas (FNAP, 2012).

A FNAP tem como objetivo organizar toda a fileira apícola nacional de forma a profissionalizar o setor. Seu presidente, entrevistado, diz que “é um setor econômico de atividade agrícola, que pode ser trabalhado em complemento a outra atividade agrícola ou atividade não agrícola e que o objetivo é sempre o rendimento e nunca o passatempo” (GESTOR FNAP, 2012). Este gestor afirma que o objetivo da Federação sempre foi e continuará a ser, por enquanto:

Dotar as organizações de meios técnicos, com o objetivo de criar solidez na fileira, tanto na parte técnica de manejo, de prospecção de investimento por parte dos apicultores e de solidificação da parte comercial, de afirmação do mel como produto de qualidade, devidamente certificado e dentro do mercado europeu. O primeiro projeto da FNAP foi através de um programa apícola para dotar as associações de todo o País de capacidade para obter parâmetros de elegibilidade, com x número de apicultores e x número de colméias e disponibilizando a todas elas, um técnico, que é pago em parte pela Comissão Européia, outra parte pelo Estado português e outra parte pelos apicultores. Esses técnicos têm como função, primeiro identificar os apicultores, identificar a produção, relativizá-la e tentar dar uma mais valia aos produtos da colméia e criar estruturas comerciais de forma a valorizá-los sempre com produtos originais com o objetivo de no futuro criar uma organização nacional, que ainda não existe, e em seguida concentrar todas as organizações nacionais e abrir uma mega cooperativa, digamos assim, tirar, comercializar depois os produtos de todos os produtores. (GESTOR FNAP, 2012).

Este gestor ressalta que, neste momento o objetivo é que o próprio produtor possa sempre vender o máximo de produção, no local onde produz, pois é uma forma de ser ressarcido e recompensado, para ter como estímulo o crescimento. “Se ele produz e vende tem

tendência sempre a crescer, com a intenção de vender mais. E este é o objetivo, é o que está em cima da mesa, dotar as organizações de meios técnicos capazes de fomentar” (GESTOR FNAP, 2012).

Sobre a visão e função da FNAP, este gestor explica:

A Federação quis sempre ter um núcleo duro de produtores, de técnicos e de investigadores e é isto que está a criar. E a partir desse núcleo duro é que começam a sair as idéias e começam a ser discutidos tudo que é do setor apícola. Tem dado algum fruto, muito devagar, essas coisas são muito lentas, porque há muitos interesses no meio disto tudo, mas tem-se conseguido pensar melhor. Os outros é que terão que avaliar a *posteriori*. Pensamos nós que a fileira apícola de Portugal neste momento é irreversível, há muita gente profissional no setor, muita gente que depende exclusivamente disto. E quando há interesse não há grande probabilidade de inversão, a não ser que haja uma catástrofe de vez na produção de mel. A FNAP tem como função apresentar todos os apicultores na comunidade europeia, fazer ligação entre o Ministério e as associações, tentar pesquisar fundos de investimentos e de apoios para as associações e para o apicultor, pois estimula o associativismo. A ligação da FNAP não é com os apicultores é com as associações. Está representada numa federação europeia de todas as associações. A FNAP tem reuniões permanentes com os associados. E sempre que há algum problema relacionado com o associativismo, a FNAP faz interligação com elas diretamente. Há uma reunião anual aberta a todos e o Fórum Nacional percorre todo o país anualmente, cada um na localidade das associações. Além disso, tem duas assembleias gerais por ano, reuniões com diretores, cada diretor é de uma região. Neste momento a FNAP também está direcionada para se estender um pouco mais para divulgação própria e afirmação própria do que tirar benefícios. Possui quatro ou cinco projetos europeus no âmbito de investigação com outras federações e com universidades e tem cooperações com países de língua oficial portuguesa. (GESTOR FNAP, 2012).

A visão deste gestor, no sentido de buscar as universidades é muito importante porque na apicultura há muito a ser investigado. Desde a flora à caracterização dos méis, manejo, genética, sanidades das abelhas, estudo de produtos das abelhas e questões sociais, entre outras. As pesquisas científicas podem contribuir de forma significativa para os melhoramentos no manejo, na qualidade do produto e na qualidade da vida.

Este gestor explica que a FNAP não participa de nenhum projeto que recebe fomento para desenvolver a apicultura, pois nos locais onde os projetos foram aprovados, participa como parceiro.

Quem recebe são os candidatos, a FNAP não gere projeto, sua função é fazer com que haja esses projetos, com que medidas que apareçam para outros setores apareçam também para a apicultura, para haver a possibilidade de todas as associações se candidatarem, porque a FNAP é um parceiro privilegiado no âmbito das comissões de acompanhamento de todos os projetos; a FNAP faz a representação dos apicultores. É um dos nossos objetivos sempre estender mais, ampliar as parcerias, interligação com as associações. A troca de conhecimento entre uns e outros é salutar. (GESTOR FNAP, 2012).

Sobre a avaliação dos resultados das ações da FNAP, este gestor diz:

Eu sou suspeito de dizer isso. Devíamos estar um pouco mais avançados, mas não podemos, nós já devíamos ter uma estrutura técnica capaz de dar suporte ao setor, não é possível. Temos que trabalhar com os meios que temos. Eu acho que para um país da dimensão do nosso, de Portugal, o tempo que tem de existência a FNAP, a dinâmica que criou, que há um equilíbrio entre tudo. Essa é a minha apreciação. Nós devíamos estar na fase de avançar para uma estrutura apoiada, uma estrutura nacional de comercialização, ou patrocinada, ou incentivada ou apoiada pela FNAP, de qualquer forma nós precisamos, nós no momento temos a nível de pequenas regiões marca de mel, temos qualidade e temos mel. Portanto, precisamos arranjar uma mega cooperativa ou empresa que faça a comercialização de todos os méis que são produzidos, com uma marca chapéu. (GESTOR FNAP, 2012).

Portugal já possui a Denominação de Origem dos méis, o que significa o reconhecimento da qualidade do produto. Esta estratégia de uma estrutura nacional apoiada, tipo uma mega cooperativa é uma idéia interessante para o setor apícola, pois pode agregar as associações na busca de interesses comuns. Entretanto, aliado a isso, é preciso desenvolver ações para fortalecer as associações, que vivem sem qualquer estrutura, e promover discussões sobre a importância da cooperação e do fortalecimento dos pequenos produtores.

Formar lideranças é uma estratégia importante para o Setor. Sobre isso, o Presidente da FNAP diz que, quanto à formação dos dirigentes das associações, “já passamos essa fase. A formação é responsabilidade das associações. E há organismos próprios para essa formação. No entanto, sempre que há qualquer formação específica, nós nos reunimos, convidamos os técnicos ou presidentes e fazemos essas formações.” (GESTOR FNAP, 2012).

A principal **dificuldade** da FNAP é a falta de recurso e de condições para ter uma estrutura técnica com capacidade para resolver tudo que não pode agora. Segundo este gestor, no processo de gestão não há grandes dificuldades porque os custos também são baixos, só possui um técnico que faz tudo. A própria direção é composta por presidentes das associações, não há custo, não possui uma estrutura como uma organização empresarial.

É uma organização, como todas as organizações da lavoura, tirando as de primeiro grau, as confederações, que tem gabinetes, técnicos e tudo mais. A FNAP depende dos técnicos das associações. Os projetos são trabalhados em parceria com as universidades. Portanto, a mais valia é o que ganha o setor. (GESTOR FNAP, 2012).

Ele salienta que os parceiros são as universidades, as empresas de comercialização do mel, para quem vende os produtos e os parceiros europeus, pois trabalha no universo Europa (GESTOR FNAP, 2012). Algumas ameaças são apontadas:

Aparecimento (em nível global) de novas doenças das abelhas; custos de produção superiores (ex; combustíveis) ao nível dos principais países produtores da UE e, concretamente, da Espanha (nosso principal mercado fornecedor); tendência para

um aumento da área florestal; incêndios; síndrome da despovoação das colméias (problema de morte de colméias por fome). (GESTOR FNAP, 2012).

O presidente da FNAP diz que, em termos de oportunidade, o ideal seria a criação de uma mega cooperativa. Sobre o ponto forte da FNAP, um técnico da Universidade explica:

O ponto forte da FNAP é o apoio que tem por parte das associações, sem isso não existiria, e a capacidade que tem em interligar-se com elas. A capacidade, a decisão da FNAP facilmente passa pela das associações, ou vice-versa, a decisão das associações rapidamente consegue ser muito dinâmica com a decisão da FNAP e por isso tem muito mais força e depois a capacidade que tem em intervir em nível superior, isto é, nas instituições e autarquias. Por isso, uma necessidade sentida nas associações passa a ser uma necessidade da FNAP, que consegue mostrar que passa a ser uma necessidade nacional e ir buscar recursos pra isso. (TÉCNICO DE UNIVERSIDADE, 2012).

Esse técnico diz que isso é percebido pela participação significativa nos Fóruns anuais, em que os apicultores vão organizados pelas associações e pela FNAP.

Os apicultores têm em comum o interesse em participar dessa atividade anual, seja ela no Algarve, ou no Norte. Se calhar o dinheiro que faz com o mel não paga nem a ida ao fórum, mas estar no meio das pessoas que gosta de falar, fala dos problemas que tem, ouve os problemas dos outros, é um tipo de conversa um tipo de estímulo para participarem e isso também fortalece as associações e organizações do mel e interliga tudo. Em atividades na Universidade, as pessoas dizem que o pessoal do mel é organizado, que a fileira do mel tem um processo e uma estrutura organizada. Essa capacidade de estar aberta a sociedade faz dizer que é uma coisa organizada. (TÉCNICO DE UNIVERSIDADE, 2012).

O gestor da FNAP afirma ter uma boa relação com as associações, que demandam informações, via email ou por telefone.

As três associações pesquisadas possuem características totalmente diferenciadas entre si. A AANP é uma associação muito antiga e, segundo informações de outros gestores, já não está tão atuante. A APIMIL é uma associação mais nova e vivencia muitas dificuldades por não possuir sede própria e por estar em uma Zona Não Controlada. Já a AAPNM é uma das mais antigas do país, possui sede própria, está em uma Zona Controlada e os apicultores associados produzem em um patamar acima da média da região.

A AANP. Essa associação possui um pequeno espaço, onde funciona o escritório e vende alguns produtos apícolas, mas observamos pouca participação dos associados na reunião, até mesmo porque o espaço é restrito ao máximo de 20 pessoas. O gestor da AANP entrevistado diz que a associação fornece um apoio mais técnico e comercializa alguns produtos que os produtores colocam à disposição dos clientes. Um dos apicultores entrevistados, de outra associação, afirmou que procurou esta associação para se associar, porque era mais perto de sua morada e foi orientado a procurar outra.

A APIMIL não possui sede própria e faz cada uma de suas reuniões mensais em uma localidade diferente. Um técnico do governo diz que “a APIMIL não tem uma sede, não possui funcionários, os diretores é quem trabalham, doam o seu tempo gratuitamente em prol do bem comum e é assim que funciona da parte das associações e com isso, o grau de exigência para com a gestão diminui”. O gestor diz que na parte da burocracia um advogado, que é associado, dá sua colaboração e na parte da contabilidade, passa ao Contador, pois dentro da Associação é uma questão de repartir as tarefas. Ele salienta que, “com a apicultura, a maior parte dos apicultores é em *party time*, o tempo dentro da associação diminui”. Segundo este gestor, “o próximo patamar da APIMIL é passar para o que está obrigatoriamente previsto no Plano Apícola: ser Zona Controlada”. Ele ressalta que é uma grande responsabilidade com o recurso público que irá receber e destaca a importância da responsabilidade e dos deveres dos associados.

Tem que haver contratos assinados porque as produções para serem vendidas têm que ser por contratos, é uma responsabilização de todos, pois a associação não comercializa diretamente, coordena o processo, faz um levantamento de quanto tem pra vender e procura compradores, mas o responsável desde o primeiro passo é o apicultor, a associação ajuda, é uma das mais valias. A cooperativa obriga a definir produções. Se tenho x obrigatoriamente tenho que vender 70% à cooperativa. Por isso tem que fazer contrato, porque a cooperativa é obrigada a estabelecer contratos com o comprador. Quando o comprador vem, o comprador diz assim: eu quero 100 toneladas e nós temos que estipular entre o grupo quem vai vender as toneladas. E o comprador diz assim: agora pro ano eu quero 120. E o ano é mal, o que acontece? A associação não tem obrigação por isso que muitas vezes é fácil. A cooperativa que tem, porque tem um contrato. Quem fica responsável não pode ser a direção da cooperativa, tem que ser todo o grupo. Então obriga toda a gente a trabalhar nesse sentido. E se todos os anos cada associado me diz que vai vender 40%, eu sabendo quanto que vai ser os 40% de cada um sei que posso contar com as 100 toneladas. (GESTOR APIMIL, 2012).

Este gestor informa que a associação no ano anterior teve menos 20 associados. E outro problema que vivencia é a falta de recurso.

As associações não podem viver de taxas, tem que fazer um trabalho diferente, dar informação ao apicultor, buscar formas de promover compras coletivas, etc. Tem que dar formação ao apicultor, ele é mais bem servido e fica corresponsável. O associado vai perceber que entrou para a associação com um determinado conhecimento e vai avaliar se rentabilizou ou não, se a rentabilidade da colméia não lhe deu dinheiro para o tratamento, ou para a participação em congressos, etc. Tem gente com 65 anos pra cima, tem gente muito velha. (GESTOR APIMIL, 2012).

Esta Associação vivencia grandes dificuldades. Os apicultores estão dispersos geograficamente, o que dificulta a união para alguma atividade em cooperação. Entretanto, este gestor salienta que promove compras coletivas que beneficiam o associado – compra de ceras e outros materiais. Aliado a isso, ele ressalta as reuniões em apiários, com grupos de

apicultores, visitas a fábricas de compradores, Feira Anual do Mel, etc. A Associação não tem infraestrutura física, abrange 10 concelhos e tem a possibilidade do técnico estar nos dez, utilizando a estrutura dos concelhos, mas para trabalhar com grupos.

A **AAPNM**. Dentre as associações investigadas, a mais organizada e estruturada é a Associação de Apicultores do Parque Nacional de Montesinho (AAPNM), em Bragança, onde também existe o Agrupamento de Produtores de Mel do Parque, que funciona como uma empresa para fazer a comercialização. O gestor da AAPNM diz que todos os associados da Associação são, por assim dizer, sócios diretamente do Agrupamento, estão integrados diretamente. Ou seja, eles se beneficiam da existência do Agrupamento, mas este funciona de forma diferenciada de uma cooperativa. Um apicultor da AAPNM explica que “o Agrupamento de Produtores é uma organização que comercializa a produção, tipo a cooperativa”.

O gestor da AAPNM diz que a Associação é responsável pela assistência técnica no local onde está inserida, medicamentos e tudo mais, e o Agrupamento, só pela comercialização.

Muita gente confunde a associação com o Agrupamento. Em termos de função são um só, mas tem que ter é contabilidade distinta. Quando o apicultor entrega para o Agrupamento, ele fatura. O Agrupamento exporta para Alemanha, França, Luxemburgo e Espanha. Temos encomendas esporádicas de outros países, mas não é significativa. Majoritariamente vai para a Alemanha, que é o maior consumidor. (GESTOR AAPNM, 2012).

As Associações assumem a responsabilidade pela articulação dos apicultores no sentido de buscar solução para os problemas da apicultura. E os apicultores ‘precisam’ estar associados para receber os apoios oficiais para o combate à doença das abelhas. Para os associados os medicamentos são gratuitos e isso é um atrativo para estar associado. Ao se associar e participar das reuniões, o apicultor vai se inserindo no processo e refletindo sobre a importância do trabalho em cooperação. Já o Agrupamento de Produtores consiste em um empreendimento criado por um pequeno grupo de produtores, constituído como uma empresa, na qual os sócios assumem todos os riscos e se beneficiam dos resultados.

Em Portugal os apicultores da região pesquisada preferem trabalhar com Agrupamento de Produtores que com cooperativa. Um apicultor da APIMIL entrevistado ressalta que no País não há uma filosofia de cooperativa como na França, por exemplo, que tem cooperativas que são grandes empresas multinacionais. “Basicamente tem cooperativa ainda a funcionar nas barcas, nas oficinas porque o resto foi acabando. Por que foi acabando? Pelo individualismo das pessoas e pelas direções sem capacidade, direções incompetentes”. Ele diz

que existem algumas aí que teoricamente espelham solidez, no entanto são estruturas falidas, com grandes buracos financeiros, mais dia menos dia são bombas que estão ali pra estourar.

O gestor da APIMIL explica:

Uma associação não tem tanta burocracia, não tem tanta obrigação, mas posteriormente, se quiser funcionar, comercializar, tem que passar para cooperativa e aí é preciso contabilidade. Entretanto, para a Associação formar uma cooperativa é preciso que todos os cooperados assumam a responsabilidade e percebam que precisa trabalhar em grupo. (GESTOR APIMIL, 2012).

O técnico responsável pela DGV, entrevistado, também ressalta que em Portugal houve muita experiência negativa com relação a cooperativas, por má gestão.

Há uma coisa que chama “agrupamento de produtores”, que passa a ser uma entidade comercial, essa associação de produtores é que compra o mel aos associados e é ela, a empresa (portanto tem uma estrutura de empresa) que compra e vende. É um grupo mais restrito, são 5 ou 6 pessoas, que se juntam e que são responsáveis para fazer a recolha e a venda do mel, dessa entidade. Em alguns casos essa “associação ou agrupamento de produtores” tem uma infraestrutura (melaria) para atender aos apicultores. Dessa forma, antes de se pensar numa situação associativa de produção, tem que se pensar também numa associação ou num grupo de comercialização, pois é só assim é que as coisas andam.

Pelo que percebemos, o Agrupamento de Produtores atende às demandas dos apicultores portugueses quanto à venda do seu produto. Os grandes compradores exigem quantidade e os apicultores, trabalhando individualmente, não conseguem atender a essa exigência. Seria preciso a união dos apicultores em uma organização representativa, como uma cooperativa. Entretanto, o receio de ter prejuízos faz com que a opção seja pelo Agrupamento. Só que o agrupamento não pertence à coletividade, mas apenas a um pequeno grupo de sócios, distante dos princípios da economia solidária e eles assumem todos os riscos.

Um apicultor da APIMIL entrevistado acha que

O futuro são os agrupamentos, não as cooperativas, porque a cooperativa é obrigado a ter muita gente e em termos de tomada de decisão é mais complicado, tem que olhar a todos e os agrupamentos não, são já quase como empresa, com visão no lucro, claro que se elas tiverem mais lucro os cooperantes se beneficiam com isso. Os membros do grupo se beneficiam com isso. Por isso a tendência vai ser os agrupamentos de produtores que se agrupam com visão de ter capacidade de entrar no mercado.

Outro apicultor da APIMIL desabafa:

Os empresários e os agricultores são coisas diferentes. Os agricultores se ganhar ou se perder, não faz diferença, estão ali pra manter a atividade e pra se entreter, os empresários têm que ir pro mercado, têm que buscar soluções, tem que trabalhar preço, tem que trabalhar volume, quantidade, marketing, eles não podem estar a espera dos outros. Os agricultores podem ir atrás dos empresários agrícolas, mas os empresários agrícolas não podem precisar ouvir o agricultor e ter em conta o que ele

quer e a forma de trabalhar pra andar pra frente, porque assim não funciona. Estamos sendo completamente esmagados. Daí eu acho que o futuro é agrupamento. Já os temos, a fornecer grandes benefícios, grandes lucros, só tá dependendo dos intermediários, da Espanha, depois vão pegar eles e colocar o mel no mercado internacional. Mas nós podemos fazer isso diretamente se os agrupamentos funcionam como deve ser. Já temos agrupamento que já funcionam, como Bragança, também pra baixo da zona do Alentejo e outros. (APICULTOR APIMIL, 2012).

Percebemos que o agrupamento funciona como empresa, organizada e comandada por um pequeno grupo de sócios, para comercializar os produtos daquela região. É isso que o apicultor português quer: vender o seu produto. E ele tem no agrupamento uma solução para esse problema. Entretanto, ele vende o mel bruto e o Agrupamento agrega valor e exporta. Se os apicultores formassem uma Cooperativa de Produtores e essa Cooperativa fizesse esse trabalho, com a mesma competência do Agrupamento, mas com base nos princípios cooperativistas, haveria uma distribuição equitativa dos resultados entre todos os membros cooperados.

Perguntado ao técnico responsável pela DGV se ele acha que o modelo de desenvolvimento da apicultura passaria por uma estrutura desse tipo, ele diz que não, que o Algarve, por exemplo, não quer saber nem de zona controlada nem de associações e tem muitos apicultores profissionais e é a zona com maior produção de mel.

Eles conseguem porque, quando o nível de desenvolvimento é muito grande as pessoas têm mais conhecimento. Digamos, se eu sou um produtor de colméias eu sei que tenho que tratar as minhas colméias senão pode ser a minha falta de produtividade, ao passo que o produtor que tem 05 colméias, se eu abandonar, quem vai perder sou eu, mas não vai perder muito dinheiro e o outro vai perder a sua sustentabilidade. (TÉCNICO DGV, 2012).

Este técnico tem razão. A apicultura se desenvolve muito bem, principalmente em regiões onde a maioria dos apicultores é formada por 'profissionais'. O apicultor profissional, individual, que possui grandes quantidades de colméias consegue ter boa produção e bom retorno da apicultura. Quando lançamos o olhar para o pequeno apicultor, que tem uma pequena quantidade de colméia e faz a atividade como complementar, sem os mesmos interesses daquele que vive daquela atividade, certamente que concordamos que este apicultor não vai ter o mesmo compromisso. Este fato precisa ser compreendido como uma informação importante, para que sejam desenvolvidas ações que visem demonstrar a esses apicultores as possibilidades que eles podem ter com a apicultura e possam investir no seu próprio empreendimento, com perspectivas de retorno.

Estas reflexões serão mais bem fundamentadas a partir da pesquisa de campo, apresentada adiante. O capítulo seguinte apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa.

6 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a opção metodológica e o conjunto de diretrizes que orientaram este trabalho. Informa sobre os procedimentos utilizados, a maneira como os dados foram recolhidos e descreve a população-alvo, bem como o processo de definição da amostra e análise dos dados.

A delimitação geográfica foi definida com base na área de abrangência das entidades, conforme já mencionado. No universo das entidades pesquisadas, na Bahia, conseguimos realizar inquérito com 30,2% e em Portugal, com 10,18% dos associados.

A investigação foi realizada a partir de três momentos: o primeiro, realizado na Bahia, consistiu na pesquisa bibliográfica, no aprendizado sobre o universo apícola e pesquisa de campo. O segundo foi realizado em Portugal, onde também aprofundamos o conhecimento teórico sobre metodologias qualitativas e fizemos a pesquisa de campo. O terceiro, na Bahia, consistiu em complementação de dados e finalização da escrita. Assim, inicialmente o trabalho foi direcionado para um estudo do universo rural e da apicultura a fim de que pudéssemos conhecer e compreender o trabalho dos apicultores, sua forma de vida e a realidade desse setor inserido no contexto rural.

Desta forma, este trabalho foi construído a partir de etapas interdependentes, com base em pesquisa quantitativa e qualitativa que possibilitaram a construção criativa das reflexões e olhar problematizador sobre o objeto da pesquisa. Na primeira etapa, a pesquisa bibliográfica propiciou a fundamentação teórica necessária à compreensão do contexto e suas especificidades; na segunda, procedemos à complementação com pesquisa documental, na busca de informações, documentos e relatórios importantes para subsidiar o processo de análise; e na terceira, realizamos a pesquisa de campo.

Utilizamos como base inicial, também, os estudos sobre a biodiversidade do Semiárido, realizados pelas duas redes de pesquisa coordenadas pela Universidade Estadual de Feira de Santana: o Programa de Pesquisa da Biodiversidade do Semi-Árido (PPBio) e o Instituto do Milênio do Semi-Árido (IMSEAR), e que visam ao conhecimento das plantas melíferas, a caracterização dos méis através da identificação dos grãos de pólen das flores encontradas no mel e sua eficiência como antibiótico natural (LUCHESE *et al.*, 2006; BORGES *et al.*, 2006; LIMA; LIMA *et al.*, 2006; SANTOS *et al.*, 2006b; FREITAS; SILVA, 2006), que possibilitaram ampliar a compreensão sobre esse produto e sua importância para o desenvolvimento sustentável do Semiárido.

A revisão bibliográfica direcionou o caminho para a fundamentação teórica, na busca

pelo embasamento necessário à “interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 224) e compreensão dos fenômenos observados. A pesquisa documental foi importante e necessária para subsidiar o processo de análise.

A pesquisa de campo foi realizada na região semiárida da Bahia, nos territórios que mais produzem mel no Estado e que vem desenvolvendo um modelo de produção cooperada. Para os estudos comparativos escolhemos a região Norte de Portugal, por ter as características parecidas com as da Bahia, com a maioria de apicultores considerados pequenos e com experiências de trabalho com associações. Buscamos comparar os processos de trabalho em cooperação, as intervenções e as políticas públicas para a cadeia apícola, as dificuldades e os aspectos positivos, a forma de gestão, o perfil dos apicultores, produtividade, entre outros fatores que são apresentados adiante.

A pesquisa de campo, de cunho qualitativo, possibilitou o desenvolvimento de análises mais aprofundadas sobre as questões aqui colocadas e a obtenção de uma visão mais acurada dos aspectos relacionados com os processos coletivos de autogestão e metodologias utilizadas, conjunto de relações e percepções, e processos da prática que, também, são permeados pelas diversas interações. Conforme Guerra (2005, p.346), “[...] ‘a significação social’ do viver em conjunto só é reconhecível através da análise dos processos concretos e isso exige um profundo envolvimento dos pesquisadores”. Neste sentido, tornou-se necessário um contato direto com a realidade, mediante observação, embasada pelo discernimento e atitude de prontidão, e entrevistas semi-estruturadas, visando uma maior precisão e fidedignidade da informação. Vide roteiro no Apêndice D. Além disso, foram promovidos processos de reflexão conjunta e discussão sobre a realidade das cooperativas, em reuniões envolvendo associados e gestores.

Para possibilitar melhor compreensão da realidade, procuramos conhecer a percepção dos agentes envolvidos sobre a relevância dos processos ali desenvolvidos. Buscamos compreender os aspectos relacionados com a atividade apícola, processo produtivo, aspectos da estrutura organizacional, planejamento, auto-gestão e resultados obtidos, as intervenções realizadas no setor, bem como os meios de comunicação utilizados e os aspectos relacionados com os processos da prática que, também, são permeados pelas diversas interações.

Além dos dados qualitativos, que permitem desenvolver análises mais abrangentes sobre a essência dos fenômenos observados, utilizamos o método do levantamento por inquérito, para a coleta de dados quantitativos, o qual foi realizado de forma presencial, aproveitando os momentos de reunião dos apicultores. Vide modelo nos Apêndices E a H.

De acordo com Almeida e Pinto (1995, p. 18)

O surgimento de um problema é determinado por um conjunto complexo de relações: relações entre os conceitos disciplinares (intracientíficas); relações entre os conceitos e os objetos reais que eles visam apropriar (informação-observação sistemática e controlada-validação); relações entre o campo disciplinar considerado e outros campos disciplinares (pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade); relações (de determinação) entre as práticas sociais no seu conjunto e a prática científica em causa. Mas a problemática teórica constitui sempre pressuposto do surgimento dos problemas enquanto propriamente científicos, mesmo se alguns deles podem ser indício de futura destruição dessa problemática, se nascem contra ela e exigem a sua reestruturação.

O delineamento do caminho metodológico foi feito a partir das questões e dos objetivos da pesquisa e a definição dos procedimentos para sua realização levou em consideração pontos fortes e limitações do método escolhido. A nossa opção metodológica foi pelo Estudo de Casos Múltiplos, que propicia elementos para comparação. É um método de pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Yin (2010, p. 24), “[...] a necessidade diferenciada dos estudos de caso surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos”. Este autor explica que “o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos [...]” (YIN, 2010, p. 24).

Para embasar os estudos desta metodologia, Yin (2010) foi o principal autor estudado e a base para a compreensão e fundamentação metodológica, especialmente pela forma didática que discute o assunto, juntamente com autores como Almeida e Pinto (1995), Bogdan e Biklen (1994), Triviños (2011) e outros.

Conforme Triviños (2011, p.133-134), o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. Suas características são dadas principalmente por duas circunstâncias: a natureza e abrangência da unidade e a complexidade determinada pelos suportes teóricos que embasam o trabalho do pesquisador (TRIVIÑOS, 2011).

A pesquisa assumiu as características de um Estudo de Caso Singular Aninhado (YIN, 2010), cujo objeto de investigação é uma organização, mas que considera o contributo de diferentes unidades de análise no seu interior para o desenho da pesquisa e sua realização.

A decisão metodológica de que este seria um Estudo de Caso realizou-se no processo da investigação, em que se definiu a organização social dos apicultores como objeto de estudo. Esta decisão instigou-nos a definir estratégias para ampliar a compreensão sobre essa forma de organização no contexto da realidade dos apicultores. Ao longo de toda a pesquisa

buscamos o suporte teórico de autores consagrados nos domínios da pesquisa qualitativa e, em Portugal, pudemos aprofundar mais sobre esse conhecimento, a partir dos estudos com professores e orientador (Universidade do Minho), o que foi essencial para o seu desenvolvimento.

As atividades realizadas no Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho foram totalmente compatíveis com os objetivos da tese desenvolvida no Brasil e consistiram no suporte e orientação ao enquadramento teórico para a investigação, os quais fundamentaram os estudos e a tarefa de identificar como funciona a produção cooperada do mel e as articulações e redes produtivas e sociais da cadeia do mel em Portugal. Em síntese, ajudaram a reforçar, de acordo com as especificidades desse país, a pesquisa bibliográfica e de campo feita na Bahia.

Apresentaremos o embasamento teórico sobre este tipo de pesquisa, destacando pontos convergentes e divergentes, começando pela compreensão das regras do método sociológico, pelos aspectos que caracterizam a pesquisa qualitativa, na qual este trabalho se situa e depois abordando o estudo de caso e a metodologia selecionada para a coleta e análise dos dados.

6.1 O MÉTODO SOCIOLÓGICO

Antes de definir qual o método adequado ao estudo dos fatos sociais convém entender o significado dessa expressão, a qual é utilizada para designar quase todos os fenômenos que ocorrem no interior da sociedade (DURKHEIM, 1998).

Na sociedade há um determinado grupo de fenômenos que se distinguem dos estudados por outras ciências. São aqueles fenômenos que já existem antes do indivíduo nascer e são “maneiras de atuar, pensar e sentir, que apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais em que se manifestam.” (DURKHEIM, 1998, p. 44). Esses fenômenos estão exteriores aos indivíduos e exercem poder coercitivo, sendo-lhes impostos com ou sem o seu consentimento, a exemplo das regras do direito que, se forem quebradas resultam em reação contra quem as quebrou. E mesmo as regras mais elementares, como os usos e costumes, forma de se vestir, etc, exercem influência preponderante no indivíduo, gerando reações quando não são seguidas (DURKHEIM, 1998). “Os fatos sociais constituem, pois, o domínio próprio da Sociologia” (DURKHEIM, 1998, p. 45).

Fato social é toda maneira de atuar, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade, conservando uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 1998, p. 51).

Compreender determinados fenômenos sociais e entender como os indivíduos com eles se relaciona é o enfoque deste trabalho e, por isso, um método adequado é fundamental para as análises desenvolvidas. Neste sentido, a pesquisa qualitativa foi a escolhida, complementada pela pesquisa-ação e pesquisa quantitativa.

6.2 PESQUISA QUALITATIVA

No decorrer da investigação procuramos compreender o contexto e o significado das ações a serem analisadas, buscando perceber os dados recolhidos, respeitando a forma como foram explicitados pelos atores, para que sua compreensão traduzisse a perspectiva, o sentimento e a interpretação dos mesmos, direcionando a pesquisa. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características:

1) o ambiente natural é a fonte direta de dados e o investigador, o principal instrumento, sendo o seu entendimento o instrumento-chave de análise. A compreensão do contexto é fundamental para a compreensão do significado das ações a serem analisadas;

2) A pesquisa qualitativa é descritiva. Os investigadores tentam analisar os dados sem reduzi-los a números, respeitando a forma em que foram registrados ou transcritos, considerando que tudo pode constituir-se numa pista para uma compreensão esclarecedora do objeto de estudo.

3) O enfoque dos pesquisadores qualitativos é mais no processo do que nos resultados ou produtos.

4) As análises dos dados, pelos investigadores qualitativos, são realizadas de forma indutiva, ou seja, a direção da pesquisa é estabelecida após a coleta de dados e a interação com os sujeitos. O quadro vai sendo construído e ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes.

5) Na abordagem qualitativa o significado é vital. Os pesquisadores se preocupam com as perspectivas dos participantes, sua forma de ver o mundo e o significado e interpretação que dão a suas experiências. O propósito é perceber “aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem.” (PSATHAS, 1973 *apud* BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.51).

Flick (2005) explica que os métodos qualitativos requerem a interação do investigador com o campo, no processo de produção do saber, e que a subjetividade do investigador e dos sujeitos estudados faz parte do processo de pesquisa, em que as diversas partes são interdependentes.

Este trabalho se adequou perfeitamente à abordagem qualitativa, pois o nosso interesse foi compreender a dinâmica da organização social dos apicultores, a forma como se organizam, o que eles pensam, como se percebem e como percebem o contexto em que estão inseridos. Também foi utilizada a abordagem quantitativa, com importantes dados sobre o contexto, os quais complementaram este estudo, mas considerando que, de acordo com Flick (2005, p. 4), “as idéias centrais orientadoras da investigação qualitativa são diferentes das da investigação quantitativa”.

Assim, neste trabalho utilizamos a abordagem qualitativa e quantitativa. O processo de construção do saber se deu, em toda a caminhada, principalmente a partir da interação com os diversos atores envolvidos na cadeia produtiva do mel. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que na pesquisa qualitativa o pesquisador se assemelha àquele viajante que não planeja sua viagem, pois uma das estratégias utilizadas neste tipo de pesquisa baseia-se no pressuposto de que se sabe muito pouco acerca das pessoas e ambientes que irão constituir o objeto de estudo. Os planos vão evoluindo à medida que há familiarização com o ambiente, pessoas e outras fontes de dados, os quais são adquiridos através da observação direta. Ao longo do trabalho fomos mergulhando no universo a ser estudado, especialmente o universo da agricultura familiar.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas aplicadas ao universo delimitado: gestores de associações e de cooperativas, apicultores associados e cooperados, apicultores não associados e agentes envolvidos na cadeia do mel. Em geral fizemos mais de uma entrevista com alguns gestores e técnicos.

Além das entrevistas, por solicitação de associações na Bahia promovemos encontros para construção de planejamento estratégico, conduzidos pela pesquisadora, em que se possibilitaram discussões mais aprofundadas das questões que envolvem suas dificuldades e potencialidades, ameaças e oportunidades, definindo estratégias, objetivos e metas, construindo uma visão conjunta e traçando rumos para a organização, com ênfase na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento local sustentável. Esse processo permitiu maior interação entre os apicultores, a associação e a pesquisadora, parecendo reduzir a sensação de que estavam sendo “observados” e nos possibilitou a ampliação do conhecimento sobre esse universo e discussão com os apicultores sobre o tema.

Assim, neste trabalho adotamos, também, de certa forma, a metodologia da pesquisa-ação. Na medida em que se tornou necessário, fizemos intervenções, utilizando a metodologia da pesquisa-ação, por ser um tipo de pesquisa social com base empírica, que é utilizada para a realização de diagnóstico, identificação de problemas e busca de soluções e que, conforme

Thiollent (1997) possibilita a estreita interação entre pesquisadores e participantes, na busca por soluções, de forma cooperativa e na aplicação do conhecimento produzido coletivamente.

6.3 PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação compreende o observar, para coletar informações e compreender o contexto; o pensar, no processo de explorar, analisar e dar significado aos fatos; e o agir, para implementar e avaliar as ações.

A linha metodológica foi, portanto, fundamentada por pesquisa participativa (no sentido de envolver os atores sociais), entendida como proposta de ação transformadora, que pretende afirmar-se como um ato político e pedagógico, embasado no conhecimento da realidade local e na capacidade de aprender e compreender essas realidades; em métodos e técnicas que incluem estudos em grupo da realidade local, intercâmbio entre a pesquisadora e as experiências existentes, propiciando a construção coletiva do saber, de forma participativa, em prol dos objetivos propostos.

Santos (2005c, p. 38) ressalta que é preciso “compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, [...] com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo”. Este autor afirma que “[...] é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma nova luz à nossa perplexidade” (SANTOS, 2005b, p.15). Trazendo esta afirmativa para o contexto deste trabalho, é este o olhar que se pretendeu neste processo de pesquisa; um olhar que busca compreender a percepção dos atores sociais envolvidos nos seus processos e os fatores sociais, políticos, históricos que envolvem essa percepção.

Bogdan e Biklen (1994, p.a 292) explicam que a pesquisa-ação “consiste na recolha de informações sistemáticas com o objectivo de promover mudanças sociais. Os seus praticantes reúnem dados ou provas para denunciar situações de injustiça ou perigos ambientais, com o objectivo de apresentar recomendações tendentes à mudança”. Nesse tipo de pesquisa podem ser utilizados métodos quantitativos e qualitativos (observação, entrevista aberta, recurso a documentos), o pesquisador assume o papel de agente de mudanças e geralmente tem consequências políticas (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Segundo Bogdan e Biklen (1994) para esse tipo de pesquisa são necessários os seguintes passos que possibilita: 1) identificar situações que se constituem em desafios ou

dificultem a vida de pessoas ou comunidades; 2) reunir informações que possibilitem ações futuras de mudanças; 3) que as pessoas se conheçam melhor e tenham mais consciência dos problemas e mais empenho na busca de soluções; 4) pode ser uma estratégia significativa para agregar as pessoas em torno de questões específicas, mediante a compreensão das dificuldades comuns ou de problemas que outros vivenciam; 5) adquirir confiança, pois trabalha com dados para subsidiar o planejamento de estratégias e ações.

Na pesquisa-ação os sujeitos tornam-se parte do processo e atuam de forma ativa na busca por soluções. A pesquisa-ação se baseia nas próprias palavras das pessoas e os dados podem ser obtidos para serem utilizados como denúncia. Nesse caso não se deve manter a confidencialidade sobre o local, pois se pretende chamar a atenção pública. No caso da cadeia produtiva do mel, as ações divulgadas serão benéficas para toda a categoria de apicultores.

Bogdan e Biklen (1994) sugerem que os investigadores integrem-se no contexto, de maneira que se tornem parte “natural” do cenário. Isso inclui o modo de se vestir, que deve ser adequado ao ambiente e discreto e a criação de um laço de confiança com os sujeitos.

Esse trabalho foi feito na Bahia e a pesquisadora contribuiu com duas associações, conduzindo a construção de planejamento estratégico, que essas organizações nunca haviam feito e que contribuiu para promover um processo de reflexão e auto-análise pelo grupo participante. Em Portugal ministrou palestra em uma Associação, apresentando o cenário da apicultura na Bahia, as políticas públicas, dificuldades vivenciadas e experiências positivas no trabalho cooperado, promovendo discussão e reflexões e análises comparativas, envolvendo os participantes.

Dessa forma, a intervenção efetivada nas duas associações se constituiu em importante processo de construção coletiva do planejamento estratégico que possibilitou aos participantes a oportunidade de refletir e ampliar a compreensão da sua realidade e das diversas variáveis intervenientes, no caminho em direção ao desenvolvimento sustentável, mediante efetiva participação cidadã.

6.4 PESQUISA QUANTITATIVA

Mercúrio (1979), citado por Bogdan e Biklen (1994, p. 63) explica que “existem estudos que integram componentes qualitativos e quantitativos. Frequentemente, a estatística descritiva e os resultados qualitativos têm sido apresentados conjuntamente”. Smith e Heshusus (1986) citados por Bogdan e Biklen (1994) alertam que as duas abordagens baseiam-se em pressupostos diferentes. Flick (2005) também afirma que a investigação

qualitativa e quantitativa pode ser utilizada conjuntamente.

Assim, os dados quantitativos apresentaram resultados mensuráveis da realidade estudada e, ao lado disso, a pesquisa qualitativa possibilitou uma percepção mais acurada dos aspectos do objeto de estudo, pois apenas os dados quantitativos não possibilitariam a compreensão plena da realidade, que abrange processos coletivos, conjunto de relações e percepções que não podem ser mensurados.

Inicialmente foi realizado um estudo do contexto, mediante contato junto às cooperativas e associações de apicultores, com o objetivo de compreender o processo e possibilitar ajustes ao direcionamento da pesquisa. A seguir foi realizado pré-teste, objetivando validar o instrumento de pesquisa, para o levantamento. Realizamos a coleta de dados através de inquérito por questionário e entrevistas, pois, segundo Almeida e Pinto (1995), o inquérito por questionário possibilita o estudo extensivo de grande quantidade de indivíduos, através de amostra significativa. Fizemos a observação não participante, a qual é conceituada por Almeida e Pinto (1995, p. 108) como aquela que “reside na não intervenção do observador nos grupos, nas situações, nos processos sociais em análise”.

O universo definido para a realização do inquérito abrangeu, na Bahia, os apicultores associados ou cooperados nos três territórios aqui estudados e que estão vinculados a cooperativas filiadas à CECOAPI. Realizamos inquérito em cinco entidades vinculadas a quatro dessas cooperativas filiadas, abrangendo um total de 64 apicultores, que representa a média de 30,2% do total de respectivos associados/cooperados. Demos preferência a fazer a pesquisa nas associações, com exceção da COOAPI, que não possui associação vinculada. Vide Tabela 8

Tabela 8 - Entidades pesquisadas na Bahia

ENTIDADES - BAHIA	Município	QT. Coope- rados/Assoc.	Inqué- ritos	% Amostra
Cooperativa dos Apicultores de Inhambupe (COOAPI)	Território Litoral Norte e Agreste Baiano	40	10	25,0%
Associação de Apicultores de Tucano (AAPIT)	Território Sisal	61	23	37,7%
Associação de Apicultores do Município de Jeremoabo (AAMJ)	Território Semi-Árido Nordeste II	34	14	41,2%
Associação de Apicultores do Assentamento de Carité (AAAC)	Território Semi-Árido Nordeste II	48	15	31,3%
Associação de Apicultores de Ribeira do Amparo (AAPIRA)	Território Semi-Árido Nordeste II	29	2	6,9%
TOTAL		212	64	30,2%

Fonte: Pesquisa Direta (2011).

Em Portugal realizamos o inquérito em duas associações. Priorizamos a APIMIL por ter características mais semelhantes com as da Bahia e por percebermos que a outra associação não estava tão atuante, conforme confirmado por um entrevistado. O inquérito foi aplicado a 58 apicultores, que representa 10,18% do total de apicultores dessas duas associações, conforme tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Associações pesquisadas em Portugal

ASSOCIAÇÕES PORTUGAL	Município	QT. Associados	Inquéritos	% Amostra
Associação de Apicultores do Norte de Portugal (AANP)	Porto	450	11	2,44%
Associação de Apicultores de Entre-Minho e Lima (APIMIL)	Ceveira	120	47	39,17%
TOTAL		570	58	10,18%

Fonte: Pesquisa Direta (2011).

Essa amostragem - probabilística ou aleatória - foi efetivada a partir dos participantes presentes em reuniões, o que, de certa forma abrangeu os membros mais participativos.

O tratamento dos dados quantitativos foi auxiliado pelo software SPSS (Statistical Package for Social Sciences). É uma ferramenta para análise de dados utilizando técnicas estatísticas. Criamos um banco de dados, com as variáveis do questionário, onde lançamos os dados, para posterior tabulação, sistematização e análise. O SPSS possibilitou combinação e cruzamento de dados, agrupamento por variável, etc. Utilizamos o Excel para a criação dos gráficos, por permitir melhor visualização.

6.5 ESTUDO DE CASO

Este trabalho apresenta um estudo de casos múltiplos. Consiste em que o mesmo estudo pode conter mais do que um único caso. Assim, cada associação de apicultores foi o sujeito de um estudo de caso individual, mas o estudo como um todo cobriu várias associações, nos dois países, possibilitando um estudo comparativo.

O projeto de pesquisa deve tratar de pelo menos quatro problemas: quais questões estudar, quais os dados relevantes e quais a coletar e como analisar os resultados (PHILLIBER, SCHWAB; SAMSLOSS, 1980 apud YIN, 2010, p. 49). É muito mais que um plano de trabalho; trata de um problema lógico e não logístico. Seus principais componentes são: “as questões do estudo, as proposições (se houver), a(s) unidade(s) de análise, a lógica

que une os dados às proposições; e os critérios para interpretar as constatações.” (YIN, 2010, p. 49).

Para chegarmos à substância das questões do estudo buscamos literaturas que possibilitassem estreitar nosso interesse sobre tópicos-chave, conforme orienta Yin (2010), como também visitas para conhecer associações e apiários com produção cooperada. Também definimos, a partir das questões, as proposições deste estudo, pois, de acordo com Yin (2010), as proposições orientam e direcionam as questões na direção certa.

Yin (2010, p. 27) diz que “podem existir estudos de caso exploratórios, descritivos ou explanatórios” e que pode haver sobreposições entre eles. O que vai definir o tipo de estudo são as questões da pesquisa. As perguntas em que se busca “o que...” podem ser relacionados a estudos exploratórios e que conduzem ao desenvolvimento de hipóteses e proposições para investigação futura, ou podem ser uma forma de linha de investigação relacionada a “quantos” ou “quanto”, “[...] por exemplo, ‘quais foram as maneiras pelas quais as comunidades assimilaram os novos integrantes?’ A identificação dessas maneiras tem mais possibilidade de favorecer os métodos de levantamento ou de arquivo do que outros” (YIN, 2010, p. 27), não sendo muito vantajoso utilizar o estudo de caso nessa situação. Já as questões “como” e “por que” são mais explanatórias e adequadas ao estudo de caso, porque “essas questões lidam com os vínculos operacionais que necessitam ser traçados ao longo do tempo, mais do que meras frequências ou incidências.” (YIN, 2010, p. 30).

O estudo de caso é preferido no exame dos eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. O estudo de caso conta com muitas das mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas. (YIN, 2010, p. 32).

O método de estudo de caso é uma forma de “pesquisa qualitativa”, mas pode utilizar uma mistura de evidência quantitativa e qualitativa (YIN, 2010). Este autor ressalta a capacidade do estudo de caso, de lidar com uma ampla variedade de evidências, além da possibilidade de observação direta dos eventos e entrevistas das pessoas neles envolvidas, que é bastante relevante neste trabalho. Nesta investigação fizemos observação direta, participando de eventos e reuniões das associações e cooperativas, tanto no Brasil quanto em Portugal e do processo de construção do plano territorial de desenvolvimento da apicultura na Bahia, assim como, fizemos entrevistas com indivíduos envolvidos na cadeia produtiva do mel, nos dois países.

Ao lado disso, fizemos levantamento junto aos apicultores, já que vários métodos podem ser utilizados em uma mesma pesquisa, pois não são mutuamente exclusivos. O pesquisador deve ter a capacidade de identificar as situações em que um método tem uma vantagem em relação ao outro. O estudo de caso tem vantagem diferenciada “[...] quando uma questão “como” ou “por que” está sendo feita sobre um conjunto de eventos contemporâneos, algo que o investigador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2010, p.34).

As evidências qualitativas foram coletadas mediante entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas, voltadas para a busca de respostas às questões aqui colocadas, aplicadas aos gestores de cooperativas e associações, técnicos de órgãos do governo e de outros órgãos envolvidos na cadeia produtiva do mel, como é o caso da Bahia onde há organizações executando ações de Assistência Técnica para apoio ao Plano de Desenvolvimento da Apicultura. Todas as entrevistas foram gravadas, para assegurar maior fidelidade na compreensão dos dados e transcritas para posterior processamento com o WebQDA – software de apoio à análise de dados qualitativos.

Para o estudo de caso Yin (2010) ressalta a necessidade de construir uma teoria preliminar relacionada ao tópico de estudo, como ponto de partida para a coleta de dados, pois “os contatos de campo relevantes dependem do entendimento – ou da teoria – do que está sendo estudado” (YIN, 2010, p. 58). Dessa forma, definimos como teoria preliminar que a dinâmica da autogestão, embora possa ser incorporada no modo de produção capitalista, pode também, com a presença de determinadas condições, estimular o protagonismo de apicultores e apicultoras na construção coletiva de um novo contexto, propício a contribuir para a construção da cidadania e integrar processos educacionais emancipatórios.

A estratégia do estudo de caso começa com “a lógica de planejamento[...]uma estratégia a ser preferida quando as circunstâncias e os problemas são apropriados, em vez de um compromisso ideológico a ser seguido independente das circunstâncias.” (PLAT, 1992, p. 46 apud YIN, 2010, p. 39). As características dessa lógica de planejamento podem ser descritas de duas maneiras, como partes de uma definição técnica de estudo de caso. “A primeira parte começa com o escopo do estudo de caso: 1. o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39). A segunda parte da definição técnica inclui outras características, como a coleta de dados, as estratégias de análise de dados, as múltiplas fontes de evidência e a necessidade de convergir os dados de maneira triangular (YIN, 2010).

Em suma, o método do estudo de caso pode ser utilizado quando se desejar “entender um fenômeno da vida real em profundidade, mas esse entendimento englobasse importantes condições contextuais – porque eram altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo (por exemplo, Yin e Davis, 2007) [...]” (YIN, 2010, p. 39).

Diante disso consideramos o método de estudo de caso bastante pertinente para esta pesquisa, pois a compreensão da produção cooperada do mel passa pela compreensão do universo da apicultura e do seu contexto, em suas várias dimensões.

A definição da unidade de análise foi essencial para o desenvolvimento do trabalho. Yin (2010) afirma que é fundamental definir o que é o “caso” e que “o caso” pode ser um indivíduo (ou mesmo algum evento ou entidade) e este é a unidade primária de análise. Se vários indivíduos fossem incluídos seria um estudo de casos múltiplos. Portanto, este é um estudo de casos múltiplos e a unidade de análise, definida com base nas questões iniciais da pesquisa, são as entidades representativas dos apicultores (associação, cooperativa), que agregam e congregam os atores sociais na consecução dos objetivos comuns. A Unidade primária de análise é a organização social dos apicultores e abrange os diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva do mel, especialmente os gestores e apicultores, com suas percepções, sentimentos e motivações.

O sujeito deste estudo de caso (o “fenômeno”) é o modo de produção cooperativo dos apicultores da Bahia e Portugal. O contexto, que são os dados externos do caso, são os atores sociais que fazem parte da cadeia produtiva do mel – os técnicos que pertencem a órgãos governamentais e aqueles que participam de intervenções na cadeia. Conforme Merriam (1988), citado por Bogdan e Biklen (1994, p.89), “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”.

Esse processo de definição da unidade de análise, conforme Yin (2010) pode ser feito durante a pesquisa, em decorrência de novas descobertas durante a coleta de dados, e é uma consequência da correta definição das questões da pesquisa. Yin (2010, p. 53) recomenda delimitar o começo e o fim do caso, o espaço geográfico e definir “como irá distinguir os dados sobre o sujeito do seu estudo de caso (o “fenômeno”) dos dados externos ao caso (“o contexto”). [...] O caso desejado deve ser algum fenômeno da vida real, não uma abstração, como um tópico, um argumento ou mesmo uma hipótese”. Aliado a isso, a literatura prévia de pesquisa disponível assume papel fundamental na definição da unidade de análise.

Para o estudo de caso realizamos, na Bahia, além do inquérito com 64 apicultores de 05 entidades, entrevistas com 11 gestores, 04 apicultores e 09 técnicos de instituições sociais

e órgãos do governo. Em Portugal, além do inquérito com 58 apicultores de duas associações foram realizadas entrevistas com os presidentes de 05 instituições, 06 apicultores associados e não-associados e 05 técnicos de instituições sociais e órgãos do governo. O Apêndice C apresenta demonstrativo da quantidade de inquéritos e entrevistas realizadas, tanto na Bahia quanto em Portugal, no período 2010 a 2012. As diversas visitas às associações e cooperativas, bem como as entrevistas aos atores sociais envolvidos na apicultura nos possibilitou traçar um quadro geral da atual situação-problema.

6.5.1 Estudos comparativos

De acordo com Triviños (2011), um aspecto importante do Estudo de Caso é a possibilidade de se realizar Estudos Comparativos de Casos, pois enriquece a pesquisa qualitativa. Esta linha de investigação, em geral é feita conforme o método comparativo, “descrevendo, explicando e comparando por justaposição e comparação propriamente dita, os fenômenos.” (TRIVIÑOS, 2011, p. 136).

O objetivo inicial desta pesquisa não contemplava o estudo comparativo, pois não estava planejada a ida a Portugal, o que aconteceu por uma boa oportunidade de bolsa pela CAPES. O estudo de casos múltiplos propiciou elementos que possibilitou a comparação. Assim, para o estudo comparativo foi desenvolvida pesquisa na região Norte de Portugal, em três associações, conforme já mencionado. A pesquisa foi iniciada na Bahia, em 2010, quando fizemos estudo acompanhado de visitas, para compreender esse universo até então desconhecido. Em 2012 fizemos a pesquisa em Portugal e em 2013 entrevistamos novamente a técnica da SUAF, e gestores da AAPIT e COOAPIT, na Bahia.

As atividades realizadas no Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) da Universidade do Minho consistiram no suporte e orientação ao embasamento teórico para a investigação, os quais fundamentaram os estudos e a tarefa de identificar como funciona a produção cooperada do mel e as articulações e redes produtivas e sociais da cadeia do mel em Portugal. Em síntese, ajudaram a reproduzir, de acordo com as especificidades desse país, a pesquisa bibliográfica e de campo feita na Bahia. A pesquisa teve como objetivo identificar a existência ou não de políticas públicas adotadas no Brasil e em Portugal, para a apicultura, e o modo de produção cooperada; a estrutura e forma de organização das redes de cooperação na cadeia produtiva do mel; a forma de gestão das cooperativas e redes de apicultores; a similaridade da produção cooperada do mel em Portugal e Brasil; e verificar em que medida a produção cooperada do mel contribui para o desenvolvimento local sustentável, na região em

estudo. De posse dos dados, comparou-se com a realidade observada na Bahia.

Dentro do contexto que se definiu para o estudo, fez-se necessário estabelecer o percurso a ser seguido para atingir os objetivos traçados neste trabalho, pois, de acordo com Demo (1985), é preciso salvaguardar a legitimidade da pesquisa científica, finalidade básica da ciência. Assim, optamos por um estudo de casos múltiplos, envolvendo a CECOAPI e as quatro cooperativas que a compõe, no Semiárido da Bahia, pela importância estratégica para aquela região e, em Portugal, a APIMIL, a AANP e a AAPNM, por serem associações que abrangem uma região, são atuantes e possibilitaram o acesso aos dados e a participação nas suas reuniões mensais.

Yin (2010, p. 41) explica que “a pesquisa de estudo de caso inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos” e que existem, no mínimo, cinco aplicações diferentes para o estudo de caso. “A mais importante é explicar os supostos vínculos causais em intervenções da vida real que são complexos demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos.” (YIN, 2005, p.34).

Uma segunda aplicação é descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem ilustrar certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo. A quarta aplicação é que a estratégia de estudo de caso pode ser utilizada para explorar aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados. Em quinto lugar, o estudo de caso pode ser uma “meta-avaliação” – o estudo de uma avaliação. (SMITH, 1990; STAKE, 1986 apud YIN, 2005, p.34-35).

Yin (2010) recomenda que o estudo de caso múltiplo siga a lógica da replicação e não da amostragem. Ou seja, cada caso foi selecionado cuidadosamente para que pudesse produzir resultados similares ou contrastantes. “Se todos os casos acabarem como previsto, esses seis a dez casos, na totalidade, proporcionariam apoio vigoroso ao conjunto inicial de proposições. Se os casos forem, de alguma forma, contraditórios, as proposições iniciais devem ser revisadas e testadas, novamente, com outro conjunto de casos.” (YIN, 2010, p. 78). Este autor recomenda o desenvolvimento de uma estrutura teórica rica, para os procedimentos de replicação. A estrutura teórica posteriormente torna-se referência para a generalização aos novos casos e se alguns dos casos empíricos não funcionarem como previsto, modifica-se a teoria, as quais podem ser práticas e não apenas acadêmicas.

Yin (2005) explica que os estudos de caso podem ser utilizados para a simples apresentação de casos individuais ou a busca de evidências que conduzam a generalizações amplas. Stake (1994 apud YIN, 2005, p.38) considera que o estudo de caso não seja “uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”.

Buscamos direcionar este trabalho considerando, também, que existem algumas preocupações com o estudo de caso. Para Yin (2010), talvez a maior preocupação seja a falta de rigor da pesquisa. Ele explica que o pesquisador não deve ser negligente e permitir a aceitação de evidências equivocadas ou a influência de visões parciais sobre as análises e conclusões. Uma segunda preocupação é que os estudos de caso fornecem pouca base para a generalização científica. Yin (2010, p. 36) afirma que “a resposta curta é que os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos”. Uma terceira preocupação é que levam tempo demais e geram documentos volumosos e ilegíveis. Isso procede com relação à maneira como eram feitos no passado, mas essa forma prolongada de redigir pode ser evitada e não precisam demandar tanto tempo no campo (YIN, 2010).

Uma quarta objeção com os estudos de caso

Aparentemente emergiu com ênfase renovada, especialmente na educação e na pesquisa relacionada, sobre os testes de campo aleatórios ou “verdadeiros experimentos”. Tais estudos visam estabelecer relações causais – ou seja, se um determinado “tratamento” foi eficaz na produção de um determinado efeito (por exemplo, Jadad, 1998). Nos olhos de muitos, a ênfase levou à desvalorização da pesquisa de estudo de caso porque os estudos de caso (e outros tipos de métodos não experimentais) não podem abordar diretamente este assunto (YIN, 2010, p. 37).

Diante dessas preocupações é que procuramos complementar o estudo de casos com outros métodos. Os estudos de caso podem contribuir com evidências importantes para complementar os experimentos. Enquanto os experimentos são limitados em explicar “como” ou “por que” um determinado tratamento funcionou, os estudos de caso poderiam investigar isso (SYHVELSON; TOWNES, 2002 apud YIN, 2010). Desse modo, os estudos de caso podem ser valorizados “como adjuntos aos experimentos mais do que alternativos a eles” (COOK; PAYNE, 2002 apud YIN, 2010).

6.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise da evidência do estudo de caso é uma das fases mais difíceis. Para isso, as ferramentas são importantes, mas o essencial é saber o que se está procurando (YIN, 2010). Neste estudo utilizamos o software WebQDA, para a análise de dados qualitativos e o SPSS, para a análise de dados quantitativos. Entretanto, esses softwares não fazem qualquer análise, servem como auxiliares e como ferramentas que possibilitam maior confiabilidade.

Para a análise dos dados, além dos registros, cada palavra dos relatórios verbais representa a parte central da evidência, mas devem ser observados os eventos e

comportamentos complexos que ocorrem em um contexto possivelmente ainda mais complexo (YIN, 2010). Miles e Huberman (1994 apud YIN, 2010) apresentam um conjunto de manipulações analíticas, que inclui: colocar as evidências em uma matriz de categorias; apresentar os dados em forma de gráficos e fluxogramas; tabular a frequência dos eventos; calcular médias e variâncias para examinar a complexidade das tabulações; e ordenar a informação, mediante algum esquema temporal. O WebQDA auxiliou muito nesse processo, pois ajudou a classificar e categorizar os dados, o que facilitou a análise.

No sentido de assegurar a qualidade da pesquisa Yin (2010) apresenta quatro testes que têm sido comumente utilizados na pesquisa social empírica – validade de constructo, validade interna, validade externa e confiabilidade – para os quais devem ser utilizadas estratégias específicas.

Para a validade de constructo podem ser utilizados tres tipos de estratégia, no sentido de aumentar a validade dos resultados. Durante a recolha de dados, devem-se utilizar múltiplas fontes de evidência, de modo a encorajar linhas convergentes de pesquisa e estabelecer uma cadeia de evidência, que mantenha a coerência durante as várias fases da investigação. Aliado a isso, ter informadores-chave (sujeitos do próprio estudo) que revejam o esboço do relatório de investigação (YIN, 2010). Nesta pesquisa utilizamos múltiplas fontes de evidência, ouvindo todos os agentes envolvidos na cadeia do mel, desde os apicultores aos técnicos que fazem intervenção na cadeia e tivemos o apoio de técnicos que ajudaram na compreensão dos termos técnicos, especialmente em Portugal, onde os termos são diferenciados.

A validade interna é uma preocupação maior dos estudos de caso explanatórios ou causais, em que o pesquisador tenta determinar se x levou a y. Se um terceiro fator (z) for deixado de lado, o projeto de pesquisa falhou ao lidar com alguma ameaça à validade interna. Ao lado disso, a preocupação com a validade interna abrange a realização de inferências, a qual é baseada na entrevista e na evidência documental coletada como parte do estudo de caso. Um desenho investigativo que tenha antecipado estas questões começou por lidar com o problema da realização de inferências e, por isso, com a questão específica do problema da validade interna (YIN, 2010). Neste estudo nos preocupamos em obter várias evidências, mediante realização de entrevistas, aliada à aplicação de questionários para levantamento de dados quantitativos e pesquisa documental.

A validade externa consiste em saber se as descobertas do estudo são possíveis de serem generalizadas além desse caso. Os casos únicos oferecem base pobre para a generalização, mas se comparar a situação, implicitamente, com a pesquisa de levantamento

mediante a qual uma amostra pode ser generalizada para um universo maior. Essa analogia com amostras e populações é incorreta para estudos de caso, que contam com a generalização analítica, a partir da qual o investigador procura generalizar um conjunto determinado de resultados a alguma teoria mais ampla. “A generalização, no entanto, não é automática. A teoria deve ser testada pela replicação dos achados em um segundo ou mesmo em um terceiro local, nos quais a teoria supõe que ocorreriam os mesmos resultados.” (YIN, 2010, p. 68). O autor salienta que essa lógica da replicação é a mesma utilizada em experimentos e permite a acumulação de conhecimentos.

O teste para a confiabilidade tem como objetivo assegurar que, se um investigador, posteriormente, seguir os mesmos procedimentos descritos pelo primeiro para a condução do mesmo estudo de caso, deverá obter os mesmos resultados e conclusões. Yin (2010) salienta que a ênfase está em realizar o mesmo caso, não em “replicar” os resultados de um caso realizando outro estudo. O propósito da confiabilidade é minimizar os erros e as parcialidades no estudo (YIN, 2010). Assim, para permitir que outro pesquisador repita um estudo de caso é necessário a documentação dos procedimentos, mediante um protocolo de estudo de caso e a criação de uma base de dados do estudo de caso. Desta forma, foi o que fizemos neste trabalho. Criamos a base de dados através dos softwares SPSS e WebQDA. A base de dados do SPSS é o espelho dos formulários aplicados nos levantamentos, enquanto a base de dados do WebQDA reflete as entrevistas aplicadas, que consistiu em arquivos de texto. Aplicamos em Portugal os mesmos procedimentos realizados na Bahia.

A análise dos dados depende de uma boa coleta da evidência do estudo de caso. Yin (2010) apresenta seis tipos de fontes de evidência: documentação, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Um objetivo é coletar os dados sobre os eventos e os comportamentos humanos, através das percepções, atitudes e relatórios verbais sobre eventos e comportamentos. Além disso, para assegurar mais qualidade ao estudo de caso, é preciso buscar múltiplas fontes, ou seja, evidência de duas ou mais fontes sobre os mesmos fatos, criar um banco de dados do estudo de caso e fazer um encadeamento de evidências, buscando os vínculos explícitos entre as questões formuladas, os dados coletados e as conclusões a que se chegou.

Neste estudo coletamos dados oriundos de documentação, obtida através do contato direto com órgãos do governo e da busca em sites oficiais na internet; registros de arquivo dos órgãos oficiais do governo, obtidos em arquivos de uso público, como os do censo, registros organizacionais, mapas das características geográficas do local e os dados de levantamento obtidos na pesquisa de campo. Utilizamos entrevistas com os diversos agentes da cadeia do

mel, as quais se constituíram em importantes fontes de informação. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas e os entrevistados colaboraram sugerindo novas pessoas para serem entrevistadas. Em Portugal tivemos informantes-chave que muito contribuíram para nosso trabalho. Fizemos observação direta, mediante observação de reuniões e nos envolvemos em alguns eventos assumindo papéis de ouvinte, de palestrante ou condutor em processos de diagnóstico participativo com alguns grupos. Criamos um banco de dados do estudo de caso e fizemos o encadeamento de evidências com o apoio do WebQDA e do SPSS.

Yin (2010) apresenta três princípios da coleta de dados. Em primeiro lugar a utilização de fontes múltiplas de evidência, pelo que optamos neste trabalho e a triangulação: justificativa para o uso de múltiplas fontes de evidência, que consiste no desenvolvimento de linhas convergentes de investigação.

Paton (2002 apud YIN, 2010) discute quatro tipos de triangulação: a triangulação das fontes de dados, que consiste na corroboração do mesmo fato ou fenômeno pelas diversas fontes. Com a triangulação, os problemas potenciais de validade do constructo podem ser abordados, porque as múltiplas fontes de evidência possibilitam várias percepções e avaliações do mesmo fenômeno. Outro tipo é a triangulação entre os diferentes avaliadores; triangulação de perspectivas para o mesmo conjunto de dados (triangulação da teoria); e triangulação dos métodos. Neste estudo, as múltiplas fontes possibilitaram a compreensão dos fenômenos a partir da percepção dos diversos agentes da cadeia produtiva do mel e as teorias contribuíram para melhor compreensão dos dados.

O segundo princípio é a criação de uma base de dados, que aumenta a confiabilidade de todo o estudo de caso, ou seja, a maneira de organizar e documentar os dados coletados para o estudo de caso. Este trabalho foi feito, neste estudo, mediante criação de arquivos com todas as evidências, em meios eletrônicos, gravados e escritos. Independente desse acervo, a escrita do trabalho deve dar conta de apresentar dados suficientes para o leitor tirar suas próprias conclusões. Também as notas registradas sobre a investigação são importantes e devem estar disponíveis para acesso posterior. Essa base de dados pode consistir em materiais tabulados, coletados no local da pesquisa, dados de levantamentos e outros dados quantitativos, bem como, narrativas do investigador sobre o estudo de caso (YIN, 2010).

O terceiro princípio para aumentar a confiabilidade da informação consiste em manter o encadeamento de evidências, com o propósito de possibilitar que um observador externo (leitor) siga a derivação das evidências das questões iniciais de pesquisa, para finalizar as conclusões. Com isso, o estudo de caso terá direcionado para a validade do constructo,

umentando a qualidade geral do estudo de caso. O pesquisador deve ser “[...] capaz de passar de uma parte do processo para outra, com nítida remissão para os procedimentos metodológicos e para evidência resultante. Este é o ‘encadeamento de evidências’ final desejado.” (YIN, 2010, p. 151).

Yin (2010) apresenta quatro estratégias gerais para a análise dos dados. A primeira consiste em seguir as proposições teóricas que levaram ao estudo de caso e que nortearam os objetivos e o projeto. A segunda é desenvolver uma estrutura teórica para a organização do estudo de caso. As idéias para sua estrutura devem ser embasadas pela revisão de literatura. A terceira estratégia é a utilização de dados qualitativos e quantitativos, com os dados qualitativos permanecendo centrais a todo o estudo de caso. A quarta estratégia, que consiste em tentar definir e testar explicações rivais funciona com as três estratégias anteriores. Consiste em tentar provar, de fato, a potência de outras influências sobre as unidades estudadas.

Neste estudo, essas estratégias foram utilizadas, mas com destaque para a terceira, com a utilização de dados qualitativos e quantitativos. A quarta estratégia foi utilizada durante o processo de investigação, principalmente em momentos em que as informações fornecidas pelos atores sociais não convergiam ou não eram completas.

Yin (2010) apresenta cinco técnicas analíticas: a combinação de padrão; construção da explicação; análise de séries temporais; modelos lógicos; e síntese cruzada de dados.

A lógica da combinação de padrão compara um padrão baseado empiricamente com um padrão previsto e se os padrões coincidirem pode ajudar a fortalecer a validade interna. Inclui o padrão de variáveis dependentes não equivalentes como padrão; explicações rivais como padrão; padrões mais simples; e precisão da combinação de padrões.

A construção da explicação consiste na técnica de analisar os dados do estudo de caso, construindo uma explicação sobre o caso, procedimento relevante principalmente para os estudos de caso explanatórios. Neste sentido, para “explicar” um fenômeno é necessário estipular um conjunto de elos causais sobre ele ou como ou porque algo aconteceu (YIN, 2010). O software WebQDA auxilia nisso, mas é necessário *insight* analítico do pesquisador.

A análise de séries temporais é similar à análise conduzida nos quase-experimentos. Pode-se fazer a análise de eventos cronológicos e verificar algumas questões relevantes de “como” e “por que” sobre o relacionamento entre os eventos ao longo do tempo. O modelo lógico consiste em estipular deliberadamente um encadeamento complexo de eventos no período de um longo tempo. Esse modelo pode ser utilizado em nível individual, organizacional ou de um programa de governo, por exemplo.

A síntese cruzada de dados aplica-se especificamente à análise dos casos múltiplos, enquanto as técnicas anteriores podem ser utilizadas para casos individuais ou múltiplos. Esta técnica apoiará com dados para o desenvolvimento de argumentos fortes, plausíveis e imparciais e o WebQDA deu apoio importante para essa análise. Como Yin (2010) recomenda, podemos incorporar também técnicas quantitativas comuns.

Yin (2010) ressalta que a análise deverá ser baseada em todas as evidências, incluindo o desenvolvimento de hipóteses rivais e cobrindo as questões-chave da pesquisa. Deve mostrar como utilizou toda a evidência disponível, sem deixar pontas soltas, abordando todas as interpretações rivais importantes e destacando os aspectos mais significativos do estudo e utilizando os conhecimentos prévios de especialista.

Com o auxílio do WebQDA fizemos a classificação e a categorização das informações coletadas, a fim de reduzir a complexidade e dar sentido ao que estava sendo explicitado no discurso dos atores sociais. A construção desse sistema de categorias foi feito a priori e a posteriori. A priori, a partir dos problemas concretos e a posteriori, a partir do levantamento de informações junto aos atores sociais. Procuramos o apoio dos diversos métodos aqui citados porque, como diz Almeida e Pinto (1995, p. 24), “os diversos métodos organizam assim, criticamente, as práticas de investigação [...]”. Dessa forma, a utilização de vários métodos propiciou condições para assegurar a qualidade da pesquisa.

6.6.1 Ferramenta para apoio à análise de dados: o software WebQDA

O WebQDA é um software “desenvolvido, em parceria, entre a empresa Esfera Crítica e o Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro” em Portugal

O webQDA é um *software* de apoio à análise de dados qualitativos num ambiente colaborativo e distribuído (www.webqda.com). [...] é direcionado a investigadores, em diversos contextos, que necessitem de analisar dados qualitativos, individual ou colaborativamente, de forma síncrona ou assíncrona. [...] O webQDA está otimizado para os *browsers* Internet Explorer, Firefox, Chrome, Opera e Safari, assim como para os sistemas operativos Windows, Mac OS e Linux. (COSTA; SOUZA; SOUZA, 2012, p. 1).

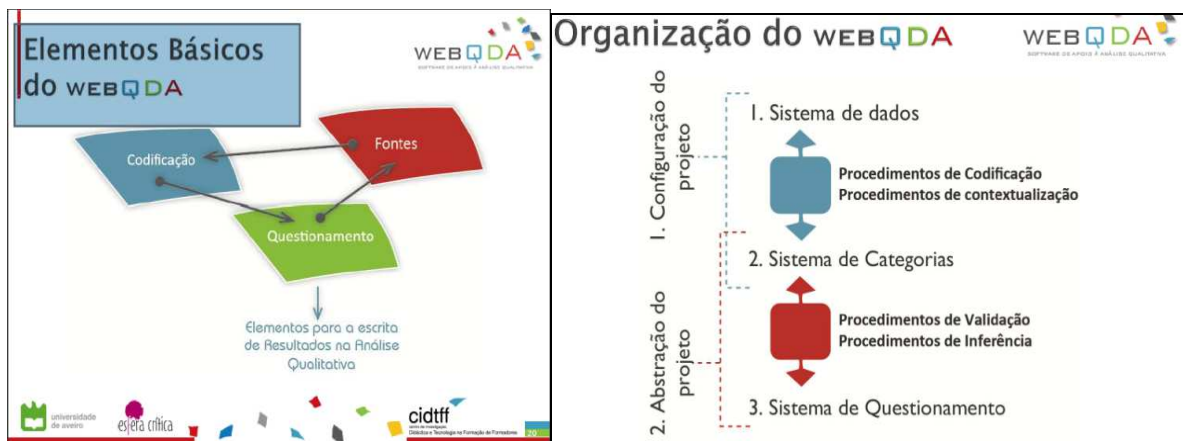
A utilização do software WebQDA foi importante, pois com ele foi possível editar, visualizar e interligar documentos, criar categorias, codificar, controlar, filtrar, fazer buscas e questionar os dados com o objetivo de responder às questões de investigação.

O WebQDA está organizado em três partes: 1) Fontes, 2) Codificação e 3) Questionamentos. Na área Fontes o investigador coloca todos os dados de que dispõe (texto, imagem, vídeo ou áudio), organizados por tipo ou função.

Na área de Codificação o investigador pode criar as dimensões, os indicadores ou categorias, sejam elas interpretativas ou descritivas. É da interligação entre as Fontes e a Codificação que, através dos procedimentos de codificação disponíveis no WebQDA o investigador poderá configurar o seu projeto para que tenha lugares de forma estruturada e interligada. (COSTA; SOUZA; SOUZA, 2012, p. 1).

Na área de Questionamento está disponível um conjunto de ferramentas que possibilitaram questionar os dados “com base na configuração atribuída nas duas áreas de forma iterativa e interativa (COSTA; SOUZA; SOUZA, 2012). Na Figura 9 apresentamos uma visão geral do WebQDA, onde se pode facilmente identificar as três áreas fundamentais da sua estrutura: codificação, fontes e questionamento.

Figura 9 - Áreas fundamentais da estrutura do WebQDA



Fonte: Costa, Souza e Souza (2012).

O WebQDA permite processar diversos tipos de documentos: entrevistas, relatórios, documentos históricos, obras literárias, mapas e tabelas, notas pessoais, notas de campo, fotografias e desenhos, áudio e vídeo. Também ajuda no processo de organização, contextualização e categorização das informações disponíveis. Neste sentido, permite a criação de nós, que são aglutinadores de idéias. A cada documento (fonte) ou categoria (nós) podemos anexar um conjunto de atributos ou descritores que o caracterize, como por exemplo, gênero, escolaridade, idade, entre outros (COSTA; SOUZA; SOUZA, 2012). O WebQDA foi fundamental para organizar a quantidade imensa de dados (entrevistas) desta pesquisa.

6.7 ÉTICA NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Ao realizar o inquérito informamos aos apicultores sobre o anonimato e, nas entrevistas, solicitamos autorização para gravar e divulgar os dados e o nome da organização. Procuramos assegurar que os sujeitos pudessem aderir voluntariamente, certos de que não seriam expostos a riscos e que suas identidades seriam protegidas. Nos contatos com as associações explicamos sobre o projeto, o nosso interesse em conhecer o contexto e solicitamos apoio. Os entrevistados disseram que não haveria problema em divulgar o nome da Associação.

Percebemos, na Bahia, uma grande satisfação dos apicultores, especialmente dos gestores, com a realização do estudo, como se disso fosse resultar algum benefício para eles. Mesmo esclarecendo que o trabalho não tinha o compromisso de gerar qualquer benefício futuro, eles disseram que a nossa presença nas reuniões já seria algo muito bom. E tanto na Bahia quanto em Portugal, afirmaram sentir falta de presença mais efetiva das universidades, para apoiá-los.

7 EVIDÊNCIAS DA PESQUISA EMPÍRICA: BAHIA E PORTUGAL

Neste capítulo apresentamos as evidências obtidas por meio da pesquisa feita junto a apicultores, associações e cooperativas de apicultores e agentes sociais e públicos envolvidos na cadeia produtiva do mel, na Bahia e em Portugal, no sentido de responder às questões norteadoras da pesquisa.

Estruturamos os dados coletados de acordo com as questões norteadoras e os objetivos da pesquisa, cujos elementos são analisados a seguir: Cadeia Produtiva do mel e os fatores internos e externos; Intervenções na cadeia produtiva; políticas públicas; Participação dos produtores e articulações cooperativas; Modo de produção cooperada; Geração de renda e melhoria da qualidade de vida; Processos de gestão das organizações sociais, planejamento e comercialização; e Desenvolvimento Local Sustentável.

7.1 A CADEIA PRODUTIVA DO MEL: FATORES INTERNOS E EXTERNOS

Uma das questões desta pesquisa é: “Quais as etapas seguidas pela cadeia produtiva do mel, desde a sua coleta até o seu uso e comercialização e quais os fatores, internos e externos, envolvidos?” Para compreender as etapas seguidas pela cadeia produtiva do mel e alguns dos fatores internos e externos envolvidos, apresentamos análise dos dados coletados no levantamento e nas entrevistas realizadas com os diversos agentes da cadeia produtiva, dos dois países. Dentre os fatores internos, na cadeia produtiva, destacamos o perfil do apicultor, suas competências técnicas e o manejo, os quais influenciam na qualidade do mel. Os fatores externos são abrangentes e referem-se a outros aspectos relacionados às diversas etapas da cadeia e que estarão apresentados adiante, quais sejam: a doença das abelhas, o clima, a flora, as condições do terreno, água, etc., que influenciam na qualidade do mel, as políticas do governo, as intervenções, a concorrência, o atravessador, etc.

7.1.1 Perfil dos apicultores da Bahia e Portugal

O perfil dos apicultores é um atributo importante para o bom desenvolvimento dos processos apícolas, que requer conhecimento e dedicação. Buscamos conhecer o perfil pessoal

– tempo na atividade, sexo, gênero, estado civil, faixa etária – e o perfil profissional, com relação à escolaridade e formação técnica.

Assim, no conjunto dos apicultores pesquisados na Bahia e Portugal mais de 50% têm mais de 9 anos na atividade. A maioria é do sexo masculino, com apenas 10,94% de mulheres na Bahia e 13,11%, em Portugal. Na Bahia, 59,7% são casados(as) e em Portugal, 72,6%. Registra-se 75% com filhos, tanto na Bahia quanto em Portugal.

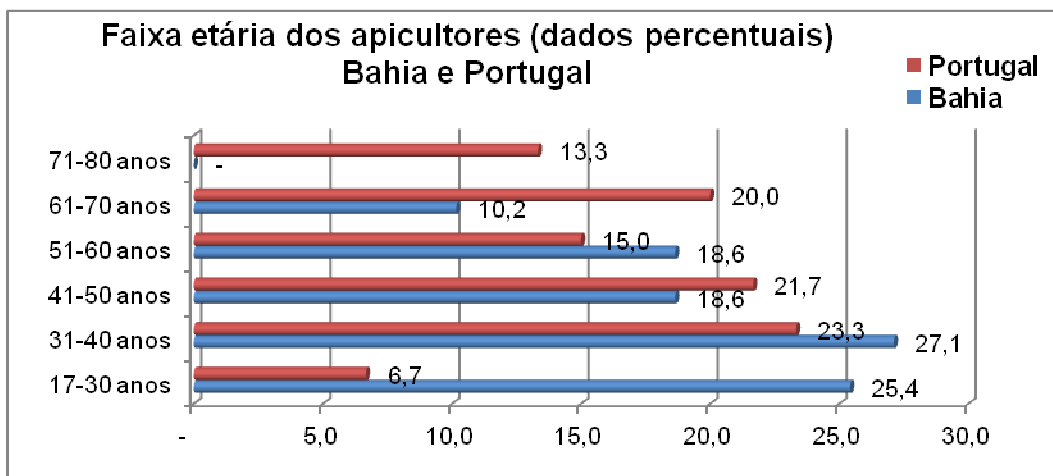
Esses dados, obtidos no inquérito, se aproximaram bastante dos dados constantes do Programa Apícola Nacional (PAN, 2011-2013), de Portugal e do Plano de Desenvolvimento da Apicultura, da Bahia. Observamos que esta atividade pode ser desenvolvida por mulheres e jovens, mas isto não está acontecendo. A quantidade de mulheres é mínima, talvez pelo temor de lidar com as abelhas.

7.1.1.1 Faixa etária

A maioria dos apicultores na **Bahia** (71,1%) está na faixa até os 50 anos, enquanto em **Portugal** 70% estão acima de 40 anos. A Bahia tem 28,8% de apicultores com mais de 50 anos e Portugal, 38,3%, destacando-se 13,3% com idade entre os 71 a 80 anos. A Bahia possui 52,5% de jovens na apicultura, até os 40 anos de idade, enquanto Portugal, somente 30% nessa faixa etária. Vide gráfico 1.

O reduzido percentual de jovens na apicultura, também diagnosticado pelo PAN 2011-2013, levou o governo português a criar política específica para inserção dos jovens na atividade, descrita adiante.

Gráfico 1 - Faixa etária dos apicultores (dados percentuais) na Bahia e Portugal

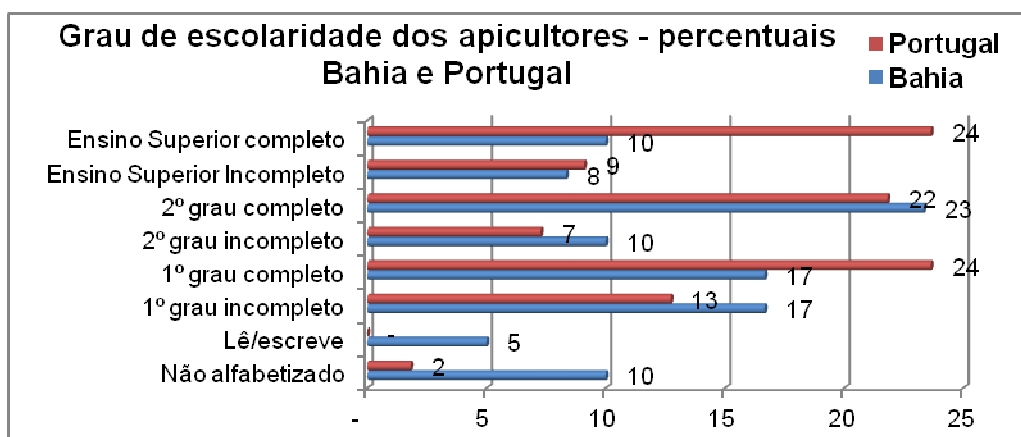


Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

7.1.1.2 Escolaridade dos apicultores

Com relação ao grau de escolaridade registra-se, na Bahia, quase 50% de apicultores com formação só até 1º grau completo (8ª série), e 15% não alfabetizados e que ‘só lê e escreve’. Em Portugal o percentual com o equivalente até 1º grau completo (8º ano) é de 39% e 2% não são alfabetizados. O percentual com ensino superior é maior em Portugal do que na Bahia, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos apicultores



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

A educação é um direito do cidadão e é preciso que o governo desenvolva ações mais efetivas para que este direito seja assegurado. A formação específica do apicultor é um fator de grande importância, pois influencia na qualidade do manejo e pode contribuir para a qualidade do produto, para o êxito da comercialização e a sustentabilidade do negócio. Esta questão deve ser considerada como prioritária no conjunto das políticas públicas para a apicultura.

7.1.1.3 Formação técnica dos apicultores

Sobre a formação profissional dos apicultores, na **Bahia** 70,3% dos entrevistados afirmaram ter o curso básico de apicultura e 13,5% afirmaram ter tido outras formações, enquanto que em **Portugal** o percentual foi de 36,07% com curso básico e 18 % com outras formações. Os dados da Bahia já parecem refletir a atuação das associações, com o apoio do Estado, na promoção de capacitação, em comparação com dados anteriores.

Entretanto, registamos a preocupação de gestores e apicultores sobre a necessidade de maior investimento na formação técnica do apicultor. Tanto na Bahia quanto em Portugal, os apicultores iniciam a atividade apícola a partir do aprendizado uns com os outros, ou vai adquirindo experiência a partir da própria prática. De acordo com diversos agentes entrevistados, essa situação começou a mudar com o trabalho das associações, mediante as políticas públicas para o setor, com investimentos na formação. Entretanto, notamos, também, que os apicultores que realmente estão interessados em se dedicar à apicultura, como principal fonte de renda buscam se profissionalizar e investem em formação neste sentido.

Na Bahia as organizações promovem cursos técnicos, como o básico de apicultura (média de 24 horas), Manejo, Manejo avançado e Boas práticas, mas carecem de um programa de capacitação que possibilite uma melhoria na gestão do negócio e nos diversos processos. Segundo o gestor da CECOAPI (entrevistado) esta é uma solicitação constante dos apicultores e eventualmente eles conseguem esse tipo de capacitação para os seus associados. Não desenvolvem outras capacitações visando à formação integral dos trabalhadores. Segundo ele, bem poucos tiveram oportunidade de participar de capacitação sobre gestão – às vezes conseguem algumas vagas nos cursos oferecidos pelo governo, mas são capacitações pontuais. Ele acredita que os cursos sobre gestão, associativismo e cooperativismo ajudariam na melhoria dos processos, mas não existe uma política de capacitação que atenda plenamente

essas demandas. Em geral a Associação promove a troca de experiências, pois sempre tem pessoas com boa capacidade técnica e muita experiência, que compartilham seu conhecimento com todos e também socializam o conhecimento após participação em eventos. O SEBRAE eventualmente dá ajuda financeira para a participação em congressos ou visitas técnicas e intercâmbio a outras experiências, mediante demanda relacionada pela CECOAPI.

Em **Portugal** as associações promovem treinamentos sobre manejo, qualidade da produção, técnicas de gerenciamento do apiário, higiene e qualidade, e orientações básicas. Mensalmente fazem reuniões, onde discutem os problemas relacionados ao manejo e qualidade do mel, principalmente sobre as doenças das abelhas. Em todas as reuniões a questão da doença das abelhas (varroa) é abordada, por ser um problema grave que requer a atenção constante de todos. Assim como na Bahia, também faltam outras capacitações.

Os depoimentos apontam que, nos dois países, mesmo com as capacitações promovidas, ainda existem muitos apicultores que não têm formação que propicie condições para que possam desenvolver um manejo adequado, plenamente dentro dos parâmetros de qualidade. Esse fato pode ser um agravante para os resultados da baixa produtividade. Precisaria de um plano de formação permanente, com ênfase na melhoria da qualidade.

7.1.2 Produção do mel na Bahia

Na Bahia, o técnico do SEBRAE entrevistado explica:

Para entender a apicultura em si e a filosofia do negócio apícola é preciso um claro entendimento sobre a cadeia produtiva do mel, indo do apicultor – capacitação, tanto humana quanto social, técnica, tecnológica, formando o capital produtivo – até o consumidor final, tendo em vista que os fluxos físicos saem do produtor, sua produção, até chegar ao consumidor final e o fluxo de informação e o financeiro partem do consumidor para o produtor, no sentido de obter sempre a informação do que se pretende do mercado, do consumidor (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

O processo de produção e comercialização do mel na Bahia apresenta vários problemas. Devido à falta de infraestrutura para o processamento, grande parte dos apicultores ainda colhe o mel e processa em sua própria residência, vendendo diretamente para o consumidor final em vasilhames tipo garrafa “pet” ou outros, que não são apropriados para mel (GESTORES, TÉCNICO MOC, SEBRAE, EBDA, 2011). De acordo com o técnico do Sebrae entrevistado, muitos apicultores ainda fazem o processamento ‘debaixo de tenda’ e leva para o entreposto para decantar.

Onde há Casa do Mel, a Associação é responsável pelo processamento e fica com 7% do mel, pelo serviço, para cobrir as despesas e o apicultor tem garantida a qualidade do processo. Aqueles apicultores que processam na Casa do Mel, tanto pode entregar o mel para comercialização, na sua Associação ou na própria Cooperativa, como pode vender para o Programa de Aquisição de Alimentos do governo, para o Programa de Alimentação Escolar, ou para o atravessador. Se eles vendem para os Programas de governo, produzem em sachês e conseguem um preço justo, mas só podem vender se atenderem aos requisitos burocráticos. Se vendem para o atravessador, este vai repassar para grandes compradores, que vai agregar valor ao produto e vender (TÉCNICOS MOC, SEBRAE, EBDA, 2011).

O mel entregue na cooperativa ‘singular’ é colocado em baldes e transportado para a CECOAPI para ser vendido para grandes distribuidores. Esse transporte tem que ser feito com os devidos cuidados, para manter a qualidade do mel.

O técnico do SEBRAE entrevistado diz que há muito apicultor familiar *informal* e alguns que, mesmo sendo cooperados querem vender um pouco de mel com o rotulo deles e não fortalecem a sua cooperativa. Ele explica que o modelo deveria ser:

Receber dos produtores, de forma individual ou através de cooperativa ou consórcio, selecionar, agro industrializar e comercializar. E fazer aporte tecnológico financeiro de assistência técnica e contratos de médio prazo com supridores, fornecedor de custeio e voltar para o mercado interno e externo. Nesse modelo, deve haver uma organização (empresa) "integradora", que pode ser uma cooperativa ou uma empresa âncora para comercializar (PESQUISA DIRETA, 2012).

Se esse modelo fosse adotado com a inserção de uma *empresa* âncora, estaria trazendo o **atravessador** para dentro da cadeia produtiva, possibilitando a esta empresa “integradora” a apropriação da mais-valia e o sistema cooperativo do mel continuaria subordinado ao mercado, sem muitas alternativas.

Esse modelo parece com o utilizado em Portugal, com o Agrupamento de Produtores, com a diferença que o agrupamento de produtores é formado por produtores locais. Isso merece uma discussão, no sentido de encontrar uma via que beneficie as cooperativas e com ênfase no desenvolvimento local sustentável.

Este técnico ressalta que a CECOAPI poderia ser essa “empresa âncora”. Entendemos que a CECOAPI, enquanto Central de Cooperativas, poderia se constituir em uma “cooperativa integradora”, dentro do espírito do cooperativismo, estruturada em uma rede, com todas as demais cooperativas unidas e coesas na direção do mesmo objetivo, funcionando dentro do modelo cooperativo. No presente momento esta Cooperativa não possui condições

de assumir esse papel com êxito, precisaria definir regras de gestão que garantissem sua autosustentabilidade, aliado ao apoio de toda a rede de cooperados.

Segundo este técnico do Sebrae, entrevistado:

A Bahia adotou modelo em que, uma ou duas famílias se juntam e colocam um apiário coletivo, mas muitos não querem, só querem trabalhar de forma individual. Aqueles que estão colocando estão bem, já fazem muita coisa coletiva hoje, estão melhores do que estavam seis anos atrás. Tem que ser um aprendizado para eles, que com o tempo vão ter uma melhor compreensão e os que vão chegando vão ter um modelo organizado. Nesse modelo adotado existe a figura do Agente Comunitário de Apicultura (ACA), que é muito importante, para dar assistência técnica e servir como elo na cadeia produtiva (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Esses Agentes Comunitários são pessoas da comunidade que recebem capacitação para dar assistência técnica diretamente nos apiários, juntamente com os técnicos contratados. São ‘multiplicadores’. Essa estratégia do ACA é importante porque envolve a comunidade no processo e, se for um jovem, já é uma forma de promover sua inserção na cadeia produtiva.

Esses apiários coletivos formam um *núcleo* de produção. Esses núcleos mandam o mel para cada cooperativa, no seu município, que envia para as cooperativas singulares. O papel da cooperativa singular é organizar a produção, através dos Agentes. As associações fazem a representação política local junto aos prefeitos, câmaras, etc. Esse é o modelo estratégico (TÉCNICO SEBRAE, 2011). Este técnico afirma:

Os núcleos podem ser ou não uma associação (hoje tem mais de 30). Quem organiza isso? Os núcleos não podem comercializar, mas eles acabam vendendo mel por fora. Falta uma atitude solidária. Quem devia botar ordem nisso era a Central de Cooperativas. O papel dela é o de comercializar e organizar a produção. Ela é a empresa âncora, recebe, seleciona e embala, dá aporte financeiro, tecnológico. Os Agentes ficam ligados aos núcleos, mesmo contratados pela Central. Esse sistema tem como principal base para dar certo um sistema de comunicação, cujo elo são os Agentes Comunitários. E é preciso mobilizar esse pessoal, com remuneração variável para incentivar. (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Como se pode perceber, há na Bahia, um modelo sendo implementado aos poucos com o apoio do governo e dos demais órgãos parceiros. Isso parece animar e incentivar os apicultores a produzirem, se capacitarem, se organizarem e a cooperarem. Percebemos, também, na fala desse técnico do Sebrae, o enfoque na Cooperativa como “empresa”. Ele acha que a Cooperativa deveria trabalhar como empresa, pensando no reinvestimento no negócio e atuando no modelo de cooperativa.

Sobre o processamento do mel, a Técnica da SUAF, entrevistada, diz que a Bahia está construindo pequenas Unidades de Beneficiamento nas localidades e Entrepasto nos municípios. Nas Unidades de Beneficiamento é onde vai ser extraído o produto, mas também

pode decantar, rotular, etc. “É a *Casa do Mel*. É um modelo diferente porque cada município tem sua política, a gente não pode obrigar que os municípios e as associações mandem sua produção toda pro entreposto” (TÉCNICA SUAF, 2011). Esta técnica afirma que o nosso cooperativismo não está pronto pra isso.

E a gestão desse entreposto? Teria que ter uma gestão bem amadurecida. No caso da COOAPIT, eles são amadurecidos a esse nível, mas tem municípios que não. E os municípios querem vender a sua produção na merenda escolar, querem comercializar sua produção ali, no mercado local. É por isso que no nosso projeto, para cada 10 Casas de Mel haverá um Entreposto, porque a idéia é que o produto seja vendido ali no local, o excedente é que vai em balde para o Entreposto, que faz a homogeneização desse mel, separa por cor, verifica preço e comercializa (TÉCNICA SUAF, 2011).

Esta técnica da SUAF, entrevistada, explica: “o desenho nosso é esse: para cada 50 apicultores vai haver um Agente Comunitário para prestar Assistência Técnica. É um projeto para 4 anos, os Agentes foram todos capacitados em georreferenciamento e já estão georeferenciando os apiários, para saber onde estão os apicultores e se há Casas de Mel suficientes para atender” (TÉCNICA SUAF, 2011).

O Gestor da CECOAPI informou que, até março/2013 já fez o georreferenciamento em 23 municípios “e isso está sendo de uma importância que não tem tamanho” (GESTOR CECOAPI, 2013).

Entendemos que, com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a CECOAPI estabelece um laço com os apicultores, conhece-os de perto, sabe onde estão, quais são seus problemas, suas demandas e isso pode até dificultar um pouco o acesso do atravessador.

7.1.3 Produção do mel em Portugal

Em Portugal, os apicultores fazem a colheita e processam em seu próprio espaço, onde fazem a desoperculação, centrifugação, a filtragem e o envasamento, colocam seu próprio rótulo, com sua identificação (código) e vendem no mercado. Ou então fazem a opção para vender ao intermediário ou ao Agrupamento de Produtores, para exportação.

Esse modelo é bem mais simples do que o praticado na Bahia, pois não há as mesmas exigências para certificação. Quando a quantidade produzida é até 500 kg, o próprio apicultor pode criar um rótulo, embalar e vender, sem burocracia, pois nesse limite de produção não há exigência de um “SIF” (uma Certificação), como ocorre na Bahia e o apicultor está isento de

impostos. A exigência é que coloque a sua identificação no rótulo – nome, endereço, telefone, porque ele é o responsável pela qualidade do mel. Entretanto, quando a produção ultrapassa o limite dos 500 kg, o apicultor já precisa pagar encargos sobre essa produção.

Um apicultor da APIMIL entrevistado diz que na sua região existem dois tipos de apicultores: aquele que possui uma Melaria (espaço para extração do mel) e aquele que possui uma Unidade Industrial, que não precisa ser grande e os padrões de venda são diferentes.

O técnico responsável pela Direção Geral de Veterinária (DGV), entrevistado, explica:

A única diferença que há entre uma Unidade de Produção Primária e a melaria que cada um tem na sua casa é que o estabelecimento tem que ter código de boas práticas. No estabelecimento tem que ter o HCCP (Hazard Analysis and Critical Control Points – Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controlo) implementado, tem que fazer as análises todas, ver quais são os pontos críticos que existem ao nível de extração do mel e tem que fazer as análises necessárias para vender um produto que tenha um número de controle veterinário que pode ir para qualquer país; que possa ser exportado (TÉCNICO DGV, 2012).

A DGV é o órgão do governo, responsável pela sanidade das abelhas. A Melaria, aqui descrita pelo técnico da DGV é a “Casa do Mel” que existe na Bahia. O gestor da APIMIL, entrevistado, diz que um estabelecimento pode exportar para qualquer país, pro mundo. Se for uma melaria só pode vender para o consumidor final e, isento, até 500 kg. “Essa Melaria pode ser de vários (compartilhada), mas nessa região ainda não existe essa situação.” (GESTOR APIMIL, 2012). Ele explica que hoje em dia quem ganha é quem tem uma melaria e pra isso “tem que haver um bom apicultor só na produção, tem que haver a fiscalização, tem que haver um investigador, porque nós cada vez mais temos que ligar as universidades a fazer investigação.” (GESTOR APIMIL, 2012). Salienta que, quando vai vender mel pra fora do país o controle é mais rigoroso, tem que atestar a qualidade. E custa muito chegar ao mercado externo. “Neste momento se trabalha com o mercado externo e quem quer vender vai ter que ter regra.” (GESTOR APIMIL, 2012).

Como já foi mencionado, nessa região não há Casas do Mel compartilhadas entre as associações pesquisadas em Portugal, exceto a de Bragança – a Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho, que dispõe de uma Unidade de Beneficiamento, uma boa infraestrutura para onde os apicultores levam o mel para o processamento (desoperculação, centrifugação e decantação) e também o envasamento e a comercialização, através do Agrupamento de Produtores de Mel do Parque. Lá eles fazem análise das amostras e comercializam através desse Agrupamento de Produtores, com o rótulo da Associação, fortalecendo sua marca. Esse Agrupamento também tem uma boa produção de subprodutos

derivados do mel e da cera, como sabonetes, velas, figuras de anjos, santos e Papai Noel, bebidas, etc., que asseguram um rendimento extra. Vide Figura 10.

Figura 10 - Produtos da Associação de Apicultores do Parque Nacional de Montesinho



Fonte: Pesquisa direta (2012).

Esse Agrupamento de Produtores pertence a um grupo de onze produtores e é administrado como empresa, não funcionando dentro dos moldes do cooperativismo. Os apicultores entrevistados em Portugal preferem trabalhar com Agrupamento porque dizem que assim eles não assumem riscos.

Os apicultores da APIMIL que desejam comercializar para grandes compradores (intermediários), a Associação ajuda na comercialização, fazendo contato com compradores, cabendo aos associados se unirem para vender o produto, pois esses compradores exigem grandes quantidades (GESTOR APIMIL, 2012). Entretanto, eles vendem o mel bruto e os compradores agregam valor para obterem melhor preço na comercialização.

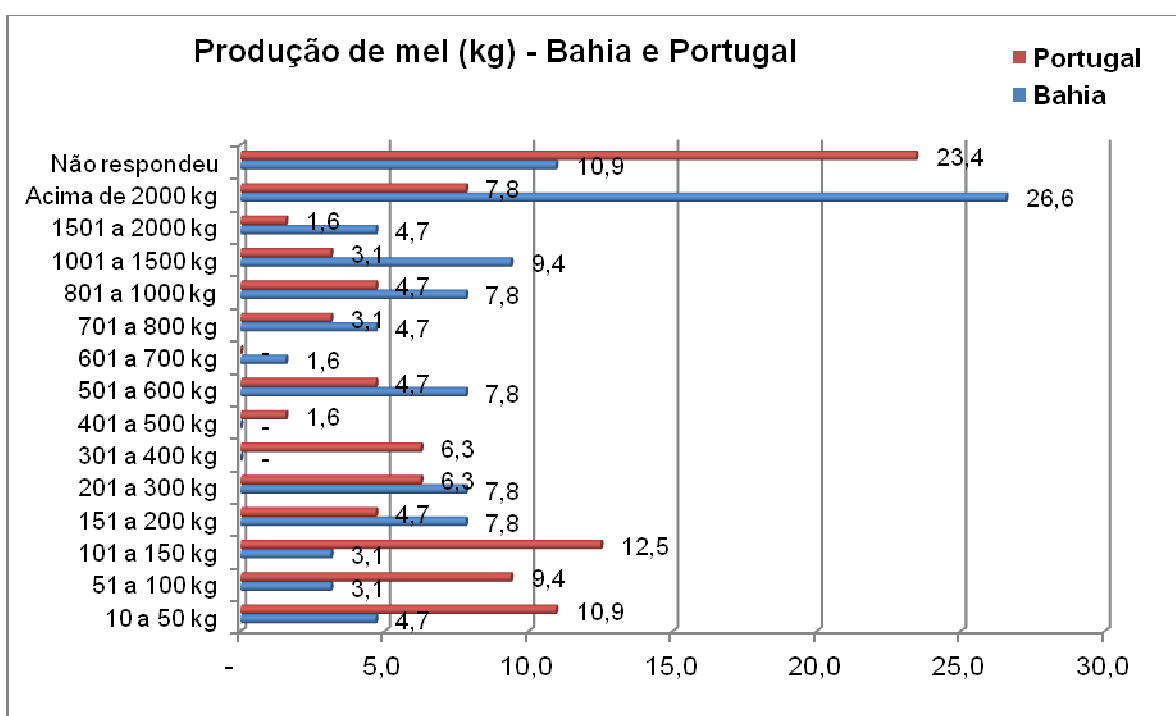
Observamos que, com a possibilidade de vender até 500 kg no mercado interno, com seu próprio rótulo, os apicultores de Portugal têm uma vantagem em relação aos apicultores da Bahia, conseguindo um rendimento maior do que se vendessem para intermediários. O fato dos méis de Portugal já possuírem Denominação de Origem também é uma grande vantagem.

Nesse país fizemos contato com outros apicultores, de outras regiões, que produzem bebidas, tipo o hidromel e outros subprodutos do mel. Eles obtêm boa receita com isso, mas não são associados a qualquer associação. São apicultores individuais. Com isso, percebemos que o mel é um bom negócio, pode dar bons resultados.

7.1.4 Comparação Bahia e Portugal

Comparando a produção de mel por apicultor, na região estudada na Bahia um percentual de 26,6% de apicultores baianos produz acima de 2.000 kg, enquanto que em Portugal somente 7,8% declararam essa produção. Na Bahia 21,9% produzem entre 700 a 2000 kg, enquanto que em Portugal o percentual é de 9,4%. Na Bahia 26,6% produzem até 300 kg, enquanto que em Portugal o percentual é de 43,8%, conforme gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - Produção de mel por apicultor: Bahia e Portugal



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

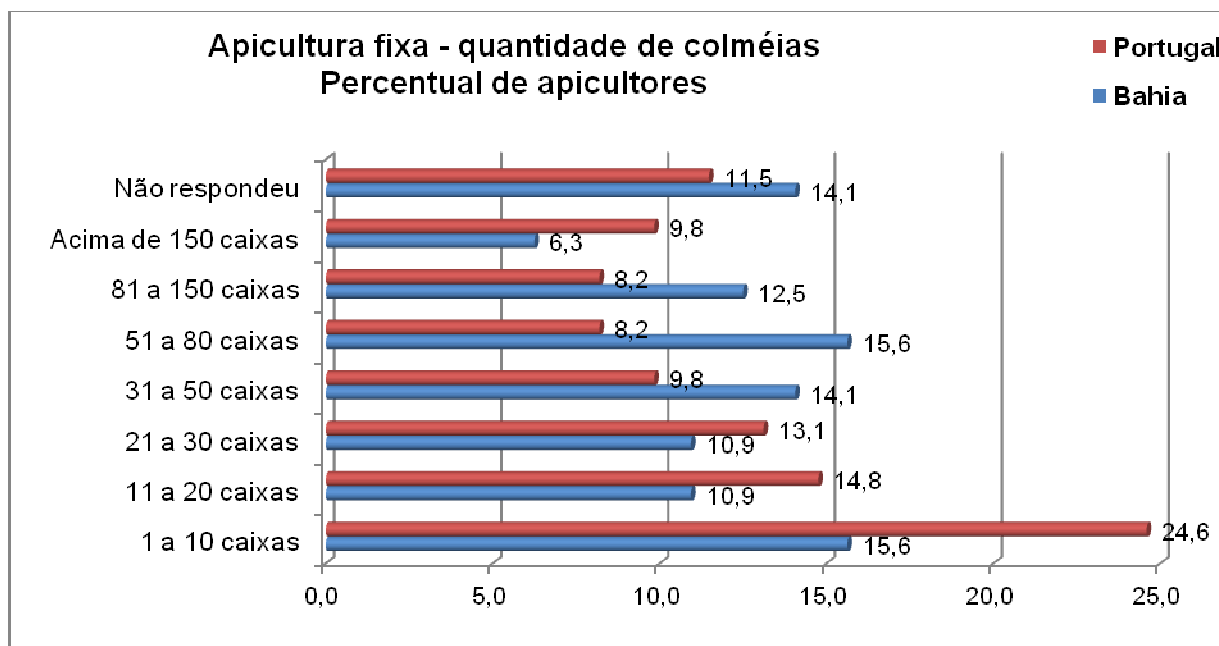
Assim, observamos que em Portugal a maioria dos apicultores (51,6%) afirma produzir até 500 kg, enquanto que na Bahia esse quantitativo é produzido por 26,6% dos apicultores. Ressaltamos que, com essa produção, não há viabilidade para assegurar a sustentabilidade do negócio (discutido adiante), possibilitando apenas que esta atividade seja desenvolvida como atividade complementar.

Na Bahia, o gestor da **COOAPI** diz que “não existe nenhum produto da agricultura que dê retorno igual ao mel, porque o custo benefício não tem comparação, nem ao peixe, nem ao gado, nada, nada. E o mais importante ainda é a manutenção do homem no campo” (GESTOR COOAPI, 2010).

A maioria dos apicultores, tanto na Bahia quanto em Portugal, nas áreas pesquisadas, realiza suas atividades, ou sozinhos ou com a ajuda de familiares não remunerados. Na Bahia cerca de 20% dos apicultores utilizam mão de obra de terceiros, temporária, em ocasiões que tenham necessidade de ajuda para a coleta (PESQUISA DIRETA, 2011).

Nos dois países predomina a apicultura fixa (apiários fixos num determinado local). Na Bahia, 51,5% dos apicultores pesquisados possuem um quantitativo de até 50 colméias, sendo que, entre estes, 37,4% possuem até 30 colméias. Em consonância com o que está descrito no Plano Apícola de Portugal, a maioria de apicultores pesquisados naquele país (52,5%) possui até 30 colméias. Observa-se que na Bahia 48,5% possui acima de 50 colméias, enquanto que em Portugal o percentual é de 37,5%. Vide gráfico 4.

Gráfico 4 - Apicultura fixa – quantidade de colméias por apicultor



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Acreditamos que esses dados em Portugal devem-se ao fato da maioria dos apicultores estarem na faixa de isenção, ou seja, o apicultor declara sua produção em um valor que esteja dentro do limite da isenção de impostos (até 500 kg) a que tem direito.

Tanto na Bahia quanto em Portugal 100% dos apicultores entrevistados produzem mel. Na Bahia, o técnico do MOC explica que o território explora exclusivamente o mel e que outros produtos das abelhas não são explorados porque falta estrutura, além de outros elementos como clima. Por exemplo, segundo ele, o Território do Sisal não tem condições (matéria prima) para produzir polén, com exceção de Monte Santo. Algumas áreas produzem

própolis, mas não exploram comercialmente. Ele diz que é preciso incentivar os apicultores a diversificar a produção de outros produtos, tipo cera, pólen, própolis, colméias, enxames. Segundo um apicultor entrevistado, somente a Associação de Apicultores de Ribeira do Amparo (AAPIRA) fornece serviço de polinização como fonte de renda, para uma grande empresa do agronegócio, uma plantação de melão, com quem eles negociam também a utilização do espaço para colocar seus apiários.

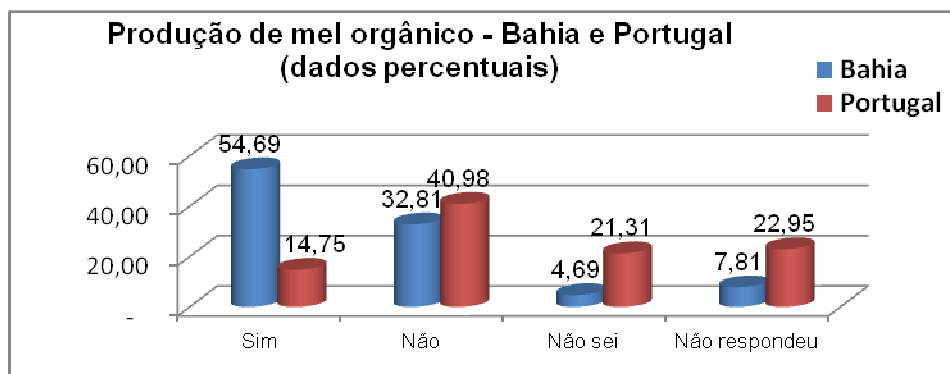
Com relação à possibilidade de produção do mel orgânico, um apicultor individual (médico veterinário) ressalta que não se tem a certificação de mel orgânico, porque o orgânico requer que o apiário esteja em um raio de 3 km com produção orgânica e não é possível controlar as abelhas. Ele diz que o mel pode ser considerado muito saudável porque a abelha controla a qualidade do mel com sua vida e, se tiver o veneno na flor, a abelha morre antes de chegar à colméia. Só contamina se jogar o veneno dentro da colméia.

O mel orgânico não é produzido nessa região, mas, segundo o técnico do SEBRAE entrevistado, na Chapada Diamantina, no Vale do Capão, existe uma associação que faz um trabalho com produção do mel orgânico (Flor Nativa), que é certificado e está havendo esforço de outros apicultores para a certificação de mel orgânico.

Segundo este técnico, a devastação da caatinga e a derrubada das capoeiras é algo que ocorre com frequência e é um fator que prejudica todo o ecossistema e, junto com a estiagem, se torna um grande problema para a apicultura. Os pequenos agricultores separam em sua propriedade espaço para o plantio de feijão, milho, etc., espaço para criação de animais (bovinos, ovinos e caprinos) e sobra pouco espaço (pasto apícola) para a criação de abelhas. Assim, a produção do mel ainda é pequena.

Na Bahia 54,69% dos apicultores dizem produzir mel orgânico e em Portugal, 14,75% afirmam isso, enquanto 21,31% (em Portugal) dizem não saber se produzem. Vide Gráfico 5.

Gráfico 5 - Produção do mel orgânico



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Esses apicultores da Bahia dizem produzir o mel orgânico porque estão em região de caatinga, que possui florada nativa, livre de agrotóxicos. Entretanto, esses méis não são certificados como orgânicos, pois os critérios de certificação para orgânico são muito rigorosos.

7.1.5 Produtividade

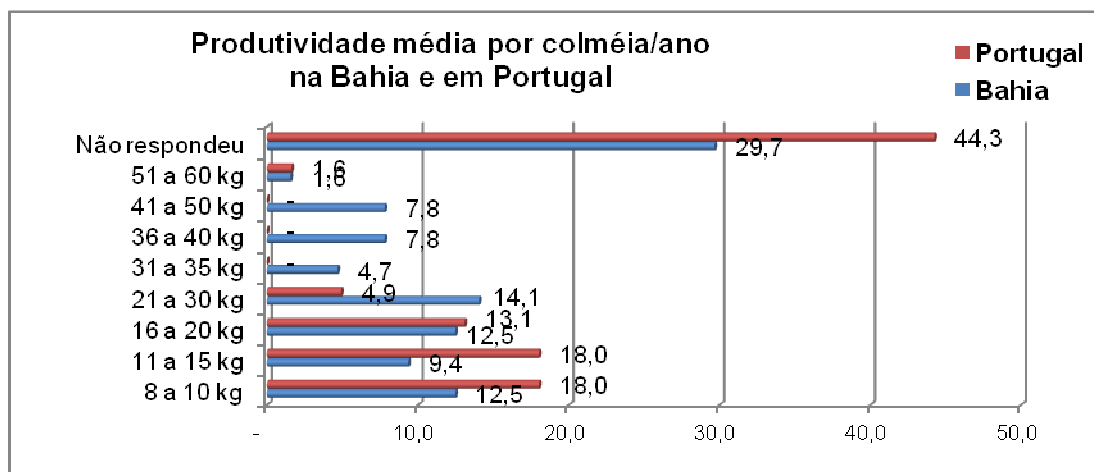
Comparando a produtividade média por colméia na Bahia e em Portugal, observamos que a Bahia registra, entre os entrevistados, um percentual de 18,3% dos apicultores com produtividade entre 31 a 50 kg, enquanto que entre os entrevistados em Portugal não aparece apicultores com essa produtividade. A Bahia registra, ainda, 21,9% de apicultores com a produtividade de até 15 kg por colméia (considerada baixa), enquanto Portugal, 36%. Com a produtividade entre 16 a 20 kg a Bahia aparece com 12,5% de apicultores e Portugal com 13,1% e, com produtividade entre 21 a 30 kg, a Bahia aparece com 14,1 % e Portugal com 4,9% dos apicultores.

Em síntese, no Plano Apícola da Bahia a produtividade média de todo o Estado é 17,1 kg/colméia/ano, enquanto na área em que efetuamos esta pesquisa a média é de 26,2 kg/colméia. Já em Portugal, no PAN 2011-2013 consta uma produtividade média, para o país, de 16 kg/colméia, enquanto na região pesquisada a produtividade média é de 16,7 kg/colméia. Resolvemos não inserir informações da zona de Bragança, haja vista que esta zona possui uma característica diferenciada, acima da média, mas é importante salientar que há apicultores, entre os entrevistados, com média acima de 20 kg por colméia nesse grupo

computado.

Segundo dados do PAN, outros fatores também contribuem para esses números, que é a praga que assola a apicultura em Portugal neste momento, a Varroa. A baixa produtividade observada em grande parte dos apiários, nas duas regiões, deve-se a questões relativas especialmente ao manejo. Vide gráfico 6.

Gráfico 6 - Produtividade média por colméia/ano



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Assim como em Bragança (Portugal), na Bahia há apicultores com produtividade acima dessa média. Um apicultor individual entrevistado (não cooperado), capitalista, afirma que a produção do mel depende muito do clima. Sua produção gira em torno de 45 kg de mel por ano, por colméia. “Estamos no Semiárido. Em média a produção é muito boa, porque tem muita insolação, o que é bom para as abelhas. Mas devido à estiagem, fica sem florada” (APICULTOR INDIVIDUAL, 2011). Ele explica que as plantas desenvolveram uma forma de melhorar sua produção, pois parece que há uma seleção natural e só sobrevivem porque o inseto faz a polinização, o que comprova a importância da abelha para a preservação da flora.

O técnico responsável pela DGV, entrevistado, salienta que Portugal tem grandes oportunidades para a boa produtividade na apicultura, especialmente pelas condições para méis monoflorais e flora silvestre melífera abundante e de qualidade.

Entendemos que a produtividade e rentabilidade estão associadas a um adequado manejo e cuidado com as abelhas, proveniente de uma boa formação do apicultor. Alguns dos entrevistados afirmam que, se o apicultor tem a sua atividade como complementar, ele não dá ao seu apiário a mesma atenção, que dá o apicultor que tem essa atividade como principal. Assim, é preciso investir na formação integral do apicultor, com ênfase no desenvolvimento

de processos educacionais emancipatórios, para que ele defenda os princípios da responsabilidade sócio-ambiental e pratique uma apicultura sustentável, com manejo correto.

7.1.6 Manejo e saúde das abelhas

O manejo é um fator de fundamental importância para a qualidade do mel, a segurança alimentar e a saúde das abelhas, além de incidir diretamente na rentabilidade do apicultor. Segundo vários agentes entrevistados, na Bahia, o manejo ainda é um grande problema, principalmente devido à falta de infraestrutura para a extração e processamento.

Diversos entrevistados, tanto na Bahia quanto em Portugal, afirmaram que ainda há pessoas colhendo mel sem manejo adequado, sem qualquer conceito de higiene e vendendo diretamente ao consumidor, em vasilhames inadequados e com impurezas. Os apicultores da Bahia denominam essas pessoas de “meleiros” e não os consideram apicultores. O gestor da AAPIT alerta que os meleiros matam as abelhas, pegam o favo, espreme e leva o mel para vender. Falta fiscalização e informação aos consumidores.

Entre os apicultores, a falta de condição para um manejo adequado é uma das grandes dificuldades vivenciadas, tanto na Bahia quanto em Portugal. Na Bahia faltam Unidades de Beneficiamento e isso se constitui no principal problema, pois em várias localidades alguns apicultores extraem o mel em suas casas ou a céu aberto, debaixo de uma árvore, o que pode comprometer seriamente a qualidade do mel.

Existem algumas Unidades de extração, geralmente nas associações, mas a distância dos locais de colheita até o processamento pode alterar a qualidade do mel, devido às condições de transporte, entre outras. Segundo o gestor da AAPIT entrevistado, às vezes o apicultor tem o ambiente limpo, adequado e não pode fazer a extração ali por causa da exigência legal, mas sujeita o mel a um transporte que pode contaminar, utilizando, para transportar o mel, veículo que transporta outros materiais.

Este gestor diz que, também a falta de chuva prejudica a apicultura e causa muitas perdas de enxames porque, como não é uma prática comum nessa região o apicultor fornecer alimentação para as abelhas no período crítico, elas abandonam os enxames, causando muitas perdas. Isso demonstra que o apicultor ainda precisa aprender mais sobre as abelhas, para realizar um bom manejo e cuidar melhor da saúde e alimentação da colmeia, pois a qualidade de vida das abelhas também é importante. Até março de 2013 a CECOAPI registrou 78% de perdas de enxames devido à falta de alimento para as abelhas, em decorrência da seca.

Se o apicultor tivesse consciência da importância da alimentação correta das abelhas e do prejuízo que isso gera para ele, desenvolveria ações neste sentido. Os apicultores mais experientes afirmam cuidar bem da alimentação das abelhas, deixando para elas uma reserva de mel e asseguram lucrar mais assim, devido à boa produtividade.

O manejo adequado é fundamental para a produtividade e melhora o lucro do apicultor. O gestor da AAMJ aponta como um ponto forte de sua região a produtividade média, que para alguns é de 30 Kg/colméia e isso se deve à qualificação profissional e orientação que vêm recebendo da CECOAPI, que resulta em um manejo adequado.

Na AAMJ alguns apicultores têm colméias no Raso da Catarina, região com grande diversidade de plantas melíferas, onde eles tiram mel orgânico, mas fica a uma distância de 50 km da Casa do Mel, o que já requer transporte e aumenta os custos. Para solucionar problemas desse tipo, o técnico do Sebrae entrevistado explica que se tentou o uso de uma unidade móvel de extração de mel para estimular a apicultura migratória, mas não deu certo, pois as pessoas dizem que dá trabalho, pois há lugares remotos. “Só há um veículo desses na Bahia, o custo foi de 40 mil reais, mas o pessoal continua fazendo colheita debaixo de tenda. Eles preferem a opção pelo que é mais fácil. Ainda não sentiram a necessidade da obrigatoriedade. Quando o mercado consumidor não mais comprar mel sem SIF, eles mudam de idéia” (TÉCNICO SEBRAE, 2011). Já os apicultores falaram que essa Unidade Móvel para a colheita não é utilizada e está abandonada devido ao custo de deslocamento desse veículo, que eles consideram inviável. O mapeamento dos apiários, que já está sendo feito pela Cecoapi será importante para direcionar a construção de Casas do Mel onde há apiários.

A maioria dos apicultores são micro-produtores, não possuem capital para investir e também podem não perceber a importância de boas práticas no manejo, para assegurar a qualidade do produto. Este é um fato que precisa ser analisado pelos órgãos que estão apoiando a apicultura. Este problema do manejo é muito sério e será discutido na conclusão.

Em **Portugal** também existe interesse das associações sobre melhor qualificação para o manejo. O gestor da APIMIL entrevistado entende que a produção e o manejo correto da rainha é uma estratégia importante para a associação e afeta todo o processo. Ele alerta: “Isso é um global, não esquecer que o raio de ação de umas colméias para as outras é muito significativo. Se um apicultor fizer muito bem um trabalho e do outro lado ninguém fizer, estraga tudo” (GESTOR APIMIL, 2012).

Um Apicultor da AAPNM entrevistado afirma:

A maior dificuldade dos apicultores da região, em grande parte dos problemas tem a ver com questões técnicas do manejo e com patologias, pois as doenças têm

dificultado o crescimento mais rápido e sustentável da própria atividade. Nós estamos sempre na corda bamba, sujeitos às questões ambientais, clima, etc.. Há anos bons e anos maus, este ano tivemos períodos muito adversos por causa do clima frio. A maior dificuldade é a sanidade das abelhas e a falta de formação para um manejo adequado. Na verdade, a falta de fiscalização. Se houvesse fiscalização e todos tratassem e vacinassem, a doença não se propagava tanto (APICULTOR AAPNM, 2012).

Este apicultor entende que há necessidade de capacitação para um manejo adequado, mas também de fiscalização para que os apicultores exercitem o seu papel no cumprimento dos procedimentos obrigatórios. Isto é importante e necessário na medida em que falta ao apicultor a consciência sobre a importância dessa obrigatoriedade. Portanto, aliado às medidas de verificação e controle, é fundamental que sejam promovidos seminários e/ou reuniões em que se forneçam informações e se discutam sobre a importância do manejo, para que o apicultor compreenda o seu papel e se sinta motivado a participar como protagonista nesse processo de mudança. Freire afirma que a motivação é resultado da ação e é consequência do reconhecimento da importância que aquilo lhe desperta (SHOR, 1986). Conseguir que o apicultor participe das reuniões é outra estratégia a ser desenvolvida.

A sanidade das abelhas é um sério problema em Portugal, devido à varroa, um ácaro ectoparasita que causa uma doença chamada varroose ou varroatose e que infesta as colônias de abelhas, podendo dizimar as colméias (PESQUISA DIRETA, 2012). Vide figura 11.

Figura 11- Varroa sobre uma larva de abelhas, sobre pupa e sobre abelha



Fonte: Google (2012).

Em decorrência desse problema, o governo português criou as Zonas Controladas e Não Controladas. O responsável pela DGV explica que as zonas controladas são zonas onde existem associações de apicultores que conseguem dar apoio total a todos os apicultores que estão na sua região, inclusive os não-associados. Ele ressalta que tem que haver um consenso em nível de localização e épocas de tratamento, pois se não houver uma ação concertada e vigilância, o que pode acontecer é que um apiário abandonado pode servir praticamente de

infestação a toda uma região, a toda uma zona controlada e assim, colocar por terra todo trabalho efetuado.

A Zona Controlada tem mais possibilidades de receber financiamentos e apoio do governo. O gestor da AAPNM diz que se o apicultor está numa Zona Controlada tem que declarar as abelhas que possui e a quantidade de colônias, utilizar os medicamentos duas vezes ao ano e realizar todos os procedimentos que o técnico da Associação orientar. “Ser Zona Controlada significa dizer que a população de varroa foi reduzida. Se a população de varroa aumenta muito, enfraquece de tal maneira as colméias que elas não produzem e morrem”. Ele explica que os medicamentos para a apicultura deverão estar sujeitos a receita médica veterinária e os tratamentos variam de 1 a 3 por ano, de acordo com as regiões.

A Associação de Apicultores do Entre-Minho e Lima (APIMIL) está numa zona ainda Não Controlada. O gestor diz que o combate à varroa depende de uma conscientização do grupo, para não contaminar os demais.

Interessa onde estão os apiários e como eles estão trabalhando. Se o apicultor quer ser ajudado tem que entrar nessa. No Algarve os apicultores já conseguiram 15 euros por colméia, pelo trabalho que fazem. Eu tenho duvidas sobre os números, muitos andam na clandestinidade, ninguém registra nada. A lei é de 2005, não é nova, mas não tem uma fiscalização. A DGV não faz isso, ninguém faz isso (GESTOR APIMIL, 2012).

Este gestor explica que a Zona Controlada tem prioridade e as mais antigas, mais prioridade que as mais recentes. “O objetivo é criar as zonas endêmicas, mas será preciso desenvolver outras ações, não pode ser só isso”. Ele também questiona os números e fala na necessidade de fiscalização por parte do governo.

O problema da varroa, em Portugal, dificulta o manejo e exige do apicultor permanente atenção à colméia, para controle da doença. Grande parte do tempo das reuniões que participamos foi utilizada para discutir o problema da varroa, pois esse é um problema sério, que mobiliza os apicultores para a solução e aumenta o custo do apiário.

O Brasil, em comparação com Portugal, está em uma situação muito positiva, devido à boa resistência das abelhas a doenças.

7.1.7 Qualidade do mel

A falta de formação do apicultor e de um bom manejo, bem como a falta de infraestrutura para o processamento pode afetar a qualidade do mel e, conseqüentemente, o seu rendimento. Na **Bahia**, para o técnico da EBDA entrevistado, o maior problema na qualidade do mel se dá devido à falta de infraestrutura, pois existem poucos estabelecimentos de beneficiamento do mel, conforme dito anteriormente.

O gestor da AAPIT entende que seria importante traçar um perfil do apicultor e ver as necessidades de todos – um diagnóstico sobre cada apiário, para se ter as demandas. Ele acha que a construção da Unidade de Extração do Mel vai ajudar nisso e defende que não se pode permitir a extração de mel fora dos espaços aprovados e fiscalizados, pois seria a contramão da profissionalização. E diz que as estradas vicinais são um grande problema, pela precariedade, aliado à distância entre apiários (várias colméias no mesmo pasto apícola).

O diagnóstico feito através do governo do Estado, sob a coordenação da SUAF e a construção coletiva dos Planos de Desenvolvimento da Apicultura contribuirão para a busca de soluções para os problemas do setor apícola na Bahia.

Em **Portugal**, o gestor da Associação de Apicultores do Norte de Portugal (AANP) explica que eles só aceitam produtos com qualidade. Ele diz

Antigamente o mel era de boa qualidade, mas eles não sabiam enfrascar. O mel é muito consistente, ficavam camadas de bolhas de mel no frasco. Se não souber fazer, na centrifugação pode ficar impurezas que contaminam o mel. E eles deixavam com impurezas. Felizmente hoje em dia já não acontece isso, graças às associações.

Sobre a inspeção da qualidade do mel, em Portugal, o médico veterinário, responsável pela Direção Geral de Veterinária (DGV) explica que há algumas exigências.

Nós temos um apicultor que tem 20 colméias e produz 400 kg de mel. Ele pode retirar esse mel, só tem que ter o código de boas práticas sanitárias de higiene. A melaria¹⁰ tem que estar registrada. O registro é feito através do numero do apicultor, que ele tem que afixar no rótulo. Tem que dizer: esse mel é produzido pelo apicultor numero tal, pode colocar o tipo de mel, monofloral, etc., região, e pode comercializar para o consumidor final, digamos, vender na estrada, cerca de 500 kg de mel. Tudo que seja superior a isso tem que entrar no estabelecimento, que tem que ter o numero de controle veterinário e tem que ter o HCCP¹¹ controlados. Há uma comunitária que essas situações de higiene do estabelecimento têm que estar muito bem definidas, o que tem que fazer, o que tem que registrar (TÉCNICO DGV, 2012).

¹⁰ Melaria ou Casa do Mel é a Unidade de Beneficiamento.

¹¹ Hazard Analysis and Critical Control Points – Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controle

O gestor da Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho (AAPNM) explica que depois das colheitas há apicultores que tiram o mel em casa seu espaço e levam para o Agrupamento de Produtores, para ser comercializado, mas eles só aceitam o produto mediante controle e se o mel estiver isento. Para isso, utilizam o laboratório da Escola Superior Agrária. A Associação comprou alguns aparelhos e estão no laboratório para prestar esse tipo de apoio também, não só aos associados, mas em nível nacional. É um laboratório que faz muita investigação, não só do mel, mas de azeite e cogumelos.

Esta estratégia de avaliar o mel no laboratório é essencial para eliminar o problema do manejo inadequado na extração do mel, tanto em Portugal quanto na Bahia.

Um apicultor da AAPNM falou que utiliza a Casa do Mel para o processamento, paga pelo serviço com uma percentagem do mel que produz e não gasta dinheiro, mas não quis falar em valores. Explicou que em sua região (Bragança) fazem uma a duas colheitas por ano.

No inverno passado foi necessário dar alimentação para as abelhas, mas nem todos os anos é preciso porque eu deixo mel para as abelhas e elas conseguem passar o período da invernada. Este ano foi muito complicado porque tivemos uma situação de primavera com temperaturas muito baixas, muito abaixo do normal e as flores não produziram néctar. Então tínhamos um campo cheio de flores e as abelhas a morrer de fome (APICULTOR AAPNM, 2012).

Ele diz que tem conhecimento, mas pouca experiência e às vezes não se apercebe logo do que está acontecendo e pode ter este tipo de contratempo, “mas de alguma maneira isso vai nos fortalecendo e dando mais conhecimento, porque já passamos por ele e no futuro já sabemos como reagir à mesma situação.” (TÉCNICO AAPNM, 2012).

Um apicultor da APIMIL, entrevistado, diz que

O custo dos equipamentos é alto, mas eu tenho uma centrifugadora manual, mesa desoperculadora e cuba inox para decantar. Não tenho o rótulo, mas vou fazer, tem que estar escrito “Mmel da Cabreira”. A Associação está pensando em fazer um rótulo igual para todos e só embaixo é que vem o nome e o código do apicultor, por região onde é produzido o mel. É obrigatório também o símbolo verde no rótulo. Custa 75 euros por ano só para o símbolo (APICULTOR APIMIL, 2012).

Este apicultor diz que seu método é artesanal, mas tem todos os cuidados necessários de higiene, porque é o responsável pelo produto. Afirma que gosta de estar associado e participa de todas as reuniões, apesar de ser distante de onde reside. Demonstrou bastante consciência sobre a importância das boas práticas e comprometimento com a qualidade do produto.

Percebemos que os apicultores têm consciência da responsabilidade de colocarem seu nome no rótulo. Eles dizem que são responsáveis por aquele produto – que é um alimento – e tem que estar tudo dentro dos padrões, para não lhes trazer problemas.

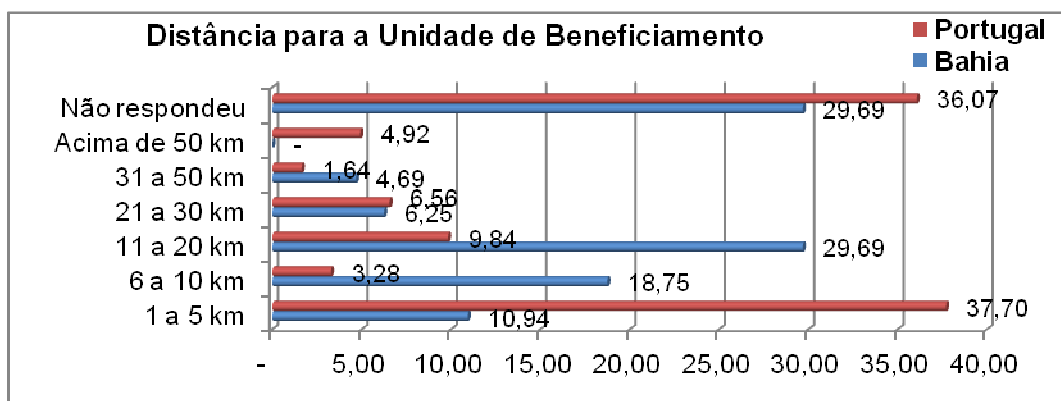
A qualidade do mel deve ser um objetivo das associações e para isso é preciso investir em capacitações para garantia de um manejo adequado, bem como buscar formas de assegurar a possibilidade de extração do mel em infraestrutura adequada.

A qualidade do mel deve ser um objetivo das associações e para isso é preciso investir em capacitações para garantia de um manejo adequado, bem como buscar formas de assegurar a possibilidade de extração do mel em infraestrutura adequada.

7.1.7.1 Distância para a Unidade de Beneficiamento

Aliado ao problema do manejo a questão da distância da colheita para a Unidade de Beneficiamento é um fator, percebido no estudo exploratório, que pode afetar a qualidade do mel. Sobre o problema da distância, na **Bahia**, 10,94% dos apicultores dizem estar situados entre 1 a 5 km da Unidade de Beneficiamento, 29,7% não responderam e 40,63%, acima de 10 km. Em **Portugal**, 37,7% dos apicultores dizem que estão entre 1 a 5 km, 36% não responderam e apenas 6,56%, acima de 30 km. Vide gráfico 7.

Gráfico 7 - Distância para a Unidade de Beneficiamento



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Na **Bahia**, a distância do local de colheita para o local de processamento é um grande problema para os apicultores, porque a estrutura física, bem como a aquisição dos equipamentos para montar a infraestrutura custa muito caro e eles precisam utilizar a estrutura da associação, que geralmente fica distante do local de colheita.

Segundo a técnica da SUAF entrevistada (2013), o trabalho de georreferenciamento que vem sendo feito pela CECOAPI está sendo de grande utilidade e esse problema da distância não poderá mais ocorrer, porque a construção das novas Casas do Mel está sendo feita com base nas informações levantadas e na discussão com os apicultores da região.

Em **Portugal**, um percentual muito reduzido (4,92%) afirma estar a uma distância acima de 50 km da Unidade de Beneficiamento. Alguns reclamam da distância para as reuniões. Um apicultor da APIMIL entrevistado diz que quando começou na apicultura só depois de um ano é que ‘começou a andar’ e se associou. Ele acha que a maior dificuldade que vivencia como apicultor é a distância para a formação, “mas a Associação vai começar a dar a formação no terreno. Vai ter curso de formação, desde o básico até criação de rainhas, para todos os sócios, senão sem formação é complicado para os apicultores. Na prática, se vem algum técnico e explica como se faz, é melhor” (TÉCNICO APICULTOR APIMIL, 2012). Ele tem uma produtividade média de 15 kg por colméia, devido aos problemas enfrentados, principalmente a varroa, pois a doença interfere no tempo de vida das abelhas.

A compreensão desse contexto e da importância de cada fator foi muito importante neste trabalho, pois tudo está relacionado e pode comprometer a qualidade do produto e o rendimento do apicultor.

7.1.8 Comercialização

A comercialização do mel é o objetivo maior de todos os apicultores. Todos querem vender e obter bom rendimento. É nesta fase da cadeia produtiva que as organizações sociais interagem com o mercado, tentando conseguir um preço melhor para o seu produto. E esta é a fase onde os apicultores sentem mais necessidade do trabalho cooperado.

A maioria dos pequenos apicultores, tanto na Bahia quanto em Portugal, nas regiões estudadas, afirmaram que vendem todo mel que produzem, não têm dificuldade de comercializar, pois atualmente a demanda pelos produtos da apicultura é muito grande. Entretanto, aqueles apicultores que produzem grandes quantidades precisam vender para grandes compradores. Neste caso, eles devem lidar com as características do mercado, especialmente o mercado internacional.

7.1.8.1 Comercialização na Bahia

O técnico do Sebrae, entrevistado, explica que a característica dos canais de comercialização é: pequeno varejo, grande varejo e investidor atacadista. A idéia deste técnico é das cooperativas entrarem no mercado com a visão de capitalistas, para concorrerem de igual para igual, buscando centrar na redução de preço.

O mercado internacional tem poucos compradores, uns 12 ou 15, que vendem para 6 grandes cadeias de supermercados do mundo. Esses clientes definem a tendência para o ano e o tipo de mel que desejam. Esses 12 dão a ordem para o mundo todo, então o mel sobe de preço. Isso é uma variável endógena, e não se controla o preço, porque é o mercado mundial quem dita as regras. Os fatores que influenciam a frequência de consumo são: “preço, preço, preço e depois vem a qualidade. Não tem marca, é procurado pelo preço. O melhor para a saúde é o escuro, mas o consumidor prefere o claro, pela falta de hábito de consumo, falta de informação sobre o produto, falta de marketing. As cooperativas deveriam contratar uma figura que seja um distribuidor atacadista e ganhar percentual dessas vendas. A recomendação do SEBRAE é essa porque elas não têm capital para isso. A maior estratégia é a de primeiro preço – vender a preço menor do que o concorrente, porque tem que ganhar na escala. E no mercado internacional o grande problema é que o pedido mínimo é de 10 toneladas. Tem que ter muito capital de giro. O mel da Bahia vai, em sua maior parte, para São Paulo, depois Paraná e Ceará. São poucos compradores que compram para exportar. Os produtos saem como originário de lá e isso distorce os dados. Por isso o sSul aparece como primeiro produtor (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Este técnico entende que “a Central deveria adotar a estratégia de vender pelo primeiro preço e se eles quiserem avançarão muito. Falta visão, mas isso vai acontecer, porque boa parte dos cooperados vive da apicultura e está ganhando dinheiro. A idéia é segmentar e eles estão optando por produzir o mel popular” (TÉCNICO SEBRAE, 2011). Este técnico não recomenda ninguém a fazer exportação, pois hoje só tem 12 compradores no mundo todo, pra vender para umas 6 redes e a tendência é que os mais competitivos comprem dos menos competitivos. Ele afirma que hoje há na Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (ABEMEL) uns 14 ou 15 produtores, mas estão exportando muito pouco. Entende que é preciso identificar estratégias mais adequadas e cita como exemplo empresa especializada em mel *Premium*, de laranjeira, para exportação.

Este técnico afirma que o mel é um bom negócio. Exemplo disso são os entrepostos privados no Território Portal do Sertão.

Existem dois entrepostos estaduais com SIF em Feira de Santana, que são grandes compradores. As cooperativas vendem mais para o entreposto nacional. Normalmente o atravessador compra direto do apicultor. Os níveis de estrutura de comercialização de mel, ideal como estratégia é o produtor entregar para o varejo, ou diretamente para o atacadista. Quem deve fazer direto é a Cooperativa Central. Quando fraciona tem que trabalhar com nicho e marketing. (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Como podemos perceber, o mercado do mel consiste em disputa entre grandes empresas. O técnico do MOC entrevistado explica que a CECOAPI não exporta diretamente, vende para empresas de outros Estados, que agregam valor ao mel e exportam. Ele diz que “a Cooperativa acaba fazendo um papel de atravessador também e esse é um caminho que precisa ser quebrado, ser vencido” (TÉCNICO MOC, 2011).

Na comercialização com grandes compradores, conforme já abordado, há exigência por quantidades muito grandes do produto e, com os próprios apicultores entregando o mel para atravessadores, a Cooperativa Central perde a força de competir dessa forma, tendo que vender para empresas intermediárias.

Os apicultores não estão fortalecendo sua entidade ao entregar o mel para o atravessador e é preciso entender esse processo. O pequeno apicultor vende para o atravessador porque no dia da feira ele leva um balde de mel para a cooperativa, precisando do dinheiro para fazer sua feira e a cooperativa não tem o dinheiro para pagar à vista. Daí ele vende para o atravessador, que estipula o preço e ele acaba vendendo até mais barato. A cooperativa teria que ter um fundo de reserva para comprar desses pequenos apicultores (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Este técnico explica que “o lucro que o atravessador tem é pra ele, para sua subsistência, então ele se entrega de corpo e alma pra fazer isso, busca criar laços com o apicultor, que prefere vender a 3 reais para o atravessador, porque paga à vista, do que esperar pra receber depois, mesmo que seja um valor maior” (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Na fala deste técnico percebemos que há uma concepção de que o trabalho individual gera maior compromisso e dedicação ‘de corpo e alma’ do que o trabalho em que os resultados serão compartilhados. Não contestamos sua veracidade, mas esse paradigma precisa ser discutido e substituído por outro, pelo paradigma da economia solidária.

O problema da não entrega do mel para a cooperativa, passa primeiramente pela questão da consciência do apicultor cooperado, como também pela capacidade da cooperativa se estruturar para ter um fundo de reserva que possibilite remunerar os pequenos apicultores, que não podem esperar para receber depois, por uma questão de sobrevivência.

Sobre esse processo, o gestor da COOAPIT, entrevistado, explica que o apicultor entrega o seu mel na cooperativa singular, esta faz uma parte do processamento e envia para a Central. Quando a CECOAPI vende, transfere o valor para a conta da cooperativa ‘singular’, que repassa para os apicultores. A cooperativa singular recebe uma taxa de 15 centavos e a CECOAPI, 05 centavos. Esses 20 centavos que o apicultor deixa na entidade é para as cooperativas se manterem. O gestor da COOAPIT ressalta que sempre procura conscientizar o pessoal que deve levar em conta que está vendendo o mel a R\$ 3,35. Recebe R\$ 3,15 porque

está deixando uma taxa para ajudar a manter a SUA cooperativa. Ele diz que muitas pessoas não têm essa consciência e isso dificulta o associativismo.

Uma apicultora desta cooperativa, entrevistada, afirma: “eu tô deixando 20 centavos pra sustentar e apoiar minhas entidades, que é minha, sabe, que é eu que trabalho nela. Tô pagando os serviços e os funcionários com isso” (APICULTORA COOAPIT, 2011).

O gestor da COOAPIT afirma que “essa consciência muitos não têm e não repassam o mel, mas muitos têm e o pessoal aqui graças a Deus eles entregam bem o mel, eles têm essa consciência. Mas deu trabalho pra chegar nesse nível” (GESTOR COOAPIT, 2011). Ele apresenta um resumo da situação em 2010, explicando que o total produzido de mel, que passou pelo controle da Cooperativa foi 106 toneladas (106.111 kg). Ele diz que 2010 foi um bom ano, pois o preço variou até 3,90. Explica que o preço varia de acordo com a cor do mel e com o aperto da empresa compradora, por mel. Das 106 toneladas processadas pela AAPIT, o apicultor retirou somente 6 toneladas, todo o restante foi comercializado pela COOAPIT. Ou seja, o apicultor só tirou cerca de 6% do mel, pra levar para a casa dele, amigos, etc., 94% ficou na cooperativa para comercializar.

Nós, graças a Deus estamos de parabéns, porque pelo conhecimento que eu vejo aí, não existe isso nas outras cooperativas e esse trabalho todo feito dessa forma, vendido ao melhor preço que se consegue, vai pro produtor, só tira os 20 centavos, coisa que praticamente ninguém faz. É isso que eu estava mostrando para o pessoal aqui, graças a Deus, por isso que aqui em Tucano a COOAPIT melhorou muito. As outras cooperativas funcionam, eu sei, a Cooperativa “tal”, lá as pessoas são boas, bom desempenho e tudo, mas uma grande parte do mel eles não trabalham assim como cooperativa, eles compram o mel. Se eu sou presidente da Cooperativa, e dona Jacira chega com o mel dela pra vender, aí a cooperativa compra o mel? A cooperativa não é pra comprar mel, a cooperativa é pra valorizar a produção e vender. Se a cooperativa tiver dinheiro ela pode dar um adiantamento e quando a gente tem aqui a gente faz isso, dá um adiantamento, depois faz a conta e vê o preço que vendeu, faz a conta e paga o restante. Às vezes a gente faz isso quando tem dinheiro. Agora, se dona Jacira chegar pra me vender, eu como diretor de cooperativa, se eu for comprar, com a preocupação na minha entidade, eu vou ter que baixar o preço o máximo possível, pra que não dê prejuízo à Cooperativa, pra ganhar dinheiro. Se eu for baixar o preço, eu vou explorar dona Jacira. Então, se eu fizer isso, tô virando atravessador do mesmo jeito. A cooperativa é uma atravessadora do mesmo jeito, vai explorar o produtor, porque o diretor não vai querer dar prejuízo à cooperativa (GESTOR COOAPIT, 2011).

A apicultora da COOAPIT, entrevistada, diz: “se alguém me perguntar, a cooperativa compra mel de quanto? A cooperativa não compra mel”. Esse depoimento evidencia o pensamento cooperativista compartilhado por esse gestor e fica claro, também, que isso não é um comportamento generalizado, pois, segundo esses depoimentos, há cooperativas que funcionam no modelo capitalista.

Por outro lado, esse comportamento cooperativista faz com que a Associação e a Cooperativa fiquem sem capital de giro. O gestor da AAPIT diz que os 7% de mel que recebe com o trabalho de processamento feito pela Associação, só dá para as despesas e para manter a estrutura, mas não sobra para capital de giro. As demais associações pesquisadas na Bahia praticam o mesmo percentual e também não possuem capital de giro.

Ao ser questionado sobre a entrega do mel para o atravessador, os apicultores de determinada associação alegaram que R\$ 0,20 por kg de mel, em uma grande quantidade, representa uma boa quantia em dinheiro. Além disso, os atravessadores pagam mais e a vista.

Segundo o técnico do Sebrae entrevistado:

Esse é um problema para as Cooperativas, mas por outro lado, o atravessador acaba sendo um mal necessário, porque senão os apicultores nem produziriam porque não teriam para quem vender. Normalmente essas pessoas ‘vendem o almoço para pagar o jantar’. O que acontece é que a maioria faz apicultura como ‘atividade complementar’ e tem alguma exceção que se desenvolve. Se todos entregassem o mel e esperassem 90 dias pra receber, a cooperativa poderia até exportar e seria fortalecida. Os cooperados teriam que entregar o produto sem receber nada para fazer o giro, mas eles não entregam e isso enfraquece a cooperativa. Isso acontece, não pela falta de confiança do cooperado na cooperativa, mas pela necessidade financeira dele. Mas se a Cooperativa souber fazer, Banco do Nordeste e Banco do Brasil têm capital pra isso, é preciso que eles percebam isso. De vez em quando são socorridos pela Fundação Banco do Brasil (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

Como podemos perceber na fala deste técnico, os micro-produtores na região fazem apicultura como atividade complementar, para a qual eles não dedicam grande parte do seu tempo e, conseqüentemente, podem não ter os mesmos cuidados que o apicultor ‘profissional’. Como consequência, obtêm baixa produtividade e pouco retorno financeiro sobre seu trabalho, o qual não representa muito para as suas necessidades de subsistência. Assim, para esses apicultores, a atividade contribui para melhorar um pouco sua condição financeira, mas não lhes garante sustentabilidade.

A questão é: como fortalecer a Central de Cooperativas com enfoque na agregação de valor e na melhoria do rendimento com o mel? Se a Central de Cooperativas só vende o mel bruto, então quem compra vai agregar valor e ganhar. Sobre isso, o Superintendente da SUAF entrevistado explica:

Hoje 80% do nosso mel é comercializado da forma como é extraído das Casas do Mel. E as empresas de São Paulo e Paraná normalmente compram esse mel aqui e exporta. Inclusive isso é contabilizado na pauta dos outros Estados como produção de lá. E isso ainda acontece. A gente tem que agregar valor, sim, a gente já faz um pouco disso, mas a gente também tem que ter determinados cuidados. Então, por exemplo, nós já passamos da fase da venda do mel bruto, no litro. Nós hoje já vendemos em bisnaga, em sachê, potes. Já tem outras possibilidades que tá saindo cada vez mais do mel em balde de 20 kg, que vai pra fora do Estado. Mas ainda não chegamos na fase da gente produzir pão de mel, shampoo de mel, geléia de mel,

produtos derivados do mel. Esse é o novo desafio. Gerar valor agregado para além da embalagem. Porque hoje a gente já agrega valor com as embalagens qualificadas, em bisnaga, em sachê, etc., mas a gente tem que dar o salto para vender a produção em outro tipo de produto que o mercado tá em franca expansão (SUPERINTENDENTE SUAF, 2013).

Acreditamos que a emancipação econômica dos apicultores (de modo geral) dependerá, também, da emancipação econômica da CECOAPI porque, enquanto a CECOAPI estiver sem autonomia e sem condições para produzir novos produtos, diversificar a produção e comercializar seu produto, também ficará difícil a emancipação econômica dos produtores.

Questionado se será possível a exportação ser feita diretamente pela CECOAPI, o Superintendente da SUAF diz:

Ainda não, porque a produção é pequena e em comparação com o que produz São Paulo e Paraná é quase nada. Então, os canais de escoamento hoje, para você montar um container, para vender, dá mais condição disso ser feito lá pelo povo de Paranaguá. A gente pode fazer isso por Salvador? Pode. Agora, primeiro a gente tem que ter uma produção maior. Então, o que é que vem primeiro? Primeiro você vende em larga escala ou produz em larga escala? Tem que vender. Então nós achamos que até essas próprias empresas compradoras do Paraná e de São Paulo, na medida em que eles enxergarem possibilidades deles montarem saídas e containers, etc., pelo Porto da Bahia, a logística vai estar muito mais atraente para que essas empresas compradoras e exportadoras se instalem na Bahia. Como hoje já tem uma filial delas no Piauí e outra no Ceará, porque eles enxergaram potencial de mercado, se implantaram lá e hoje, por exemplo, a produção de mel do Ceará não sai mais por Paranaguá, ela sai lá por Pecém. A produção de mel do Piauí também tá saindo por Pecém. Mas a Bahia infelizmente há ainda esse vínculo dos compradores de Paraná e de São Paulo com a nossa produção aqui (SUPERINTENDENTE SUAF, 2013).

Novamente percebemos a dificuldade de inserção das associações no mercado capitalista, devido a esse mercado peculiar do mel, que exige bastante quantidade. Essa necessidade de grandes quantidades é justamente para reduzir o custo de logística e transporte. Questionado se, ao invés de uma empresa exportadora vir se estabelecer na Bahia, não seria melhor oferecer condições para fortalecer a CECOAPI para que seja exportadora o Superintendente da SUAF, entrevistado, explica:

Claro que sim, agora a gente tem que ter muito cuidado quando a fala em substituir o intermediário, substituir o atravessador. Há momentos e há condições em que o intermediário e o atravessador... ele é uma figura importante na cadeia produtiva. Tem casos que, sem a presença deles nós teríamos sérios riscos de sustentabilidade de preço. Então às vezes a gente substitui o intermediário e o nosso custo de logística é maior que o dele, porque nem sempre o intermediário ganha explorando o produtor. Às vezes ele ganha na escala. Ele ganha porque ele conhece o mercado, ele ganha porque ele tem uma logística mais barata e às vezes a gente vai substituir isso e a gente não substitui com a mesma eficiência, ele já tem todo o canal de venda, já tem todo o canal de distribuição montado lá fora e ninguém vai fazer exportação para a CECOAPI, para uma cooperativa nossa de graça. Só o fato da gente se anexar por exemplo a uma empresa exportadora, de cara já tem o pagamento pelo serviço dela que gira em torno de 10 a 15%, então a gente tem que entender a cadeia

produtiva, mas a gente tem que observar onde é que tá o tamanho da cadeia produtiva e onde é que o intermediário atua nela e quanto é que ele retira de valor que poderia tá na mão da cooperativa ou do apicultor pra gente não entrar também numa impressão muito grande de que o intermediário é o grande vilão do processo, muitas vezes ele é benéfico. Não sempre, mas vale a pena a gente analisar pra saber que fatia do preço do produto é que está ficando com ele.

Este é um raciocínio lógico, se considerarmos que a situação vai continuar desta forma e que as cooperativas não possuirão condições de exportar. Entretanto, se for aproveitado o atual momento, em que há muita possibilidade de crescimento do mercado interno, com estratégias direcionadas para outra perspectiva, pode haver possibilidade de grande parte do mel produzido, abastecer o próprio mercado, obtendo-se melhor rendimento. Aliado a isso, as cooperativas deveriam ter apoio na gestão e políticas públicas direcionadas para fortalecimento da cadeia em todas as etapas, inclusive com apoio nos períodos de entressafra, para não haver perdas e enfraquecimento de enxame. A diversificação da produção também é outra estratégia, bem como a industrialização de subprodutos oriundos das abelhas.

Seria importante avaliar as dificuldades vivenciadas pela Casa Apis, para desenvolver estratégias diferenciadas junto à CECOAPI.

O Superintendente da SUAF afirmou que o governo está investindo em campanhas de divulgação, a partir de maio 2013, para estimular o consumo de mel como alimento. Isso é importante e vem atender a uma necessidade, também detectada neste trabalho.

Os apicultores poderiam melhorar seu rendimento se pudessem vender diretamente ao consumidor final. O gestor da COOAPI diz que o mel é vendido ao consumidor a 10 reais e seria ótimo se as associações tivessem condições de vender diretamente ao consumidor, mas não têm, justamente pela falta de estrutura.

O técnico do MOC, entrevistado, fala que, se o apicultor vender 1 litro de mel, individualmente (1,4 kg) diretamente ao consumidor final, ganha R\$ 10,00, mas se ele entregar para a Cooperativa ou para o atravessador, ele recebe de R\$ 3,50 a R\$ 4,00. Alguns apicultores acham vantagem vender individualmente, porque ganham mais e só entregam na cooperativa quando têm uma grande produção e não têm comprador. Só que esse comportamento acaba fragilizando a cooperativa. Este técnico diz que “eles não entendem esse processo cooperativo todo, de retorno, porque na verdade são pessoas que já passaram por experiências com organizações que usaram de má fé e hoje eles ficam com desconfiança, com receio de entregar o mel e não receber”.

O técnico do Sebrae, entrevistado, diz que na Bahia não se trabalha com comércio ético e solidário (*Fair Trade*), quem trabalha com isso é Suplicio Mendes e Casa Apis, que é o

maior entreposto do Brasil e fica em Picos, Piauí. O pesquisador da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) entrevistado salienta que não há um modelo, um desenho de mercado solidário, ou popular, entre as cooperativas, o que há é o mercado capitalista. Também pudemos perceber que não há entre os apicultores esse conhecimento.

Diante disso, entendemos ser de grande valia a discussão dessas organizações sociais sobre a possibilidade de sua inserção na Economia Solidária para buscarem formas de participação no Comércio Justo. Elas não estão cadastradas junto à SENAES.

Os apicultores vivenciam muitas dificuldades e vivem dispersos e distantes uns dos outros, só se encontrando para discutir seus problemas nas reuniões mensais. Ainda não despertaram para esta possibilidade alternativa ao mercado capitalista e nem conhecem o processo.

7.1.8.2 Comercialização em Portugal

Em Portugal a maioria dos apicultores vende o mel diretamente ao consumidor, já envasado, com seu próprio rótulo, o que agrega mais valor ao produto e propicia maior rendimento. Os apicultores que produzem maior quantidade vendem os 500 kg em vasilhames com rótulo e o excedente, a grandes compradores. Alguns exportam, mas para isso eles se juntam informalmente com outros produtores, para terem quantidade pra vender para grandes compradores exportadores. Entretanto, dizem que gostariam de exportar diretamente, mas não possuem estrutura para isso. Essa situação já não ocorre com os apicultores da AAPNM, em Bragança, pois lá existe o Agrupamento de Produtores, que exporta para a Espanha e vários outros países.

O coordenador da DGV, entrevistado, salienta:

Há reduzida expressão das organizações do setor ao nível da comercialização e pouca interferência em termos de capacidade negocial (fraca concentração da oferta); venda a granel como forma mais frequente de transação, com a conseqüente perda de mais valia por parte dos apicultores e das suas organizações – mais valias recolhidas diretamente por redes de embaladores intermediários, exteriores ao setor (TÉCNICO DGV, 2012).

Este Coordenador da DGV diz que “em Portugal, somente paga impostos quem tiver certa rentabilidade. Portanto, quem tiver uma renda superior ao ordenado mínimo nacional é quem paga impostos, porque até aí está isento. E se para aumentar a receita tiver despesas, vai

diminuir naquilo que vai ter que pagar” (TÉCNICO DGV, 2012).

O mercado comprador exige quantidade. Um apicultor da APIMIL entrevistado, explica:

Em Bragança, lá em Montesinho, na Casa do Mel eles extraem 80 a 90 toneladas de mel. Não é nada, é zero isso. Eles fazem subprodutos, têm um bom mercado. Também, é o Presidente da Federação, tem articulação com a comunidade europeia. As cooperativas e associações funcionam como funcionam, cada uma tem que se resolver a si. É preciso ter capacidade para ter muita quantidade. Temos no Minho uma pessoa com quem trabalhamos em termos de material aqui na Galiza, capaz de movimentar por ano 300 toneladas de mel. E é um empresário individual. E nossa cooperativa, que funciona com tanta gente movimenta menos. É preciso ter uma central que junte os 300 kg de um, os 300 kg de outro e de outro, para dinamizar a comercialização. Também é preciso investir na investigação, isso no País é um problema, é preciso dinamizar a atividade (APICULTOR APIMIL, 2012).

Um técnico do governo entrevistado disse que a maioria dos apicultores ainda não percebeu que está perdendo capacidade de negócio devido a não ter quantidade e dimensão em nível de produto e uniformidade na qualidade. Eles precisam se juntar pra se fortalecerem e fazerem face ao mercado internacional.

O gestor da APIMIL entrevistado ressalta:

A Associação tem que procurar o global, pois hoje em dia quem vende é quem tem quantidade, tem que ter quantidade, pra ter qualidade, pra saber o que vende e pra fazer marketing, pra chegar lá longe. O apicultor aqui tem que ser muito rico, porque o investimento base é muito grande pra andarmos e não fazer nada (GESTOR APIMIL, 2012).

Este gestor se refere ao custo inicial, para começar o negócio, que é alto na montagem da estrutura para o processamento do mel. Ele diz que, para atender o mercado, é preciso se concentrar no produto desde a primeira base. O apicultor tem que criar o produto que o mercado pede, não o produto que o apicultor quer vender.

Nós dizemos que o multifloral que é o bom, mas é o monofloral que o mercado quer. Quem manda é o comprador. Se todos ganharmos está tudo bem, se ganhar um e outro não, alguma coisa está mal. Nunca te esqueças que o nosso mercado, o nosso produto é derivado do ambiente. Primeira regra é que qualquer coisa que tivermos que fazer é manter o mais natural possível as coisas. Criar maneiras e cadeias de maneira que as coisas funcionem (GESTOR APIMIL, 2012).

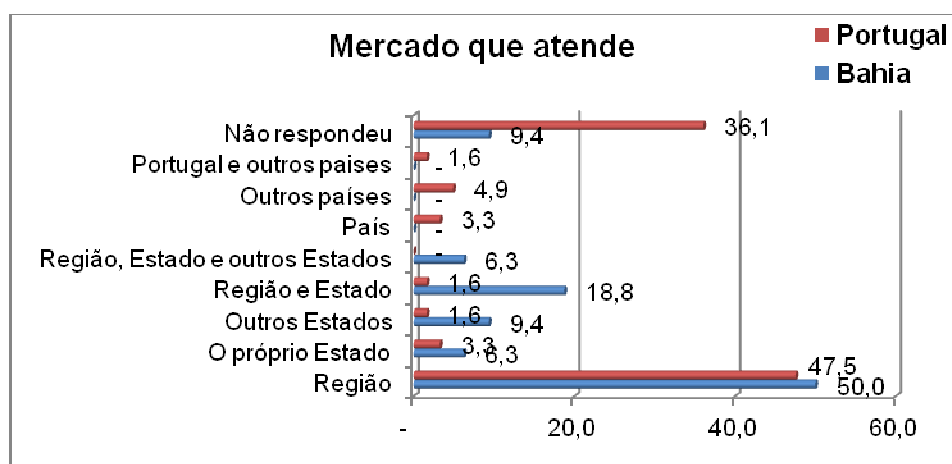
Esse mercado que dita as ordens são as grandes empresas. A comercialização é a etapa da cadeia produtiva que mais afeta o setor apícola, que faz opção pelo modo de produção cooperada, pois esta é uma etapa do processo incorporada no sistema dominante, em que as organizações sociais se percebem sem qualquer condição de conseguir melhor preço e se submetem ao que dita o mercado.

Observamos que em Portugal falta cooperação e há bastante dificuldade no escoamento da produção, por conta disso. Também percebemos que alguns pequenos grupos, dos que produzem grandes quantidades, estão se juntando para buscar soluções conjuntas. Mas é uma quantidade reduzida. A grande maioria continua no mesmo ritmo, cada um por si.

7.1.8.3 Comparação Bahia e Portugal

Sobre o mercado para quem fornece o mel, grande parte dos apicultores, tanto na Bahia (50%) quanto em Portugal (47,5%) afirmou que atende à própria região. Isso está caracterizado nos dados coletados sobre a quantidade produzida. Esses apicultores, em sua maioria, vendem no varejo, diretamente ao consumidor, na própria região, exceto Bragança, que se destaca com grande quantidade de apicultores profissionais e como região exportadora de mel para diversos países da Europa. Vide gráfico 8, a seguir.

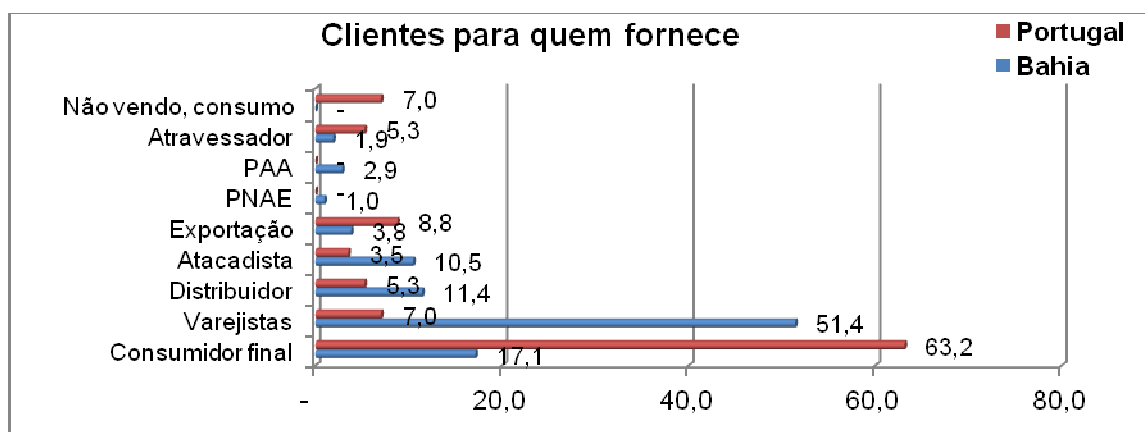
Gráfico 8 - Mercado que atende



Fonte: Pesquisa direta 2011, 2012

Na **Bahia**, 17% dos apicultores vendem diretamente para o consumidor final. São os que produzem muito pouco e conseguem vender diretamente para amigos, parentes e vizinhos, na própria região. 51,4% vendem para varejistas e isso significa que o apicultor da Bahia já perde em passar para intermediários. Já em **Portugal**, a maioria dos apicultores (63,2%) fornece diretamente para o consumidor final, pela facilidade, em termos burocráticos, em criar seu próprio rótulo e embalagem e vender o produto. Com isso, consegue melhor preço. Vide Gráfico 9.

Gráfico 9 – Clientes para quem fornece o produto



Fonte: Pesquisa direta 2011, 2012

O mel é um produto considerado de fácil comercialização, pela grande maioria dos apicultores. Eles não encontram muitas dificuldades para vender e apontam alguns aspectos que poderiam melhorar. Na **Bahia**, na região pesquisada apontaram o preço, a falta de concorrência, certificação, barreiras sanitárias, comprador, falta de união e parceria e a não entrega do produto à Associação. Em **Portugal** apontaram: a pequena quantidade produzida, já que a exportação requer grandes quantidades; os limites legais de 500 kg por Unidade de Produção; a falta de conhecimento do mercado; falta de local de preparação; e divulgação.

O gestor da APMIL disse que o Brasil saiu de uma estaca zero pra ser o quinto exportador mundial e que, neste momento o mel do Brasil está sendo muito bem consumido, está entrando muito bem na Alemanha.

Conforme já mencionado no capítulo sobre o Modo de Produção Capitalista, com o poder e o controle dos meios de produção, os que não produzem podem organizar a produção e apropriar-se da mais-valia, que é a diferença entre o valor produzido e o salário pago ao trabalhador. No caso dos apicultores, se não houver estratégias e políticas que fortaleçam as associações, os apicultores, mesmo com o controle dos meios de produção, poderão cair nessa “canaleta” e passar a “servir” aos interesses do mercado, perdendo para os atravessadores e as grandes empresas.

Esse é um gargalo das associações e é preciso desenvolver estratégias específicas na busca de soluções. Conforme discutido pelos diversos agentes, entendemos que o setor apícola na Bahia precisa passar por essa fase em que se encontra de estruturação em termos de infra-estrutura, mas já deve ir se preparando para uma gestão estratégica que possibilite a busca de soluções para toda a cadeia, especialmente na etapa de comercialização. Neste

sentido, o mercado solidário é uma das alternativas, bem como a estruturação para obter a Indicação Geográfica, entre outras.

7.1.9 Consumidor final

Na cadeia produtiva do mel é importante lançar um olhar para o consumidor final, pois é ele quem faz essa roda girar. Os apicultores, nos dois países, reclamaram da falta de informação e conscientização do consumidor sobre a qualidade do mel. Um apicultor entrevistado alerta sobre a falta de cumprimento da legislação do mel como produto alimentar, pois o produto é vendido sem os mínimos requisitos de qualidade, na porta de casa ou nas feiras, muitas vezes com impurezas e a população compra como mel puro, natural. Entendemos que falta fiscalização neste sentido.

Na Bahia, o técnico do MOC, entrevistado, salienta que o consumidor final compra sem o SIF com facilidade, sem se preocupar com a procedência. O gestor da AAPIT entrevistado alerta que os *meleiros* matam as abelhas, pegam o favo, espremem e levam o mel para vender e que isso ocorre porque o consumidor não tem consciência sobre a importância do mel certificado, pensa que o mel com impurezas é natural e bom e não tem noção de que pode estar contaminado e prejudicar sua saúde. Ele diz que muitas pessoas têm a crença de que os apicultores colocam açúcar para as abelhas fazerem o mel.

Comprovamos isso. Em visita a um estabelecimento (na Bahia) que vende o mel sem rótulo, o comerciante defendeu o produto (que era clandestino e estava em embalagem inadequada, sem rótulo), afirmando como uma forma de valorizá-lo, que aquele mel *não era de apiário*, era da caatinga, mel puro. Quando explicamos que o apiário se preocupa com a higiene e vende mel puro e limpo, ele contestou dizendo que no apiário eles colocam açúcar no mel. Essa é a concepção do consumidor. Isso demonstra a falta de informação sobre o assunto, por parte da população. Aliás, uma percepção distorcida, que precisa ser modificada.

Na AAPIT discutimos a necessidade da Associação fazer palestras para as escolas e a comunidade, para informações sobre a apicultura e disseminação da cultura cooperativista.

O técnico do MOC diz que nunca foi feito um trabalho de conscientização do consumidor final para não adquirir mel em que não se conheça a origem. E o mel tem particularidades, absorve muita contaminação, cheiro, deve ficar armazenado em local escuro. Só em estar exposto na beira da estrada já perde as propriedades. Ele e vários outros

entrevistados disseram que algumas mercearias comercializam mel em garrafas de cachaça, com rolha de sabugo de milho e dizem que é mel puro.

Um Apicultor individual entrevistado, empresário na Bahia, explica que a principal dificuldade é a ignorância do consumidor sobre as propriedades do mel, mas que essa divulgação interna, no país, não interessa porque os exportadores preferem exportar.

A falta de divulgação é um aspecto, apontado pelos diversos agentes, como dificultador na comercialização. As cooperativas singulares, segundo o gestor da CECOAPI, não fazem divulgação, mas aproveitam os eventos para isso. A Central ainda não está promovendo eventos, mas participa sempre. Possui uma marca e tem rótulo, que é utilizado pelas singulares.

Como podemos perceber, uma boa estratégia para a CECOAPI seria produzir para o comércio interno, agregando valor e vendendo diretamente ao consumidor. Pode desenvolver produtos específicos para rede hoteleira, rede de restaurantes e procurar acessar as políticas públicas de compras do governo. Aliado a isso, promover eventos e buscar a inserção no **Comércio Justo**, para, conforme Cotera e Ortiz (2009, p. 60), promover o “intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável. [...] O comércio justo traduz-se no encontro fundamental entre produtores responsáveis e consumidores éticos”. Existem iniciativas de consumidores conscientes, que formam cooperativas, como a RedeMoinho, em Salvador, Bahia (<http://redemoinho.coop.br/>), formada por produtores e consumidores para comercialização de produtos orgânicos. É um caminho a ser construído pela CECOAPI.

7.2 INTERVENÇÕES NA CADEIA PRODUTIVA

Esta sessão visa atender ao objetivo de analisar em que medida as intervenções e as políticas públicas desenvolvidas junto aos apicultores contribuem para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável. Neste sentido, apresentaremos os depoimentos dos diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva do mel, sobre as intervenções e políticas públicas para a apicultura, nos dois países, a partir das entrevistas realizadas.

7.2.1 Políticas públicas e intervenções na apicultura da Bahia

A Bahia está implementando políticas públicas para o fortalecimento da cadeia apícola, com apoio de órgãos governamentais e instituições parceiras. Diversos agentes envolvidos explicaram como se dá, na prática, a execução dessas políticas públicas, nos diversos territórios pesquisados. A técnica da SUAF entrevistada explica:

O Plano de Desenvolvimento da Apicultura está sendo construído pelos apicultores nos diversos Territórios de Identidade, sob coordenação da SUAF e apoio dos diversos órgãos envolvidos. Construído o plano é criado um grupo gestor e estabelecida agenda, com reuniões trimestrais e a cada final de ano se avaliam as ações, replanejando para o ano seguinte. O trabalho é baseado no Programa de Inclusão Produtiva. As entidades têm que trabalhar voltadas para o mesmo objetivo. Está se exercitando uma prática, o Estado é muito grande, é complicado para trabalhar. Com o Plano de Desenvolvimento se pretende fortalecer as políticas da apicultura nos territórios (TÉCNICA SUAF, 2011).

Esta técnica afirma que o papel da SUAF é “criar independência e autonomia no apicultor para que ele conheça o papel de cada agente e saiba de quem cobrar”. Ela salienta que nas reuniões trimestrais participam todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva do mel - apicultores, poder público, etc. – e se um município quer uma Casa do Mel, levantam-se informações sobre quantidade de agricultores, se foi discutido na localidade, se fica bom para todos, e quando o técnico vai fazer a inspeção, faz uma reunião com a comunidade para saber.

Assim, a SUAF vai chegando mais próximo para que todos comecem a cumprir seu papel e funcione bem. É super interessante esse trabalho. Havia território que já estava com projeto de entreposto de mel e verificou-se que o território não estava sabendo, os municípios não estavam sabendo, não conheciam o projeto. Os próprios interessados viram que o projeto estava incompleto. E o grupo gestor direcionou. O foco é o trabalho cooperado. Eu entendo que a gente tem que fortalecer nos territórios. No final do ano sabemos quantas avaliações precisam, quantos apicultores existem, porque é feito levantamento, quantas capacitações precisam, quantas casas do mel registradas, quantas necessitam (TÉCNICA SUAF, 2011).

Esta técnica explica que o trabalho da SUAF é baseado em 4 eixos de desenvolvimento: Organização social, produção, mercado e político-institucional. O eixo *Organização social* engloba a organização coletiva, inclusão de mulheres e jovens, gestão social e associativa e tecnologia social (EBDA). O eixo *Produção* – implica no zoneamento apícola, através do Plano de Desenvolvimento; na parte de produção, capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural, melhoramento genético e sistema de manejo adequado; Qualidade da produção, com a parte de construção da casa de mel e inspeção; gestão da produção (SEBRAE) e tecnologia da produção (EBDA, ADAB e SEBRAE). O eixo *Mercado* envolve

estratégia de marketing, relação com o consumidor, qualidade de comercialização, estrutura logística (ADAB); e gestão com ênfase na comercialização (SEBRAE). O *Político-institucional* abrange parceria para otimização de recursos, parceria institucional e um dos exemplos é o programa de Inclusão Produtiva, onde cada instituição está entrando com uma parcela. Foi feito o levantamento de tudo, como está a realidade atual e o que se deseja para os 4 anos e aí juntou, verificou o montante e foi buscando recurso de cada entidade. E todas as entidades parceiras entram aí (TÉCNICA SUAF, 2011).

Em março 2013 fizemos nova entrevista com a técnica da SUAF para apresentar sua entrevista anterior e conhecer as mudanças de 2011 para fevereiro de 2013.

Antes estávamos trabalhando visando ao fortalecimento da cadeia produtiva, com foco naqueles 4 eixos, mas agora estamos trabalhando muito na estruturação da cadeia produtiva. Significa que, para fortalecer temos que estruturar a cadeia produtiva, trabalhando com foco na assistência técnica, fomento – distribuição de kits de apicultura para o público de jovens, mulheres, grupos tradicionais e agricultores familiares que não têm condição de aumentar a quantidade de caixas – e na capacitação. No eixo agroindústria estamos trabalhando com a implantação das Casas do Mel e Entrepósitos e na parte da gestão, que é através do Programa Vida Melhor, que é com o Sebrae, que está prestando consultoria para gestão da agroindústria. Temos que focar no escoamento da produção. E aí tem também a parte de mercado, a exemplo do Entrepósito de Tucano, já está na finalização e estamos vendo a questão do recurso financeiro. Lá vai ser implantado o primeiro SISBI para Casa do Mel na Bahia. É equivalente ao SIF. Com esse novo sistema, quem acompanha é o Estado, através da ADAB, que faz toda parte de regulamentação da entidade. A auditoria é feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com o SISBI eles podem vender para todo o território brasileiro. A partir do SISB, eles vão solicitar o SIF, para ter condições de exportar. O que evoluiu? Em 2011 a gente tava com as propostas, tínhamos já um norte e estávamos trabalhando com foco em algumas metas. Agora a gente já fez projetos, já está com recurso, já está na execução (TÉCNICA SUAF, 2013).

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), “faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar” (BRASIL, 2013d, p. 1).

A técnica da SUAF ressalta que a Gestão Institucional é feita pela SUAF, englobando a gestão de toda a cadeia produtiva e a parte de tributação.

Sempre que se trabalha com a apicultura, com a cadeia produtiva, se trabalha com esse foco, não se pode perder nada de vista. No Plano Territorial a capacitação entra no bloco de organização da produção, visando à questão da produtividade e aí entra a Assistência Técnica (assistência específica para os apicultores). É preciso trabalhar a produtividade, porque se o produtor não tiver o foco na cadeia produtiva, ele não cresce na apicultura e as cooperativas e associações não irão pra lugar nenhum. Sempre trabalhamos com esse foco. Com o tempo já passamos a ter dados reais para trabalhar. E quando apresentamos o diagnóstico, eles não têm idéia que o espelho era aquele. E são eles quem constróem o Plano de Desenvolvimento. Mas temos que acompanhar a execução do Plano, porque há vários fatores que interferem, questões

políticas, pessoas que não têm a mesma visão, cada um andando pra um lado. E nosso papel é exatamente juntar todo mundo e fazer com que todos andem no mesmo caminho e é muito difícil (TÉCNICA SUAF, 2011).

Para o fortalecimento do setor, esta técnica ressalta: “temos uma Câmara Estadual de Apicultura e quem demanda tudo do setor é esta Câmara Setorial”.

O técnico do MOC entrevistado salienta que a Câmara Técnica é um espaço em que não se vê muito avanço, pois não tem muito poder de deliberar. “É um espaço político de representação, de luta, onde são discutidos os problemas, feito encaminhamentos, mas se sente falta de deliberação. E já faz tempo que não tem reunião” (TÉCNICO MOC, 2011). Ele acha que o que trava é a falta de políticas públicas específicas para o mel. Diz que existem políticas para a Agricultura Familiar e são utilizados percentuais de valores para investir na apicultura.

Vários outros agentes entrevistados falaram sobre a falta de políticas públicas *específicas* para a apicultura, porque as grandes políticas que existem são abrangentes – para a Agricultura Familiar – e aplicadas no universo da apicultura. Entretanto, existem as especificidades do setor e exemplo disso são aqueles cidadãos que não possuem terra e, conseqüentemente, não possuem DAP. E esses cidadãos poderiam ser inseridos nessa atividade, utilizando os benefícios das políticas públicas, sem os entraves burocráticos. Outro exemplo é o Seguro Safra, que remunera o agricultor familiar em caso de perda da produção, mas na há nada de ajuda para o apicultor que perde suas colméias em decorrência da seca, por exemplo. Sobre isso, os apicultores reclamaram bastante.

Sobre essa questão das políticas ‘abrangentes’, o técnico do MOC alerta que existe problema sério na questão sanitária, pois a legislação foi criada voltada para grandes empreendimentos e a agricultura familiar tem que se adequar a isso. Salienta que a SUAF está discutindo e parece que vai rever a legislação, pois é preciso que entenda que é mais viável para o apicultor ter um espaço adequado para a extração de mel, na própria comunidade, do que uma Casa do Mel por município, pois “qual a higiene que se tem, saindo de uma comunidade para levar o mel a 40-80 km? Não se consegue ter qualidade do mel com essa estrutura montada atualmente. Transportar uma melgueira 40 km é inviável. Esse modelo leva o apicultor a andar na clandestinidade, fazendo isso no fundo de casa, sem a higiene necessária”.

Este problema já foi abordado. Segundo a técnica da EBDA entrevistada, a Bahia está com políticas específicas para a apicultura, em que se prevê a construção e certificação de casas do mel, assistência técnica e a comercialização e inserção produtiva.

O técnico do SEBRAE entrevistado explica que atualmente o Estado adotou como política fazer o Serviço de Inspeção Estadual (SIE), para agilizar a certificação, a fim de que as Unidades de extração possam ter o SIE para comercializar para os entrepostos. A ADAB está providenciando fazer isso. E quando for vender para o mercado governamental, faz o Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

A partir de janeiro de 2012, pela lei, vai ser necessário fazer o rastreamento dos apiários. Os apiários que fornecem para a Unidade de Extração têm que ser mapeados, com a quantidade de colméia, quantidade média de produção e essa unidade terá "x" produto/ano de capacidade. Quando o SIE fecha isso, para emitir nota fiscal de saída (do produtor para o entreposto), o produtor tem que estar cadastrado pra fornecer para a Unidade de Extração. Essa unidade só pode vender a quantidade de acordo com a capacidade daqueles produtores. Se a quantidade cadastrada é 10, ele não vai poder colocar 20, porque isso significa que está vindo mel de pessoas não rastreadas. Só vai poder tirar nota fiscal dessa quantidade cadastrada. A partir de janeiro essas unidades de extração não poderão fracionar. O padrão definido será balde (TÉCNICO DO SEBRAE, 2011).

Esse mapeamento já está sendo realizado, mediante trabalho de georreferenciamento, feito pelos técnicos contratados através de projeto da CECOAPI em convênio com a SUAF.

O pesquisador da UNEB, responsável pelo apiário da COOAPI incubado na Instituição, questiona o fato de que hoje todo empreendimento apícola pode ter seu SIF. Ele defende o SIF único do entreposto e relacionado às Casas do Mel, pois entende que isso facilita o beneficiamento e favorece o associativismo e cooperativismo. “O mel é *commodity*¹², no mercado internacional eles decidem o preço, se cada produtor tem seu SIF eles vão na porta do produtor, não precisa de cooperativa, entendeu? Então existe todo um desenho que favorece justamente os caras que financiam...” (PESQUISADOR UNEB, 2010).

Diante disso, podemos ponderar que, para um apicultor individual possuir um empreendimento com SIF necessita de alto investimento, o que já é um dificultador. Além disso, no sistema capitalista não poderá haver restrições que impeça algum empreendimento de ter direito a uma certificação. Portanto, torna-se necessário fortalecer as associações com políticas de apoio, para assegurar que os pequenos apicultores tenham todas as condições de comercializar o seu produto.

A técnica da SUAF concorda que existem muitas **dificuldades**.

Está sendo difícil para a SUAF fazer esse trabalho porque tem questões que emperram e tem que desembaraçar. Qualquer agente que emperre o desenvolvimento da atividade trava tudo. Por exemplo, tem mais de 40 casas de mel

¹² Mercadoria sem diferenciação de qualidade entre os diversos fornecedores ou marcas.

construídas e só 01 está registrada, porque falta médico veterinário. Não há viabilidade econômica para a associação manter uma Casa do Mel com veterinário. Mas isso já foi resolvido com o pessoal da ADAB de Salvador. Agora não será necessário o médico veterinário na Casa do Mel. Falta bater o martelo com o Conselho de Medicina Veterinária. [...] O governo construiu as casas do mel e aí não consegue registrar. Aí, cada instituição emperra com uma coisa. Não conseguiu registrar por causa das exigências burocráticas, que tenha um rótulo, o rótulo tem que estar todo nos padrões... Então a gente precisa desamarar, tirar os gargalos de cada entidade, todas as questões que estão emperrando para que as coisas possam andar (TÉCNICA SUAF, 2011).

Essa ação do governo está ocorrendo em momento oportuno, porque os apicultores do Território do Sisal reclamaram que algumas Casas do Mel construídas, desde 2006 e 2007, até hoje não estão certificadas. Esse problema poderia ser sanado por meio do Entrepasto, mas em Serrinha há um entreposto, desde 2006, que não funciona. Tem comodato com outra cooperativa, que é inoperante e não consegue fazer funcionar.

Como podemos perceber também se tem notícia da existência de organizações sociais inoperantes. Entretanto, outras se sobressaem com ações estratégicas empreendedoras, como a AAPIT, que utilizou crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para a construção da casa do Mel, dinamizando a entidade, apesar de se tornar um custo muito alto para os associados.

A COOAPIT (cooperativa criada pela AAPIT) recebeu um recurso do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a logística da produção do mel no território do Sisal, que consiste em um carro pequeno (uma Estrada) e 1500 baldes para distribuir nas comunidades. O carro entrega os baldes e depois o caminhão sai pegando, juntando o mel e trazendo para o Entrepasto. A Cooperativa entrega o balde vazio, fazendo a comunicação com o pessoal, realizando reunião com eles, depois sai recolhendo. Isso resolve o problema de transporte e vasilhames inadequados. Também faz perceber que, se a Cooperativa estiver bem organizada pode participar de editais e conseguir recurso para ir resolvendo os problemas existentes.

Segundo o Plano Apícola 2011-2015, existe previsão de arrecadação, para 2015, em torno de 9,2 milhões, com Imposto sobre circulação de Marcadorias e Prestação de Serviços (ICMS), somente com o mel (BAHIA, 2011a). Isso já é um estímulo ao investimento no setor, por parte do Estado.

7.2.2 Acesso a políticas públicas na Bahia

Com relação às políticas públicas para a apicultura, um problema que percebemos foi a **dificuldade de acesso** dos apicultores às políticas existentes, devido a problemas

burocráticos ou de lentidão de órgãos responsáveis em atender as demandas. Na Bahia existem políticas públicas para a apicultura, mas a maioria dos apicultores não está tendo acesso devido a problemas burocráticos como a liberação, pelos próprios órgãos do governo, de determinados documentos exigidos. Diante disso, somente **1,6%** dos apicultores entrevistados afirmaram ter tido acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No Território Litoral Norte e Agreste Baiano e no Território do Sisal não há nenhuma unidade de beneficiamento do mel com SIF, segundo os gestores das cooperativas, devido a atraso por parte dos órgãos responsáveis. O gestor da Cooperativa de Inhambupe disse que os apicultores do seu Território (Litoral Norte) poderiam vender 20 toneladas de mel para o PNAE e não vendem por causa disso. Reclamou da morosidade, pois há dois anos solicitou o SIM (municipal) para uma Casa de Mel e não foram fazer inspeção.

No Território do Sisal alguns apicultores envasam na CECOAPI, para venderem ao PNAE, por causa do SIF. O gestor da AAPIT entrevistado reclamou que sua Associação participou por dois anos buscando acessar as Políticas públicas para o mel – PAA, PNAE, crédito facilitado, Convênio SUAF –, sem conseguir. Este gestor explica que o PAA funciona como uma doação simultânea. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) compra e a Cooperativa entrega nas escolas. Depois eles depositam o dinheiro, que fica aplicado e eles vão liberando de acordo com a prestação de contas. Assim que fornece nas escolas, leva a documentação para a CONAB, que efetua o pagamento.

O PNAE paga preço melhor que o de mercado, beneficiando o pequeno apicultor. Em 2009 pagou R\$ 7,50 pelo quilo do sachê. No entanto, várias instituições, nos três territórios não tiveram acesso por não possuírem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica.

A **DAP** é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o PRONAF e é fornecida por órgão ou entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A EBDA é a responsável pela emissão da DAP na Bahia. Para obtê-la, o agricultor familiar deve ter um documento de posse da terra, ou de comodato, etc. A **DAP jurídica** é o instrumento que identifica as formas associativas dos Agricultores Familiares e é fornecida para a instituição em que 70% dos associados/cooperados tenham a DAP individual.

Em março 2013 o problema da DAP ainda persiste. Tivemos informação que a COOAPI conseguiu a DAP jurídica, mas a AAMJ e a AAPIT ainda não conseguiram e a AAPIRA, que já tem 82% de associados com DAP e solicitou desde fevereiro de 2012,

também não conseguiu. A AAPIT está recadastrando os associados, para verificar a possibilidade de conseguir a DAP Jurídica (PESQUISA DIRETA, 2013).

Como podemos perceber as políticas públicas para a apicultura são direcionadas para a Agricultura Familiar. E muitas pessoas, em situação de extrema pobreza podem estar sendo excluídas dos benefícios por não se enquadrarem como agricultores familiares. É preciso uma investigação e avaliação criteriosa. O gestor da AAPIRA entrevistado lamentou:

A seca na região está devastando as abelhas. Eu fui visitar um apicultor e fiquei com vontade de chorar. Ele tem 400 colméias e vive exclusivamente da apicultura e em 2012 não tirou nada. Com a seca, só tem 35 colméias ativas. Ele me disse que seus filhos estão passando fome e que naquele dia só tinha feijão e farinha para dar. Está vivendo com 120 ou 130 reais do Bolsa Família. Também não se enquadra no PRONAF porque não tem o Certificado de Apicultura, que é uma exigência e ele não fez o curso (GESTOR AAPIRA, 2013).

Com esses critérios, o que pode acontecer é de algumas associações já não aceitarem associados que não sejam agricultores familiares, mesmo sendo pessoas em situação de extrema pobreza, criando situações de exclusão social.

O técnico do SEBRAE entrevistado faz uma crítica sobre o processo das vendas de mel para a CONAB, a qual compra de 8 a 15 ton por ano, mas de poucos, que ele chama de “alguns iluminados”. Ele diz que o sistema cooperativo não deveria permitir isso. “A cooperativa repassa o mesmo valor que vende para a CONAB, mas deveria repassar pelo valor de mercado, para a sobra beneficiar a cooperativa como um todo. Criou-se um grupo de 20 a 30 pessoas da cooperativa, que é os que estão bem. O resto é o produtor que não quer participar de decisão nenhuma, e não são beneficiados”.

Na fala deste técnico percebemos uma crítica à participação do cooperado, além da preocupação com a sustentabilidade da organização e com o fato de uma política pública beneficiar a tão poucas pessoas. Entendemos que a participação do cooperado é muito importante, para que ocorram mudanças, mas os entraves burocráticos é um fator externo que independe da vontade dos apicultores.

Procuramos saber sobre esse processo e descobrimos que a causa disso é o fato da maioria dos apicultores não poderem vender para a CONAB, por não terem a DAP. O gestor da COOARP entrevistado explicou que a CONAB limitou a compra em 99 mil reais por entidade e não dá para atender a todos os produtores. Para possibilitar o acesso de todos a COOARP trabalha através das associações, para atender uma maior parte de produtores. Segundo este gestor “para cada associação um projeto. Tem mais de 20 produzindo. A DAP é

feita pela cooperativa, mas o produto é do produtor individual. De 130 produtores, há 77 com a DAP” (GESTOR COOARP, 2011).

O gestor da AAPIT explica que o fornecimento do mel é feito através do apicultor, porque exige a DAP e nem todos têm, eles precisam se cadastrar individualmente. “Existe um valor diferenciado da CONAB, mas é repassado diretamente para o apicultor beneficiado, pois o projeto pela CONAB é focado no produtor. Só a nota fiscal é que sai pela Cooperativa. Esse é um direito daquele apicultor que está cadastrado. Os outros não possuem a DAP porque não se enquadram como pronafianos” (GESTOR AAPIT, 2011).

Portanto, somente aqueles que possuem DAP é que conseguem acesso às políticas públicas para a Agricultura Familiar e isso está beneficiando algumas poucas pessoas e penalizando a grande maioria. Sobre o fornecimento da DAP, a EBDA foi muito criticada pelos agricultores nos territórios, em várias ocasiões, mas em um determinado município esse problema parece mais acentuado. Os apicultores reclamaram que as DAP foram feitas erradas e que essa dificuldade é porque as pessoas ficam no cargo com apoio de deputados - interesses políticos.

Uma técnica da EBDA entrevistada afirma que muitos dos problemas desse município se devem ao fato de que alguns apicultores não são agricultores familiares e por isso não têm direito à DAP. São comerciantes e funcionários públicos que praticam a apicultura, mas não se enquadram como agricultores familiares. Segundo esta técnica, nesse município já houve problema também na aplicação dos recursos. Para ela, um dos maiores problemas da apicultura é a ‘politização’ das ações da apicultura, visando a atender interesses de grupos. Tem a ver com a política partidária. “Por exemplo, oferta de kits de apicultura por deputados, sem critérios. Já se construiu casas de mel onde não tem apicultores e já se viu casas de mel atendendo a apenas 3 pessoas. Tem muita associação de “dono”, de vereador fulano de tal, etc.” (TÉCNICA EBDA, 2011). Ela fala que, se a parte técnica fosse ouvida e priorizada em detrimento dos interesses “políticos” de grupos, tudo seria melhor.

Esse problema é grave, injusto e imoral. E isso acontece quando não existem políticas *instituídas*, com critérios claros. Atualmente a SUAF está envolvendo as organizações sociais e os apicultores na elaboração do diagnóstico e construção do Plano, com definição de estratégias e ações e os materiais fornecidos pelo governo serão distribuídos pelas associações.

Como podemos perceber, os apicultores vivenciam grandes dificuldades para terem acesso às políticas públicas existentes. De acordo com a técnica da EBDA somente uma cooperativa na Bahia fornece mel para a merenda escolar em Salvador. Ela diz que isso é

fruto do trabalho da EBDA, mas poderia ser estendido a outras entidades. São muitas escolas estaduais e municipais em todo o Estado, que poderiam estar comprando mel e beneficiando apicultores, pois essa compra é feita a preço justo, com um valor bem maior do que eles vendem para atravessadores. Esta técnica da EBDA entrevistada salienta:

Para se deslanchar é necessário eleger a apicultura como prioridade, de forma séria. De positivo, existem pessoas sérias que realmente estão aproveitando de maneira certa os recursos que o governo está disponibilizando, mas as políticas não são de Estado, são pontuais, é preciso ter continuidade. De negativo é que a maioria dos apicultores está acostumada a receber 'dado', eles não sentem a Casa de Mel como deles. Se quebra uma torneira eles não se juntam para resolver o problema. Se eles recebem doação de 5 ou 10 caixas de mel, muitos não procuram repor para aumentar esse número, ficam esperando receber mais (TÉCNICA EBDA, 2011).

Aliado às dificuldades no acesso aos benefícios, detectamos problemas na utilização inadequada de recursos, por alguns beneficiados. Um apicultor da AAMJ alegou que alguns ganham as caixas e vendem, outros tomam empréstimo para a apicultura e utilizam o recurso para compra de motos ou outras coisas. Há quem tome empréstimo para comprar ovelha e bode e mata um para fazer churrasco. Eles salientam que isso é culpa do governo, que não fiscaliza.

Outro apicultor informou que o beneficiário já não vai poder vender as caixas doadas, terá que repassar para outro que tenha interesse, haverá controle e a Associação terá um papel muito importante nisso, pois vai ajudar a apresentar as demandas por comunidade, indicando os que são carentes. Ele diz que a apicultura no seu município vai crescer e a Fundação Banco do Brasil vai investir no cultivo do mel da abelha Mandassaia.

Essas informações nos mostram a importância de uma ação concertada, envolvendo as organizações e sendo acompanhadas e fiscalizadas pelo governo. O recurso, dado como mero "assistencialismo" pode gerar acomodação nos beneficiários, que não dão o devido valor. O que precisa é estimular o espírito empreendedor e o compromisso com os objetivos do setor, como um todo. Ao lado disso, transformar todos os benefícios em "políticas públicas", para que sejam separadas de interesses de grupos políticos, que possam utilizar como moeda de troca em benefício próprio. Diante disso, as organizações sociais, trabalhando unidas, em rede, podem construir uma nova realidade para sua região; construindo novo caminho para o mel e para a cidadania.

Um fato que questionamos é o benefício das políticas públicas para os apicultores estar restrito a agricultores familiares e que possuam a DAP, porque entre esses existem pessoas sem a posse de uma propriedade, tanto na área rural quanto na área urbana. E existem pequenas cidades que são eminentemente rurais e pessoas que residem nessas áreas (ditas

urbanas) poderiam estar se beneficiando das políticas públicas para a apicultura, mediante outro tipo de critério.

7.2.3 Políticas públicas para a Apicultura em Portugal

Qual o papel da apicultura na redução da pobreza? De acordo com o gestor da APIMIL entrevistado, o papel da apicultura é, sobretudo, no desenvolvimento rural. Integrar as pessoas no meio em que estão e, com elas, criar uma maneira de ser auto-sustentável. “Obrigatoriamente isso é um dos trabalhos feitos desde o início e as pessoas não terão necessidade de ir para outros lados, ficarão no seu próprio meio, com suas características, suas qualidades e desenvolverão o próprio local, em nível de espaço, de flora e, por sua vez, vão investir no meio, que é a parte que interessa” (GESTOR APIMIL, 2012).

Esta visão da realidade mostra a importância da apicultura para esses apicultores e o nível de percepção desse gestor. Sobre a contribuição dos apoios oficiais para a melhoria da geração de renda e para o desenvolvimento sustentável, esse gestor afirma:

É má, nós temos que pensar qual é o balanço da atividade apícola em Portugal. A atividade apícola sustenta-se ou é sustentada em grande parte dela por pequeno apicultor. Portanto, pequenos apicultores, pequeno número de colméias, uma discussão muito grande. Poucos são aqueles que fazem a transumância [apicultura migratória], e não aproveitam a flora nas diversas épocas do ano. Outro fator limitante é a média de idade dos apicultores, muitos com idade avançada (GESTOR APIMIL, 2012).

O gestor da AAPNM acredita que os apoios oficiais para a apicultura sem dúvida contribuem para o desenvolvimento local sustentável, “Muitas vezes nós temos um conhecimento técnico e que não conseguimos concretizar por falta de apoios financeiros e de fato esses apoios são muito importantes para nós podermos desenvolver a atividade”. Entretanto, ele aponta a pequena quantidade produzida pela grande maioria de apicultores, que não pode garantir sua autosustentabilidade.

De acordo com o Presidente da Federação Nacional de Apicultores de Portugal (FNAP) os apoios oficiais (políticas públicas) para a apicultura em Portugal são bons.

Se comparar o que era a 10 anos com o que é hoje, são ótimos. Se compararmos àquilo que queríamos, é pouco. Neste momento há três ou quatro fatores que permitem que seja assim. Estamos numa época boa de venda do produto, o valor do produto produzido é muito inferior à necessidade do mercado, mas há um diferencial entre o que está produzindo e o que necessita o mercado, na ordem de 30%. Portanto, existe mercado, existe facilidade de financiamento, porque dinheiro que é

investido é realizado e neste momento o valor do custo de produção é inferior ao valor de venda do produto e deve ser dos poucos produtos, por enquanto, que tem lucro. É rentável. Há uma margem quase de 20%. Atendendo a isso, as ajudas vêm por si (PRESIDENTE FNAP, 2012).

O Presidente da FNAP explica que existem medidas específicas que foi um trabalho da FNAP para a Apicultura, a exemplo do projeto de investimento Jovem Apicultor. Ele diz que esses projetos quando têm viabilidade econômica são aprovados, porque são rentáveis. “Queríamos mais, óbvio que queríamos, nós gostávamos de ter uma central meleira com 10 mil m², mas depois não a pagávamos, tá a perceber? Temos que ser realistas, temos que ir por os tais patamares, tudo vai nesse sentido” (GESTOR FNAP, 2012).

O técnico responsável pela DGV, entrevistado, explica sobre o incentivo para os jovens.

É um programa de incentivo à apicultura, através do Programa de Desenvolvimento Geral (PRODER), que permite que as pessoas metam um projeto pra receberem algum incentivo ou ajuda para a produção apícola. O PRODER está ligado a uma instituição que dá apoio aos jovens apicultores. Só **jovens** que tenham **até 40 anos** é que podem se candidatar a esse projeto apícola. O objetivo é transferir parte dos incentivos para os jovens apicultores, pois estudos constataram que na produção apícola antigamente a média etária estava em torno de 60 anos (TÉCNICO DGV, 2012).

O gestor da APIMIL entrevistado diz que é um recurso a fundo perdido, o jovem apicultor terá 45 mil euros para entrar na apicultura. A partir daí inicia o projeto. “É a fundo perdido, é dado e tudo que é dado não é bom” (GESTOR APIMIL, 2012).

Esse projeto é bastante interessante porque é um valor que garante a inserção do jovem no mercado, em um empreendimento com condições de crescer. Entretanto, juntamente com o recurso financeiro, deveria haver uma estrutura de apoio, acompanhamento e fiscalização da sua aplicação correta, para não se caracterizar como “assistencialismo”, mas como um programa de governo para estimular o empreendedorismo e a apicultura.

Um técnico do governo entrevistado, em Cerveira, explica que o regime de incentivo para o jovem apicultor é muito atrativo.

Ele recebe 30 mil euros para a primeira parte. E nos investimentos chamados elegíveis ainda pede 60% a fundo perdido. Significa que o jovem que faça um investimento de 75 mil euros na sua exploração não tem que dispor de muito dinheiro dele para efetuar o investimento. Ou vai haver um crescimento exponencial em nível da apicultura ou então há muita gente investindo na apicultura porque é um investimento que se resume a uma área muito pequena, e evidentemente não conhece a atividade e daqui a dois anos ou sabe pouco, mas tem pressa de saber, faz formação, contata outros apicultores, aumenta os seus conhecimentos, ou já não tem 300 colméias e só poderão crescer se forem eficientes. Não pode o jovem apicultor que tenha 300 colméias se dedicar a produção, tem evidentemente que se dedicar a uma das áreas e vai ter que se

associar, porque 300 colméias não lhe dão condição de fazer face ao mercado global, vai ter que se associar (TÉCNICO GOVERNO, 2012).

Perguntado se esse recurso vem junto com a formação, o gestor da APIMIL entrevistado diz:

A formação é outra loucura, muitas vezes é uma obrigação, só que não está definido quem dá a formação. Você tem que tirar 200 horas de formação e acaba fazendo com quem cobra mais barato, não importa a qualidade. Aí começa já um problema muito grande, percebe? Essa parte é muito importante. Por isso que quando faz o curso de apicultura aqui dentro, eu digo, não comprou o fato (vestimenta), não viu abelha, como pode saber fazer apicultura? (GESTOR APIMIL, 2012).

Este gestor critica os cursos teóricos, pois acha que tem que haver a prática. Também fala da falta de definição sobre a responsabilidade pela formação. Essa responsabilidade poderia ficar com as associações, já que elas assumem como gestoras de Zonas Controladas e serão cobradas pelo controle das doenças.

Percebemos que alguns apicultores entendem que, se produzirem mais de 500 kg não darão conta da complexidade do negócio porque precisarão pagar impostos e isso vai exigir a necessidade de um contador e aumentar bastante os custos.

Perguntado se os apicultores dizem que são pequenos, porque até 500 kg não pagam imposto, um apicultor da APIMIL explica:

Isso, a lei está nos nossos pecados. Nós podemos vender 500 kg diretamente ao comércio. A partir daí temos que vender ao intermediário. A partir daí podemos fazer muitas coisas, uma colméia em nosso nome, em nome da mulher, em nome do pai e aí já fazer 1500 kg. Não é por aí. Mas também ninguém foi ainda multado, penalizado por vender mais de 500 kg ao mercado. Vai continuar a vender no mercado paralelo, sem faturamento, produto caseiro, produção própria e tal e paga-se pouco imposto. O problema não é este, as pessoas é que gostam de inventar falsos problemas. Eu pago imposto, todo mel que eu produzo eu posso criar um rótulo próprio e vender e vendo até 500 kg no Concelho, mas todo mel que eu vendo eu vou faturá-lo e isso entra nas minhas contas (APICULTOR APIMIL, 2012).

Entendemos que falta informação ao apicultor e orientação mais específica para que ele possa organizar e gerenciar o seu empreendimento, pois, sobre a obrigatoriedade de ter contador este apicultor diz:

Não precisa de nada disto. Eu produzi o ano passado 2500 kg e estou a produzir 3000 kg. de mel. Eu embalo, coloco meu rótulo, vendo no mercado, estou registrado. Ao final do ano declaro o mel que vendi, pago imposto e não fico pobre, o que desconta é muito pouco. Não precisa de contabilista. Tudo que nós vendemos temos que faturar. Passamos a fatura e ao final declaramos. A contabilidade é simples, assumimos 30% como custo de produção, o resto assumimos que foi o que nós tivemos de lucro (APICULTOR APIMIL, 2012).

Este apicultor afirma que faz as suas próprias contas e essa obrigatoriedade depende da dimensão da exploração, mas neste momento não é obrigado e não sabe quando será obrigado a isso. “Não sei, é um valor mais alto, tomara que eu chegue lá”. Ele explica:

O imposto que eu pago entra nos meus rendimentos, se eu vendo 1000 kg eu passo uma fatura e depois quando pago os meus impostos eu declaro meu ordenado e ainda esse rendimento de ter vendido mel. E o Estado vai me tributar sobre isso. Esta ajuda dos 40 mil euros, o Estado ainda vai buscar impostos sobre ela. O Estado dá, mas o Estado ainda cobra impostos. O tributado é tributado não sobre a totalidade, é sobre, eu não sei qual é a percentagem, quer dizer, o que não entra é o valor todo, entra tipo metade do valor distribuído por 5 anos e eles vão tributar a taxa normal. Pra quem tem rendimento somente dessa origem, tributa acima de determinado valor. Eu tenho rendimento de outra origem porque eu trabalho por conta de outrem. E pago impostos. E ao receber, nem que seja mais 1 euro soma tudo. Eu trabalho para o Estado também, sou funcionário público e de maneira que tudo que eu ganho é declarado e pago imposto (APICULTOR APIMIL, 2012).

Ele afirma que é uma contabilidade simplificada, mas com retenção do Índice de Valor Agregado (IVA), que é um imposto geral. Ou seja, ele passa a obter a fatura do material que compra, desconta esse IVA, mas depois recebe o valor de volta e aí se beneficia. E salienta: “Uns são empresários agrícolas, outros são agricultores. Uns são empresários apícolas e outros são apicultores”. Ele explica que no mel ele tem as despesas com o frasco, com o rótulo e cumpre as regras de higiene. “É preciso faturar e trabalhar como deve ser. Todo o mel exposto nas montras [vitrines], se não tem a identificação, não se sabe de quem é. Tem que estar faturado” (APICULTOR APIMIL, 2012). Este apicultor fala que uns são *empresários*, no sentido do termo “empreendedor”, aquele que busca crescer, investir no negócio.

O Coordenador da DGV informa que quando passa dos 500 kg tem que fazer a contabilidade, atender burocracias e pagar impostos.

O apicultor pode achar que, passar a ter a obrigação de apresentar contas da produção e lucros da produção e a pagar impostos, quem ganha é o Estado. Entretanto, vai chegar o dia em que ele vai precisar faturar. Quando vamos a um Café pedimos a fatura e pagamos impostos. Por que o individuo não passa a fatura? As coisas começam com a mentalidade das pessoas. Quer dizer, eu não faço mais ou não posso fazer mais porque vou pagar impostos? Então, os outros, que são funcionários e que têm uma renda fixa não pagam seus impostos? (TÉCNICO DGV, 2012).

Essa informação sobre a necessidade de fazer contabilidade não significa a necessidade de um ter um contador, conforme já declarado por um jovem apicultor. Percebemos que falta informação ao apicultor e o Coordenador da DGV também acha que sim. Ele diz que o grande problema lá é este, é que não há uma grande organização. “Por

exemplo, nas feiras, quantos faturam o que vende? Eles não estão a pagar impostos... consegue-se comprar nas feiras mais barato que nas lojas” (TÉCNICO DGV, 2012).

Questionado se os apoios oficiais ajudam realmente a melhorar a condição de vida do apicultor, um apicultor entrevistado, da APIMIL, afirma que “alguns dinheiros estão sendo bem aplicados e outros estão sendo mal aplicados, como os apoios para os jovens empresários e o dinheiro da varroa, pois está a se dar dinheiro para dizer às pessoas que elas tratem de graça, mas isto vai acabar e no dia que acabar vai ser um choque grande”. Ele diz que há associações que recebem 10 euros por colméia e há outras do mesmo país que não recebem nada. No seu caso, se ele fosse comprar produtos para tratar as colméias gastaria 1500 euros por ano. Este apicultor analisa:

Se estará a aprovar muitos projetos pra muita gente que não sabe mexer com colméia e a conclusão é que, ao final de 5 anos recebem o dinheiro e não têm produtividade. A principal ajuda para quem quer começar não é dar dinheiro. Apesar de tudo, dentre as atividades agrícolas, a apicultura é a que tem melhor relação investimento, custo de investimento e com pouco dinheiro a gente investe e põe colméias pra nos sustentar, tirando parte da melaria, só a parte da produção e não há nenhuma atividade agrícola neste momento que se consiga fazer isto. E nós podemos fazer isto sem terra. É uma forma que tem levado gente para o interior e para zonas que tenham espaço livre, mas não precisamos ter terra, podemos trabalhar... a principal ajuda é o Estado facultar-nos o acesso a esse sistema. Dizer-nos onde é que eles estão e deixar-nos fazer lá o nosso projeto. Às vezes a dificuldade em entrar com um projeto é a dificuldade em arranjar sítios para instalar as colméias (APICULTOR APIMIL, 2012).

O apicultor em Portugal não precisa ter a terra para ter acesso ao recurso oferecido pelo governo. Como a maioria dos apicultores está acima dos 40 anos e não pode ter acesso às políticas públicas para os jovens, então este apicultor acredita que não há recurso para a apicultura, não há preocupação em dar sustentabilidade. “Nós temos que perceber que esse dinheiro deve ser bem utilizado e temos que criar formas de andarmos sozinhos. Investir bem em infraestrutura e buscar formas de comercializar a produção. Não adianta produzirmos 50 toneladas e depois não ter como colocar no mercado”. Ele destaca que a primeira dificuldade é a legislação.

Compreendemos a preocupação deste apicultor com o futuro da apicultura, porque os projetos são aprovados, o jovem recebe o recurso, mas precisaria de um maior apoio, incluindo capacitação e assistência técnica, para garantir a sustentabilidade do seu empreendimento e do próprio setor apícola. Acreditamos que as Associações poderiam fazer um trabalho neste sentido, mas por outro lado, não têm recurso nem estrutura para isso.

7.2.3.1 Políticas de apoio à sanidade das abelhas em Portugal

O maior objetivo do governo e dos apicultores portugueses é o controle das doenças das abelhas, que é um dos maiores problemas vivenciados pelo setor apícola do país. Segundo o Coordenador da DGV entrevistado, para apoiar os apicultores o Ministério da Agricultura tem uma Direção Geral de Veterinária que cuida da sanidade, saúde e defesa sanitária dos animais. Este órgão foi reestruturado e passou a ser denominado Direção Geral de Alimentação e Veterinária, pois a parte de alimentação está ligada à Veterinária e porque a estrutura portuguesa passou a ser idêntica à estrutura europeia.

A nível da sanidade apícola, nós temos possibilidade de ter três zonas: Zonas não Controladas, que não sabemos o que existe em termos de doença e não há controle sistemático das doenças; a Zona Controlada, que nós sabemos que existem doenças, mas que o risco é controlado, porque fazemos análises e estamos a trabalhar para acabar - existe um controle sistemático; e zonas *endémnes* (não existe ainda em Portugal) onde não há doenças. Isto é o caminho da apicultura (TÉCNICO DGV, 2012).

Este técnico salienta que, todos os anos, em junho, é preciso o apicultor informar, em uma declaração obrigatória, sobre suas colméias, porque se não declarar e perder num incêndio, não tem como comprovar, porque não declarou.

Este técnico informa que durante muitos anos o Estado assumiu a responsabilidade para combater a doença, mas passou para as associações, que têm que apresentar um programa sanitário e de formação todos os anos que quiser candidatar-se e, mediante o número de sócios, vão receber um valor para comprarem o medicamento de acordo com a necessidade, para dois a três tratamentos anuais. É obrigatório comprar também cera e quadros para fazer substituição das colméias. É um apoio às associações. Ele diz que, para adquirir o apoio quanto ao medicamento, as associações elaboram projeto, mediante discussão com os associados, registrado em Ata, informando a quantidade de apicultores elegíveis e o medicamento que deseja. A associação contata uma empresa para fornecer o produto e, independentemente do preço de mercado, cada apicultor tem direito a 10 euros por colméia, para comprar medicamentos, cera e insumos. Mas tem que ser através da Associação, pois esta é quem vai tirar a fatura. Todos os **associados** têm direito a esse benefício, independente do número de colméias que possua. Já o apicultor individual (não associado) só terá direito a este benefício se tiver um total de 400 colméias ou mais.

Essa regra faz com que o apicultor procure se associar a alguma associação, para ser beneficiado, mas com isso a associação fica com grande quantidade de pessoas que só se

associaram por interesse. O Coordenador da DGV entrevistado diz que “o projeto nasceu ao contrário, porque a necessidade de associação nasceu da necessidade de receber o medicamento e não da necessidade que ele sentiu de ser associado para poder se beneficiar de um trabalho qualquer”. Cabe às associações reverter isso, promover capacitações e estimular a cooperação.

As associações têm um papel fundamental na Zona Controlada e assumem sua gestão. De acordo com o técnico da DGV, entrevistado, o programa sanitário apícola tem a ver com uma evidenciação ou uma formalização daquilo que fazem as associações.

Tem um gestor na Zona Controlada e ele tem que fazer o relatório todo ano. O gestor é da própria associação que é responsável pela Zona Controlada. E ele tem que fazer um relatório de quantas amostras fizeram, quais resultados obtiveram, o que ficaram mais, o que ficaram menos, a nível de transumância (apicultura migratória), se teve aumento de doenças, etc. Todos os anos tem que fazer um relatório. Por isso eles são obrigados a fazer certo numero de amostras (TÉCNICO DGV, 2012).

O gestor da APIMIL diz que “é preciso conscientizar o produtor, pois ele tem que ser o primeiro responsável e deve saber que tem que ser uma das máquinas de desenvolvimento do sistema, não pode ser quem legisla, quem vai legislar olha só a legislação, mas sempre depende do próprio produtor”.

Freire (1981, p. 108) afirma que, “ao defrontar-nos com uma dada situação na qual, “entramos” independentemente de nossa consciência, temos nela a condição concreta que nos desafia”. Ele explica que esta situação problemática demanda sua superação mediante a práxis. Tomando a explicação de Freire (1981), os apicultores não ultrapassarão essa situação concreta na qual se encontram, somente por meio de sua consciência ou intenções, por melhores que sejam, mas de suas ações.

Entendemos que o problema da sanidade apícola em Portugal é grave e se não houver a adoção de um manejo adequado, por parte do apicultor, pode fracassar uma estratégia de alto custo para combater a doença das abelhas. As associações já promovem discussões permanentes, nas suas reuniões mensais, mas precisarão desenvolver estratégias criativas, porque nem todos os associados participam das reuniões, muito menos os que não estão associados, a quem cabe à associação disponibilizar os medicamentos. É preciso fornecer bastante informação, “no terreno”, como dizem os portugueses, indo até ao apicultor. Deveria haver alguma forma do apicultor ser beneficiado, se cumprir com suas obrigações e punido, se não cumprir, pois afinal poderá prejudicar toda a cadeia com uma atitude inadequada.

Entendemos que, a partir de uma prática adequada esses apicultores vão percebendo os resultados e tomando consciência da importância dos procedimentos corretos, o que os farão desenvolver sempre a prática correta.

7.2.4 Acesso a políticas públicas em Portugal

O acesso aos apoios oficiais de combate à varroa é facultado a todos os apicultores. Os apicultores individuais (não associados) podem se candidatar se tiverem um quantitativo superior a 400 colméias. Os que tiverem um quantitativo menor, obrigatoriamente terão que se associar para receberem apoio.

Para acesso ao subsídio para os jovens apicultores, o técnico da DGV entrevistado explica que “o apicultor terá que ter um número acima de 400 colméias que lhe permita fazer um programa”. Este limite de quantidade de colméias faz entender que há uma preocupação em fornecer o recurso na condição de que o beneficiário tenha possibilidade de estar num empreendimento auto-sustentável, que possibilite a geração de renda visando à emancipação. Por outro lado, os apicultores que estão acima de 40 anos (a grande maioria) já não têm acesso a esse benefício.

Segundo um jovem apicultor da AAPNM, contemplado com políticas públicas de geração de renda, ele recebeu o valor de 40 mil euros a fundo perdido, em duas fases. A fase inicial deu para começar e estruturar o negócio muito bem, porque no investimento para que a atividade seja viável o apicultor tem que ter 400 a 500 caixas. Ele diz que todo o investimento à volta disso, mesmo sem melaria, é na ordem de 70-75 mil euros e se não fosse essa ajuda do Estado, seria completamente impossível. Afirma que foi fácil receber o benefício, teve que fazer o projeto, mas recebeu ajuda de outra associação, que já tem experiência nisso.

O gestor da APIMIL entrevistado espera que os apicultores que sejam apoiados recebam o dinheiro e invistam, tenham uma quantidade grande de colméias e comecem em nível profissional. Mas acha que tem que haver um controle maior do cidadão. Ele afirma que houve através desse programa, um *boom* muito grande, com apicultores que quiseram pôr 400, 1000 colméias, apicultores com um número bastante grande de colméias e pondera:

Ou são indivíduos que têm alguém por trás deles, que já sabe da apicultura, para fazer um projeto para aumentar a capacidade de trabalho, ou se esse indivíduo não tiver ninguém isso vai ser um fiasco, porque eles não são indivíduos que vão se dedicar à profissão e muitas vezes não têm conhecimento para isso. Se eles não se dedicarem à profissão, vão ter colméias somente durante o período de

obrigatoriedade do projeto. Estou a ver esses indivíduos daqui a um tempo deixarem a atividade, ou melhor, só têm atividade enquanto tiver o projeto. Isso aconteceu com muitos projetos. Houve aí grandes iniciativas com relação a produção, com jovens agricultores, noutras áreas e grande parte deles já abandonaram seus projetos (GESTOR APIMIL, 2012).

Este é um incentivo muito importante, haja vista que possibilita a inserção do apicultor, com as condições para que seja um profissional da apicultura, com possibilidade de bom rendimento, mas é necessário apoio, acompanhamento e avaliação desses investimentos.

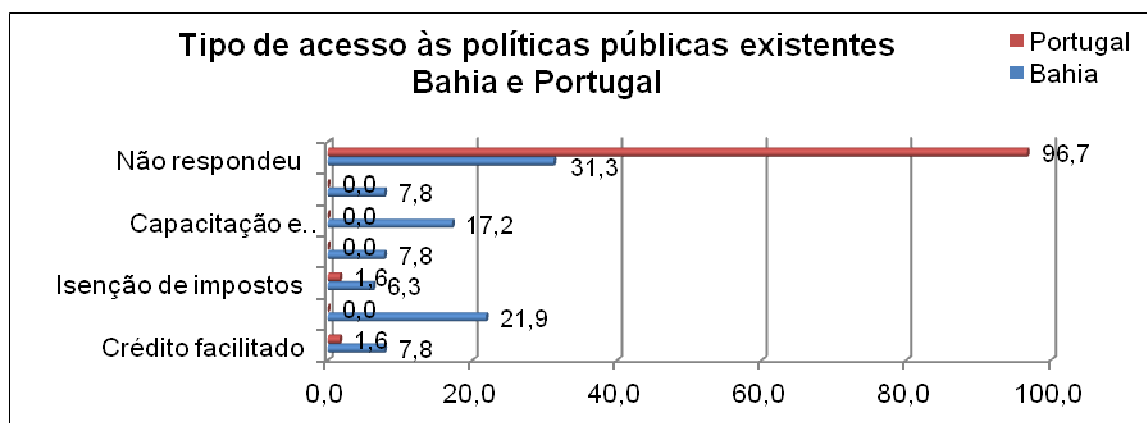
Em Portugal **1,6%** dos apicultores pesquisados afirmam ter tido acesso às políticas de apoio. Logicamente que há apoio do governo, como por exemplo, para o combate à doença das abelhas (varroa), e isenção de impostos, que beneficia a todos os apicultores, mas alguns disseram que nunca foram beneficiados, o que caracteriza falta de informação.

7.2.5 Acesso a políticas públicas: comparativo Bahia e Portugal

No que diz respeito ao acesso a políticas públicas para a apicultura, na Bahia 85,5% dos apicultores afirmam que têm acesso, enquanto em Portugal 88% dizem não ter acesso. Quando perguntado sobre o tipo de acesso, em Portugal 96,7% não responderam. Na Bahia 31,3% não responderam e os demais apontaram acesso a crédito, capacitação e isenção de impostos.

Percebe-se que na Bahia os apicultores têm consciência dos tipos de políticas públicas que existem, como a isenção de tributos, por exemplo, que existe em Portugal, mas não foi apontada pelos apicultores desse país. Vide gráfico 10.

Gráfico 10 - Tipo de acesso a políticas públicas



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

De acordo com os participantes do inquérito, a origem dos recursos aplicados no apiário é, em sua maioria, proveniente de recursos próprios, tanto na Bahia (68,8%), quanto em Portugal (88,5%). O percentual de apicultores que recorre a financiamento é ínfimo, sendo a média de 5% em Portugal e de 10% na Bahia, o que demonstra, conforme já mencionado anteriormente, que o custo para iniciar na atividade é pequeno, mas mesmo com créditos facilitados, os apicultores continuam com seus empreendimentos do mesmo tamanho.

7.2.6 Intervenções na Apicultura, na Bahia

Sobre as intervenções na cadeia produtiva do mel, a técnica da SUAF entrevistada explicou que o governo do Estado já vinha trabalhando com a cadeia produtiva, mas com o atual governo é que essa ação foi intensificada e tida como prioridade.

Segundo esta técnica, além das intervenções feitas nos diversos territórios com o processo de construção do Plano Estadual de Desenvolvimento da Apicultura, o governo investe também em assistência técnica e extensão rural e formação técnica do apicultor, mediante contrato de prestação de serviço entre a SUAF e organizações sociais que concorreram a uma Chamada Pública.

A nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi criada em âmbito federal e, depois, estadual. A Lei Estadual nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011, no seu Art. 2º, Parágrafo I, diz que ATER deve ser um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais e artesanais” (BAHIA, 2011b, p. 2). Esta Lei aponta para a necessidade de atuação na ATER com base em importantes princípios:

Agricultura com base ecológica, desenvolvimento rural sustentável, gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, assim como, a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, dentre outros (BAHIA, 2011b, p. 2).

Para o desenvolvimento de ATER no Estado, em 2012 o governo abriu o Edital de Chamada Pública ATER SEAGRI/SUAF nº 002/2012 com o objetivo principal de “promover a emancipação econômica e social das Famílias de Agricultores Familiares dos diversos territórios, na Bahia, através das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural”

(BAHIA, 2011b). Também teve como objetivos específicos, promover o atendimento aos agricultores e agricultoras mediante:

Realização de planejamento participativo, diagnósticos, reuniões de sensibilização, visitas técnicas, reunião/Dia de Campo, Seminário temático e avaliação participativa, para discussão, orientação e apoio à produção familiar de alimentos para a segurança alimentar e nutricional, acesso a mercados, organização social e transição agroecológica (BAHIA, 2012).

Neste sentido, deverá desenvolver ações para que os(as) agricultores(as) possam ter acesso a políticas públicas. O Edital enfatizou:

O estímulo à participação ativa e qualificada de jovens e mulheres nos espaços de proposição e decisão de políticas públicas para o meio rural, na formação de novas lideranças críticas e participativas nos movimentos sociais; na colaboração para a permanência dos mesmos no meio rural através da inclusão nos diversos processos de produção da agricultura familiar; no fomento ao associativismo e cooperativismo entre os povos do campo e implantação de sistemas de produção agroecológicos nas unidades de produção, de acordo com o diagnóstico de cada realidade (BAHIA, 2012).

Segundo a técnica da SUAF entrevistada, desde 2010 que a CECOAPI vem desenvolvendo assistência técnica mediante convênio com o Governo, através de equipe composta por pessoal de nível superior, técnicos agrícolas e agentes comunitários. Em 2012 a SUAF renovou convênio para continuidade ao trabalho de ATER que a CECOAPI já vinha desenvolvendo junto aos apicultores.

O gestor da CECOAPI explica que o convênio é para atender 2.500 famílias. A equipe é formada por 2 técnicos de nível superior, 2 de nível médio e 46 Agentes Comunitários de Apicultura (ACA) para o trabalho de ATER na região, sendo 44 para o trabalho de campo e 2 para trabalhar com cera. “Esse serviço de ATER abrange os três territórios aqui estudados e mais dois municípios do Território de Itaparica. O atendimento é preferencialmente onde temos Casa do Mel. Damos prioridade aos apicultores que estão próximos às Unidades de Beneficiamento” (TÉCNICA SUAF, 2013). Fazendo os cálculos constatamos que cada ACA fica responsável por 56,8 apicultores. E há técnicos para conduzir encontros e seminários.

Os gestores entrevistados consideram a assistência técnica um grande avanço para o fortalecimento da apicultura na região, devido aos laços que as Cooperativas e Associações conseguem criar com os apicultores, pela melhoria do manejo e qualidade do mel e pela possibilidade de conhecer melhor a realidade, buscando resolver os problemas existentes.

O gestor da CECOAPI diz que está sendo fornecida capacitação e a divulgação dos cursos é feita através de rádio, nas escolas e na sede. Também nas reuniões das associações

sempre há espaço para discutir temas importantes. Na pesquisa de campo realizada na Bahia 84,4% dos apicultores afirmaram receber assistência técnica (PESQUISA DIRETA, 2011).

O gestor da AAMJ entrevistado afirma que o incentivo do governo, com doação de caixas, assistência técnica, etc. conseguiu reduzir a atuação de meleiros na região. Ele afirma que o número de apicultores cadastrados pela EBDA na sua região subiu de 68 para 430. Ele diz ter boas expectativas com a renovação do contrato de ATER para 2012, pois vai haver motos para fazer o trabalho, vão ser distribuídas colméias com apicultores de comunidades carentes ou quilombolas. O gestor da CECOAPI, entrevistado em março/2013, informou que atualmente dispõem de 44 motos, para os ACA, 03 veículos e 10 GPS.

O técnico do Sebrae entrevistado pondera que o maior atravessador da Bahia dá assistência ao apicultor, fornece cera, apoio, etc. e ganha normalmente 20 centavos por kg de mel. Se a Cooperativa também não fizer essa logística, não vai atingir todo mundo. Ele salienta que, “além da assistência técnica, a Cooperativa também deveria se preocupar com o apoio ao apicultor produzindo cera alveolada e outros, para dar aos seus cooperados, para promover produtividade sempre crescente. É a filosofia do negócio”. (TÉCNICO SEBRAE, 2012). Esta ação é importante, tanto para a criação de laços entre a cooperativa e o apicultor, quanto para garantir as condições para melhorar a produtividade e qualidade do produto.

Dentre as instituições que fazem intervenções no setor apícola da Bahia, a EBDA contribui através de assistência técnica e capacitação para a prática racional da apicultura. De acordo com a técnica da EBDA entrevistada, além de orientação técnica, a EBDA também fornece capacitação à cadeia da apicultura, apoio e orientação para a constituição da organização, estatuto, registro, ata, etc., no sentido de promover a organização social dos apicultores para a formação de associações e cooperativas. Quanto à assistência técnica, o Estado tem uma dimensão muito grande e a quantidade de técnicos da EBDA é reduzida para atender todo esse universo.

A União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) é outra organização que desenvolve ações na área rural. É uma Organização Não Governamental sem fins econômicos e visa a apoiar e fortalecer a agricultura familiar e economia solidária. Atua apoiando as entidades de modo geral, não tem um programa específico para a Cadeia do Mel, mas tem assento na Câmara Técnica da Apicultura. Apoiar as cooperativas no acesso às políticas públicas, na gestão, formação de gestores, prestação de contas, nota fiscal eletrônica, declarações anuais, entendimento da parte contábil. (TÉCNICA UNICAFES, 2011).

Segundo o gestor da COOARP entrevistado, a UNICAFES tira dúvidas e fornece conhecimentos importantes sobre captação de recursos, elaboração de projetos, Atas, parte contábil, etc. Entretanto, apesar de ter a característica de ser uma boa parceira para o setor, constatamos que poucas cooperativas do mel, na Bahia, estão filiadas a ela. A técnica da UNICAFES entrevistada entende que a política de cooperativismo no Estado deve ser revista, pois as entidades precisam de mais apoio.

A equipe técnica do governo da Bahia vem construindo as bases para o desenvolvimento da apicultura, com a participação conjunta das associações e cooperativas e de todos os agentes envolvidos e isso é muito importante, pois envolve os atores sociais no processo. Os agentes dizem que essas intervenções têm o enfoque na geração de renda, na qualidade de vida dos apicultores e no desenvolvimento sustentável.

Entendemos que a Assistência Técnica que vem sendo implementada com base na Lei de ATER poderá contribuir para a construção da cidadania e o desenvolvimento sustentável, se implementada conforme definida na Lei, já que prevê intervenções com base na pesquisa-ação, entendida como “modo de ação coletiva, em que a pesquisa está associada a uma estratégia de intervenção com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável” (BAHIA, 2011b, p.1) e institui a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BAHIA, 2011b, p.1).

Com base nessa Lei a ATER deveria ter uma equipe multidisciplinar e atuar com base na pesquisa-ação. Entretanto, a equipe que existe não dará conta de atender ao que está especificado na Lei. A intervenção vem sendo feita de forma meramente técnica. Seria um passo muito importante se realmente essa filosofia fosse aplicada na prática.

As intervenções na cadeia produtiva do mel requerem a participação de todos os atores sociais envolvidos, mas está faltando mais participação, de acordo com alguns agentes entrevistados. Consideramos que as instituições de base deveriam estar lutando para a melhoria das condições de vida do povo rural. Isso traduz a desarticulação dessas instituições com o setor apícola. As universidades estaduais teriam papel preponderante nesse processo. A UEFS não participa da Câmara Setorial. Já desenvolve pesquisas sobre o mel, mas é preciso acionar o outro tripé da Universidade – a extensão – mediante socialização dessas pesquisas. O governo poderia articular uma parceria com as universidades investindo mais em pesquisa. Um trabalho deste nível precisa ter a participação efetiva de todos, não somente dos apicultores.

7.2.7 Intervenções na Apicultura, em Portugal

Em Portugal as intervenções na apicultura são coordenadas pelas associações e apoiadas pelo governo, que também disponibiliza técnicos para que as associações façam o trabalho de orientação aos apicultores. É fornecida assistência pelas Associações, mas só há um ou dois técnicos para o universo de apicultores ligados àquela associação. No inquérito realizado, na questão sobre quem fornece Assistência Técnica, em Portugal, 68,9% dos apicultores não responderam. Isto quer dizer que esta ação não está atingindo a todos os apicultores.

O presidente da FNAP diz que cada associação tem um técnico que visita o apicultor, faz colheita de amostra para análise, dá formação e assistência técnica. Ele diz que “as orientações são em grupo. Individualmente não pode, porque será uma prestação de serviço, que não fazemos. Aqui os técnicos vão fazer visitas para resolver problemas” (GESTOR FNAP, 2012).

O gestor da AAPNM entrevistado diz que a associação fornece assistência técnica, apoiada pela Comissão Europeia e Governo Português, como projeto do Programa Apícola Nacional (PAN) e dispõe de 02 técnicos para atender aos 300 apicultores. Ressalta que a assistência é feita em grupos, ou na medida em que são procurados. O gestor da APIMIL entrevistado diz que só dispõe de 01 técnico para atender aos 120 associados, o que torna impossível o atendimento individual nos apiários, principalmente pela distância entre eles. Este gestor afirma que os treinamentos técnicos que fornece são mais voltados para a qualidade e produção, orientações básicas de apicultura, mas também abrange um pouco temas como associativismo e gestão. Há também ações para com a comunidade consumidora. “Temos com escolas, com habituação do consumo do mel por parte das crianças, temos com a comunidade da terceira idade, sobre a propriedade do mel e dar a conhecer também outras informações. Também palestras, feiras, workshops” (GESTOR AAPNM, 2012).

A Assistência Técnica é um fator de extrema importância para os apicultores, pois contribui para o desenvolvimento de competências e a melhoria da qualidade do produto. Entretanto, podemos considerar que, com esta média de 120 a 150 apicultores por técnico fica difícil a assistência técnica para todos os apiários, principalmente devido à grande área de abrangência das associações. Também é possível perceber que esta ação é realizada de acordo com demandas pontuais. Não há um programa, mas um apoio para a busca de solução de

problemas. A orientação aos consumidores é uma ação bastante necessária, haja vista a cultura de comprar o mel sem observar a procedência.

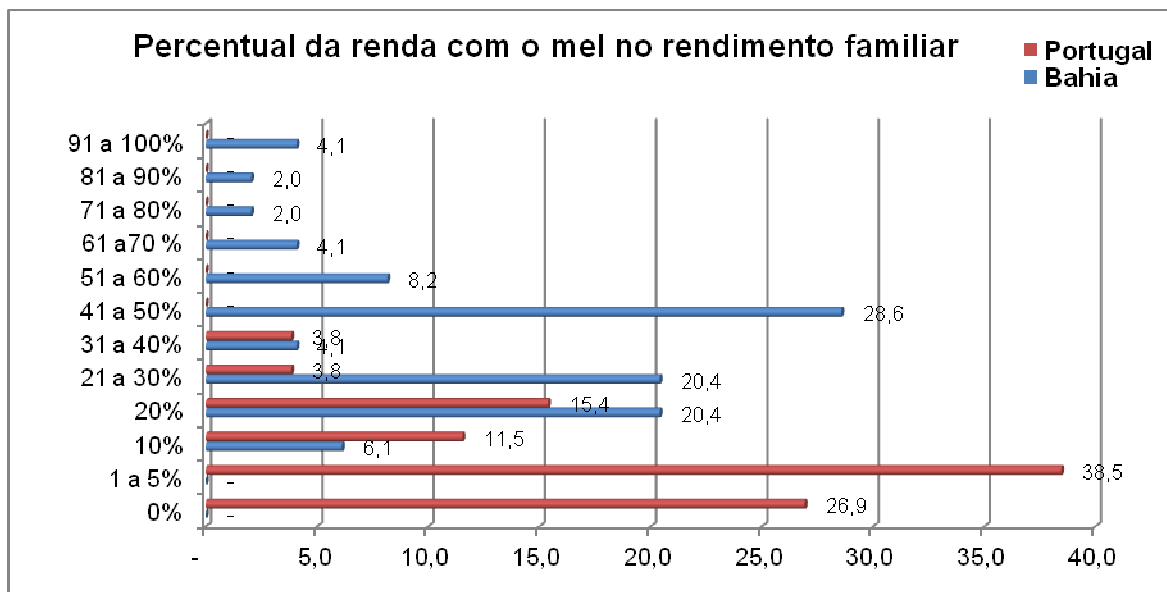
As associações, nos dois países, promovem capacitações para os apicultores, em diversos temas, como higiene e qualidade, técnicas de manejo e condução do apiário, orientações diversas, técnicas de gerenciamento do apiário, mas ainda há um grande percentual de apicultores que não estão tendo acesso a essas capacitações.

7.2.8 Geração de renda: inclusão produtiva, emancipação e sustentabilidade

Será que as intervenções na apicultura têm propiciado a emancipação econômica do apicultor? A apicultura é uma atividade propícia à geração de renda, mas só poderá contribuir para a emancipação econômica do apicultor, se os processos forem desenvolvidos com os devidos critérios de qualidade, com aplicação de boas práticas de produção, manejo adequado e com uma quantidade de produção que propicie viabilidade econômica.

A apicultura é considerada pela grande maioria de produtores, tanto da Bahia quanto de Portugal, como uma atividade complementar em que o apicultor não se dedica com profissionalismo, comprometendo a qualidade e produtividade. Em geral, isso ocorre porque os apicultores não têm condições de investir no negócio, ou porque investem mais nas suas outras atividades. Observamos, entretanto, diferenças em relação ao percentual da renda obtida com o mel no rendimento familiar, com uma situação diversa entre os dois países. Para mais de 75% dos apicultores da Bahia o percentual da renda com o mel representa entre 20 a 50% da renda familiar, enquanto em Portugal 65,4% de apicultores afirmam que o seu rendimento com o mel representa de 0 a 5% da renda familiar. Nenhum apicultor português informou que o seu rendimento com o mel ultrapassa 40% da renda familiar, o que caracteriza predominância da característica da apicultura como atividade complementar. Vide gráfico 11.

Gráfico 11 - Percentual da renda com o mel, no rendimento familiar



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Na **Bahia**, a maioria dos/as apicultores/as é agricultor/a familiar que cultiva para subsistência e o recurso que adquire com o mel representa bastante no total da sua renda, mas não é suficiente para sobreviver com dignidade. Já em **Portugal**, estes dados retratam uma situação percebida no que diz respeito à política que garante a isenção para o apicultor que produz até 500 kg. Os apicultores entrevistados podem ter demonstrado receio em declarar algum rendimento a mais com o mel, o que certamente levou a esses números. É preciso desenvolver ações para que a produção dos apicultores, nos dois países, seja aumentada em um limite que tenha viabilidade e possa dar sustentabilidade ao apicultor.

O que se constata é que a maioria dos apicultores tem pequena produção, atua na apicultura como atividade complementar e a quantidade que produz não atinge rendimento que possibilite a viabilidade do negócio. Outro aspecto que dificulta o avanço da apicultura é a descapitalização do produtor. Na Bahia 01 caixa com 02 melgueiras custa 150 reais, sem falar na indumentária, fumegador, casa do mel, etc. Para quem vive na incerteza da colheita do que planta sobra muito pouco recurso para investir na apicultura. No caso baiano eles recebem uma média de 10 caixas para iniciar o empreendimento e isso não dá retorno suficiente para reinvestir.

O gestor da COOAPI diz que, em geral os apicultores não discutem a viabilidade econômica de suas organizações, não participam de comércio solidário e sua percepção é de

que “o mercado é bruto mesmo”. Isso demonstra que os apicultores estão precisando de apoio no sentido de ampliar sua visão de cooperação, visando a sua inserção na economia solidária.

A FEBAMEL destaca que os elevados custos do beneficiamento de mel nas Casas do Mel e nos Entrepósitos registrados reduzem a margem de lucro. Segundo esta fonte, para alcançar viabilidade econômica uma cooperativa precisa reunir pelo menos 50 a 100 toneladas anuais de mel, o que se torna difícil porque algumas empresas espalham atravessadores pelo sertão para comprar mel à vista, enfraquecendo as cooperativas. E muitas vezes compram mel beneficiado fora de instalações registradas (FEBAMEL, 2011).

O gestor da COOARP entrevistado afirma que em 2010 a Cooperativa vendeu quase 300 toneladas de mel e que, para assegurar viabilidade econômica precisa produzir uma média de 400 toneladas por ano. Observa-se que há pouca diversificação da produção, pois, segundo este gestor, só se produz mel e muito pouca própolis e apenas um produtor produz pólen na sua região. Ele salienta que a cera produzida é para o próprio apicultor utilizar no apiário e que, em 2010 esta Cooperativa vendeu somente 1,5 toneladas de cera.

Uma apicultrora da COOAPIT diz que o ano de 2010 foi fraco, pois ela só conseguiu produzir 500 kg de mel, com 40 caixas. Ressalta que tem umas colmeias com mais produtividade que outras. Entregou 100% do seu mel para a sua Cooperativa, a R\$ 3,30 o kg e com isso ganhou 1.650 reais nesse ano. Ela tem outra atividade na agricultura e apesar desse resultado, diz que a produção do mel compensa, pois não dá muito trabalho e “o dinheiro vem na hora certa, sempre vem no final de ano e ajuda”. Afirma que gosta de lidar com as abelhas e nunca trabalhou como empregada de alguém. É a única mulher da sua cooperativa.

Este depoimento permite perceber que esta atividade pode ser perfeitamente desenvolvida pelas mulheres e jovens do campo, ampliando as suas possibilidades de geração de renda. Podemos observar que a produção do mel não toma muito tempo, permitindo o desenvolvimento de outra atividade paralela. Se o apicultor tiver consciência do grande potencial de geração de renda deste setor, poderá ter maior interesse em investir nesta atividade e se tornar um apicultor profissional, aumentando o seu rendimento em direção à sonhada emancipação financeira. Neste sentido, é preciso que as associações e cooperativas promovam capacitações sobre empreendedorismo social, com base na cooperação, entre outras.

Na AAPIT, o gestor entrevistado diz: “nunca paramos para discutir as soluções para a entressafra”. Ele acha que a alternativa é estimular parte de apicultura migratória, mas poucos usam, principalmente porque a maioria usa a apicultura como atividade secundária. A renda

com apicultura pode até ser a principal, mas o apicultor não percebe isso, porque ele trabalha mais em outra atividade que ele confia que dá mais rendimento e não investe na apicultura.

Percebemos que as questões que levantamos despertaram em alguns gestores alguns questionamentos e idéias para a busca de soluções para problemas recorrentes.

De acordo com o técnico do MOC entrevistado, o agricultor familiar tem como característica a pluriatividade. Ele afirma que a criação de abelhas (apis e melíponas) é uma alternativa viável e possibilita uma renda extra para esses agricultores, mas não é a atividade principal. Ele afirma que a apicultura no território nunca é o ‘carro-chefe’.

Eles fazem tudo e quando sobra tempo vão cuidar do apiário. É preciso profissionalizar esses apicultores para compreenderem a importância da produção das abelhas para o incremento da sua renda. Além disso, com a presença das abelhas a produtividade deles na agricultura também aumenta devido à polinização. Um dos maiores polinizadores do tomateiro é a mandassaia. A produtividade pode aumentar em até 30% e o mel da mandassaia é caro (60 reais) e essa abelha é nativa da região, se adapta muito bem. Por isso, o MOC estimula a pluriatividade e a criação de melíponas (abelhas nativas, sem ferrão) (TÉCNICO MOC, 2011).

Isto permite perceber que a apicultura é uma alternativa para a melhoria da renda, não somente dos apicultores, mas também dos agricultores familiares, com aumento da produtividade agrícola.

Na COOARP, o gestor entrevistado afirma que nesta Cooperativa há uns 30 produtores (23%) que atuam na apicultura como atividade principal, mas 77% ainda desenvolvem a apicultura como atividade complementar. Desta forma, a pequena quantidade que produzem não assegura um ganho necessário para a sua subsistência. O técnico do Sebrae entrevistado acha que o maior desafio é elevar a produtividade e para isso é preciso que o apicultor se especialize em apicultura, faça migratória e se dedique bastante.

Podemos perceber que, trabalhar produzindo 500 kg de mel por ano não dá para a subsistência do apicultor. Com as ações desenvolvidas pelo Governo o apicultor poderá aumentar sua produção. Entretanto, o clima não é muito propício, ele tem que ter apiários em áreas com boa flora ou fazer a apicultura migratória. E isso será possível, se houver dedicação e certeza de que terá um bom retorno. Provavelmente falte a esses apicultores essa certeza, para ter a coragem de investir e se dedicar ao seu empreendimento. Os estudos científicos poderiam ajudar muito nisso também, mapeando as áreas boas para apicultura.

7.2.8.1 Viabilidade da apicultura para o empreendedor social: buscando emancipação

No decorrer do processo de investigação sentimos necessidade em saber até que ponto as quantidades produzidas pelos pequenos apicultores contribui para a sua subsistência e entender o limite em que o apicultor pode considerar que sua produção tem viabilidade econômica. Neste sentido, apresentamos uma simulação. Consideramos o valor médio de R\$ 4,00, para venda no mercado atacadista e R\$ 7,50, que é o valor que o apicultor obtém vendendo para o PNAE.

Se, por exemplo, o apicultor produzir, na Bahia, 500 kg e vender a R\$ 4,00 ele terá um rendimento anual de R\$ 2.000,00, o que equivale a R\$ 166,67 mensais. Entretanto, se ele vender esta mesma quantidade a R\$ 7,50 poderá obter R\$ 312,50 mensais (quase o dobro).

Desta forma, podemos perceber que, se o apicultor vender diretamente ao consumidor final, para ter um rendimento mensal acima de 600 reais, o mínimo que deve produzir é **1.000 kg**. Entretanto, se ele vender para o atravessador, ou mesmo repassar para a Cooperativa, para ter rendimento equivalente, deve produzir **2.000 kg**. Vide tabela 2.

Tabela 10 - Viabilidade na produção do mel - Simulação

Produção - Kg	Valor - R\$	Rendimento	Rend. Mensal
500	4,00	2.000,00	166,67
500	7,50	3.750,00	312,50
1000	4,00	4.000,00	333,33
1000	7,50	7.500,00	625,00
2000	4,00	8.000,00	666,67
2000	7,50	15.000,00	1.250,00
3000	4,00	12.000,00	1.000,00
3000	7,50	22.500,00	1.875,00

Fonte: Pesquisa direta (2012).

Esta simulação permite perceber o limite mínimo para o apicultor obter sua sustentabilidade com a produção de mel, bem como a importância da inserção dos apicultores nos benefícios das políticas de compras do governo, no sentido de melhorar sua renda. O ideal seria o apicultor ter uma produção mínima de 3.000 kg, para obter melhor rendimento, no caminho para a emancipação econômica.

Alternativas podem ser desenvolvidas para melhorar o rendimento com a apicultura, pois existem outras formas de geração de renda, que não seja apenas por meio da venda do mel. Além da produção de subprodutos (sabonetes, pão de mel, bebidas, etc), a Associação de

Apicultores de Ribeira do Amparo (AAPIRA) pratica a polinização como fonte de renda e parece ser a única na região a fazer isso. Segundo dois apicultores entrevistados na AAPIRA, a Associação presta esse serviço para uma grande empresa (do Ceará) que produz melão na região, cultiva em torno de 500 hectares e empregou na última safra, 862 pessoas, com cerca de 1.600 empregos indiretos.

A AAPIRA calcula o tamanho da área, verifica os interessados, e rateia entre todos os associados que desejam colocar colméias. O acesso é discutido em reunião e todos se manifestam e participam. Se houver mais interessados do que a necessidade da empresa, é feito um rateio. O serviço é prestado, com o devido manejo e ao receber, o dinheiro é rateado entre os apicultores, de acordo com o número de colméias que cada um colocou.

Questionamos sobre agrotóxico e esses apicultores informaram que a empresa tem certificação de que utiliza agrotóxico de modo racional e não prejudica em nada o mel, pois são feitas análises em todas as safras e não apresenta nenhum resíduo. Eles explicam que o melão produz o pólen e não o néctar. As colméias são colocadas lá, mas não é feita nenhuma colheita do mel, pois essa polinização é feita no verão, época que não tem florada e todo o mel ou pólen produzido pelas abelhas são deixados para sua alimentação. Assim, quando chega a florada, as colméias estão fortes. Eles afirmam que a polinização aumentou a produção de melão em até 70%. Saiu de 2 toneladas por hectare, para 36, depois que colocou as abelhas. Esse processo de polinização é feito com acompanhamento e manejo adequado, as abelhas são colocadas em um lote, por 22 dias, depois são retiradas para outro lote e assim, vão polinizando a área.

A AAPIRA fez uma parceria com essa empresa e também firmou um acordo, uma espécie de troca: durante a época que não tem florada os apicultores colocam as caixas na área de plantação, para as abelhas fazerem a polinização e recebem por este serviço. Em troca, durante as floradas deixam os enxames na área da plantação, onde as abelhas podem explorar a vegetação rasteira que existe, para colher o néctar. E nesse período eles colhem mel. Com isso, eles têm rendimento durante todo o ano. Além disso, muitos apicultores não tinham área para suas colméias e agora estão tendo trabalho e renda. Eles dizem que o benefício foi muito grande para todos, pois muitos partiram de 10 colméias para 80 ou de 50 para 300 colméias e houve uma melhoria muito grande para todos, na produtividade e na qualidade de vida.

Esses apicultores afirmam que a empresa emprega muitas pessoas e tem um esquema de responsabilidade social, se envolve nas iniciativas de reflorestamento que as entidades fazem e outras. A Associação está se preocupando com o meio ambiente, está desenvolvendo

projeto para recuperar as nascentes dos rios e das micro-bacias e essa empresa vai ajudar nisso.

Observamos que esta é uma boa alternativa, que beneficia a todos e esta estratégia de polinização pode ser feita com as plantações da agricultura familiar. Neste sentido, é preciso que haja, junto aos apicultores, um estudo para detectar a necessidade disso na região, para que as associações e cooperativas possam estimular esse tipo de ação, beneficiando a produção da agricultura familiar, de forma planejada, contribuindo para assegurar o desenvolvimento local sustentável. É preciso convencer os apicultores a deixarem mel para as abelhas, pois percebemos que não há o hábito de alimentar as abelhas.

Em **Portugal**, perguntado ao técnico responsável pela DGV, como é que os pequenos apicultores, sem condições financeiras, podem conseguir a inclusão produtiva e emancipação, indo pelo caminho da apicultura, ele responde:

O pequeno produtor não tem hipótese, não tem rentabilidade. Ele não tem apoio, depende da zona. O jovem de até 40 anos recebe, mas se for para um empreendimento. Nossa realidade baseia-se praticamente na sua distribuição, isto não está muito atual, mas de qualquer maneira já demonstra uma realidade. A apicultura pode ser uma alternativa para a melhoria das condições de vida da população, mas com esses dados, não, porque a média que predomina em Portugal, de 20 colônias, vai produzir 500 kg de mel, no máximo, a 2,70 euros, são cerca de 1.000 euros e em geral é só uma cresta (colheita), uma vez por ano. Esse valor é baixo e ainda tem que manter as colônias, fazer o tratamento com o medicamento, com a colméia sem o mel, para não contaminar o mel, não gerar resíduo no produto (TÉCNICO DGV, 2012).

Esses procedimentos exigem dedicação do apicultor e parece que ele terá maior comprometimento se o retorno valer a pena, pois ele tem outras atribuições. Esta realidade precisa ser modificada, para que haja a emancipação econômica desses produtores. Enquanto a produção for tão pequena, não haverá rentabilidade que possibilite maior dedicação à atividade e esta continuará com a característica de ‘complementar’ e sem contribuir de forma significativa para a subsistência do apicultor, quiçá sua qualidade de vida.

Um apicultor da AAPNM disse que estar associado melhorou sua vida porque neste momento tem expectativa de uma atividade com alguma rentabilidade e pôde ter acesso aos apoios oficiais. Ele diz: “nós juntos temos mais força, mais capacidade reivindicativa, mais capacidade de chegar ao poder de decisão”. Essa visão é importante, mas precisa ser compartilhada, para que resulte em alguma mudança efetiva.

Entendemos que **as intervenções e as políticas públicas** que se desenvolvem junto aos apicultores contribuem para a geração de renda, no caminho para o desenvolvimento local sustentável, pois eles passam a ter uma fonte de renda e a autonomia nas decisões sobre o seu

apiário, propiciando aprendizados importantes e condições para que as famílias se mantenham no campo, trabalhando com base no desenvolvimento local sustentável. Quanto à emancipação econômica, com o apoio inicial que é oferecido na Bahia não há condições para a emancipação econômica, mas é um começo. Já em Portugal, a ajuda para os jovens é bastante significativa e pode possibilitar ser autosustentável, se o recurso for bem aplicado e administrado.

Na Bahia existe isenção total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para os apicultores associados. Entretanto, segundo a técnica da SUAF entrevistada,

Hoje a Câmara Setorial está tentando a desoneração, que significa a isenção para o produto das abelhas, ao invés de isenção somente para as cooperativas. Por que estão querendo isso? Para aumentar emprego, aumentar as vendas, etc. Além disso, os compradores pagam 17% de ICMS e acaba repassando isso para as cooperativas, mediante desconto no produto. As cooperativas também defendem a desoneração, porque assim todos se beneficiam (TÉCNICA SUAF, 2013).

Essa discussão é importante e é preciso ser bem pensada. Ao invés de se tratar os desiguais de forma igualitária, seria importante que o valor arrecadado fosse reinvestido na apicultura, visando a combater as desigualdades e estimular o desenvolvimento local sustentável.

7.2.9 Empreendimento individual: um contraponto

Para melhor compreender a viabilidade do empreendimento apícola buscamos como contraponto ao modo de produção cooperada, conhecer a experiência de um apicultor individual, proprietário de uma empresa, que foi entrevistado para esta pesquisa. Este apicultor afirma produzir a quantidade média de 45 kg por colméia, muito acima da média observada nos três territórios estudados. É um ‘apicultor profissional’, com mais de 20 anos de experiência, que começou com poucas colméias e com apicultura migratória e conseguiu ampliar seu negócio.

Este apicultor afirma que participa como membro da Câmara Setorial, membro do Comitê de Sanidade Apícola e como representante do Conselho de Medicina Veterinária, cuja função é prevenir e monitorar as doenças das abelhas. Este Comitê foi criado em julho de 2011. Ele diz que, como está tendo sumiço das abelhas no mundo, o pessoal está preocupado. Ele participa de todos os eventos sobre mel e salienta que ganhou o prêmio ‘Melhor Apiário do Estado em 2010’, o prêmio máximo da apicultura – destaque do agronegócio 2010.

Possui uma Casa do Mel, um Entrepasto com SIF e vários estabelecimentos comerciais em Feira de Santana e Salvador. No Entrepasto faz a seleção do mel e todo o processamento. E possui um laboratório, onde faz a análise dos produtos e a industrialização de outros.

Para manter seu negócio, dispõe de 16 funcionários e às vezes contrata mão de obra temporária, pagando em torno de um a um e meio salário mínimo. Tem promotor de vendas e representante, que ganha comissão, chegando a mais de 1.000 reais de salário.

Este apicultor – empresário, tem como objetivo a produção do mel, mas diz que, para manter os empregos precisa criar outras fontes de renda. Desta forma, busca diversificar a produção e criar estratégias de comercialização. Assim, desenvolve vários subprodutos oriundos das abelhas. Produz a cera, que vende para salões de beleza; sabonete com própolis; pão de mel e também trabalha com produtos naturais pra sustentar o negócio, pois na época que não tem florada precisa de recurso para pagar os funcionários; cria diversos tipos de mel, em embalagens diferentes, em torno de 30 produtos. Produz os compostos – mel com alho, mel com própolis, mel com favo etc. – e comercializa enxame – núcleo com cerca de 20 mil abelhas, já com a rainha. Também comercializa equipamentos. Já fabricou quadros, mas agora os compra prontos, para comercializar. Monta apiário, mas diz que não tem muita demanda.

Os produtos que não produz ele compra, agrega valor e comercializa nos seus estabelecimentos. Dentre esses produtos, destacam-se a própolis – que industrializa, processando no seu laboratório em forma de extrato – e o pólen, que comercializa e diz consumir diariamente para sua saúde.

Ele presta serviço, dando assistência ao apicultor. Diz que é um defensor das abelhas e já orientou profissionais do Corpo de Bombeiros a retirar enxames de área residencial sem precisar queimar as abelhas.

Ele diz investir bastante em divulgação. Desenvolve estratégias para dar visibilidade ao seu produto e, neste sentido, mantém profissional que faz divulgação, arruma prateleira, etc., visando a ter um diferencial e destacar o seu produto no mercado.

Sua estratégia de mercado é vender no varejo, nos seus próprios estabelecimentos, como também para estabelecimentos comerciais em todo o Estado da Bahia e Sergipe. Ressalta que já exportou, mas através de uma empresa exportadora de São Paulo. Só que deixou esta atividade, pois já não acha vantagem exportar, por causa da concorrência, principalmente da China.

Ele reclama da morosidade do Brasil para solucionar problemas da apicultura. Relata que a China teve um problema grave de doenças que estava contaminando o mel e resolveu

em dois anos, enquanto o Brasil teve um problema mais simples, de restrição para exportar por causa de um controle de resíduos sólidos da apicultura e levou uns quatro anos pra resolver.

Podemos perceber que, enquanto esse apicultor empresário diversifica a produção e agrega valor ao produto, para assegurar viabilidade econômica, a Cooperativa Central vende o mel para empresa de outro Estado (atravessadores) que agregam valor e exportam. A diversificação da produção seria uma alternativa para melhorar a renda do apicultor, mas, segundo um gestor de cooperativa, falta diversificação de produtos na região, pela falta de incentivo, mas também, pela falta de iniciativa dos próprios associados.

Conversamos com outros apicultores individuais, tanto no Brasil, quanto em Portugal e todos bem sucedidos. Temos exemplo de outro apicultor individual na Bahia, que apresenta um caminho de sucesso parecido. No Piauí, no Congresso Nacional de Apicultura, também tivemos a oportunidade de conhecer empresas de outros Estados, que utilizam estratégias similares e com sucesso.

Em **Portugal**, conversamos com apicultores individuais que também são casos de sucesso. Em algumas regiões os apicultores produzem bebidas com o mel, como licor, vinagre especial de mel com ervas e o hidromel, que dizem ser a primeira bebida produzida no mundo e que tem um delicioso sabor e eles vendem como se vende o vinho verde ou o choppe, em máquina de pressão (que dá um sabor gaseificado), nas diversas feiras medievais ou nas muitas feiras que fazem pelo país.

Percebemos que a produção do mel é um negócio que pode dar bons resultados. Entretanto, além da produção em grande escala, é preciso estratégias de diversificação da produção, de comercialização e de divulgação.

7.3 COOPERAÇÃO: CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

O trabalho com apicultura é uma grande oportunidade de geração de ocupação e renda para os apicultores das regiões aqui estudadas. No Semiárido baiano são várias as dificuldades que a maioria da população rural vivencia, sem emprego formal, muitos sem terra para produzir e sem condições de inclusão produtiva, até mesmo sem iniciativa, sem opção e sem saber como obter rendimento. A inserção na apicultura é um caminho para começar um empreendimento que possibilite rendimento. Os apicultores recebem alguma ajuda, como os

materiais, vestimenta, etc, para começarem o seu empreendimento e são direcionados para se associarem a uma organização social, que vai dar orientação e apoio.

Com isso, os apicultores estão vivenciando formas de trabalhar em cooperação, a partir das suas necessidades e certamente aprendendo com a prática. Buscamos lançar luz sobre esses processos de cooperação, a partir das experiências relatadas, no sentido de compreender se, conforme Jesus e Tiriba (2009, p. 80) são resultantes:

De uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas.

Verificamos até que ponto o modo de produção do mel se constitui em formas de produção incorporadas no sistema dominante ou representam fontes alternativas de produção e de novas relações de produção e, também, em que medida os processos de produção cooperada, adotados na apicultura e na meliponicultura, atendem aos princípios da responsabilidade socioambiental. Neste sentido, apresentamos os depoimentos dos diversos agentes da cadeia produtiva sobre o processo de cooperação, o protagonismo dos apicultores e sua contribuição para a transformação da realidade social em que vivem.

7.3.1 Participação dos apicultores, na Bahia

A participação dos apicultores nos processos de cooperação, na Bahia, é um problema apontado por diversos gestores das associações e cooperativas. Esses gestores reclamam que a disponibilidade dos apicultores para participar das reuniões é um problema, devido a suas outras atividades, pois no momento em que estão na reunião, estão deixando de ganhar.

O presidente da FEBAMEL ressalta que, dentre os principais problemas vivenciados pelos apicultores, destacam-se a falta de união e cooperação entre os próprios apicultores e a difícil convivência com os atravessadores, que dificulta a fidelização dos apicultores às suas entidades (GESTOR FEBAMEL, 2011). O gestor da CECOAPI entrevistado diz que a participação dos apicultores nas reuniões é maior em épocas de safra.

Eles se organizam para fazer compras coletivas de insumos, quando necessário, mas é preciso melhorar muito a participação. O pessoal ainda não tem a cooperativa como "nossa" organização, muitos entram na cooperativa porque precisam, para comercializar seu mel. A gente tenta sensibilizar os apicultores sobre isso, mas não é fácil e muitos preferem vender a R\$ 3,90 para o atravessador, do que deixar para suas cooperativas os 20 centavos, entregando a R\$ 4,00 (GESTOR CECOAPI, 2011).

O gestor da COOAPI entrevistado também ressalta que um grande problema é a falta de consciência do apicultor e do sentimento de pertencimento. A participação depende da sua percepção do que é importante e do que é bom para seu interesse (GESTOR COOAPI, 2010).

O gestor da AAPIT afirma que tem alguns problemas com a participação.

Muitas vezes o apicultor não participa das reuniões, mas sempre está interagindo e usufrui da estrutura para processar o mel. A participação dos apicultores sempre tem que melhorar, todas as organizações sofrem com isso, porque na época de entressafra, sem ter produção o pessoal fica desanimado e cai a participação, tem reunião que mal dá o quorum. A oportunidade de participar de reuniões sempre gera novos aprendizados (GESTOR AAPIT, 2012).

Em outra associação os apicultores (em reunião) apontaram a pouca participação dos associados e pouca frequência nas reuniões. Eles acham que faltam compromisso e interesse dos associados, pois “já ficou sem reuniões por 3 meses, pela falta de participação”. Entendem que falta união e companheirismo, falta cultura cooperativista e existe o individualismo. Alguém disse: “as abelhas trabalham unidas e os apicultores trabalham se matando”.

Esta situação demonstra que as associações lidam com dificuldades de toda ordem e é fundamental o papel da liderança para agregar e buscar a união de todos. A percepção que tivemos é de que há conflitos internos nessa associação devido a insatisfações quanto a algumas questões internas, somadas às dificuldades de acesso dos apicultores aos benefícios das políticas públicas e insatisfação de alguns com a atitude de lideranças da cooperativa a qual também estão ligados. Este foi o único caso em que percebemos insatisfações nesse nível.

Na Cooperativa de Inhambupe os apicultores discutiram em reunião sobre a falta de participação dos sócios e a entrada de novos cooperados. Disseram que há cooperativa que, para aceitar o ingresso do novo sócio, tem que ter aprovação de cinco sócios. Percebemos que isso é uma barreira à entrada de novos associados, o que pode se constituir em um processo de exclusão, mas também pode estimular a criação de novas organizações. Esta cooperativa não pensa em criar barreiras. Este gestor acredita que, “quanto mais puder pegar pessoas aí e puder formatar cooperativas, com pessoas honestas, melhor. O sistema capitalista é muito fácil de explorar o homem que não tem educação” (GESTOR COOAPI, 2010).

O gestor da AAPIT salienta que na região há muitos apicultores e ainda são poucos associados. Percebemos que ainda existem apicultores trabalhando individualmente e o

governo, juntamente com a CECOAPI, poderia atuar no sentido de estimular e orientar a inserção desses apicultores nas entidades já existentes, ou a criarem novas associações.

As fragilidades e dificuldades apontadas pela diretoria da COOAPI são a falta de assiduidade dos sócios e a mentalidade de participação, que não existe. Uma das soluções apontadas é a mudança através da educação do ser humano. A percepção da diretoria é de que até o momento (2010) ainda não se aplicou nenhuma política pública na apicultura.

Refletindo no sentido do que diz Jesus e Tiriba (2009, p. 81), de que, “ao contrário da competição, em que um trabalhador ou um grupo de trabalhadores tenta maximizar suas vantagens em detrimento dos demais, a cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para se atingirem objetivos comuns”, esse esforço coletivo parece ainda não estar sendo realmente efetivado entre nessas entidades. Mas será que está havendo “clareza” quanto a esses objetivos comuns, para que todos entendam quais são? Esse seria um ponto para outra pesquisa. Entendemos que a cooperação existe quando há essa mesma busca, por parte de todos. Daí a importância de realização de processos de construção coletiva de autodiagnósticos e planejamento estratégico participativo.

7.3.2 Participação dos apicultores, em Portugal

Em Portugal, a participação dos apicultores nas associações ainda é pequena. O gestor da AANP salienta que a participação é pequena, não só na sua associação, mas em todas. Ele afirma que os apicultores por natureza são individualistas.

A luta de nossa associação é mais por esse aspecto do que pela comercialização. O nosso objetivo será juntar os apicultores, colocar a produzirem mel de qualidade, bem apresentado, seguir as boas práticas e boas técnicas de fazer apicultura. O apicultor vive sozinho com as abelhas, é muito difícil conseguir a participação. O melhor é aprender com os outros, a conversar, discutir idéias, princípios e formas de fazer as coisas e devido ao pouco espírito associativo isso é difícil (GESTOR AANP, 2012).

Segundo este gestor, nesta associação as reuniões ocorrem mensalmente, mas são mais conversas com os apicultores iniciais, pois a reunião para decisão ocorre uma vez por ano. Já a direção se reúne semanalmente. “Também existem reuniões ordinárias, mas vem 3 a 4 pessoas. Já houve 2450 associados, mas agora temos cerca de 400” (GESTOR AANP, 2012).

As associações fazem reuniões mensais com os apicultores, mas nem todos participam. Na reunião da APIMIL, em Monção, o Presidente da Câmara reclamou que houve

certame com produtos da agricultura e faltou a participação do setor apícola, apesar do apoio às feiras (100 mil euros) para promover o setor primário, considerado primordial. Chamou a atenção para a importância da apicultura e da sanidade apícola, alertando que é preciso deixar de amadorismo, pois dá prejuízo.

O gestor da APIMIL ressaltou que a Federação conseguiu fazer um bom trabalho este ano em Santarém, na Feira Nacional. Afirma que “hoje em dia o nosso mercado não está aqui. Temos que ter muito boa produção, mas produção equilibrada, com conhecimento e com qualidade. E depois uma boa investigação, com apoio das universidades”.

O coordenador da DGV diz:

A participação dos apicultores é um problema. Por exemplo, as análises de mel que precisam ser feitas em um universo de 374 colméias só se consegue 14 amostras, mesmo sendo gratuito, o que não tem expressividade nenhuma. Ao candidatar-se a algum programa, é obrigado a fazer análises patológicas e químicas de mel, pois esse é um dos parâmetros obrigatórios pra se candidatar. Os laboratórios oficiais têm suas dificuldades, inclusive de equipe e para fazer uma pesquisa de resíduos tem que ter reagente, que tem custo. O programa paga e a associação que vai fazer 30 amostras recebe 900 euros (TÉCNICO DGV, 2012).

Sobre isso, o gestor da APIMIL explica que só conseguiu 10 análises e se espantou porque a professora da Universidade Nova de Lisboa, que fez as análises, falou que a associação que enviou mais amostras foi a dele. Apesar da dificuldade da associação em obter a participação dos apicultores, o coordenador da DGV afirma que, com o processo de cooperação pôde perceber certa melhoria na formação. Entretanto, ele ressalta:

Tem que mudar a apreciação da associação. Aquela situação que existe no Brasil, de pessoas que tenha uma associação que os permita juntar, produzir, etc, isto aqui é muito diferente. Existem casos concretos de pessoas que estão dentro da cooperativa, da associação e que tenta sair pra conseguir algo melhor fora. Se através da cooperativa ele entrega seu vinho, a uva, mas só vai receber no ano seguinte, quando eles comercializarem, então se ele puder vender a uva, para receber à vista, ele vai fazer isso. As associações são boas, são dinâmicas, depende muito do dinamismo e do serviço que presta, mas o apicultor não é fiel, ele não tem compromisso, hoje está aqui amanhã está ali e isso em nível das cooperativas é mal. É preciso haver alguém que os motive para alguma coisa, porque a experiência de cooperativa falhou em alguns casos. E na cooperação? Compras coletivas, organizar para alguma ação coletiva, etc., é um bocado mais complicado. Mesmo assim, é vantagem a cooperação, pois se não tiverem uma associação não podem se desenvolver (TÉCNICO DGV, 2012).

Podemos perceber uma grande dificuldade na agregação do pessoal em torno de uma causa comum. A APIMIL, por exemplo, tem em seu corpo de associados apicultores de lugares bem distantes, não é uma associação local, com um grupo pequeno de associados buscando solucionar seus problemas, mas um grupo oriundo de localidades diferentes, muito

distantes entre si, que nunca consegue se reunir, todos, ou a maioria, nas suas reuniões mensais, como na Bahia, apesar dos esforços e estratégias do gestor, que faz reuniões itinerantes. Entendemos que essa distância faz grande diferença. Na Bahia as associações são locais, do mesmo território de identidade e a quantidade de associados é bem menor. As decisões são bastante participativas, as reuniões conseguem atingir cerca de 80% de associados, enquanto que na APIMIL, em Portugal, o percentual que percebemos de participação nas reuniões é em torno de 30%.

Os apicultores se associam principalmente pela necessidade. Um apicultor da APIMIL entrevistado diz que para ser apicultor a primeira coisa é registrar-se como apicultor e fazer parte de uma Associação de Apicultores, na sua região. Ele tem 34 colméias, começou há três anos e acha que quando conseguir controlar as doenças das abelhas é que vai melhorar. Acha que é importante estar associado porque melhoram os conhecimentos e é mais fácil andar assim os dois juntos do que só. Um apicultor, não associado, entrevistado disse que não se associa porque não confia, prefere trabalhar sozinho.

Um apicultor da AAPNM aponta como razões para participar da Associação, o auxílio na venda dos produtos, capacidade de promover formação, auxílio na orientação da produção. Também o fato desta associação disponibilizar recursos, como a melaria, pois ele não precisa ter uma, já que há uma comunitária e isso é muito importante, porque já é uma despesa que não tem. Sobre a interação dos apicultores, este Apicultor diz que “cada um é um e temos possibilidade de participar desse processo de cooperação, mas há uns que utilizam mecanismos independentes, porque a Associação não obriga nem os próprios associados a vender a ela” (APICULTOR AAPNM, 2012).

Os gestores, bem como os apicultores entrevistados em Portugal, demonstraram um bom nível de percepção e conhecimento estratégico do setor. Os problemas vivenciados, com relação ao grau de participação dos apicultores parecem ser semelhantes aos da Bahia. O raio de ação da APIMIL, por exemplo, pudemos comprovar, por meio de um dos apicultores entrevistados, que reside em Vieira do Minho e teve que se descolar 112 km para participar da reunião no município sede, em Vila Nova de Cerveira. Eles costumam fazer reuniões itinerantes para facilitar a participação dos associados.

A partir do que foi observado nas regiões estudadas, nos dois países, podemos concluir que alguns atores sociais possuem uma visão de mundo orientada para a solidariedade e compromisso com o coletivo, mas, de modo geral, a percepção dos entrevistados aponta para um comportamento individualista, ainda. Todavia, como vários atores refletiram, a presença

de pessoas participativas e com uma visão de coletividade já contribui para uma mudança gradativa no sentido de influenciar os demais.

Verificamos que o modo de produção do mel se constitui em formas de produção incorporadas no sistema dominante, mas também representam fontes alternativas de produção e de novas relações de produção, mesmo que em grau inicial. Entendemos que a apicultura consiste em uma atividade que atende aos princípios da responsabilidade socioambiental, pela sua própria natureza, como já mencionado neste trabalho, e principalmente pelo que pudemos observar no discurso dos diversos atores, nas várias reuniões e entrevistas que participamos.

7.3.3 Protagonismo e cidadania: a metáfora da cooperação

Um dos interesses nesta pesquisa é perceber, até que ponto a dinâmica da cooperação estimula o protagonismo dos apicultores e o desenvolvimento do seu papel de cidadão e de que forma os processos de cooperação contribuem para a transformação da realidade social em que vivem os apicultores. Sempre houve um histórico de descaso para com o homem do campo, na região do Semiárido, o qual não tinha assegurado os seus direitos básicos de cidadão (acesso à água, luz, saúde, educação, etc) e que, conseqüentemente, não exercia o direito de ter direitos. Como esta região sempre possuiu índices elevados de analfabetismo, fome e miséria, esta consciência de ser cidadão se tornava ainda mais distante. Esse indivíduo estava acostumado a aceitar a miséria (fome, sede), que vinha junto com a seca, como uma coisa natural, obra da natureza. Eles recorrem ao divino para pedir chuva e prosperidade, muitos sem a consciência dos seus direitos de cidadão; o direito de ter políticas públicas, não só para minorar essas dificuldades, mas para assegurar o desenvolvimento sustentável da região. Neste sentido, a organização social pode exercer um papel preponderante. O indivíduo, em vista das dificuldades, se une a outros para buscar soluções para os problemas comuns e vai aprendendo, na prática, a exercer a sua cidadania.

Os apicultores utilizam as abelhas como exemplo de trabalho em cooperação e respeito à natureza e afirmam estar aprendendo com elas, a trabalhar em grupo. Na **Bahia**, o gestor da COOAPIT entrevistado diz que na região existem as associações comunitárias e vários apicultores fazem parte nas suas comunidades, e ele próprio também faz parte de uma delas, desde 1998.

Essas associações comunitárias trazem retorno para a comunidade, como por exemplo, o primeiro telefone, um posto de serviço. A primeira antena parabólica da

comunidade é comunitária, a associação conseguiu através de um deputado. Tem hoje um centro de formação comunitária, um galpão grande para curso, essas coisas, foi a Associação quem conseguiu. A energia é cadastrada pela Associação. A Associação cadastra as pessoas. O objetivo das associações comunitárias é discutir a agricultura, pois trabalham com agricultura e fortalecer o grupo para buscar melhoria para a comunidade (GESTOR COOAPIT, 2012).

Este gestor afirma que “as pessoas que mais participam da Cooperativa de Apicultores são aquelas ligadas a alguma Associação comunitária. É nós lá do Cajueiro, Herivelton, lá da Carnaíba, etc, a maioria faz parte de associação comunitária”. A apicultrora da COOAPIT diz que a preocupação de sua cooperativa é só com o trabalho do apicultor, mas a sua associação comunitária trabalha com outras questões que beneficiam a comunidade.

Essa participação do apicultor em uma associação comunitária é muito importante, pois ele aprende a discutir coletivamente os problemas comuns e buscar solução conjunta, reivindicando seus direitos. Aprende a conquistar melhorias para sua comunidade, a se sentir útil e protagonista de sua história. A cooperação é muito importante e parece ser aprimorada com a prática. O gestor da AAPIT diz que o processo de cooperação e as reuniões ajudaram a ‘trabalhar’ o grupo.

A gente brinca e comenta sempre que nossas reuniões quando não tem muito assunto, começa a ser um curso. Um fala um problema e discute aquele problema com a participação de todos. Tem os técnicos aqui que já têm experiência, pessoas que participam de congresso sempre, tem pessoas capacitadas. Uns que sabem mais e os que sabem menos. Houve alguma mudança pessoal? Não posso ver uma pessoa dizer que vai cortar uma árvore ou fazer queimadas. O próprio pessoal diz aqui nas reuniões que *a abelha ensina a gente*. Nossas reuniões são mensais e tinha um período ai sem produção, meio crítico, o pessoal começou a sugerir que fosse bimestral, fizemos isso e todo mundo reclamou, voltou a ser mensal. O pessoal é unido. O pessoal sentiu falta. Tem algum mês que é preciso mudar a data porque as pessoas participam de outra associação na comunidade. É pra não perder uma reunião (GESTOR AAPIT, 2011).

Essas reuniões se tornam um aprendizado e o grupo cresce junto. Eles dizem que **aprendem com as abelhas** a trabalhar em grupo e a respeitar e cuidar do ambiente. É muito importante essa percepção e a comparação do trabalho deles com o das abelhas. Essa metáfora os faz compreender o processo de cooperação de uma forma simples. O gestor da AAPIT entrevistado entende que o trabalho cooperado traz muitos benefícios para a comunidade: “mais trabalho, melhora a economia, os filhos de apicultores estão ficando na localidade e muitos estão voltando para ficar na região”. É um caminho para o desenvolvimento local sustentável.

Nas reuniões que participamos pudemos perceber o envolvimento de todos nas discussões e o elevado grau de participação. Esta entidade está desenvolvendo um trabalho

em que se percebe o compromisso dos associados para com os objetivos comuns, diferente de outras em que constatamos menor grau de participação.

A técnica da SUAF entrevistada ressalta:

As cooperativas reclamam do individualismo do apicultor e da falta de cooperação. É preciso trabalhar essa questão cultural para que eles entendam esse processo e se conscientizem da necessidade de suprir e fortalecer a Cooperativa. Esse é o grande desafio: fazer o apicultor compreender esse processo cooperativo e associativo. A estrutura física é importante, mas a estrutura organizacional dos próprios produtores é mais importante – organização da produção, gestão, assistência técnica. É preciso trabalhar fortemente esse processo. A SUAF está fazendo reunião com cada entidade, para discutir os entraves e buscar soluções conjuntas (TÉCNICA SUAF, 2012).

O modelo de produção cooperada não avança mais pela falta de compreensão do processo. A relação com a comunidade é importante e deveria ser uma estratégia também das associações, não somente do apicultor. As associações devem assumir o seu papel de responsabilidade social, buscando interagir com a comunidade e desenvolver ações que tenham efetividade e relevância, visando ao desenvolvimento local sustentável. Dentre essas ações, importante seria o estímulo à geração de renda para jovens e mulheres.

Em **Portugal**, o apicultor da **AAPNM** acredita que a participação do apicultor na associação faz com que ele seja protagonista na construção de uma nova realidade, na medida em que participa efetivamente de sua associação.

Traz esse lado, mas penso que lamentavelmente muitas pessoas estão nas cooperativas e associações apenas a pensar no benefício próprio e esquecem que às vezes para ganhar 20 é preciso dar 100. Isso torna muito difícil, tem a ver com a mentalidade das pessoas. Essa é uma dificuldade da Associação, o individualismo de alguns apicultores, muitos apicultores, pois enquanto um grupo pequeno está disposto a dar de si à Associação e está disponível para se ocupar uns com os outros, há um grupo muito grande que não tem essa consciência. Esse grupo mais atuante acaba por promover mudanças. Aos poucos esse pequeno grupo, não só se tem mantido como tem ganhado alguns elementos apesar de haver um peso muito grande de gente que não quer saber do associativismo pra nada, só pensa no seu bem e pronto. Mas a Associação tem muito a ganhar se esta mentalidade ganhar (GESTOR AAPNM, 2012).

Realmente, a metáfora das abelhas parece ser para uma minoria. Uma pequena minoria que percebe a importância do trabalho em cooperação. Em Portugal, os apicultores trabalham individualmente em todas as etapas da cadeia produtiva e fazem parte da Associação porque precisam se informar, receber os medicamentos, etc. Alguns se unem, de forma informal, para comercializar, outros, para colher o mel. Um apicultor da AAPNM diz que faz o processamento do mel na Associação. Ele faz a coleta individualmente, embora tenha um

grupo de apicultores que se ajudam uns aos outros na coleta do mel. “É um grupo informal, de amigos, um agrupamento informal”. Ele afirma:

Apesar da dificuldade que existe, pelo individualismo, mas há um grupo que está cooperando, que está participando. É um grupo pequeno, mas essas pessoas é que vão manter vivas essas associações, elas é que vão, no fundo, livrar o caminho, porque as pessoas sozinhas são muito pouco, cada um sozinho não tem capacidade nem dimensão nem produz quantidade suficiente para fornecer ao mercado, de maneira que não existe alternativa ao associativismo e temos que trabalhar bem de uma forma, tanto quanto possível desprendida. Eu penso que essa forma desprendida de trabalhar em associativismo é que vai manter a sustentabilidade da própria atividade. Cada um sozinho não poderá tirar todo o rendimento que a atividade pode dar (APICULTOR AAPNM, 2012).

Este depoimento nos faz entender que há apicultores que têm consciência da importância da cooperação e que a cooperação se dá quando há núcleos de pessoas convencidas e atuantes que buscam apoio externo e perseveram na busca de disseminar a cooperação.

Essa questão do individualismo o gestor da APIMIL ressalta como uma dificuldade e salienta a necessidade de se estabelecer direitos e deveres. Ele alerta: “por isso tem que ver como é gerido, tem que ter profissionalismo, ver o que se quer fazer e estipular contrato, o grupo tem que assinar contrato para gerar responsabilidade, porque pra vender se assume compromisso com o comprador” (GESTOR APIMIL, 2012). Por outro lado, este gestor acredita que os processos desenvolvidos na Associação, as regras, as reuniões, os encontros, tudo, se constitui em processos que contribuem para despertar no apicultor a consciência de cidadania. Ele afirma:

É muito importante essa parte, a associação como nós fazemos, fazemos muitas vezes feiras de amostragem e demonstração, porque que estamos cá, qual é o nosso objetivo de estar com a apicultura, não o mel. O cidadão tem que perceber onde estão os animais, onde está a visitação, que tipo de visitação está e conhecer o meio rural. O próprio cidadão tem que saber onde trabalha e o que está a fazer. Se ele alterar alguma coisa vai ser responsável por essa coisa. O povo tem que saber isso e de onde é que vem isso. O nosso processo é em cima de transparência, trabalhar muito com o cidadão. Não adianta fazer um bom produto se o cidadão não se conscientiza. A Associação tem o dever de educar não só o próprio apicultor como também o próprio cidadão. Quando ele vem e faz a demonstração e palestra e educação ambiental e tal, já nesse caso está exercendo a cidadania ativa. E cidadania ativa que é uma coisa diferente, né. É o cidadão perceber que se alterou alguma coisa ele vai ter que pagar. Essas são algumas coisas em que o cidadão cresce e a Associação cresce (GESTOR APIMIL, 2012).

Importante ressaltar o nível de consciência deste gestor, que certamente fará uma grande diferença para sua Associação, com sua percepção de cidadania e visão estratégica do papel da associação e da liderança. Mesmo com as dificuldades, apontadas pelos

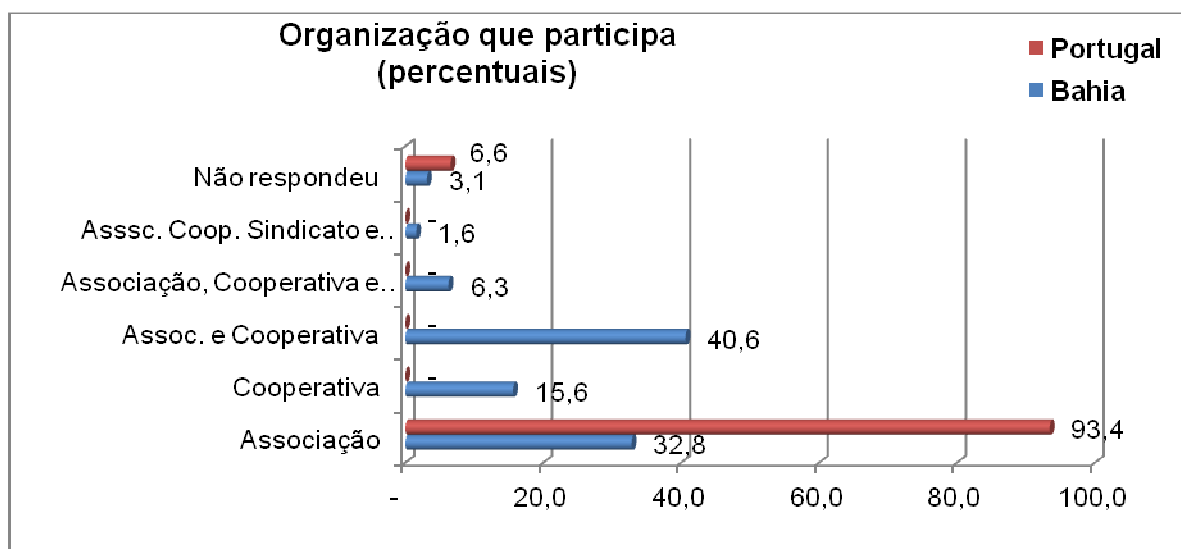
entrevistados, de baixa participação de uma grande maioria, uma minoria pode fazer a diferença, especialmente se assume o papel de liderança.

Essas associações, na Bahia e em Portugal, podem estar construindo processos sociais que se constituem em “caminhos para uma transformação social qualitativa, bases para uma realidade menos injusta socialmente, e perspectivas para o exercício de uma democratização radical nas relações de poder” (GÖHN, 2000, p.92), pois, como diz Arroyo (2000), nesses processos existem dimensões educativas. Entretanto, bem poucos demonstram perceber a dimensão desses processos, mas há quem perceba.

Um aspecto vale ressaltar em Portugal, que tem uma característica diferenciada da região estudada na Bahia: em Portugal não tem miséria como na Bahia, onde o homem do campo convive com a seca e a falta de moradia digna e de água, entre outras grandes dificuldades.

O trabalho das associações é muito importante. Tanto em Portugal quanto na Bahia os apicultores se associam a uma organização social como uma necessidade, principalmente para unir forças no sentido de vencer as adversidades e para ter acesso a políticas públicas (apoios oficiais). Em Portugal os apicultores se associam a uma associação. Já na Bahia os apicultores fazem parte de uma associação e também de uma cooperativa, principalmente os que precisam comercializar. Assim, 40,6% dos apicultores que são associados, na Bahia, também fazem parte de uma cooperativa. Em Portugal, 93,4% fazem parte de uma associação e 6,6% não responderam, conforme gráfico 12.

Gráfico 12 - Organização que participa



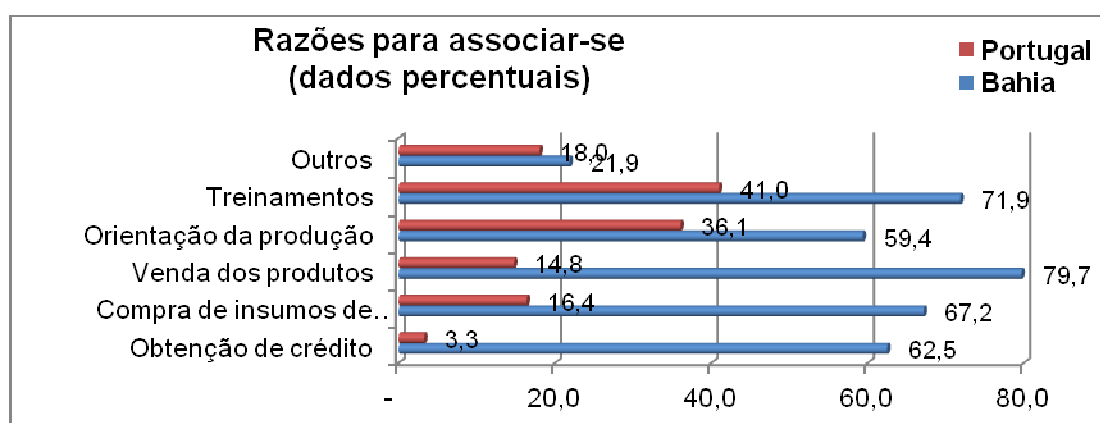
Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Como dizem Jesus e Tiriba (2009, p. 81), “a cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para se atingirem objetivos comuns”. Verificamos associações com mais coesão de seus membros do que outras, mas observamos um esforço coletivo, tanto na Bahia quanto em Portugal, para a resolução dos problemas vivenciados pelos apicultores. Podemos entender que esses apicultores possuem as características de empreendedores sociais, pois, conforme Parente e outros (2011), buscam alternativas diversas para sua sobrevivência e superação dos desafios sociais. Entretanto, esses “empreendedores sociais” ainda precisam aprender a conviver e trabalhar de forma associada, pois, conforme diversos agentes entrevistados, ainda prevalece a cultura do individualismo.

7.3.4 Razões para a cooperação

Sobre as razões para associar-se, na **Bahia** o percentual de apicultores que se mostra interessado é bem maior e, dentre os motivos, a obtenção de crédito, compra de insumos para a produção e venda dos produtos se destacam em relação a **Portugal**, devido a dificuldades vivenciadas na região e distância com o mercado, o que não acontece em Portugal, onde há mais facilidade para distribuir o produto embalado. Em Portugal os apicultores se sentem motivados pelas orientações e treinamentos (36,1 e 41%, respectivamente), bem como pela possibilidade de compra e venda dos produtos, conforme gráfico 13.

Gráfico 13 - Razões para associar-se



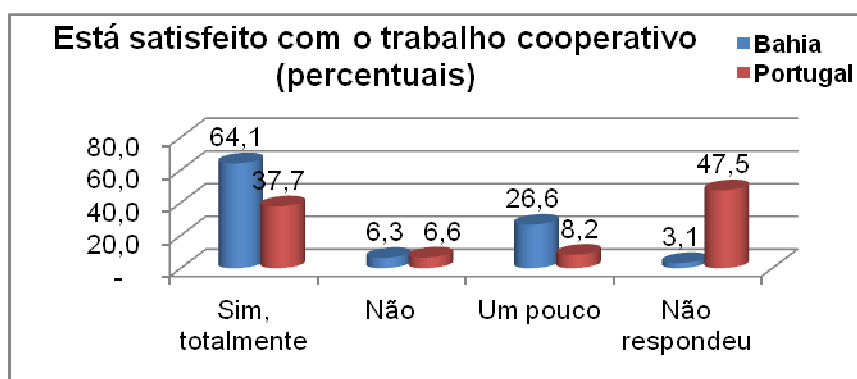
Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

As razões para os apicultores se associarem estão relacionadas às vantagens que poderão obter, no sentido de melhorarem sua produção e obterem retorno financeiro. Eles almejam sua emancipação econômica, que os possibilitem a viver dignamente.

7.3.5 Satisfação com a Cooperação

Conforme dizem Jesus e Tiriba (2009), o ato de cooperar, ou trabalhar em conjunto está associado à idéia de ajuda mútua, com ênfase na coletividade, resultante de uma visão de mundo e de ser humano, bem como do compromisso com essa coletividade. Entendemos que esse compromisso em fazer parte e contribuir com essa coletividade deve ser um ato voluntário de querer fazer e querer participar. A satisfação com essa participação dependerá do atendimento às próprias expectativas. Diante disso, buscamos investigar junto aos apicultores, dos dois países, o grau de satisfação com o trabalho cooperado e constatamos que a satisfação com o trabalho cooperado é maior entre os apicultores da Bahia, onde 64,1% disseram estar totalmente satisfeitos e 26,6%, um pouco satisfeitos, com um percentual de 6,3% de não satisfeitos. Um percentual de 3,1% não respondeu. Já em Portugal, 37,7% afirmaram estar totalmente satisfeitos, 8,2%, um pouco satisfeitos, 6,6%, não estão satisfeitos e um percentual mais elevado (47,5 %) não respondeu, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 - Está satisfeito com o trabalho cooperativo



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

A satisfação com o trabalho cooperativo é decorrente de uma série de fatores, inclusive com relação à gestão e atendimento a sua expectativa de melhoria na renda, etc. Entretanto, torna-se importante conhecer o grau de satisfação, porque isto pode ser um dos

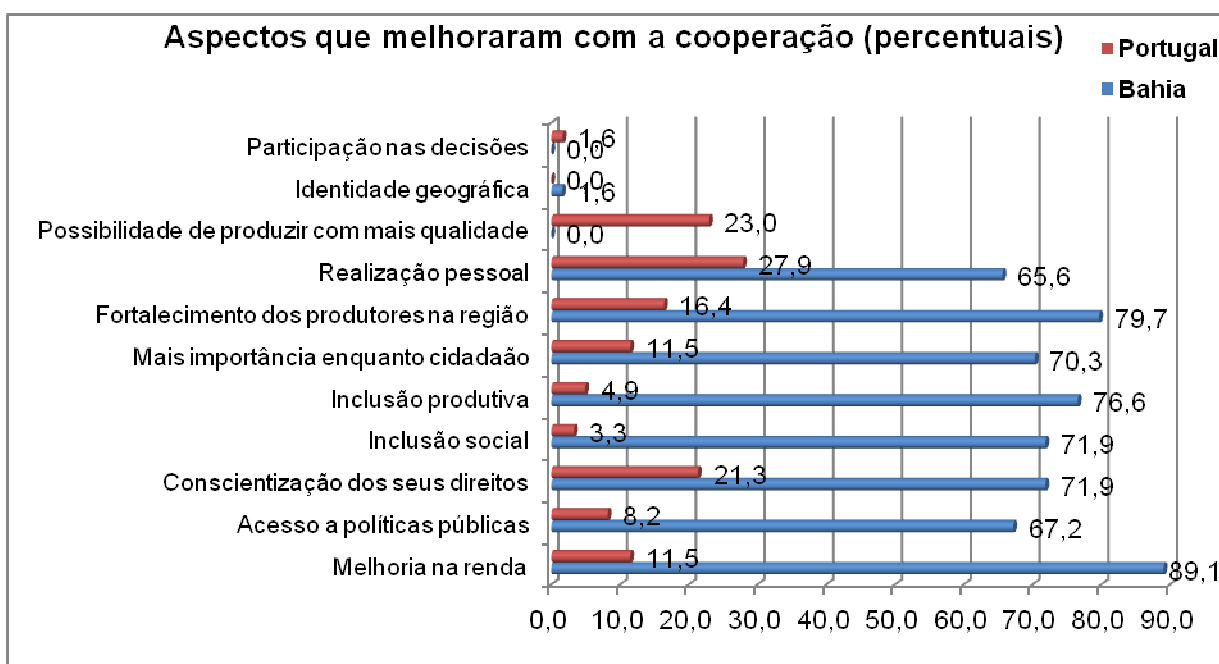
fatores determinantes para o grau de participação. A omissão em responder à questão pode significar que essas pessoas não estejam satisfeitas nem insatisfeitas, com o trabalho cooperado ou que, estar ou não satisfeitas é algo irrelevante, principalmente no caso de Portugal, que essas pessoas trabalham individualmente e não enxergam muito essa cooperação.

Um apicultor da AAPNM entrevistado se diz satisfeito com o trabalho cooperativo. Acredita que o benefício é o contato com os apicultores, com técnicos da Associação, que ajudam, dão informação, a própria associação, com a infraestrutura, por exemplo, a melaria, transporte de material. Ele diz ter sentimento de pertencimento à Associação. “Neste momento sinto-me perfeitamente integrado e faço parte de um grupo de gente que tem um interesse em comum, que é a apicultura e os produtos da apicultura”.

Sobre os **aspectos que melhoraram com a cooperação**, entre 65,6% a 89,1% dos apicultores da **Bahia** apontaram (nessa ordem): melhoria na renda, fortalecimento dos produtores na região, inclusão produtiva, inclusão social, conscientização de seus direitos, acesso a políticas públicas e realização pessoal.

Em **Portugal** o percentual de apicultores que respondeu variou de 1 a 27%, destacando (nessa ordem) os seguintes fatores: realização pessoal, possibilidade de produzir com mais qualidade, conscientização dos seus direitos, fortalecimento dos apicultores na região, maior importância enquanto cidadão, melhoria na renda, acesso a políticas públicas, inclusão produtiva, inclusão social e participação nas decisões. Vide gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15 - Aspectos que melhoraram com a cooperação



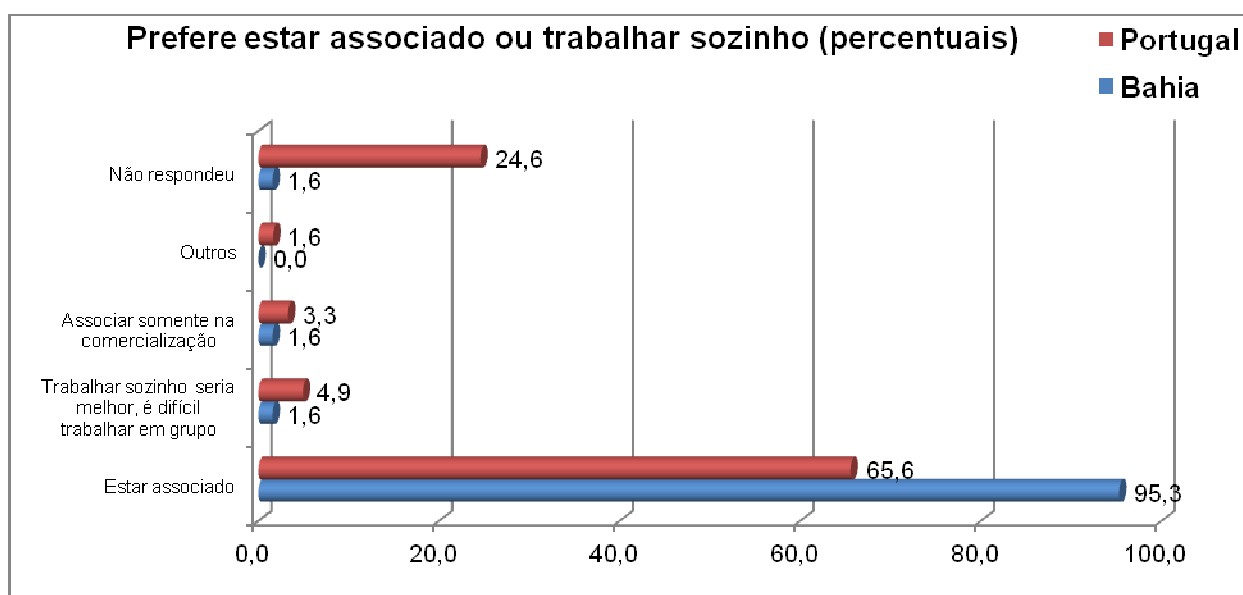
Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Podemos perceber que na **Bahia** a maioria dos apicultores apontou quase todos os itens como melhorias resultantes da cooperação, enquanto que em Portugal a maioria dos apicultores não considera que a cooperação tenha trazido melhorias. O percentual de apicultores portugueses que responderam a esta questão foi muito reduzido. Entendemos que isso se deve ao fato de que os apicultores portugueses pesquisados trabalham mais individualmente, conforme discutido anteriormente. Até mesmo uma grande vantagem de Portugal em relação ao Brasil – a Denominação de Origem – não foi apontada por eles como resultante da cooperação.

7.3.6 Opção: trabalho associado ou individual?

A opção pelo trabalho associado é uma determinação da maioria dos apicultores da Bahia e de Portugal. Na **Bahia**, a grande maioria dos apicultores (95,3%) prefere estar associado e 1,6% dos apicultores da Bahia preferem trabalhar sozinhos, pois acreditam ser difícil trabalhar em grupo. Em **Portugal**, 65,6% preferem estar associados e 4,9% preferem trabalhar sozinhos. Outros 4,9% preferem se associar somente na comercialização. Esses dados confirmam as respostas do gráfico anterior e coincidem com o quadro observado em Portugal, de um trabalho mais individual e pouca necessidade de cooperação. Vide gráfico 16.

Gráfico 16 - Prefere estar associado ou trabalhar sozinho



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Os apicultores pesquisados também não conhecem e não participam de processos de economia solidária, nem de Comércio Justo e Solidário, em nenhum dos dois países. Perguntado se participa de Comércio Justo e Solidário, ou se há essa discussão, o presidente da FNAP responde que “em Portugal é pequeno ainda, pode haver em Lisboa. Muita gente, se perguntar por ai afora não vai saber o que está a falar”.

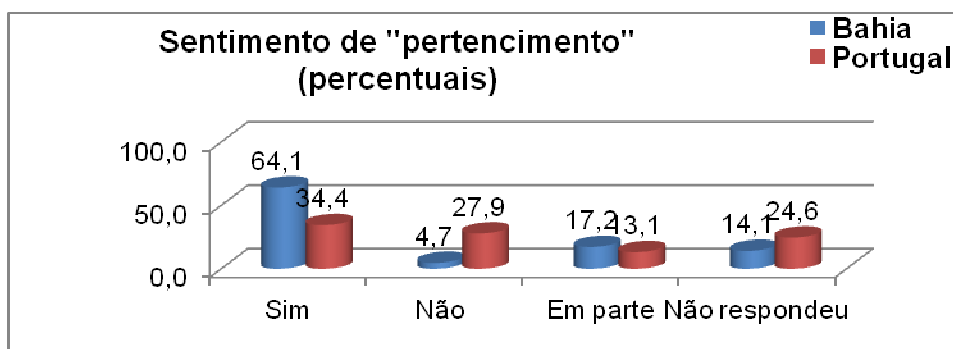
As entidades não promovem outras atividades visando ao crescimento pessoal, nem formação voltada para o associativismo, exceto a própria vivência. Desenvolvem mais capacitação e assistência técnica.

7.3.7 Sentimento de pertencimento

O sentimento de pertencimento é muito importante para quem participa de uma organização social ou de uma comunidade. Sentir-se parte daquele espaço e saber que lhe pertence cria um elo, responsabilidade e compromisso. Na apicultura, este sentimento depende muito da percepção do apicultor sobre o seu papel e o papel da direção da sua entidade, bem como da sua interação com os demais membros e, principalmente, com a direção.

Dentre os apicultores pesquisados na **Bahia** a maioria (64,1%) diz ter o sentimento de ter a entidade como sua. 4,7% não responderam e o restante optou “em parte” ou não respondeu. Em **Portugal** 34,4% disseram ter o sentimento de pertencimento e 27,9% disseram que não possuem esse sentimento. Vide gráfico 17.

Gráfico 17 - Sentimento de “pertencimento”



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

O sentimento de pertencimento é um fator muito importante para assegurar a participação e o compromisso dos associados. A liderança exerce um papel fundamental no sentido de conquistar essa adesão, aglutinar os apicultores e buscar a coesão. Assim, precisa cumprir o seu papel, de acordo com o regulamento da instituição, mas acima de tudo, mediante compromisso com a união, com a ética, conquistando a confiança de todo o grupo, para que todos sintam abertura para participar, questionar e dar opinião, se sentindo parte.

Percebemos que a associação que possui uma liderança democrática, comprometida, que estimula a participação de todos, tem um grupo mais coeso e mais participativo.

A técnica da EBDA entrevistada relata:

Além do problema da falta de profissionalização dos apicultores, muitos fazem pouco caso das coisas que recebem, tudo muito dado sem contrapartida, eles não se sentem donos. O grupo que se esforça para crescer, realmente trabalha junto e cresce. Quanto mais o indivíduo tem consciência de si, ele vai se reconhecer como parte de um grupo, de uma coletividade (TÉCNICA EBDA, 2011).

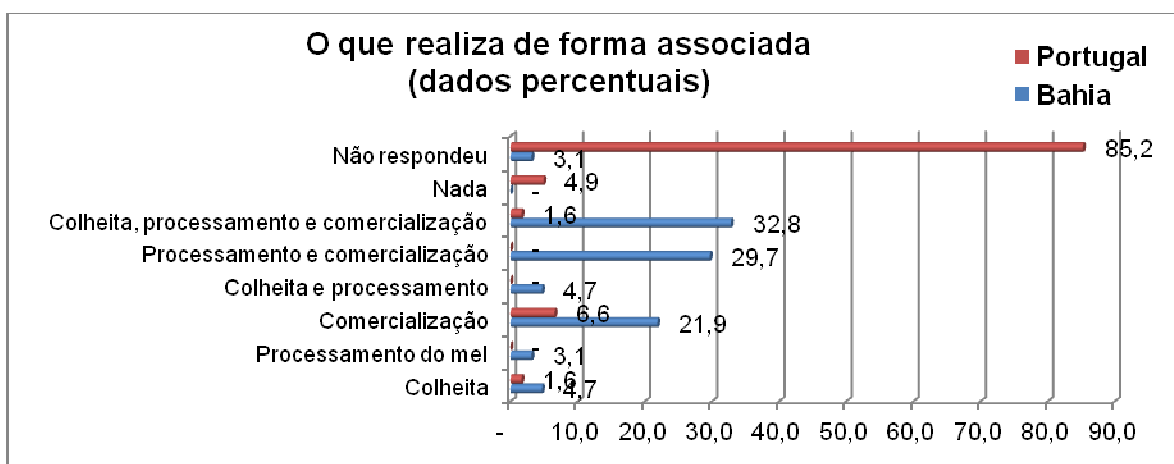
A AAPIT é exemplo disso. Eles compraram com seus próprios recursos a estrutura que utilizam e é o grupo que mais demonstra compromisso com sua entidade, pois têm consciência que aquilo lhes pertence.

7.3.8 O que realiza de forma associada

O que os apicultores realizam de forma associada? Na **Bahia**, a cooperação se dá na etapa do processamento, através das associações e na comercialização, através das cooperativas. Entretanto, alguns trabalham em mutirão na colheita. Assim, 32,8% dizem realizar, de forma cooperativa, a colheita, o processamento e a comercialização e 4,7%, a colheita e o processamento.

Em **Portugal** 85,2% dos apicultores não responderam, 4,9% disseram que não realizam nada, 1,6%, realizam colheita, processamento e comercialização, 1,6 %, colheita e 6,6%, comercialização. Como se pode perceber, o trabalho cooperado é reduzido no grupo pesquisado em Portugal. Os grupos que se organizam para a comercialização geralmente são formados por apicultores que produzem maior quantidade e que se juntam informalmente, para vender. Outros se juntam em mutirão para realizar colheita e processamento. Vide gráfico 18.

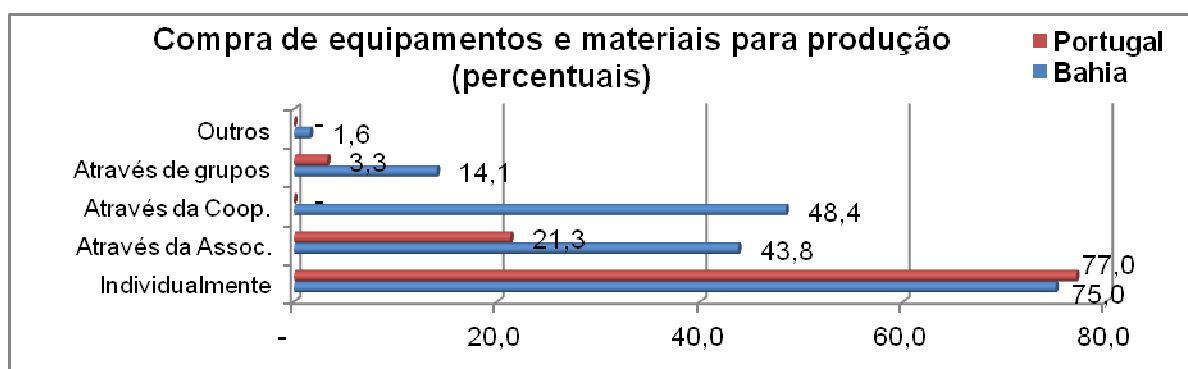
Gráfico 18 - O que realiza de forma associada



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Em Portugal eles realizam em cooperação o combate à varroa, a organização de feiras, e discutem conjuntamente sobre os problemas do setor, buscando soluções. Compras coletivas são realizadas em cooperação, como alternativas que alguns grupos encontram para reduzir custos. Na Bahia, 14,4% utilizam essa estratégia de compras coletivas e em Portugal, 3,3%. As compras geralmente são feitas individualmente, para 75% dos apicultores da Bahia e 77% dos apicultores de Portugal, conforme gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19 - Compras de equipamentos e materiais de produção



Fonte: Pesquisa direta (2011, 2012).

Os apicultores se organizam em associações ou cooperativas para atender necessidades específicas ou na busca de objetivos comuns. A partir dos dados aqui apresentados podemos concluir que a dinâmica da autogestão é um processo que pode favorecer o protagonismo, estimula e conscientiza os participantes sobre os princípios de cidadania e de responsabilidade

social e possibilita a criação de um capital social, o que pode ser percebido no caso da AAPIT, conforme já discutido anteriormente.

O modo de produção cooperada poderá contribuir para a transformação da realidade social em que vivem os apicultores e isso parece estar acontecendo de forma muito lenta, mas é um processo e um caminho a ser trilhado, mediante intervenções educacionais emancipatórias orientadas para o desenvolvimento local sustentável.

7.4 GESTÃO: PERSPECTIVA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O principal elemento que caracteriza uma economia solidária é o princípio da autogestão (FRANÇA FILHO, 2002; JUSTINO (2002), SINGER (2000), FRANÇA FILHO; LAVILLE (2004), *apud* CANÇADO, 2007). É um princípio fundamental, pois assegura participação e autonomia, potencializa a autoestima e estimula o exercício da cidadania. A gestão, no modo de produção cooperada constitui-se em fator de aglutinação dos produtores e de articulação para a busca dos resultados desejados.

Procuramos compreender os processos de gestão praticados pelas associações e cooperativas no setor apícola, para verificar até que ponto os critérios de efetividade e relevância são adotados como estratégia, bem como suas ações de responsabilidade social. A situação nas organizações sociais da apicultura se resume ao seguinte: cada apicultor faz a gestão do seu apiário e colhe o seu mel sozinho, mas nas fases seguintes – de processamento e comercialização – ele precisa se unir aos demais. Esta dinâmica envolve discussão e resolução de problemas sobre todos os assuntos relacionados à cadeia apícola, deste a logística da colheita à logística do processamento, transporte e comercialização.

Nesse processo, o gestor assume a liderança, desenvolvendo o papel de articulador, negociador e moderador. Para isso, precisa ter um perfil baseado em competências interpessoais e técnicas, com capacidade para conduzir o processo, tomar as rédeas, saber compartilhar a gestão e “conduzir” a todos em direção aos objetivos, de forma democrática. Neste sentido, precisa ter a capacidade de perceber “o todo” e de direcionar o processo, mas acima de tudo precisa ter credibilidade para conquistar a confiança do grupo e, em consequência, o compromisso de todos com os objetivos e estratégias da cadeia produtiva, dentro do espírito cooperativista.

Além dessa capacidade de articulação, o ideal é que este líder também domine o conhecimento técnico sobre gestão e trabalho em cooperação, para conseguir a **eficiência** dos processos administrativos, com ênfase na produtividade, como também a **eficácia**, atingindo os resultados desejados de forma participativa. Ultrapassando essas duas dimensões, o gestor também deve desenvolver a capacidade administrativa para produzir respostas para os problemas sociais identificados, atendendo as demandas políticas da comunidade, com base na responsabilidade social, que consiste na capacidade de contribuir para o desenvolvimento local sustentável e que se traduz na **efetividade**. Neste sentido, as ações devem ser **relevantes** e pertinentes, fundamentadas nos ideais de desenvolvimento humano e qualidade de vida, nos valores éticos e perspectiva cultural.

7.4.1 A gestão das organizações sociais na Bahia

Um dos objetivos deste trabalho é analisar o modelo de gestão adotado pelo setor apícola, verificando sua relação com os princípios da cidadania e da responsabilidade social. O modelo de gestão das organizações sociais da apicultura, na **Bahia**, é baseado em um processo de autogestão em que seus associados e cooperados participam dos processos decisórios. Nas associações, na Bahia, 96,9% dos apicultores afirmam que a sua entidade realiza reuniões mensais para discutir e tomar decisões. Em geral as associações fazem reuniões mensais onde discutem os problemas do dia a dia e aqueles que precisam de alguma resolução. Ao final do ano fazem assembléia geral para decisões mais amplas. Já as cooperativas fazem assembléias ordinárias uma vez ao ano, ou extraordinárias, quando necessário e as decisões são tomadas pela diretoria, em colegiado, em reuniões semanais ou mensais.

A Associação e Cooperativa que tomamos como referência pratica um modelo diferenciado. Na COOAPIT tudo é discutido em Assembléia, o seu gestor afirma que “não se toma nenhuma decisão de importância, que muda alguma coisa, sem consultar a Assembléia”. Na AAPIT as reuniões mensais são utilizadas para discutir os assuntos da Associação e também da Cooperativa (COOAPIT). A diretoria da AAPIT afirma ter boa relação com os Associados e o processo decisório é feito mensalmente, com os associados presentes. “A tomada de decisão no cotidiano é discutida na diretoria, mas quando é algo previsto, se forma uma Comissão com quem tem mais experiência, definida na própria assembléia”. Esse modelo praticado pela AAPIT/COOAPIT propicia a autogestão e a participação efetiva dos

associados/cooperados nos processos decisórios, a satisfação de todos e o compromisso com os resultados.

Percebemos que, o fato de algumas cooperativas não adotarem a mesma dinâmica das associações quanto ao envolvimento dos cooperados na tomada de decisões, gera desconhecimento de seus cooperados sobre sua situação, caracterizando, segundo alguns apicultores, falta de transparência. Esta percepção do apicultor sobre a sua entidade pode gerar um distanciamento e até mesmo insatisfação.

Além de promover processos decisórios democráticos, as organizações precisam gerenciar suas informações, mediante controle e acompanhamento dos processos. Nas organizações pesquisadas os gestores eleitos fazem basicamente o planejamento e controles administrativos. A maioria não possui funcionários e a direção tem que cuidar de tudo. Até mesmo a CECOAPI vivencia essa dificuldade. Só tem o seu problema minimizado porque, com o convênio que possui com a SUAF, para desenvolver Assistência Técnica, tem possibilidade de contratar um funcionário, que dá apoio na parte administrativa.

Quase todas as organizações vivenciam dificuldades nesse aspecto. Falta-lhes um sistema de informação gerencial (informatizado) e em geral isso é solucionado com a utilização de planilhas em Excel para os controles internos, que são feitos pelos próprios diretores. O gestor da COOAPIT salienta que “é por isso que ninguém quer ser diretor”. A CECOAPI está iniciando a implantação de um sistema que vai possibilitar fazer os controles e emitir nota fiscal eletrônica. Também a COOARP está se estruturando e seu gestor diz que está implantando um programa para melhorar a gestão e os controles. A COOPERAPIS vivencia uma realidade diferente, pois tem funcionário para fazer a coordenação.

Na grande maioria das associações falta gestão, planejamento, controle e contador. A maioria das Associações que possuem Casa de Mel também faz a gestão da produção por meio de controles manuais. O gestor da AAPIT explica que o apicultor entrega a produção, preenche uma ficha, onde anota o nome, data e quantidade de melgueiras. Depois que a Associação faz a parte de centrifugação, anota a quantidade do mel colhido e retira os 7% referente ao serviço. O apicultor informa o mel que deseja entregar para venda e a AAPIT disponibiliza para a COOAPIT comercializar. Assim que esse mel é vendido, a COOAPIT abate 20 centavos/litro e repassa o valor restante para o apicultor. Quem faz todo esse controle são os gestores – incluindo emissão de nota fiscal, controle de entrada e saída, etc.

Com relação ao planejamento, nenhuma das associações ou cooperativas elaboram seu planejamento estratégico. Elas fazem planos de curto prazo. O gestor da AAPIT explica: “fazemos discussão sobre os planos para o ano seguinte, para atender o que diz o Estatuto,

que define a necessidade de planejamento, mas sem uma metodologia e esse é um ponto que precisa ser melhorado” (GESTOR AAPIT, 2011). Portanto, a AAPIT e a COOAPIT nunca havia realizado planejamento estratégico, a primeira vez foi fruto desta pesquisa. O planejamento foi participativo e eles avaliaram de forma muito positiva:

Veio ajudar muito a gente. Foram coisas novas, muito boas, espero que tenha outras oportunidades dessas. Temos que tirar um tempo das reuniões mensais para dar seguimento a essas discussões. Tentar conscientizar os outros sobre associativismo. Os grandes se juntam, precisamos seguir o exemplo. O trabalho foi muito bom, produtivo, participativo. Foi o primeiro planejamento estratégico construído pela Associação e Cooperativa (PESQUISA DIRETA, 2011).

E quanto à gestão do apiário, pelo apicultor? Segundo o gestor da COOAPI “o problema do apicultor também é a falta de planejamento e do hábito de anotar em uma caderneta os dados do apiário. Falta administração do apiário, as pessoas não computam o quanto gasta, só o quanto ganham”.

As organizações sociais convivem com inúmeros problemas e um deles é a falta de recursos. O valor pago à associação, pelos associados, é de R\$ 5,00 por mês; um valor irrisório. O gestor da COOAPI disse que “era R\$ 2,00 e quando foi aumentado para R\$5,00 foi muito complicado, houve resistências, é difícil aumentar”.

O técnico do Sebrae entrevistado acha que “é preciso se profissionalizar para melhorar a capacidade de gestão” e reforça:

Falta trabalhar, além da gestão, a organização dos Agentes Comunitários, capacitação constante, humana, técnica, tecnológica e no sistema de comunicação, pois hoje tem essa falha do sistema de comunicação e de gestão do modelo da Cooperativa Central. Também há necessidade de critérios, como por exemplo, exigir que não emitam nota, para que seja somente pela Central. Depende do entendimento do poder deles para fortalecer a cooperativa. Deixar o individualismo. O governo do Estado agora tem um projeto em que a produção da Bahia toda vai servir a CECOAPI, como Cooperativa Central da Bahia - um projeto até 2015 (TÉCNICO SEBRAE, 2011).

As organizações precisam desenvolver capacidades específicas para melhorar a gestão do negócio. Também precisam realizar ações voltadas para as suas comunidades, envolvendo os jovens e as mulheres, na meliponicultura, ou na fabricação de subprodutos derivados das abelhas, ou até mesmo em outras atividades.

O processo de autogestão gera aprendizado e experiências importantes. Esse aprendizado, por meio da participação e troca de informações, aliado ao fortalecimento dos apicultores e a criação da CECOAPI, foi um dos aspectos positivos apontados por gestores e apicultores.

Percebemos algumas deficiências dessas organizações nos seus processos de gestão. Faltam pessoas e tecnologias capazes de melhorar a eficiência e eficácia dos processos. O gestor da COOAPIT acredita que “o que dificulta a gestão das organizações sociais é que as pessoas não têm tempo, porque não recebem dinheiro para se dedicarem e precisam se dedicar a um trabalho que dê rendimento”.

Outra dificuldade que percebemos foi quanto à efetividade das organizações. A gestão social deve promover ações que possam abranger a comunidade na qual a organização está inserida, trabalhando com ênfase na responsabilidade social, com base em critérios de efetividade e relevância. Entretanto, as organizações não estão conseguindo ainda atingir plenamente este nível e vivem o dia a dia mediante planos de curto prazo, sem enfoque estratégico.

A efetividade das organizações sociais, dentro da concepção aqui apresentada, está atrelada ao papel estratégico dessa cadeia produtiva, na construção de um processo de desenvolvimento local sustentável. Neste sentido, a atuação das lideranças é crucial. É importante que essas organizações sociais façam parte dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial, participando como protagonistas do processo de construção das políticas territoriais.

Entendemos que a gestão eficiente, eficaz e efetiva ainda não está sendo exercida pelas organizações sociais, em vista do grau de instrução existente na região. Entretanto, se as organizações considerarem a sua importância estratégica, buscarão soluções para esses desafios.

7.4.2 A gestão das organizações sociais em Portugal

Em Portugal, as associações apícolas também são organizações sociais sem fins lucrativos e funcionam com base no modelo de autogestão. Os associados se reúnem anualmente, em assembleia, para tomada de decisões e mensalmente, para a troca de experiências e discussão dos problemas, principalmente a questão da sanidade das abelhas.

A FNAP não elabora planejamento estratégico, de longo prazo e seu gestor justifica:

Definimos planos de curto prazo, fazemos as coisas à medida que se vai arranjando dinheiro pra se fazer. Não há um objetivo assim claro, o nosso objetivo é atingirmos objetivos alcançáveis. Surge a necessidade de participar do projeto, tenta-se arranjar mais dinheiro para isso, tenta-se fazer um Forum, e procura-se fazer o fórum. Ou

seja, são definidos pequenos patamares alcançáveis. Portanto, fazemos um planejamento num prazo relativamente curto e médio. E é feito consoante aquilo que se acha que se consegue atingir e por isso chega-se ao final e passa-se para um patamar mais acima e fazem-se outras ações. Assim é mais realista, porque não há financiamento, não há um Estado que se possa dizer que a gente possa se candidatar pra fazer o que quiser, não há. É contra estratégico, é contra fazer qualquer coisa, é assim que se consegue financiamento. Todo processo é feito numa forma de apanhar pequenas coisas e tentar alcançar essas pequenas coisas, que normalmente são conseguidas porque são pequenas. Se nós olharmos a atividade da FNAP agora, mais do que a estrutura, a atividade da FNAP agora e há 10 anos podemos ver que está num patamar muito alto relativamente onde estava. Mas todos aqueles que foram postos de início, foram pequenos patamares que se foi conquistando cada vez (GESTOR FNAP, 2012).

Como se pode perceber, não há gestão estratégica, apesar de este gestor ter um pensamento estratégico, com boa visão de longo prazo. As ações são planejadas na medida em que surgem as demandas. As associações entrevistadas, em Portugal, também não fazem o planejamento estratégico. Na AANP eles disseram que fazem o planejamento da associação com a própria diretoria, sete membros.

O Presidente da FNAP entrevistado diz que, para superar as dificuldades definiram uma estratégia para eliminar ou ultrapassar os obstáculos que aparecem.

A FNAP deve ser vista como um ministério, como um governo, tem que ter um orçamento. E tem orçamento consoante o que se pode fazer, ou o contrário. Se tem obras pra fazer e não tiver orçamento não pode fazer essas obras. O objetivo é sempre buscar dotação para conseguir poder fazer aquilo que é proposto (GESTOR FNAP, 2012).

Sobre os controles administrativos, dentre as três associações, a AAPNM é a única que possui um sistema de informação gerencial. Eles são obrigados a utilizar esse sistema, pois, segundo o técnico da AAPNM entrevistado, “quem fatura mais de 125 mil euros tem que ter o programa informático, credenciado pela direção de novos impostos. É um *software* que gera fatura e toda a parte fiscal e administrativa”.

Este técnico da AAPNM diz que a Associação possui sete técnicos. Ele afirma que as fragilidades e dificuldades da Associação consistem em capacidade financeira, porque a Associação vive praticamente do apoio do Estado e da Comunidade Européia. “Se algum dia fecharem a torneira vai tudo por água abaixo. Não há nenhuma associação que tenha criado sustentabilidade. Nem essa nem nenhuma a nível nacional. Esse é um grande problema”. Sobre a produção dos produtos derivados do mel, essa contabilidade ele não faz, pois é técnico da Associação e essa parte é do Agrupamento.

Sobre os processos decisórios em Portugal, 70,5% dos associados afirmam que a associação realiza reuniões para discutir e tomar decisões e 37,7% afirma que essas reuniões

são mensais. Na realidade as associações fazem reuniões mensais onde se discutem assuntos ligados ao manejo, qualidade do mel, doenças das abelhas e outros. Quando há necessidade discutem outras questões, como compras coletivas, etc. Só que a quantidade de associados é muito grande e a quantidade de participante nas reuniões, é pequena, há apicultores que participam de todas as reuniões e há aqueles que participam eventualmente. O papel da Associação é mais de articular apoios, elaborar projetos e buscar benefícios para os apicultores.

Na AAPNM a direção se reúne semanalmente e com os associados, individualmente, se reúne sempre que precisa, segundo seu gestor entrevistado, porque trabalha diariamente com eles, mas obrigatoriamente se reúnem duas vezes por ano.

Esta associação funciona diferente das demais, pois é mais estruturada, está em uma Zona Controlada e recebe mais apoio do governo. Entretanto, pudemos perceber que sua gestão também é baseada em planos de curto prazo.

Quanto ao Agrupamento de Produtores, os processos decisórios são feitos pelos onze sócios. O retorno financeiro do Agrupamento é discutido entre os 11 fundadores, eles é que fazem essa gestão.

As cooperativas e associações, tanto na Bahia quanto em Portugal não possuem condições para uma boa gestão, a maioria não possui contador nem pessoal de escritório para fazer os controles e acompanhamentos, devido à falta de recursos e até mesmo de pessoal especializado no seu quadro de associados. Uma sugestão para resolver esses problemas seriam políticas públicas que assegurem apoio neste sentido, até elas adquirirem auto-sustentabilidade.

Entendemos que os processos de articulação cooperativa podem favorecer o planejamento, a gestão e a comercialização, mas é preciso uma gestão estratégica com ênfase na efetividade e no desenvolvimento local sustentável, embasada pelos princípios do associativismo, para que isso seja incorporado como cultura. Na prática isso ainda não acontece. Conforme detectamos, as entidades não têm o hábito de fazer planejamento estratégico, fazem planos de curto prazo. Quanto à questão da cooperação favorecer a comercialização, podemos afirmar que, por um lado favorece, porque precisa de quantidade para comercializar, mas por outro lado, as associações, em geral, não possuem recursos para desenvolver estratégias de comercialização que assegurem sustentabilidade.

7.4.3 Desenvolvimento Sustentável: “vamos ser como as abelhas”

O desenvolvimento sustentável que aqui discutimos está baseado no sentido que Sachs designou: “socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo” (VEIGA, 2008, p. 9) e, que Furtado, citado por Sachs na obra de Veiga (2008, p. 10), define: “só haverá desenvolvimento [...] ali onde existir um projeto social subjacente”. Esse projeto social estará sendo colocado em prática a partir de uma gestão efetiva e relevante feita pelas associações e cooperativas.

As organizações sociais do setor apícola, especialmente as associações, vêm assumindo papel preponderante para o desenvolvimento local sustentável. Elas buscam a redução das desigualdades sociais e sua ação está conectada com a idéia de ecodesenvolvimento, na medida em que buscam promover a geração de renda para atender as necessidades básicas dessa população envolvida; se preocupa com a preservação dos recursos naturais; é uma atividade plenamente integrada à idéia de respeito às gerações futuras, pelo próprio trabalho das abelhas e assegura a participação dos atores envolvidos na atividade.

Aliado a isso, a atividade apícola exige do apicultor a preocupação com o ecossistema e atitude voltada para a sua preservação, pois a degradação do meio ambiente se constituiria em um prejuízo muito grande para esta atividade. Desta forma, o apicultor, a partir da sua própria atividade torna-se um defensor do meio ambiente e, de certa forma, um agente multiplicador dessa idéia, junto ao seu núcleo familiar e ao seu entorno, na sua comunidade.

A longa caminhada mostra que o apicultor é um defensor nato do meio ambiente e isso é uma coisa bem valiosa. No dia a dia o pessoal vai percebendo o aprendizado com as abelhas e nas reuniões costumam falar: vamos aprender com as abelhas, vamos nos organizar, ‘vamos ser como as abelhas’. A devastação da caatinga é um problema sério que prejudica as abelhas. Se a apicultura for incentivada o efeito positivo para o meio ambiente será muito grande (GESTOR AAPIT, 2011).

As organizações sociais poderiam, também, fortalecer o seu papel de responsabilidade social mediante ações envolvendo a comunidade e as escolas. O gestor da AAPIT já colocou isto em pauta. Outras organizações sociais, como o MOC se preocupam com as questões preservacionistas e, entre outras ações, “está incentivando a meliponicultura e o replantio de árvores nativas, porque, com a extinção das melíponas muitas espécies de árvores podem deixar de existir” (TÉCNICO MOC, 2011).

Em **Portugal**, o gestor da APIMIL acredita que os apoios oficiais à apicultura contribuem para o desenvolvimento local sustentável, sobretudo o apoio aos jovens

apicultores, é mais que sustentável, se for aplicado na apicultura. “Mas não pode dar só o dinheiro, tem que dar formação com qualidade, que é uma das coisas que está a falhar muito. A formação é importante, a formação com qualidade é muito mais importante”. Ele acredita que, além de preparar os futuros produtores, também contribui para a geração de renda e emancipação desses jovens. E alerta:

Se um apicultor fizer muito bem um trabalho e do outro lado ninguém fizer, estraga tudo. É preciso estar atento para a alteração da flora, os trabalhos do próprio apicultor, tem que ver onde está a apicultura, se nas zonas de pesticidas, pois a agricultura está cada vez mais intensiva, cada vez mais química. Depois queremos que a abelha chegue ali e traga um produto natural (GESTOR APIMIL, 2012).

O Coordenador do DGV entrevistado diz que o aproveitamento das potencialidades do espaço florestal está particularmente associado aos sistemas multifuncionais, constituindo um eixo importante para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais de maior interioridade.

Nesta questão do desenvolvimento local sustentável queremos chamar a atenção, também, para o cuidado com a saúde e a qualidade de vida das abelhas. Este é um fator que deve ser observado pelas organizações sociais e deve ser alvo de investigações científicas. Mesmo sem aprofundar nesta questão, observamos que os apicultores que obtêm maior produtividade das colméias geralmente deixam o mel como reserva de alimento para as abelhas. Se esse é um argumento convincente, que seja. Mas é preciso que as abelhas sejam consideradas e respeitadas como seres vivos importantes nessa cadeia produtiva.

Em reunião com os apicultores da AAPIT, em março 2013, questionamos se eles sabiam que, quando falta o pólen as abelhas metabolizam tecidos de seus corpos para prolongar sua vida, podendo manifestar sintomas de deficiência. Notamos o ar de surpresa entre eles. E percebemos o quanto é importante a informação. Discutimos este assunto, falamos da importância da água, etc. Eles falaram que colocaram alguma mistura proteica para as abelhas e alguns disseram que as abelhas rejeitaram, particularmente o milho. Eles discutiram a possibilidade de utilização de produtos da própria região nessa mistura, mas eles não sabem, precisaria uma pesquisa sobre isso e orientação técnica.

Segundo pesquisador entrevistado, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), esta Universidade vem desenvolvendo pesquisas sobre o perfil botânico dos produtos apícolas, através do Laboratório de Micromorfologia Vegetal, como por exemplo: análise dos tipos de pólen em amostras (de que planta foi feito aquele mel) e análise do pólen monofloral, que é raro. Atualmente eles estão estudando o monofloral de Coqueiro (de Dendê). São

analisadas amostras mensais para ver a oscilação. Também vem sendo feito estudos sobre o pólen de Canavieira, desde 2005, entre outros, inclusive estudos sobre a parte química, para determinar o potencial farmacológico do mel.

Esses estudos precisam ser ampliados e novos estudos precisam ser desenvolvidos. É preciso que haja investimento do Estado para as pesquisas científicas.

8 CONCLUSÕES

Este trabalho é resultado de investigação sobre a produção cooperativa do mel realizada no Nordeste da Bahia (região do Semiárido) e no Norte de Portugal e que teve como objetivo geral **verificar a existência de formas de produção cooperada nessas regiões e em que medida essa cooperação contribui para o desenvolvimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável.**

A principal hipótese que orientou esta pesquisa consistiu em sustentar que a dinâmica da autogestão, embora possa ser incorporada no modo de produção capitalista, pode também, com a presença de determinadas condições, estimular o protagonismo de apicultores e apiculadoras na construção coletiva de um novo contexto, propício a contribuir para a construção da cidadania e integrar processos educacionais emancipatórios.

A matéria prima empírica foi coletada com base em estudos de casos múltiplos, mediante entrevistas aprofundadas e inquérito por questionário, que possibilitaram a compreensão da realidade estudada. A análise desenvolvida ao longo dos vários capítulos objetivou a compreensão do contexto em estudo, bem como a contribuição para aprofundamento do conhecimento científico sobre o tema.

O Semiárido brasileiro é uma região tipicamente caracterizada pela desigualdade social, devido a uma série de fatores como o clima árido e seco, a falta de condições para a convivência com a seca e a falta de oportunidade de seu povo, para ter uma vida digna e humana. A grande maioria dos apicultores pesquisados é micro produtor, com grandes dificuldades para acesso às condições básicas que possibilitem maior produtividade. A população rural nessa região possui alto índice de analfabetismo, vive sem condições de emprego e precisa extrair da terra os meios de subsistência. E muitos não possuem terra, se submetem a trabalhos desgastantes, por qualquer salário, em condições precárias e sem os direitos trabalhistas básicos. Nesse contexto, a produção do mel aparece como uma alternativa de trabalho e renda e muitos apicultores ainda estão buscando se organizar para produzir de forma cooperada.

Em Portugal, várias são as condições que tornam a atividade apícola um grande desafio. Entre essas condições, a falta de terra é uma situação com que convive grande parte dos apicultores, mas não é impeditivo para exercer a atividade, nem para o acesso às políticas públicas existentes. O país encontra-se atualmente em uma crise econômica, o que torna ainda mais importante a busca de soluções para o desemprego e a geração de trabalho e renda.

Além das dificuldades inerentes ao mundo rural, as dificuldades para se empreender nesse mundo capitalista são inúmeras e dificultam e até inviabilizam os pequenos negócios. A união pode fazer a diferença, pois fortalece e possibilita a caminhada. E os pequenos agricultores ou apicultores, por exemplo, nem teriam condições de iniciar sozinhos qualquer empreendimento. O trabalho cooperativo surge da necessidade desses cidadãos buscarem alternativas para a melhoria das condições de vida. O trabalhador deixa de estar subordinado a regras e salários fixos e indignos, para ser dono do seu próprio negócio, assumindo a gestão e os controles, planejando e decidindo, analisando, avaliando e discutindo estratégias com seus parceiros, de forma autônoma. O trabalhador, que antes se subordinava e desenvolvia tarefas sem participar do processo em que o fazer se distanciava do pensar, agora cria sua própria fonte de produção como mentor e gestor. Esta mudança de paradigma, com certeza propicia ao indivíduo uma melhoria na auto estima, o que contribui para o seu bem-estar e auto-realização e se constitui em processos emancipatórios.

A apicultura, tanto no Semiárido da Bahia quanto no Norte de Portugal, é formada por um universo de pequenos empreendimentos, como atividade **complementar** da subsistência de indivíduos, em sua maioria agricultores familiares. Esses pequenos apicultores, em sua maioria, estão associados a alguma associação e/ou cooperativa e precisa delas para desenvolver o seu trabalho. Esse enfoque da atividade, como complementar, preocupa muitos dos agentes entrevistados, que entendem que, dessa forma, não há para com o apiário a mesma responsabilidade e comprometimento que teria o apicultor que utiliza a apicultura como atividade principal e precisa dela para sobreviver.

Alguns questionamentos nortearam a pesquisa e vamos sintetizar aqui as reflexões desenvolvidas a partir da investigação realizada, bem como os objetivos alcançados.

8.1 FATORES INTERNOS E EXTERNOS NA CADEIA PRODUTIVA DO MEL

O primeiro questionamento deste trabalho foi no sentido de compreender **quais as etapas seguidas pela cadeia produtiva do mel, desde a sua coleta até o seu uso e comercialização e quais os fatores, internos e externos, envolvidos**. Neste sentido, o capítulo 4 descreve o universo apícola e o trabalho das abelhas e o capítulo 7 contempla as informações obtidas na pesquisa empírica sobre os fatores internos e externos envolvidos.

A cadeia produtiva do mel abrange a relação produção-consumo, mediante o desenvolvimento de diversas atividades que envolvem, desde a produção do mel pelas abelhas, coleta e processamento, até a comercialização. Esse processo, mesmo que pareça simples, deve ser bem gerenciado, para que o produto seja distribuído para o mercado com qualidade e, de preferência, por um preço justo.

No processo de produção destacamos a grande importância de um manejo adequado para a melhoria da qualidade e produtividade. Pudemos observar que a produtividade média é baixa, nos dois países, com exceção entre aqueles apicultores que têm uma produção mais elevada e que encara a apicultura como uma atividade principal, tanto na Bahia quanto em Portugal. Isso mostra que há possibilidade de melhoria na produtividade, não somente a partir da capacitação do apicultor, mas também da sua conscientização, para um manejo adequado e melhor cuidado com as abelhas.

A saúde das abelhas é um fator que merece toda atenção. A Bahia tem a grande vantagem de não conviver com problemas de doença das abelhas. Já em Portugal, a varroa é um imenso problema, que consome os produtores e aumenta o custo dos apiários.

A apicultura, pela sua especificidade, vem sendo desenvolvida, em sua maioria, por produtores da agricultura familiar, que não possuem capital para montar uma estrutura que garanta a realização de todo o processo produtivo dentro das condições exigidas para a segurança alimentar. Para o **processamento** do mel é requerido um ambiente e equipamentos que estejam dentro das normas de higiene e segurança – a Casa do Mel –, que custam caro e não estão ao alcance dos pequenos apicultores. O processamento em Casa do Mel, com equipamentos e técnicas adequadas possibilita a qualidade do produto e pode influenciar na comercialização, por estabelecer um padrão de qualidade. Este é um fator muito importante e a maioria dos apicultores entrevistados têm dificuldades neste aspecto. Na Bahia, a estratégia do governo em construir Casas do Mel é fundamental para propiciar a inclusão produtiva dos apicultores, mas essa ação está em desenvolvimento e os apicultores vivenciam muitas dificuldades nesse aspecto, o que inviabilizam até mesmo o acesso a políticas públicas. Em Portugal a grande maioria não possui Casa do Mel (Melaria) e afirma possuir os equipamentos básicos para o processamento artesanal, exceto em Bragança, que o Agrupamento de Produtores possui uma Casa do Mel, utilizada pelos associados.

Outro fator de extrema importância é a agregação de valor aos produtos, que possibilite garantir melhor preço. Na Bahia, a grande maioria não agrega valor ao produto, vende a granel, em baldes e algumas poucas cooperativas produzem sachês para a

alimentação escolar. Em Portugal, na região estudada, os produtores envasam e rotulam até 500 kg da sua produção, obtendo melhor preço e com isenção total de impostos.

Além da agregação de valor, o agricultor pode investir em outros produtos derivados do mel que possam lhe proporcionar melhor rendimento, mas na Bahia isso não é feito pelas cooperativas e em Portugal, dentre as entidades pesquisadas, somente o Agrupamento de Produtores, em Bragança investe nisso. Outros produtores, em Portugal, em outras regiões, fabricam bebidas, como o hidromel, vinagre e outros, que oferecem bom rendimento.

O processo de **comercialização** é um dos fatores mais importantes na cadeia produtiva, pois o agricultor precisa vender os produtos, para assegurar a sobrevivência do seu apiário. Na Bahia, a produção é quase toda vendida a granel, para o intermediário ou entregue para a Cooperativa, mas muitos pequenos apicultores vendem fracionado, para amigos e conhecidos. Poucas cooperativas vendem fracionado. Já em Portugal os apicultores têm a possibilidade de vender fracionado, diretamente ao consumidor, até 500 kg, em embalagem com rótulo próprio e o restante da produção é vendido para os intermediários.

É necessário um bom conhecimento sobre as técnicas e os cuidados específicos no manejo das abelhas em todo o processo de coleta e no processamento, para obtenção de um resultado satisfatório, com boa produtividade e garantia da qualidade dos produtos. Já a comercialização depende de uma boa gestão, como também de conhecimento sobre o mercado e capacidade de inserção e integração no sistema vigente, pois, mesmo desenvolvendo atividade em cooperação, o apicultor tem que conviver com as regras do modo de produção capitalista, se deparando com os obstáculos inerentes.

Outro fator preocupante é a falta de informação e conscientização do consumidor, que compra mel com impurezas, em vasilhames inadequados, estimulando, assim, a atuação dessas pessoas, que os apicultores da Bahia denominam de “meleiros”, por colherem o mel sem qualquer critério de higiene. Isso requer uma atuação muito grande, por parte do governo, objetivando essa conscientização.

Nos processos de gestão pudemos perceber associações e cooperativas com mentalidade de auto-gestão e trabalho cooperado e outras, com mentalidade de empresa capitalista, na defesa de interesses de grupos. Entretanto, as entidades que desenvolvem a autogestão conseguem agregar as pessoas em torno dos objetivos comuns.

8.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em que medida os processos de produção cooperada adotados na apicultura e na meliponicultura atendem aos princípios da responsabilidade socioambiental? O trabalho em cooperação possibilita um processo de discussão permanente sobre as questões da apicultura, principalmente em relação ao meio ambiente. Os apicultores dizem que aprendem com as abelhas a lidar com o meio ambiente e a trabalhar em grupo. Eles se ressentem com as agressões que ocorrem com a natureza, como as queimadas ou derrubadas de árvores e aprendem o respeito com o meio ambiente, para com as próprias abelhas e com a saúde dos consumidores. Em vista disso, procuram desenvolver processos produtivos que atendam aos princípios da responsabilidade socioambiental. Entretanto, entendemos que as organizações sociais poderiam ir mais além e desenvolverem ações de responsabilidade socioambiental mais abrangentes, envolvendo as suas comunidades.

8.3 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÕES NA APICULTURA

O papel do Estado é fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma região e precisa centrar a economia no ser humano, em suas necessidades. O governo brasileiro tem uma dívida muito grande para com o povo do Semiárido, que convive eternamente com uma seca que sempre deixa a região em situação de calamidade. As ajudas ocasionais, para *remediar* os problemas crônicos devem ser substituídas por medidas e políticas públicas efetivas que contribuam para um desenvolvimento local sustentável, no conceito aqui trabalhado.

Dentre os fatores externos à apicultura, destacamos as políticas públicas, ou apoios oficiais, como se diz em Portugal. Uma questão levantada é: **Em que medida as intervenções e as políticas públicas que se desenvolvem junto aos apicultores contribuem para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável?**

Na Bahia a relação do apicultor com o Estado geralmente ainda é uma relação de dependência ou de espera de ações paternalistas. O Estado está construindo as Casas do Mel, apoiando a construção de Entrepostos, abrindo editais para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a SUAF vem assessorando, conduzindo e

orientando a construção de planos de desenvolvimento nos territórios, juntamente com os demais parceiros. Os apicultores estão aprendendo a deixar de ter dependência e a adquirir autonomia, mas enquanto houver tanta necessidade de ajuda, esse será um processo lento, porque a fome e a miséria parecem tirar a autoestima. Por isso, as ajudas precisam ser mais efetivas, no sentido de promover a emancipação e não de criar dependência. É preciso muito investimento, mas o benefício e o retorno serão valiosos. Apesar do Estado já vir atuando há bastante tempo, os problemas não vão diminuindo porque está havendo um crescimento do número de apicultores e aumentando as demandas. O apoio do governo vem contribuindo para a geração de renda e está melhorando a vida de muita gente, mas a quantidade do mel produzido pela grande maioria dos apicultores não está dentro do patamar necessário para garantir a viabilidade dos apiários. É preciso pensar em estratégias que mudem esse panorama.

Em **Portugal** o governo investe mais na sanidade das abelhas e menos na dotação de assistência técnica. No diagnóstico efetuado, o governo detectou que a grande maioria dos apicultores estava numa faixa etária acima dos 50-60 anos e criou um bom incentivo para os jovens com até 40 anos, possibilitando a esses jovens a condição para a geração de renda de forma sustentável. Entretanto, a falta de informação dificulta o acesso de muitos jovens a esses incentivos e a falta de capacitação técnica e gerencial é um problema que se traduz em ameaça futura para a apicultura do país, pois esses empreendimentos podem vir a falhar. Enquanto isso, aqueles que estão acima dessa faixa etária reclamam da falta de subsídio. As associações vivenciam dificuldades de toda ordem, especialmente financeira e não há um modelo estratégico que vise ao fortalecimento do setor, com apoio direto às associações, a não ser a manutenção de um técnico para assistência técnica aos associados. Os apoios oficiais contribuem para combater a varroa e as doenças das abelhas, bem como as demais ações de intervenção visam a estimular a geração de renda, através da isenção de impostos.

As ações estratégicas de apoio à apicultura, nos dois países, podem contribuir para melhorar o rendimento e promover o desenvolvimento local sustentável, na medida em que oferecem condições para que o homem possa se desenvolver no seu próprio local. A apicultura, por si só já se constitui em um eixo de sustentabilidade ambiental.

Os processos de reflexão desenvolvidos nos grupos pelas associações e cooperativas são estímulos e caminhos para a ampliação da consciência de cidadania e responsabilidade socioambiental e se constituem em processos de aprendizagem. A emancipação passa pela compreensão de si próprio enquanto sujeito capaz de produzir e construir os seus caminhos. Passa pela consciência de cidadania e de sua condição na sociedade, de sua capacidade e

força, pela prática fundamentada na ética e nos valores de solidariedade. E esse aprendizado eles vivenciam nos processos de interação nas suas organizações de base, em maior ou menor grau.

E quanto à motivação para “querer” participar dos processos educacionais e transformá-los em processos emancipatórios? A motivação inicial é decorrente da *necessidade* de se associar a alguma entidade. A depender do trabalho dessas entidades, o estímulo para o protagonismo vem depois, com a prática, quando esta vem fundamentada em processos realmente democráticos.

Entretanto, o que se observa é que o cerne da questão está na capacidade do Estado e das organizações sociais em desenvolver processos educacionais emancipatórios que visem ao desenvolvimento da consciência de cidadania e do trabalho solidário, a fim de que haja maior participação cidadã nas suas entidades e nas políticas territoriais.

As políticas públicas sobre a cadeia produtiva do mel devem englobar, principalmente, a educação, para que se sustente em bases firmes, e a pesquisa, para que se avance de forma consistente na agregação de valor aos produtos. Verifica-se a ausência da atuação das universidades nesse cenário. As universidades desenvolvem suas pesquisas, mas esse conhecimento não chega a ser socializado de uma forma mais democrática, que possa chegar até aos interessados, pelo menos na Bahia.

Na Bahia, o Estado poderia envolver as universidades no processo de construção e implementação do Programa de Desenvolvimento da Apicultura e Meliponicultura, pois existem pesquisas sobre as abelhas, sobre o mel e os produtos das abelhas e os resultados dessas pesquisas precisam ser socializados e chegar até ao apicultor.

O governo precisa investir mais em pesquisas sobre o produto das abelhas, porque o Japão está ocupando esse espaço e vem investindo em pesquisas e patenteando descobertas sobre as propriedades medicinais da própolis do Nordeste, por exemplo.

8.4 ORGANIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E GESTÃO

Dentre os fatores relacionados à cadeia produtiva do mel, a questão da organização, planejamento e gestão é fundamental e por isso foi levantada a seguinte questão: **Como se dá a organização dos produtores na cadeia produtiva e de que forma os processos de articulação cooperativa favorecem o planejamento, a gestão e a comercialização?**

Como se dá a organização dos produtores na cadeia produtiva? Os produtores estão organizados em associações e/ou cooperativas, seguindo o modelo de autogestão. Algumas associações, na Bahia, a exemplo da AAPIT dispõem da infraestrutura de uma Casa do Mel e fazem o processamento do mel para os apicultores. Eles se reúnem mensalmente para discutir os problemas e tomar decisões. Essas reuniões são também oportunidades de capacitação, da mesma forma que acontece em Portugal.

Na Bahia, tomando este mesmo exemplo, os associados da AAPIT criaram uma cooperativa para comercialização da produção, pois os associados necessitam da cooperativa para comercializar o seu produto, a não ser que ele seja um micro produtor que produza uma quantidade muito pequena, então ele vende nas feiras, diretamente ao consumidor, mas estará atuando como “clandestino”. Esse problema já não ocorre em Portugal, pois lá o apicultor pode comercializar seu produto, até o limite de 500 kg, sem necessitar de uma cooperativa e com seu próprio rótulo, sua própria marca. Entretanto, esse limite não é viável para a subsistência do apicultor e, de qualquer maneira se ele pretende crescer, vai precisar buscar alternativas para a comercialização, através de cooperativa ou agrupamento de produtores.

Em Portugal os apicultores não querem formar cooperativa, devido a experiências negativas e alguns criaram Agrupamento de Produtores, que funciona como uma empresa, com poucos sócios e por isso possui uma estrutura organizacional ágil para a tomada de decisões e os apicultores não precisam se comprometer com os riscos inerentes ao negócio. Para eles, parece ser uma alternativa melhor do que vender para o intermediário, com quem não têm qualquer vínculo. O Agrupamento de Produtores assume os riscos e se torna um parceiro do apicultor, possibilitando fluir a produção, buscando melhor preço e o fortalecimento do setor. Entretanto, não está dentro do modelo cooperativista.

Há outra diferença entre as associações nos dois países. Na Bahia, as associações são locais, criadas por um grupo do mesmo território de identidade, enquanto em Portugal as associações abrangem uma vasta região, com apicultores de localidades muito distantes e com uma grande quantidade de apicultores associados, com pessoas que só se associam porque é obrigado, para ter vantagens, mas que não participam ativamente das reuniões. E para a associação é interessante ter o maior número possível de apicultores porque o governo dá apoio para a compra de medicamentos, por exemplo, de acordo com o número de associados.

Na Bahia, as associações com Casa do Mel atendem às demandas dos apicultores para processamento e as cooperativas cuidam da comercialização. Isso exige a necessidade de processos de gestão e controle. Apesar desse modelo, muitos apicultores, na Bahia, ainda vendem seu mel para o atravessador (ou intermediário), pela necessidade que têm de receber o

dinheiro, de imediato. Esse é um problema que precisa ser resolvido. É importante um processo de conscientização, mas o apicultor tem essa atitude devido à necessidade do dinheiro para a sua subsistência e outras ações devem ser encaminhadas em paralelo, como por exemplo, um fundo financeiro para isso, tipo capital de giro na cooperativa. A necessidade de fortalecimento do setor é uma demanda dos apicultores da Bahia e de Portugal.

Na Bahia, o Estado está construindo as Unidades de Beneficiamento e os Entrepósitos, para dotar as entidades de condições para produção e comercialização dentro dos padrões de qualidade exigidos e isso é um passo fundamental para o fortalecimento do setor apícola e do processo associativista. Em Portugal o governo não dá apoio para a construção de Casa do Mel na Associação e quando esta não possui uma estrutura para o processamento do mel, sobrevive das mensalidades pagas pelo associado (irrisório). Os apicultores precisam do serviço de uma Casa do Mel, para o processamento e de uma entidade para comercializar o produto. Sem esse apoio eles vão continuar na atividade, mas mantendo-se na posição de pequenos apicultores e dependentes do intermediário, no mercado. As organizações, em geral carecem de estrutura para gestão e comercialização e se esforçam para integrar as pessoas na busca de solução para seus problemas. Todavia é uma tarefa árdua, pela dificuldade financeira.

Diante disso, percebemos que os processos de articulação cooperativa favorecem o planejamento, a gestão e a comercialização, na medida em que a organização esteja efetivamente funcionando de acordo com a filosofia da autogestão, com processos de gestão democráticos e participativos. Com isso, por sua vez essa gestão vai também contribuir para fortalecer os processos de articulação cooperativa.

A participação em ações junto a associações e cooperativas nos possibilitou a oportunidade de vivenciar de perto a dinâmica dessas organizações, suas formas de gestão, relações internas, filosofia de trabalho e operacionalização de projetos. No contexto das associações pesquisadas na Bahia observamos, em algumas, a preocupação com a igualdade de oportunidade para todos, até mesmo abertura para atrair quem está de fora, mas em outras, algumas queixas sobre a ocorrência de privilégios internos para determinados grupos. Diante disso, percebemos que em alguns casos parece ocorrer a exclusão, também dentro da própria organização. E em Portugal, apicultores, não associados, justificam estar de fora por não acreditarem, não confiarem no processo.

Assim, diante dos estudos realizados podemos concluir que o modo de produção cooperada do mel representa novas formas de produção e novas relações de produção, mas é

afetado pela cultura que permeia o mundo capitalista, que é a cultura do individualismo e da competição. O apicultor, em sua grande maioria, convive na sua organização buscando atender aos interesses próprios e suprir necessidades que ele, sozinho, não conseguiria. O movimento do apicultor no sentido de se organizar para a cooperação, em primeiro lugar é para resolver os problemas e dificuldades inerentes à falta de capital para inserção no universo apícola e pela necessidade de participar de uma associação, para acessar as políticas públicas (apoios oficiais).

Por outro lado, a produção cooperada permite aos pequenos apicultores se tornarem grandes e se fortalecerem. Eles são os proprietários do empreendimento, com autonomia para discutir as decisões e estratégias. É o cidadão exercendo o seu direito de pensar sobre o processo, assumindo a gestão e os controles de forma autônoma, diferente da condição de empregado que se subordina às regras e decisões do patrão, o dono dos recursos, sendo mero executor de tarefas operacionais, separadas do *pensar*. Como associado, o apicultor passa a gerenciar o empreendimento em conjunto com os outros produtores, aprendendo a atuar de forma solidária, em um novo paradigma, em que os objetivos do grupo são mais importantes do que os objetivos individuais. E isso é um aprendizado!

Esse processo pode resultar de uma necessidade dos indivíduos se fortalecerem se unindo uns aos outros, como uma alternativa para vencer as dificuldades e sobreviverem aos obstáculos provenientes do sistema capitalista e da competição existente no mercado, mas conduz a um novo modo de vida, baseada em princípios e valores éticos e solidários. Esses indivíduos de repente se deparam com uma forma diferente de enfrentar e gerenciar um empreendimento. É um novo paradigma que se descortina, um novo mundo que pode trazer inúmeros aprendizados e, a depender da percepção desses indivíduos, pode também promover uma transformação pessoal, além da transformação social.

A articulação de apicultores, sua organização, os processos de gestão compartilhada certamente demonstram que muitos desses cidadãos já não são meros expectadores, estão buscando sua inclusão produtiva e social. Esses processos estão contribuindo para ampliar a conscientização sobre seus direitos e dotá-los de competências para melhorar as suas condições de vida.

8.5 COOPERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

A gestão eficiente, eficaz, efetiva e relevante, nas organizações sociais, consiste em estratégias que podem estimular a cooperação, que é o enfoque maior neste trabalho. Diante disso, buscamos entender: **Até que ponto a forma cooperada de produção contribui para a transformação da realidade social em que vivem os apicultores?**

Buscamos compreender se a experiência vivenciada pelas cooperativas integradas em rede na região nordeste da Bahia, em pleno Semiárido, se constituirá em um processo de construção de uma nova realidade para os apicultores daquela região e um processo de aprendizagem coletiva. Percebemos que a maioria prefere estar associado e/ou cooperado. As experiências com o trabalho cooperado no Semiárido têm evoluído bastante, mas de forma lenta. Algumas etapas da produção do mel são feitas individualmente e o indivíduo se apropria daquele bem, o produto do seu trabalho. A partir daí, ele passa a ter uma relação com a associação ou cooperativa, que é percebida de diferentes formas pelos apicultores: alguns se percebem parceiros da instituição e lá deixa o seu produto para ser processado e comercializado. Já outros se percebem no processo em uma relação de DEPENDÊNCIA da Associação, para o processamento do seu produto e da Cooperativa, para a comercialização. Ele não se sente parte da entidade, ele *depende* da entidade, sem ela ele não teria condição de produzir e gerar renda. Além disso, eles estão conscientes que precisam estar associados, por vários motivos. Porque o governo ajuda as entidades, ou com isenção, ou até mesmo com apoio financeiro e porque sozinhos eles não conseguiriam empreender um negócio, pois o custo dos equipamentos de uma Casa do Mel é alto e está fora das possibilidades da grande maioria.

A postura dos apicultores, em **Portugal**, caracteriza um comportamento que, conforme depoimento de alguns entrevistados reflete a desconfiança proveniente de experiências já vivenciadas com cooperativas, em que tiveram perdas. Também pode ser o reflexo de uma cultura pautada no individualismo, bem como, a despolitização e a falta de consciência e de percepção da sua capacidade de transformar a realidade. Eles se associam também por necessidade, principalmente para acesso aos apoios oficiais no combate à varroa, e esse processo vem contribuindo para a mudança de paradigma e a necessidade do trabalho em cooperação. Nas associações que não possuem Casa do Mel para gerenciar, não há decisões a serem discutidas nesse aspecto, mas os processos de decisão abrangem discussões sobre as estratégias para combater as doenças, conscientizar os apicultores, promover compras

coletivas, se necessário, ações de capacitação, estratégias de comercialização, organização de feiras, entre outras.

O modo de produção cooperada possibilita ao trabalhador a gestão dos processos e a autonomia e participação nas decisões. Esse processo implica em alguma mudança e pode contribuir para ampliar a consciência de cidadania.

A construção desses empreendimentos, com base na economia solidária, pode ser uma alternativa para a inserção social e produtiva desses cidadãos que vivem com tantas adversidades. Buscamos entender, até que ponto o modo de produção do mel se constitui em formas de produção incorporadas no sistema dominante ou representam fontes alternativas de produção e de novas relações de produção.

O caminho da cooperação está sendo trilhado por apicultores e associações na Bahia e em Portugal, que buscam formas de sobreviver nesse mundo globalizado, num sistema capitalista que privilegia aqueles que acumulam o capital. Se organizam para encontrar formas de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a sua qualidade de vida.

Diante desse contexto nos questionamos se a produção cooperada do mel pode se constituir em processos de inclusão produtiva e social e contribuir para a emancipação do apicultor. A produção do mel é uma alternativa para a geração de renda e isso, por si só, já é uma possibilidade de se constituir em um caminho para a emancipação frente ao desemprego e a busca de inclusão nos planos econômico, social e político. Entretanto, todos os atores sociais envolvidos na cadeia produtiva do mel são claros em afirmar que é impossível para o pequeno apicultor iniciar um empreendimento que tenha viabilidade, se ele começar com uma quantidade pequena de colméias. A produção de 500 kg de mel é inviável e não dá nem para a subsistência. Seria preciso uma produção mínima anual em torno de 2.500 kg para conseguir um rendimento razoável em torno de 1 salário mínimo do Brasil. Em Portugal o apoio que o governo dá para o **jovem** apicultor já permite condições para uma produção que torne o seu empreendimento viável.

A apicultura é um bom negócio e se constitui em uma atividade que propicia a geração de renda e emancipação do trabalho explorado e alienado. O trabalho solidário, na apicultura, mesmo com as atuais fragilidades pode ser um campo propício para o desenvolvimento da autonomia e da construção de processos educacionais emancipatórios. O próprio trabalho do apicultor propicia o aprendizado com as abelhas, que ensinam sobre cooperação e a necessidade da preservação e respeito à natureza.

Todo o processo de produção do mel, sendo feito de forma individual, pelo pequeno apicultor, em geral pode garantir um volume de produção pequeno, feito de forma artesanal,

sem as devidas condições de higiene e saúde e sem um bom retorno para o apicultor. Qual a solução para uma mudança nesse quadro? A união de todos os apicultores em torno de objetivos comuns, para articularem ações de cooperação, em que se construam formas de organização da produção e da comercialização, o que poderá contribuir para o crescimento de uma apicultura sustentável. A organização solidária da cadeia produtiva do mel ampliará os benefícios sociais dos empreendimentos, gerando riqueza para o local.

Os processos de produção cooperada atendem aos princípios da responsabilidade socioambiental, na medida em que orienta para os cuidados com as abelhas, com a flora, com os mananciais e com a preservação da natureza e com a qualidade de vida dos apicultores. A apicultura e ou meliponicultura tem como base os princípios da sustentabilidade e o apicultor aprende, também, com as abelhas a valorizar a comunidade, a coletividade.

8.6 HIPÓTESE

Sobre a hipótese definida nesta tese, podemos concluir que foi comprovada, pois a dinâmica da autogestão, embora possa ser incorporada no modo de produção capitalista, pode também, com a presença de determinadas condições, estimular o protagonismo de apicultores e apicultoras na construção coletiva de um novo contexto, propício a contribuir para a construção da cidadania e integrar processos educacionais emancipatórios.

O trabalho cooperado traz uma vantagem muito grande em relação ao modo de produção capitalista, pois não possui algumas características básicas, como a separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, nem a extração da mais-valia sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção. No modo de produção capitalista a mais-valia é uma estratégia para a ampliação incessante do lucro, sendo a finalidade direta e móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a multiplicação ampliada do capital. Já no modo de produção cooperada, o trabalhador é o proprietário dos meios de produção e tem autonomia para decidir sobre qualquer assunto a eles relacionado.

No modo de produção capitalista, assim como no modo de produção cooperada, o regime de produção de mercadorias visa o mercado. Entretanto, em processos avançados, os associados e cooperados poderão desenvolver ações que visem à integração no comércio justo e solidário, compreendendo a filosofia que embasa a economia solidária, em um aprendizado permanente.

8.7 PROPOSIÇÕES

Diante da realidade aqui delineada, percebemos que algumas ações poderão ser desenvolvidas no sentido de buscar soluções para os problemas colocados pelos diferentes agentes sociais envolvidos na cadeia produtiva do mel.

É essencial considerar a importância da construção de um capital social capaz de consolidar um trabalho que seja sustentável, com enfoque na cidadania. A formação de redes de comercialização solidária pode consolidar o papel de processos solidários no desenvolvimento de atividades econômicas e de geração de renda com justiça social em uma cadeia que tem como princípio básico fundamental a responsabilidade socioambiental.

É fundamental a busca da confiança interpessoal, pois com isso a entidade estará mais propícia a prosperar e produzir o bem. No contexto da Bahia a maioria dos apicultores não é fiel às suas associações para entregar o mel que produz em decorrência da sua necessidade de obter recurso para sua subsistência. Entretanto, confiança interpessoal é de certa forma abstrata e pode ser obtida a partir de comportamento ético, pautado na justiça e equidade. É preciso critérios bem claros na definição do perfil e do papel de gestores e membros associados, construídos coletivamente. E a partir de atitudes pautadas na honestidade e com ênfase no bem comum, pode haver mudanças significativas nas entidades, como percebidas na AAPIT.

As associações e cooperativas devem ser geridas de forma ética, com base na filosofia e princípios da gestão social e considerando as diversas dimensões, com enfoque na eficiência, eficácia, efetividade e relevância social. O corpo de associados deve ser orientado/capacitado para compreender o seu papel de co-responsáveis pela gestão e pelos resultados obtidos.

Sugerimos para a Bahia a implementação de estratégias para a Indicação Geográfica do mel, na região, com perspectiva de ações futuras para a Denominação de Origem. Entretanto, a decisão para esse passo deve ser participativa e embasada por estudos científicos, visando ao desenvolvimento local sustentável.

O conceito de desenvolvimento local sustentável nos remete à concepção de uma prática fundamentada em relações de autogestão, cooperação, respeito, ética, valorização do ser humano e cidadania. Sugerimos **parcerias** com as universidades, no sentido de promover cursos de graduação e especialização voltados para atender as demandas existentes, bem

como, incentivos do governo para pesquisa científica sobre a abelha, a flora, propriedades do mel e questões sócio-ambientais.

Na questão educacional é preciso desenvolver processos educacionais que sejam emancipatórios, com ênfase no ser humano como sujeito histórico e responsável pela construção do seu ambiente. A educação, pensada em termos coletivos, tem como objetivo principal a cidadania, cuja aprendizagem se dá por meio da prática social, onde o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema e cuja importância maior está na possibilidade de estimular a criatividade humana para a criação de novos conhecimentos.

As instituições de ensino devem contribuir para formar uma base de competência com condições de intervir na realidade social. Neste sentido, a instituição de ensino tem o compromisso social de produzir conhecimentos significativos que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e melhor para se viver, contribuindo para a formação de cidadãos dotados de valores éticos e comprometidos com a transformação social. O desenvolvimento sustentável de uma região perpassa, entre outros fatores, por um adequado planejamento da sua atividade produtiva e políticas públicas eficazes, mas, sobretudo, por processos educacionais emancipatórios que visem à cidadania.

Diante do exposto, conclui-se que será de grande importância para o Semiárido, bem como, para toda a região Nordeste, a adoção de políticas públicas de incentivo à pesquisa científica. Entendemos também que, a partir de um trabalho em que envolva o próprio apicultor na construção de seu caminho, aproveitando as potencialidades da sua terra e com o apoio de políticas públicas voltadas para a cidadania, será possível começar a escrever uma nova história para a apicultura da região. Neste sentido, ressaltamos a importância do retorno às comunidades do saber construído a partir deles, que pode ser através de publicações científicas, cartilhas, manuais, painéis expositivos, folders e similares, entre outras.

8.7.1 Proposição para o Estado e as Universidades: estudos interdisciplinares

A partir dos estudos aqui desenvolvidos e da interação com os agentes envolvidos na cadeia produtiva do mel, detectamos que, entre os apicultores da região estudada na Bahia, o manejo é um fator de pouca atenção por esses apicultores e de grande importância para a qualidade do produto e melhoria do rendimento dos apicultores.

Sabemos que a alimentação das abelhas é fundamental para melhorar a produção e produtividade das colméias. Entretanto, os apicultores não alimentam as abelhas. No momento atual a Bahia está vivenciando uma seca terrível, que está afetando a agricultura e, também, a apicultura. A Agricultura Familiar tem o Seguro Safra, que minimiza um pouco as perdas, mas os apicultores não possuem uma política específica para suas perdas.

Com a atual seca, a perda dos apicultores está entre 72 a 90%. As abelhas estão abandonando as colméias e isso representa um prejuízo muito grande para a apicultura, que será difícil recuperar na próxima florada. Por que as abelhas enxameiam? A resposta é fácil de perceber. Pelos conhecimentos adquiridos até aqui podemos afirmar que isso é consequência da falta de alimento e água para o enxame; falta de boas condições de vida.

Como mencionado na parte teórica deste trabalho, a abelha precisa do mel e do pólen para sua sobrevivência. Sabemos que já existem estudos sobre isso. Entretanto, está faltando colocar em *prática* essas pesquisas.

Sem entrar no detalhamento teórico dessa questão, nossa compreensão é de que esse problema tem sérias consequências para a produtividade atual da apicultura nessa região. Portanto, propomos as seguintes ações:

- a. Criação de um “Observatório da Apicultura na Bahia”;
- b. Criação de um Centro de Estudos Interdisciplinares para a Apicultura, envolvendo equipes de pesquisadores das áreas de Biologia, Química e Ciências Sociais Aplicadas. Sugerimos esse Centro de Estudos na Universidade Estadual de Feira de Santana, por ser a Instituição em que trabalhamos e por esta Universidade já dispor de pesquisadores que vêm desenvolvendo estudos sobre o mel, o pólen e as abelhas, mas deveria fazer intercâmbio com outros pesquisadores de outras universidades;
- c. Desenvolvimento de pesquisa científica a partir da criação de Projeto para um “Apiário Referência”, em que fossem utilizadas técnicas de manejo orientada pelos pesquisadores, como por exemplo, a alimentação das abelhas. Esse apiário seria monitorado e todas as ações registradas. Seriam definidos indicadores para acompanhamento e avaliação. O mel produzido seria pesado e analisado periodicamente e os custos dos produtos e insumos utilizados seriam registrados, para avaliação final e definição de todos os custos, verificando-se o custo-benefício;
- d. Elaboração de produção científica e de eventos;
- e. Socialização do conhecimento produzido. O apiário seria utilizado como referência para os apicultores da região e base para treinamento.

Entendemos que, a partir da prática e dos resultados alcançados, os apicultores vão assimilando o hábito de fazer o manejo correto e obter melhores resultados.

8.7.2 Estudos futuros

Como proposta para pesquisas futuras, sugerimos, também:

- Um estudo sobre a experiência da CASA APIS, estratégias desenvolvidas, sucessos e fracassos e CAUSAS desses problemas. A partir daí, definir estratégias para a CECOAPI.
- Um projeto de pesquisa-ação para avaliar as questões relacionadas à gestão social.

8.7.3 Proposições imediatas para as Associações e Cooperativas

No sentido de buscar a emancipação financeira dos associados, as associações e ou cooperativas poderiam adotar como estratégias:

- Fornecimento de caixas (colméias) para os apicultores que entregassem o mel na Cooperativa, visando a ampliação do quantitativo dos apicultores que estejam com quantidades abaixo do limite de viabilidade;
- Criação de um sistema de acompanhamento da produção e produtividade dos apicultores, com a definição de indicadores;
- Acompanhamento e avaliação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, J. F.; PINTO, J. M.. **A investigação nas Ciências Sociais**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ALMEIDA, Marco Antonio Dantas de; CARVALHO, Corália Maria Sobral. **Apicultura: uma oportunidade de negócio sustentável**. Salvador: Sebrae Bahia, 2009.

ALMEIDA NETO, Raimundo Moreira de; PAULA NETO, Francisco Leandro de. Riscos e oportunidades para a apicultura nordestina. In: CONGRESSO DA SOBER; “INSTITUIÇÕES, EFICIÊNCIA, GESTÃO E CONTRATOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL”, 43., 2005. Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 24 a 27 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/1081.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ALVES, Margarida Martins. **A primeira loja do comércio justo em Portugal**. Disponível em: <http://www.etc.pt/VP/ler_seccao27e39.html?diranter204*23%7C8>. Acesso em: 14 dez. 2012.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária Ltda., 1973.

ANIMAR. **Plano de Actividades 2012**. Disponível em: <http://www.animardl.pt/index/oquee/plano>. Acesso em: 3 out. 2012.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Capital social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Disponível em: http://www.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Gea35Kk_yJ4C&oi=fnd&pg=PA1&dq=capital+social&ots=0pLiImzpgG&sig=WLxFAQ4shTCSYrN8Mfp0L42N9Ylk&redir_esc=y#v=onepage&q=capital%20social&f=false. Acesso em: 3 out. 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), 2000, p. 266-275.

ARRUDA, Marcos. Desenvolvimento Integral: sentido profundo da economia e da vida. In: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), 2012. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), 2012. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BAHIA, SEAGRI. **Estratégias para a agropecuária baiana**: visão das câmaras setoriais. Salvador: SEAGRI, 2010. Disponível em:

<http://www.seagri.ba.gov.br/Estrategias_para_a_agropecuaria_baiana.pdf>. Acesso em 25 nov. 2012.

BAHIA. SUAF. **Plano Estadual de Desenvolvimento da Apicultura**. Salvador, 2011a.

BAHIA. **Lei nº 12.372 de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar - PEATER e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - PROATER, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/lei_estadual_ater.pdf>. Acesso em: 28 Dez 2011b.

BAHIA. **Edital de Chamada Pública ATER SEAGRI/SUAF nº 002/2012**. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/editais_seagri.asp>. Acesso em: 14 Out 2012.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGES, Ricardo L.B. *et al.* O pólen no mel do semi-árido brasileiro. In: SANTOS, Francisco de A. R. *Apium Plantae*. Recife: IMSEAR, 2006, v.3.

BOTH, João Paulo Castanheira Lima. **Mel na composição da renda em Unidades de Produção Familiar no Município de Capitão Poço, Pará, Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2008.

BRASIL. Lei de ATER. **Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 18 nov. 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2010b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Economia solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em: 1 jul. 2011a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acesso em: 1 jul. 2011b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/>>. Acesso em: 20 jul. 2011c.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Semiárido brasileiro**. Brasília. Janeiro/2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/delimitacao.asp>>. Acesso em: 31 ago. 2011d.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Arranjos produtivos locais**. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300#o que sao](http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300#o%20que%20sao)>. Acesso em: 23 jan. 2013a.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Indicação geográfica**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>>. Acesso em: 25 jan. 2013b.

BRASIL. **Sistema de informações territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 10 Fev 2013c.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **SISBI**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/produto-final/sisbi>>. Acesso em: 20 Mar 2013d.

CALDAS, Alcides; CERQUEIRA, Patrícia da Silva; PERIN, Teresinha de Fátima. Mais além dos Arranjos Produtivos Locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano VII, n. 11, jan. 2005.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Incubação de cooperativas populares**: metodologia dos indicadores de desempenho. Paumas-TO: NESol; UFT, 2007.

CARVALHO, Yara Maria Chagas *et al.* Mudanças tecnológicas na produção agrícola de área de manancial através da criação de um selo ambiental na Sub-bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabaceiras. In: VEIGA, José Eli da (Org.). **Economia socioambiental**. São Paulo: SENAC, 2010.

CASSIOLATO, José E.; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria Lúcia. **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassioloato%20e%20Szapiro.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CATTANI, Antonio David. Emancipação social. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ampliada, 2005.

COOPETIR. Cooperação para a competitividade empresarial. **Redes de Cooperação**. Disponível em: <http://www.coopetir.biz/media/14316/estudo_dinamizacao_redes_v4_2011_10_17.pdf>. Acesso em: 1 out 2012.

CORES DO GLOBO. **Comércio justo**. Disponível em: <http://coresdoglobo.org/cg_mundo.html>. Acesso em: 10 dez. 2012.

COSTA, António Pedro; SOUZA, Francislê Neri; SOUZA, Deise Neri. **Investigação qualitativa com apoio do WebQDA**. Aveiro: Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. 3 ago 2012. (Anotações de aula).

COTERA, Alfonso; ORTIZ, Humberto. Comércio justo. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 Jan 2013.

DAI Brasil (Development Alternatives, Inc). **Análise da indústria do mel**: inserção de micro e pequenas empresas no mercado internacional. [S.l.]: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. 2006. v.2. Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADM251.pdf. Acesso em: 20 Jan 2013.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sciológico. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998. p. 29-51.

FACES DO BRASIL. **Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário**. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario.html>>. Acesso em: 29 jan. 2012

FEBAMEL. **Produção do mel cresce 10% em 2011**. Disponível em: <http://febamel.zip.net/arch2012-12-02_2012-12-08.html>. Acesso em: 20 mar. 2013.

FELIPPE, Cristianba. Defenda-se com própolis. **Revista Saúde é vital**. São Paulo: Abril, n. 320, jan. 2010

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação no campo**. 2 ed. Petrópolis: [s.n.], 2005.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: _____; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Córtes, 2008.

FLICK, Uwe. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa, Portugal: Monitor – Projectos e Edições Lda., 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia Social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v. 12, n.1, p. 9-19, jun. 2002. Disponível em: <http://cirandas.net/cfes-regiao-sudeste/economia-solidaria-conceito/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>. Acesso em: 3 out. 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.23).

FREITAS, Breno M; SILVA, Eva M. S. Potencial apícola da vegetação do semi-árido brasileiro. In: SANTOS, Francisco de A. R. **Apium Plantae**. Recife: IMSEAR, 2006, v.3.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald E.; CARAVANTES, Geraldo R. (Org.). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**: Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 45-70.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento Econômico Solidário. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 jan 2013.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1972.

GIULIETTI, Ana M.; QUEIROZ, Luciano P. **Apium Plantae**. Recife: IMSEAR, 2006, v.3.

GÖHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GÖHN, Maria da Glória. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLASCO, 2000.

GOOGLE. **Imagem da abelha com varroa**. Disponível em: <<http://www.google.pt/search?q=FOTO+DA+ABELHA+COM+VARROA&hl=pt-BR&tbm=u&tbm=isch&source=univ&sa=X&ei=JxXdUIWMDYKS9QTfgoG4Bw&ved=0CDQsAQ&biw=1440&bih=721>>. Acesso em: 20 dez 2012.

GOOGLE. **Imagem colmeia**. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=colmeia+tipo+langstroth&hl=en&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=Dtc4UaaUOPG10AGy6oCgAw&ved=0CAoQ_AUoAQ&biw=1394&bih=771>. Acesso em: 5 jan. 2013.

GUERRA, Isabel. O território como espaço de ação coletiva: paradoxos e possibilidades do “jogo estratégico de atores” no planejamento territorial em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IANNI, Octavio. **Dialética & capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 3. ed. Petrópolis, 1988.

IBGE. O Brasil em números. **Anuário Estatístico do Brasil - 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/O_Brasil_em_n%C3%BAmeros.html?id=aSwGSgAACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 15 abr.2011.

IBGE CIDADES. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 2 ago. 2011b.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Econoia Popular. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

IPECE. Agronegócio do Mel Natural. **Revista Enfoque Econômico**, Fortaleza: IPECE, n. 25, mar. 2012. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/enfoque-economico/EnfoqueEconomicoN25_12_03_2012.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2012.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASTRES, Helena M. M. Relatório de Atividades de divulgação do Referencial conceitual, analítico e propositivo. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2004. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 18 Jan 2013.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

LEÃO, Carolina. Comércio justo: uma alternativa solidária. **Pessoas e lugares: Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER**, II Série, n. 31, jul./ago.2005

LIMA E LIMA, Luciene Cristina *et al.* Morfologia polínica de espécies de mimosas L. (Leguminosae) apícolas do Semi-Árido. In: SANTOS, Francisco de A. R. **Apium Plantae**. Recife: IMSEAR, 2006, v.3.

LIRA, Gunthinéia Alves de; OLIVEIRA, Nominando Andrade de; MENDONÇA, Gerbson Azevedo de. A influência da capacitação no processo de desenvolvimento da cadeia produtiva do mel no Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., Foz do Iguaçu, PR, 2007. . **Anais...** Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 09 a 11 de outubro de 2007.

LUCHESE, Angélica M. *et al.* Méis do semi-árido: composição química e atividade antimicrobiana. In: SANTOS, Francisco de A. R. **Apium Plantae**. Recife: IMSEAR, 2006, v.3.

MACHADO, Isabel C.; LOPES, Ariadna V. Melitofilia em espécies de caatinga em Pernambuco e estudos relacionados existentes no ecossistema. In: SANTOS, Francisco de A. R. **Apium Plantae**. Recife: IMSEAR, 2006, v.3.

MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARCHINI, Luís Carlos; REIS, Vanderlei Doniseti Acassio dos; MORETI, Augusta Carolina de Camargo Carmello. Composição físico-química de amostras de pólen coletado por abelhas Africanizadas *Apis mellifera* (Hymenoptera: Apidae) em Piracicaba, Estado de São Paulo. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 949-953, jun 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-84782006000300034>>. Acesso em: 8 jan. 2010.

MARTINS, Paulo Henrique. Cidadania. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<http://www.ripesseu.net/fileadmin/ripessEU.net/files/Bibliotheque/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 30 jan 2013.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global Editora, 1987.

MARX, Karl. O trabalho alienado. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998. (p. 81-137)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 26. ed. Livro primeiro: o processo de produção do capital, Vol. I. Rio de Janeiro: 2008a

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 23. Ed. Livro primeiro: o processo de produção do capital, Vol. II. Rio de Janeiro: 2009

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 4. ed. Livro terceiro: o processo global da produção capitalista, Vol. V. São Paulo: Difel, 1985

http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio_justo MARX, Karl. **Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução: Arthur Morão. Coleção textos clássicos LusoSofia, Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2008b. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf>. Acesso em: 15 Dez 2011.

MENDONÇA, Kiara; MARCHINI, Luís C.; SOUZA, Bruno de A.; ALMEIDA-ANACLETO, Daniela de; MORETI, Augusta C. de C.C. Plantas Apícolas de Importância para *Apis mellifera* L. (Hymenoptera: Apidae) em Fragmento de Cerrado em Itirapina, SP. **Neotrop. entomol.** vol. 37 n°5 Londrina Set./Out. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-566X2008000500003>>. Acesso em: 08 Jan. 2010.

MÉSZAROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; UNICAMP, 2002.

MÓ DE VIDA. **Comércio Justo**. Disponível em: <<http://www.modevida.com/>>. Acesso em: 15 Dez 2012

MONTEIRO, Guilherme. **Comércio Justo e solidário**. Disponível em: <<http://combate.info/index.php/component/content/article/13-primavera-2006/28-comio-justo-e-solido-de-guilherme-monteiro>>. Acesso em 08 Ago 2012.

MOREIRA, Manuel Belo. As assimetrias da estrutura agrária portuguesa e a política agrícola comum. Análise da evolução recente. In: SILVA, Manuel Carlos; MARQUES, Ana Paula; CABECINHAS, Rosa (Orgs.). **Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso**. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura, 2005

MORAES, Maria Cândida. **Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MUNDARÉU. **Comércio Justo**. Disponível em: <www.mundareu.org>. Acesso em: 20 Dez 2011.

NUNES, Débora. A construção de uma experiência de economia solidária em bairro periférico de Salvador. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano III, nº 5, Janeiro de 2001, Salvador, BA.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

PARENTE, Cristina *et al.* **Empreendedorismo social**: contributos teóricos para a sua definição. XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização. Lisboa, Maio 2011. Disponível em: <www.empsoc.net. Acesso em: 15 Ago 2012>.

PASIN, Luiz Eugênio Veneziani. **Caracterização da organização da produção e da comercialização do produto mel no Vale do Paraíba - SP** / Luiz Eugênio Veneziani Pasin.-Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientador: Mauro José Andrade Tereso. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

PEDRÃO, Fernando. **A economia mundial e o desenvolvimento de regiões**. Anotações de aula, 2009.

PEREIRA, Fábio de Mello; LOPES, Maria Teresa do Rêgo; CAMARGO, Ricardo Costa Rodrigues de; VILELA, Sérgio Luís de Oliveira. **Produção de mel. Embrapa Meio-Norte**. Sistema de Produção, 3. ISSN 1678-8818 Versão Eletrônica. Jan/2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mel/SPMel/index.htm>>. Acesso em: 01 Jun. 2010.

PEREIRA, Fábio de Mello; VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Estudos da cadeia produtiva de mel do Estado de Alagoas**. Maceió: SEBRAE/AL, 2003.

PESSOAS E LUGARES. Ambiente e desenvolvimento. **Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+**. II Série, Nº 6, Janeiro/Fevereiro 2003. Disponível em: <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl06.pdf>. Acesso em 05 Out 2012

PORTAL BRASIL. **Produção de mel cresce 30% em 2010**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/03/2/producao-de-mel-cresce-30-em-2010>>. Acesso em 02 Out 2012.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas** n.33. Oeiras, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=s0873-65292000000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 Out 2012

PORTUGAL. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP). **Programa Apícola Nacional 2011-2013**. Disponível em: <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/ma/apicultura/PAN_2011_13.pdf>. Acesso em: 07 Março 2012.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP). **Programa Desenvolvimento Rural Continente 2007 2013**. Disponível em: <http://193.47.185.33/NR/rdonlyres/FCA322FA-6250-44BF-B9CD-A3A2E27ACF1B/0/PDRural_Continente.pdf>. Acesso em: 01 Out 2012.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 2000.

PTDRS SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. 2008. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio043.pdf>. Acesso em 12 Fev 2013.

RIBEIRO, Manuel Bomfim. **A Potencialidade do Semi-árido Brasileiro**. Brasília-DF: Qualidade, 2007.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANDER, Benno. **Gestão da Educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: 'um discurso sobre as ciências' revisitado. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

SANTOS, Francisco de Assis R. *et al.* Plantas do semi-árido importantes para as abelhas. In: _____. **Apium Plantae**. Recife: IMSEAR, 2006b, v.3.

SANTOS, Edvalter Souza. Educação e sustentabilidade. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 11, n. 18, p. 259-279, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uneb.br/Educacao/centro.htm>>. Acesso em: 14 out. 2008.

SEBRAE. **Boletim Setorial do Agronegócio**. Recife, 2011. Disponível em: <<http://177.52.17.17:8030/downloads/boletim-apicultura.pdf>>. Acesso em: 05 Out 2012.

SEBRAE. **BA lança selo Comércio Justo na Feira do Empreendedor 2011**. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=33&cod=12500275>>. Acesso 28 Jan 2012.

SILVA, Manuel Carlos; CARDOSO, António. O local face ao global: por revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento. In: SILVA, Manuel Carlos; MARQUES, Ana Paula; CABECINHAS, Rosa (Orgs.). **Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais**: perspectivas teóricas e estudos de caso. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura, 2005.

SILVA, Manuel Carlos. Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o Estado-Nação e a democracia em perda. In: SILVA, Manuel Carlos (Org.) **Nação e Estado**: entre o global e o local. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Manuel Carlos. **Classes sociais**: condição objectiva, identidade e acção colectiva. Vila Nova de Famalicão: Papelmunde, SMG, Lda., 2009a.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. In: Exclusões, poderes e (sub) culturas. **Revista de Sociologia**. Nº 5/6 I 2009b.

Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga. Impressão Papelmunde SMG, Lda. V.N.Famalicão - Portugal

SINGER, Paul. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOARES JUNIOR, Jair S.; QUINTELLA, Rogério H. Instrumentalização do desenvolvimento: teorias, conceitos e indicadores. **O&S – Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 61-78, Abril/Junho, 2008.

SOCIAL ECONOMY EUROPE. **EMES**: European Research Network. Disponível em: <<http://www.socialeconomy.eu.org/spip.php?rubrique541>>. Acesso em: 18 dez 2012.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti, DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a ECONOMIA SOLIDÁRIA. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Francislê Neri; COSTA, António Pedro; MOREIRA, António. **Análise de dados qualitativos suportada pelo software WebQDA**. Aveiro, Portugal: CIDTFF - Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, 2011

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v. I.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO TRABALHO EM MEIO ELETRÔNICO

Autorizo, para todos os fins de direito, que a UNIFACS com sede na Rua Dr. José Peroba, 251, STIEP, Salvador, Bahia, inscrita no CNP/MF sob o n. 13.526.884/0001-64, possa utilizar e disponibilizar perante qualquer meio de comunicação, inclusive na Internet, o trabalho (informar o título) para que terceiros interessados em conhecer ou analisar o referido trabalho acadêmico possam imprimir para leitura e pesquisa, bem como reproduzir total ou parcialmente, e utilizar como lhes convier, respeitados os direitos do autor, conforme determinam a Lei n. 9.610/98 (Lei do Direito Autoral) e a Constituição Federal, art. 5º inc. XXVII e XXVIII “a” e “b”.

Neste sentido, declaro que cumpridos requisitos acima, nada poderei reclamar seja a que título for, sobre os direitos inerentes ao conteúdo do referido trabalho

Data: _____

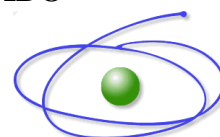
Assinatura do autor _____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES



Universidade do Minho



C A P E S

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou aluna do curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional do Núcleo de Pós-Graduação da Universidade Salvador – UNIFACS e desenvolvo tese sobre a importância da produção cooperada do mel na Bahia e na Região Norte de Portugal, sob a orientação da Prof^a Dra. Débora Nunes (Bahia) e co-orientação do Prof. Dr. Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho (Braga, Portugal), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na pesquisa em Portugal.

Devido à sua experiência com a apicultura e com o trabalho com base no associativismo, solicito seu apoio no sentido de participar de uma entrevista respondendo às questões que considerar pertinentes, a qual será gravada. Sua participação implica no consentimento de publicação dos dados na minha tese. Ressalto que a sua participação não representará qualquer risco, de ordem física ou psicológica para você e o seu nome será preservado, destacando somente o nome da organização.

Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você, mas poderá contribuir, de forma significativa, com o setor apícola da sua região, haja vista a possibilidade de troca de experiências.

Sua participação e envolvimento com o tema em questão tornam sua percepção, experiência e opiniões muito relevantes para o andamento desta investigação científica e contribuirá como importante fonte de dados. Assim, suas informações, combinadas, analisadas e consolidadas com as provenientes de outros participantes, será uma importante fonte de dados para o prosseguimento da pesquisa.

Disponibilizo o meu endereço eletrônico: marialianogueira@gmail.com.

O telefone de contato é: +55 75 9191-9600 / (351) 918 828 527.

Atenciosamente,

Maria da Conceição Nogueira

Servidora da Universidade Estadual de Feira de Santana, Professora da UNIFACS e Pesquisadora, aluna do curso de Doutorado do PPDRU – UNIFACS (Bahia, Brasil)

Ciência e de acordo do participante (sujeito da pesquisa)

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local, xx de xxxx de xxxxx.

Assinatura do sujeito de pesquisa

APÊNDICE C – QUANTITATIVO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS**Demonstrativo da quantidade de inquéritos e entrevistas – Bahia e Portugal**

PAÍS	ENTIDADE	ENTREVISTAS			INQUÉ- -RITOS	PERÍODO	
		Gestores	Apicultores	Técnicos			
BRASIL	CECOAPI	01			-	2011	
	AAAC	01			15	2011	
	AAMJ	01	01		14	2011	
	AAPIRA	01	01		02	2011	
	AAPIT	01	01		23	2011	
	COOAPIT	01					
	COOARP	01	01	01	-	2011	
	COOAPI	01			10	2010 e 2011	
	ABEMEL	01			-	2011	
	SUAF	01	-	01	-	2011	
	EBDA	-		02	-	2011	
	SEBRAE	-		01	-	2011	
	MOC	-		01	-	2011	
	UNICAFES	-		01	-	2011	
	Apiário Particular	01	-	-	-	2011	
	UNEB	-	-	01	-	2010	
	UEFS	-	-	01	-	2012/2013	
	SUB-TOTAL		11	04	09	64	-
	PORTUGAL	AANP	01	-	01	11	Maio e Jun/2012
		APIMIL	01	02	01	47	Abr e Jul/2012
AAPNM		01	01	01	-	Ago/2012	
FENAP		01	-	01	-	Ago/2012	
Agrupamento de Produtores		01	-	-	-	Ago/2012	
Cooperativa		-	01	-	-	Jul/2012	
Individual		-	02	-	-	Abr/2012	
DGV		-	-	01	-	Abr e Jul/2012	
SUB-TOTAL		05	06	05	58		

Fonte: Pesquisa Direta, 2010 a 2012.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- Apresentação institucional.
- Apresentação do objeto de estudo.
- Solicitar autorização para gravar a entrevista.

I. DADOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO

- Preenchimento de Questionário, com dados gerais, quando necessário

II. DADOS ESPECÍFICOS

1. Quais as **etapas** seguidas pela cadeia produtiva do mel, desde a sua coleta até o seu uso e comercialização e quais os **fatores**, internos e externos, envolvidos – linhas gerais
2. Como se dá o **processamento do mel** pelos apicultores – e qualidade do mel
3. Falar sobre os **apoios oficiais** (políticas públicas) – quais são, se os apicultores têm acesso e sua importância
4. Em que medida **as intervenções e as políticas públicas** que se desenvolvem junto aos apicultores contribui para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável?
5. Como se dá a organização dos produtores na cadeia produtiva e de que forma os processos de articulação cooperativa favorecem o planejamento, a gestão e a comercialização?
6. Em que fase da cadeia produtiva existe **cooperação**
7. Falar sobre a **participação** dos apicultores na Associação
8. Até que ponto a forma cooperada de produção contribui para a transformação da realidade social em que vivem os apicultores?
9. Em que medida os processos de produção cooperada adotados na apicultura atendem aos princípios da responsabilidade socioambiental?
10. Falar sobre a **comercialização**
11. Ações que a Associação tem desenvolvido na comunidade
12. Papel da Associação - ações que tem desenvolvido junto aos apicultores (capacitação, assistência técnica, etc)
13. Falar sobre as **dificuldades** da Associação
14. Falar sobre os pontos fortes, as oportunidades da Associação e projetos futuros
15. Falar sobre a gestão da Associação – planejamento, controles, processos de decisão, etc.
16. Opinião sobre a importância da Associação para os Apicultores, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável.
17. Papel da Entidade.

18. Outras.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO – INQUÉRITO APICULTOR BAHIA

UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**INQUÉRITO - APICULTOR**

1 - DADOS PESSOAIS	
1.1 Sexo: () Masc () Fem	1.2 Município:
1.3 Estado Civil: () Casado () Solteiro () Separado () Viúvo () União estável	
1.4 Escolaridade: () não alfabetizado () lê/escreve () 1ª a 4ª série incompleto () 1ª a 4ª série comp () 2ºG inc () 2ºG comp () Ensino Superior incompleto () E.Sup. comp	

1.5 Idade: _____ 1.6 Possui filhos: a. () SIM b. () NÃO c. Se Sim, Qtde: _____

1.7 Qual a porcentagem da renda com mel, na composição da renda familiar? _____

2 - DADOS GERAIS

2.1 Ano em que ingressou na apicultura: _____

2.2 Tem acesso a POLÍTICAS PÚBLICAS? () SIM () NÃO
a. () Crédito facilitado b. () Capacitação c. () Isenção de impostos d. () Outros _____2.3 Origem dos recursos financeiros aplicados no apiário:
a. () Recurso próprio b. () Financiamento c. () Outros _____2.4 QUADRO DE PESSOAL DO SEU APIÁRIO a. () Membro familiar remunerado - Quantos: _____
b. () Membro familiar não remunerado - Quantos: _____ c. () Outro _____ - Quantos: _____

2.6 TIPO APIÁRIO:

a. () Apicultura fixa - Nº de Caixas _____ Nº de Melgueiras _____ Nº de Colméias povoadas _____
b. () Migratória - Nº de Caixas _____ Nº de Melgueiras _____ Nº de Colméias povoadas _____

2.7 Tipo de abelha que cria: a. () Africanizada b. () Abelha sem ferrão c. () Outras _____

2.8 Capacitação que já fez:

a. () Curso básico de Apicultura b. () Curso de Aperfeiçoamento em Apicultura c. () Outros _____

2.9 PRODUZ MEL ORGÂNICO a. () SIM b. () NÃO c. () Não sei d. () _____

2.10 Distância para a casa do mel: _____ 2.18 Distância para o Entrepósito (EPA): _____

2.11 Qual a sua produção de mel por ano – Kg/ano? _____

2.12 Qual a produtividade média de mel por colméia (Kg/colméia/ano)? _____

2.13 Recebe Assistência técnica no apiário? () SIM () NÃO () _____
Quem fornece _____

2.14 Mercado que atende: a. () Região b. () Estado d. () Outros _____

2.15 Para quem vende:

a. () Consumidor final b. () Associação/Cooperativa c. () Varejista d. () Atacadista
e. () Distribuidor f. () Importador/Exportador g. () PNAE h. () PAA i. () Outros _____

2.16 Entrega quanto por cento da produção, para comercializar através da sua Entidade? _____

2.17 O que você PRODUZ a. () Mel b. () Própolis c. () Polen d. () _____

3.16 Você se sente *DONO* da sua entidade? () SIM () NÃO () Em parte

3.17 Como se dá a organização e interação dos produtores na cadeia produtiva? _____

3.18 Em que medida as políticas públicas que se aplicam na apicultura, contribui para o desenvolvimento local sustentável?

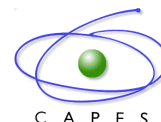
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO – INQUÉRITO APICULTOR PORTUGAL



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES



Universidade do Minho



INQUÉRITO - APICULTOR

1 - DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo: () Masc () Fem

1.2 Município: _____

1.3 Estado Civil: () Casado () Solteiro () Separado () Viúvo () União estável

1.4 Escolaridade: () não alfabetizado () lê/escreve () 1ª a 4ª série incompleto () 1ª a 4ª série comp

() 2ºGrau inc () 2ºGrau comp () Ensino Superior incompleto () E.Sup. comp

1.5 Idade: _____ 1.6 Possui filhos: a. () SIM b. () NÃO c. Se Sim, Qtde: _____

1.7 Qual a porcentagem da sua renda com mel, na composição da renda familiar? _____

2 - DADOS GERAIS

2.1 Ano em que ingressou na apicultura: _____

2.2 Tem acesso a POLÍTICAS PÚBLICAS? () SIM () NÃO

a. () Crédito facilitado b. () Capacitação c. () Isenção de impostos d. () Outros _____

2.3 Origem dos recursos financeiros aplicados no apiário:

a. () Recurso próprio b. () Financiamento c. () Outros _____

2.4 QUADRO DE PESSOAL DO SEU APIÁRIO a. () Membro familiar remunerado - Quantos: _____

b. () Membro familiar não remunerado - Quantos: _____ c. () Outro _____ - Quantos: _____

2.6 TIPO APIÁRIO:

a. () Apicultura fixa - Nº de Caixas _____ Nº de Melgueiras _____ Nº de Colméias povoadas _____

b. () Migratória - Nº de Caixas _____ Nº de Melgueiras _____ Nº de Colméias povoadas _____

2.7 Tipo de abelha que cria: a. () Africanizada b. () Abelha sem ferrão c. () Outras _____

2.8 Capacitação que já fez:

a. () Curso básico de Apicultura b. () Curso de Aperfeiçoamento em Apicultura c. () Outros _____

2.9 PRODUZ MEL ORGÂNICO a. () SIM b. () NÃO c. () Não sei d. () _____

2.10 Distância para a casa do mel: _____ 3.18 Distância para o Entrepasto (EPA): _____

2.11 Qual a sua produção de mel por ano - Kg/ano? _____

2.12 Qual a produtividade média de mel por colméia (Kg/colméia/ano)? _____

2.13 Recebe Assistência técnica no apiário? () SIM () NÃO () _____

Quem fornece _____

2.14 Mercado que atende: a. () Região b. () Estado d. () Outros _____

2.15 Para quem vende:

a. () Consumidor final b. () Associação/Cooperativa c. () Varejista d. () Atacadista

e. () Distribuidor f. () Importador/Exportador g. () PNAE h. () PAA i. () Outros _____

2.16 Entregue **quanto por cento** da sua produção, para comercializar através da **sua Entidade**? _____

2.17 O que você **PRODUZ** a. () Mel b. () Própolis c. () Polen d. () _____

2.18 **DIFICULDADES QUE VOCÊ ENCONTRA NA COMERCIALIZAÇÃO:** _____

3. ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

3.1 **PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL** () SIM () NÃO

b. () Associação b. () Cooperativa c. () Sindicato d. () ONG

e. É Sócio(a) de qual **Associação**: _____ Tempo de associado: _____

f. É Sócio(a) de qual **Cooperativa**: _____ Tempo de cooperado: _____

3.2 **A sua entidade realiza reuniões para discutir e tomar decisões?**

() Sim – Qual a frequência? _____ () Não

3.3 **Quais as razões/motivos em participar da Associação/Cooperativa?**

e. () Auxílio na obtenção de crédito/financiamento b. () Auxílio na compra de insumos da produção

c. () Auxílio na venda dos produtos d. () Auxílio na orientação da produção

e. () Capacidade de promoção de treinamento e cursos de capacitação

f. () Outros _____

3.4 **Quais os tipos de treinamento promovidos pela sua Associação/Cooperativa?** _____

e. () Não promove treinamentos

f. () Orientações básicas

g. () Técnicas de manejo e práticas de condução do apiário

h. () Técnicas de gerenciamento do apiário

i. () Técnicas de higiene e qualidade dos produtos f. () Outros _____

3.5 **A compra dos equipamentos e insumos da produção apícola é realizada:**

b. () individualmente b. () Através de Associação c. () Através da Cooperativa

d. () Através de grupos (com outros apicultores) e. () Outros _____

3.6 **O que realiza DE FORMA ASSOCIADA:**

a. () Colheita do mel

b. () Processamento do mel

c. () Comercialização do mel

3.7 **Está Satisfeito com o trabalho cooperativo?** () Sim, totalmente satisfeito () Não () Um pouco

Qual o benefício? _____

3.8 **A sua participação na Associação / Cooperativa melhorou o que na sua vida?**

3.9 **OUTROS ASPECTOS QUE MELHORARAM COM A COOPERAÇÃO:**

b. () Melhorar na renda

b. () Acesso a políticas públicas

c. () Conscientização dos seus direitos

d. () Inclusão social

e. () Inclusão produtiva / possibilidade de produzir

f. () Mais importância enquanto cidadão

g. () Fortalecimento dos produtores na região

h. () Realização pessoal

i. () Outros _____

3.10 **Você prefere estar associado ou preferiria continuar sozinho?**

a. () Estar associado/cooperado

b. () Trabalhar sozinho seria melhor, é difícil trabalhar em grupo

c. () Associar somente na comercialização dos produtos d. Outros _____

3.11 **Participa de espaços de debate público, de articulação em rede, Foruns, etc?** a. () SIM b. () NÃO
Especifique _____

3.12 **Participa das políticas territoriais?** a. () SIM b. () NÃO c. () De vez em quando

3.13 **Participa de Comércio Justo e Solidário?** a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

3.14 **Como se dá os processos de decisão na entidade?** _____

3.15 **A entidade desenvolve atividades visando ao crescimento profissional e a **formação integral** dos apicultores (educacionais, sociais, culturais)?** a. () Sim b. () Não c. () Outras _____

3.16 Você se sente *DONO* da sua entidade? () SIM () NÃO () Em parte

3.17 Como se dá a organização e interação dos produtores na cadeia produtiva? _____

3.18 Em que medida as políticas públicas que se aplicam na apicultura, contribui para o desenvolvimento local sustentável?

APÊNDICE G - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA – ORGANIZAÇÕES DA BAHIA

FORMULÁRIO PESQUISA – ENTIDADES BAHIA

1 **DADOS - Nome** da Entidade: _____

1.1 Município _____ 1.2 Fone/Fax _____

1.3 Email: _____ 1.4 Contato: _____

1.5 DATA INÍCIO DAS ATIVIDADES _____ 1.6 Valor da taxa de associação? _____

1.6 NATUREZA DO GRUPO: a. () Associação b. () Cooperativa c. () Outros _____

1.7 QTDE de Associados: a.(____) Ativos b.(____) Inativos → c.(____) Homens d.(____) Mulheres

1.8 A entidade possui sede própria? a. () Sim b. () Não c. () Outros

1.9 A entidade possui CASA DO MEL? () Sim () Não

1.10 Se possui, está dentro das especificações legais? () Sim () Não () Estamos organizando

1.11 A Entidade possui um ponto p/comercialização? a. () Sim b. () Não c. () Outros _____

1.12 A associação possui equipamentos?

() SIM () NÃO () Utiliza de um dos associados () É cedido por algum órgão _____

2 Mercado: a. () Região _____ b. () Bahia c. () Outros Estados d. () Exporta

3 A produtividade dos enxames está relacionada com as características genéticas, idade da rainha, técnicas de manejo, disponibilidade de flora e condições ambientais. Os Apicultores têm consciência disso?

() SIM () NÃO () Outros _____

4. O que sua entidade comercializa? a. () Mel b. () Pólen c. () Própolis d. () Outros _____

5 A associação tem algum acompanhamento ou apoio técnico? () Sim () Não. Se sim, quais:

a. () capacitações b. () visitas de monitoramento aos apiários,
c. () visitas de troca de experiência, material, projetos. d. () Outros _____

5.1 Qual a entidade que dá apoio: _____

6 A associação participa de algum Fórum ou Rede? () Sim () Não () Qual _____

7 A associação se reúne regularmente com os associados? () Sim () Não

a. () mensal b. () semestral c. Outra _____

8 A diretoria se reúne regularmente? () Sim () Não

a. () semanal b. () quinzenal c. () mensal d. () semestral e. Outra _____

9 Treinamentos técnicos oferecidos aos dirigentes de Associações e Cooperativas

a. () qualidade e produção b. () orientação básica sobre apicultura c. () manejo
d. () Associativismo e Cooperativismo e. Gestão f. Outros _____

10 Desenvolve atividades visando ao crescimento profissional e a formação integral dos apicultores (educacionais, sociais, culturais)? a. () Sim b. () Não c. () Outras _____

11 Desenvolve atividades com a comunidade (educacionais, sociais, culturais)? a. () Sim b. () Não

12 Participa de COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO? a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

13 Participa da Rede Abelha? a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

14. Conhece o trabalho dessa Rede? a. () SIM b. () NÃO c. () Um pouco

15. A Cooperativa recebe fomento e Assistência Técnica da SENAES? a. () SIM b. () NÃO

16. Participa/recebe fomento a finanças solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários?

a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

17. Recebe Assistência Técnica e apoio para a constituição e fortalecimento de Redes de Cooperação?

a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

18. É beneficiado com capacitação/formação de Agentes? a. () SIM b. () NÃO

19. Participa/organiza ou recebe incentivo para formação/participação de Redes de Comercialização?
a. () SIM b. () NÃO c. () Um pouco

20. Participa de Feiras de Economia Solidária? a. () SIM b. () NÃO c. () Nunca participei

APÊNDICE H - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA – ORGANIZAÇÕES DE PORTUGAL

FORMULÁRIO PESQUISA – ASSOCIAÇÃO PORTUGAL

1) DADOS - Nome da Entidade: _____

1.1) Município _____ 1.2) Fone/Fax _____

1.3) Email: _____ 1.4) Contato: _____

1.5) DATA INÍCIO DAS ATIVIDADES _____ 1.6) Valor da cota da associação? _____

1.6) NATUREZA DO GRUPO: a. () Associação b. () Cooperativa c. () Outros _____

1.7) QTDE de Associados: a. (____) Ativos b. (____) Inativos → c. (____) Homens d. (____) Mulheres

1.8) A entidade possui sede própria? a. () Sim b. () Não c. () Outros _____

1.9) A entidade possui MELARIA? () Sim () Não

1.10) Se possui, está dentro das especificações legais? () Sim () Não () Estamos a organizar

1.11) A Entidade possui um ponto p/comercialização? a. () Sim b. () Não c. () Outros _____

1.12) A associação possui equipamentos?

() SIM () NÃO () Utiliza de um dos associados () É cedido por algum órgão _____

2) Mercado: a. () Região _____ b. () Bahia c. () Outros Estados d. () Exporta

3) A produtividade dos enxames está relacionada com as características genéticas, idade da rainha, técnicas de manejo, disponibilidade de flora e condições ambientais. Os Apicultores têm consciência disso?

() SIM () NÃO () Outros _____

4) O que sua entidade comercializa? a. () Mel b. () Pólen c. () Própolis d. () Outros _____

5) A associação tem algum acompanhamento ou apoio técnico? () Sim () Não. Se sim, quais:

a. () capacitações b. () visitas de monitoramento aos apiários,
c. () visitas de troca de experiência, material, projetos. d. () Outros _____

5.1 Qual a entidade ou órgão que dá apoio: _____

6) A associação participa de algum Fórum ou Rede? () Sim () Não () Qual _____

7) A associação se reúne regularmente com os associados? () Sim () Não

a. () mensal b. () semestral c. Outra _____

8) A diretoria se reúne regularmente? () Sim () Não

a. () semanal b. () quinzenal c. () mensal d. () semestral e. Outra _____

9) Treinamentos técnicos oferecidos pela Associação

a. () qualidade e produção b. () orientação básica sobre apicultura c. () manejo
d. () Associativismo e Cooperativismo e. Gestão f. Outros _____

10) Desenvolve atividades outras, com vistas ao crescimento profissional e a formação integral dos apicultores (educacionais, sociais, culturais)? a. () Sim b. () Não c. () Outras _____

11) Desenvolve atividades com a comunidade (educacionais, sociais, culturais)? a. () Sim b. () Não

12) Participa de COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO? a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

13) Participa de alguma Rede de Associações? a. () SIM b. () NÃO c. () Outros _____

14) A Associação recebe apoio econômico de finanças ou de fundos solidários? a. () SIM b. () NÃO

15) A Associação recebe apoio ou Assistência Técnica para constituição e fortalecimento de Redes de Cooperação?

a. () SIM b. () NÃO c. () Quais _____

16) Participa/organiza ou recebe incentivo para formação/participação de Redes de Comercialização?

a. () SIM b. () NÃO c. () Explique _____

17) Participa de Feiras de Economia Solidária? a. () SIM b. () NÃO c. () Explique _____